Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

#19
14 A 27
DE OUTUBRO
DE 2026

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

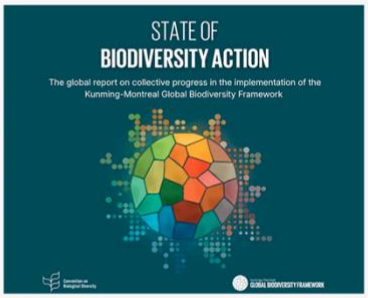
FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



A 17ª reunião da Conferência das Partes (COP 17) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi realizada de 19 a 30 de outubro em Yerevan, Armênia, junto com a 12ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (CP-MOP-12) e a 6ª Reunião das Partes do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Compartilhamento de Benefícios (NP-MOP-6).



Assembleia Geral das Nações Unidas 81 continua suas deliberações na sede principal de Nova York até dezembro, por meio de suas Comissões constitucionais. Reformas na ONU e na OMS também continuam na agenda das organizações multilaterais.



O Relatório Global sobre o progresso coletivo na implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal apresenta o primeiro balanço global abrangente do progresso em direção às metas de 2030 e à visão de 2050 estabelecidas pelo Marco. Acesso aqui.



A Cúpula Mundial da Saúde (World Healh Summit) realizada em Berlim, de 11 a 13 de outubro, com mais de 75 sessões e cerca de 400 palestrantes, continua no foco dos nossos analistas neste fascículo dos Cadernos.



Presidente Lula reeleito garante apoio do Brasil ao multilateralismo global e ao plurilateralismo regional na América Latina, além da dinâmica participação do país no BRICS e em outros grupos de países, como o G77. O povo brasileiro optou pela política externa ativa, altiva e soberana.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

21 – A reforma das Nações Unidas e a defesa incondicional da democracia – *Santiago Alcázar*

25 – Ainda existem chances de o próximo Secretário-Geral ser da América Latina? – *Sebastián Tobar e Santiago Alcázar*

28 – Direitos Humanos, Medidas Coercitivas Unilaterais e Governança Digital – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

37 – Duas semanas que testaram a OMS: ebola, sucessão e reformas regionais – *Luiz Augusto Galvão, Luana Bermudez e Paula Reges*

51 – A vitória da floresta, da ciência e da democracia: o Brasil escolhe novamente o futuro – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

64 – Um Olhar Global Sobre as Jornadas de Trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora à Luz da Aprovação da PEC 221/2019, que acabou com a Escala 6X1 no Brasil – *Frederico Peres*

77 – Preparação para pandemias e a sessão do Comitê Executivo do ACNUR – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

81 – *Guia Prevenção e enfrentamento da violência obstétrica em contextos humanitários (UNFPA, 2026) – Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

89 – UNESCO na COP17: biodiversidade e diversidade cultural – *Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*

97 – Dia Mundial da Alimentação 2026: inovar hoje, nutrir amanhã – *Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva*

113 – As Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – *Isis Pillar Cazumbá*

119 – Reforma da OMC rumo à MC15, novos objetivos do instrumento da OMPI sobre conhecimentos tradicionais e governança de dados em medicina tradicional – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

125 – Entre Crises e Respostas Institucionais: Tendências e Desafios da Saúde Global – *Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos, Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, e Luis Eugênio de Souza*

<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>

147 – Vozes do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro, Ana Luiza Moreno e Beatriz Araujo*

183 – G20, G7 e OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

199 – O que os candidatos pensam sobre política externa? Lula defende o Sul Global e o BRICS, enquanto o opositor quer proximidade com EUA – *Claudia Hoirisch*

204 – Manifestações sociais movimentam a rua latino-americana e pressionam por mudanças na política: o caso brasileiro, argentino e colombiano – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

227 – Saúde Pública em África: Governança, Soberania e Resposta a Emergências – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

240 – Brasil, Europa e a Disputa pelo Futuro da Democracia – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

246 – A área da saúde na Organização para a Cooperação Islâmica e na Liga Árabe – *Laura Tavares Soares*

257 – Comunidade de Saúde Compartilhada para Todos – *André Costa Lobato, Anabela Rodrigues Santiago, Amanda Ribeiro Lopes, Fernanda Pinheiro Filgueiras, Julia Santos Soares e Rafael Aguilar-Zamudio*

270 – Eleições brasileiras de 2026 e a resistência democrática: mobilizações populares com a força das ruas e das redes – *Marciglei Brito Morais*

Estante, Editores e Autores, Produtos e Ficha Catalográfica

274 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

275 – Editores e autores dos cadernos

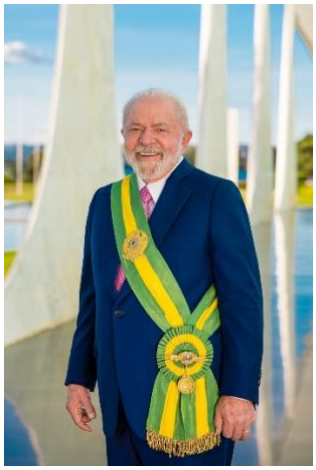
280 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

281 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 19/2026

14 a 27 de outubro de 2026

Sumário Executivo



O **presidente Lula** foi reeleito para um mandato de 4 anos, que inicia em janeiro de 2027 e vai até o final de 2030, com processo e número de votos inéditos na história. Virou do primeiro para o segundo turno e recebeu a votação de mais de 64 milhões de brasileiros, obtendo a expressiva diferença de 4 milhões e 300 mil votos sobre seu adversário de extrema direita. É consenso entre analistas políticos que a eleição de Lula se deveu a uma espetacular combinação entre grandes movimentos de rua e a força comunicativa de redes sociais, também inédita na história política brasileira. As ruas foram iniciadas e sustentadas principalmente por jovens secundaristas e universitários, aos quais, pouco a pouco, foram se juntando mulheres e homens maduros, idosos e famílias com crianças. A força digital veio de inúmeros influenciadores, dentre os quais o chamado 'Exército de Lula', rede multiplataforma organizada pelo deputado federal eleito por Minas Gerais, André Janones. Estas duas estratégias combinadas foram resultado de uma imensa mobilização e adesão popular. Para além de uma vitória pessoal ou partidária do presidente reeleito, venceu a democracia, a dignidade e a soberania nacional e o desenvolvimentismo sustentável e integral: político, social, econômico, ambiental e ético.

O resultado das eleições brasileiras certamente barrou o caminho da extrema direita na América Latina, que vencera doze pleitos realizados na região, de 2023 para cá, embora as duas maiores democracias latino-americanas em número de eleitores — o Brasil e o México — mantenham governos de esquerda. Mas para inúmeros analistas nacionais e internacionais, o alcance da eleição é mundial, pela influência do Brasil no cenário geopolítico global, pelo simbolismo que Lula carrega no mundo democrático e pelos desafios que lançou em nome da soberania nacional dos países frente aos sucessivos ataques de Trump.

Desde os primeiros discursos, logo após a reeleição, Lula reafirmou a ***política de saúde*** e a ***política exterior*** em curso no seu governo, cunhada como "*ativa, soberana e altiva*". Nunca a questão da *soberania nacional* esteve tão presente numa campanha eleitoral brasileira. Não por acaso, e muito simbólico disso, o canto evocado e entoado em alta voz no último ato de campanha nas ruas, na av. Paulista, em São Paulo, no fim de tarde, quase noite, de 24/10, foi o *Hino da Independência do Brasil*. A estrofe de Evaristo da Veiga, cantada de forma mais alta e forte, era precisamente o belo e simbólico refrão: "*Brava gente brasileira, longe vá temor servil, ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil*". Repetido com a mesma intensidade cívica na comemoração da vitória eleitoral de Lula no 25/10 à noite, na mesma av. Paulista.

Sob Lula, desde sua posse em 2023, a *política exterior brasileira* tem sido uma das maiores defensoras do multilateralismo e da cooperação internacional, que são atacados por

países e movimentos antiglobalistas poderosos. A seguir, dois exemplos. Um, o eloquente *discurso do presidente Lula à 81ª. Assembleia Geral das Nações Unidas* https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/pt_BR/article/view/631, no qual se compromete radicalmente com a defesa de um Sistema ONU renovado e reformado. Outro, na mesma ocasião, o lançamento pelo Brasil e outros países da iniciativa "*Parceiros pelo Multilateralismo (P4M)*" https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-parceiros-pelo-multilateralismo-p4m, na qual os países signatários se empenharão "a trabalhar conjuntamente em favor da paz, da estabilidade, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da prosperidade compartilhada, da dignidade humana e dos direitos de todos e todas", ao tempo em que reafirmam que o sistema multilateral permanece indispensável, com seu "marco para a paz, a descolonização, a prosperidade e a dignidade humana" e devendo, agora, "responder a um mundo mais interconectado e complexo, mais disputado e mais multipolar".

Utilizou na ONU, e também nos discursos pós-eleitorais de 25/10, a frase-síntese de sua posição de defesa da soberania nacional: '*o Brasil não cabe no quintal de ninguém'*, endereçada particularmente a rebater a *doutrina Donroe* do governo Trump, enunciada no documento *Estratégia de Segurança Nacional* 2025-National-Security-Strategy.pdf de dezembro de 2025. No contexto atual, Washington busca acesso a minerais críticos brasileiros e maior cooperação em segurança; Brasília precisa preservar o mercado americano para suas exportações, atrair investimentos e reduzir barreiras comerciais. A relação entre os dois países, portanto, deverá continuar se equilibrando entre interesses comerciais e profundas divergências político-ideológicas, entre as quais soberania, política regional e presença militar dos Estados Unidos — sob o pretexto de combater o tráfico de drogas ou a imigração ilegal, por meio da Doutrina Donroe, operacionalizada com a aliança do *Escudo das Américas*.

Por isso mesmo, administrar as divergências com os *EUA* é tão importante quanto aprofundar as relações com *China e União Europeia* (ambas muito incomodadas com a postura arrogante e impositiva de Trump). Convergências em torno do Acordo de Paris e do multilateralismo pode facilitar a interlocução política com governos europeus, embora divergências comerciais e exigências ambientais continuem a exigir negociação. A reafirmação de uma boa relação com China, maior mercado exportador brasileiro, preserva um fluxo comercial imprescindível para o Brasil e cai como uma luva para ameaçar o delírio trumpiano da Doutrina Donroe para o continente.

Um dos maiores desafios externos estará, porém, na *fragmentação política latino-americana.* Governos conservadores da região veem vantagens na aproximação com Trump, e a eleição brasileira não garante a formação de uma frente regional capaz de contrabalançar tal influência econômica. O peso do Brasil na ALC não decorre apenas de sua valente resistência a Washington num governo Lula 4 (como já foi no Lula 3), mas da capacidade de construir alternativas econômicas e diplomáticas na região, embora tentativas anteriores tenham fracassado já em 2023, como bem nos mostra a ineficácia do *Consenso de Brasília*. Há que descobrir novos movimentos e propostas para remendar o tecido político esgarçado na América do Sul, incluindo as eleições de outubro de 2027 na Argentina. A saúde poderia proporcionar um espaço de entendimento coletivo regional. A testar!

Apesar das diferenças políticas, a *maioria dos presidentes* do grande número de países governados pela extrema direita na América Latina – que absolutamente não se constituem num bloco homogêneo – reconheceram e cumprimentaram o presidente Lula pela vitória nas urnas, exceto *Javier Milei*, da Argentina, que, a propósito, se submeterá às urnas nas eleições gerais do

país em 24/10//2027. Já *Claudia Sheinbaum* presidente do México, fez o 'L' na sua entrevista em 26/10, quando também comentou que a vitória de Lula traz 'um sopro de esperança para a América Latina'. O uruguaio *Yamandu Orsi* engrossou a lista de cumprimentos, que foi aberta pelo direitista *Katz* do Chile. Os líderes dos principais países do mundo reconheceram e parabenizaram Lula e o povo brasileiro pela vitória: União Europeia, União Africana, China, Rússia, Índia, Alemanha, França, África do Sul e centenas de outros governantes. Isolado, *Trump* foi ambíguo. Mas lideranças do Congresso americano e de grandes estados, como a Califórnia, reconheceram a reeleição do presidente Lula.

A imprensa internacional repercutiu intensamente a vitória de Lula e da democracia brasileira, em geral destacando o fenômeno eleitoral-social protagonizado por Lula e pela população brasileira.

Enquanto transcorriam estes acontecimentos, verificou-se a fuga para os Estados Unidos do candidato derrotado nas urnas, Flavio Bolsonaro. A antiga máxima "quem não deve, não teme" foi acionada em redes sociais e, mais importante, na mente de milhões de brasileiros, inclusive entre os eleitores desse personagem. O processo político precisa ser tranquilizado, para que os prováveis crimes sejam esclarecidos, e os culpados devidamente punidos, no seu devido tempo. Simultaneamente, que o novo governo se organize para começar a cumprir, de imediato, os importantes compromissos assumidos diante da população.

Registre-se a mensagem postada pelo Ministro da Saúde Alexandre Padilha nos seis idiomas das Nações Unidas, clarificando os compromissos do governo reeleito com a saúde nacional e global (veja adiante).

Finalizamos esta breve análise das perspectivas da política exterior do governo Lula 4, com os enunciados sobre *política exterior e inserção global* depositadas oficialmente no TSE pela candidatura Lula Lula — Propostas de Governo — Tribunal Superior Eleitoral. Talvez um exercício apenas retórico, dada a extrema volatilidade com tudo o que está ocorrendo na política brasileira, regional e mundial. O documento de proposta sinaliza que "o Brasil deverá ser cada vez mais independente, ativo e comprometido com a *integração regional* e com a afirmação da *América do Sul e do Caribe como zona de paz*. A *integração sul-americana* é o primeiro círculo de projeção estratégica do Brasil. Seguiremos aprofundando o *Mercosul e os espaços de integração regional*, especialmente nas áreas de infraestrutura, defesa, segurança pública, energia e **saúde**. Consolidaremos o Mercosul como principal plataforma de integração econômica, produtiva, política e social da América do Sul. (...). Consolidaremos a *Amazônia* como eixo estratégico da integração regional fortalecendo a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* na bioeconomia, na ciência, no financiamento verde e no combate coordenado aos ilícitos transnacionais".

Ademais, reafirma que "aprofundaremos as relações com a *África*, reconhecendo sua crescente importância na ordem internacional e os laços históricos e culturais que unem o Brasil ao continente africano. Consolidaremos o *Atlântico Sul* como região de paz, cooperação e desenvolvimento e fortaleceremos a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).* Promoveremos mecanismos permanentes de cooperação com a *União Africana* e a *Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).* Persistiremos na reaproximação com a *Ásia, o Oriente Médio e a Europa,* regiões com grande potencial para ampliar a cooperação política, econômica, tecnológica e cultural. Continuaremos engajados na *reforma das Nações Unidas*, especialmente do *Conselho de Segurança*, para torná-lo mais democrático e representativo, com maior participação dos países em desenvolvimento entre os membros permanentes. Seguiremos advogando a reforma e fortalecimento da *Organização Mundial do Comércio"*.

O documento segue, afirmando que "defenderemos a *reforma da arquitetura financeira internacional*, com a democratização do *FMI, do Banco Mundial e dos bancos multilaterais e o fortalecimento do CAF, do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e dos mecanismos financeiros dos BRICS.* Aprofundaremos a *aproximação geopolítica com o BRICS e com o Sul Global*, bem como com o *G20*, espaços fundamentais para a afirmação dos interesses da maioria da humanidade. Ampliaremos a *Cooperação Sul-Sul* em áreas nas quais o Brasil é referência contribuindo para a redução das desigualdades globais. Será necessário redobrado protagonismo diplomático brasileiro para acelerar o cumprimento global dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* em seus anos finais de implementação e negociar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030. Serão prioridades de nossa ação externa a implementação da *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza* e o enfrentamento da *emergência climática*, inclusive o *Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)".*

O documento encerra com: "Faremos firme oposição a qualquer tentativa de subordinar o Brasil a interesses estrangeiros ou de reduzir nosso país a uma posição de dependência geopolítica. Rejeitamos a visão daqueles que aceitam, com servilismo, a renúncia à soberania nacional em nome de alinhamentos automáticos e ideologias fracassadas".

De outro lado, muitas questões de natureza política no plano nacional se levantam a partir de 25/10, com a reeleição de Lula: as políticas sociais vitoriosas dos governos de esquerda do Brasil, claramente apoiadas nestas eleições e mundialmente reconhecidas, serão mantidas e intensificadas por Lula 4 ou se submeterão às imposições dos chamados 'mercados' – o 'financeiro' à frente – em nome de tecnicalidades manejadas pelo economês enganador dominante? Como lidar com um congresso predominantemente de direita e extrema direita eleito em 4/10, sem concessões do essencial e respeitando a voz das urnas? Como a mobilização das ruas e nas redes sociais podem ajudar na implementação de uma verdadeira e inédita 'democracia participativa', intermediada pela manutenção de um ativo 'Exército do Lula', para além dos inúmeros 'conselhos' gerais e setoriais, muito engessados e burocratizados e, talvez, barrando as imposições que virão do Congresso de extrema direita eleito?

Os Cadernos seguirão atentos no acompanhamento das orientações para a política exterior brasileira no governo Lula 4. Neste fascículo 19, todos os nossos analistas, em suas diversas análises de territórios políticos e temas relevantes da saúde global e diplomacia da saúde, construíram artigos que dialogam com as eleições brasileiras.

Eleições em Israel

Em 27 de outubro realizaram-se eleições em Israel para renovação das 120 cadeiras do parlamento israelense (Knesset). Consideramos tema internacional relevante pelas consequências que terá sobre uma das maiores tragédias humanitárias deste século, que é o massacre da faixa de Gaza, com mais de 70 mil mortos, a maioria crianças, mulheres e idosos, processo que vem sendo categorizado como genocídio, perpetrado pelas forças militares israelenses regulares, sob o comando de Benjamin Netanyahu. Ao fecharmos esta edição, o Likud, partido do primeiro-ministro havia obtido a maior parcela das cadeiras, mas sua coalização não havia alcançado o número de cadeiras necessário para formar o governo. Nem o bloco de oposição. Os partidos árabes em Israel tiveram expressivo crescimento e alcançaram 19 cadeiras, número recorde. A definição do processo político continua em aberto. Voltaremos ao tema no Caderno 20.

Eleição de meio período (*midterms*) nos EUA

A eleição de meio período (*midterms*) nos EUA renovará toda a Câmara e 1/3 do Senado americano, em 3 de novembro próximo. O sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) dos poderes, vigente no sistema político dos EUA desde sempre, pode levar à contenção, pelo Congresso, de diversas aspirações do executivo trumpista, muito particularmente em matéria de política exterior, incluindo conflitos militares, migração e intervenções, particularmente em relação à América Latina e Caribe (e o Brasil), e no Oriente Médio. Vamos conferir os resultados das eleições nos EUA e suas implicações para a saúde global e a diplomacia da saúde no Caderno 20, que sairá em 13/11.

17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)

A *17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)* https://www.cbd.int/ está em realização, de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, na Armênia. O objetivo principal desta COP é avaliar e impulsionar a implementação das 23 metas do *Marco Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal*, firmado em 2022 por 196 países, visando deter e reverter a perda de natureza até 2030 https://www.cbd.int/doc/c/e6d3/cd1d/daf663719a03902a9b116c34/cop-15-l-25-en.pdf. O evento se realiza em Yerevan, capital da Armênia. Simultaneamente à COP 17 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), acontecem a *CP-MOP 12* (Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança) e a *NP-MOP 6* (Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos). Nesta edição dos Cadernos, ***Magalhães e Galvão*** trazem uma análise detalhada sobre os resultados alcançados até aqui.

81ª Assembleia Geral turbina discussões e decisões até o final do ano

Em Nova York, o cronograma de votações e adoções finais de resoluções nos comitês da AGNU81 segue um calendário concentrado entre 1/10 a 20/11/2026, cumprindo a agenda de temas proposta https://docs.un.org/en/A/81/150. Após o encerramento do Debate Geral de Chefes de Estado em setembro, o trabalho da AGNU foi integralmente transferido para as principais **comissões temáticas**. Cada uma tem uma janela temporal para negociar e votar os textos.

Uma vez que uma resolução é votada e aprovada dentro de qualquer um dos comitês (seja por consenso ou por contagem de votos), ela ainda não é uma resolução definitiva da ONU. Na primeira e segunda semanas de dezembro de 2026, todos os relatórios aprovados pelas comissões sobem para o plenário principal da 81ª AGNU. Lá, todos os 193 Estados-membros dão a chancela final definitiva aos textos antes do recesso de fim de ano.

As discussões vêm cobrindo temas nas diversas áreas de abrangência da AGNU: política, social, econômica, sanitária, tecnológica, nelas incluindo diversos subtemas, como a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, o desarmamento e controle sobre armas nucleares, a necessidade imperiosa do controle da inteligência artificial, as inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, os acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre os inúmeros temas de alcance global relativos.

Como sempre insistimos, a AGNU é um momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens pautados para o debate e decisões/resoluções até o final do ano tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções resultantes da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária.

Um resumo dos temas tratados diariamente na AGNU pode ser acessado nas notas divulgadas em https://press.un.org/en, assim como as sessões de algumas das Comissões, do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos assistidas na UN WEBTV https://webtv.un.org/en (Os interessados podem inclusive se inscrever neste site para receber a programação diária). Acompanhar as atualizações diárias e a publicação dos rascunhos de resoluções (*draft resolutions*) que vão à voto pode ser feito diretamente pela plataforma do Diário das Nações Unidas (UN Journal), atualizado em tempo real com as salas e horários exatos das votações.

Eleição do(a) Secretário(a) Geral da ONU

A diplomata e ministra de Estado dos Emirados Árabes Unidos, *Lana Nusseibeh*, é a mais recente candidata a entrar na disputa pelo cargo de Secretária-Geral da ONU, intensificando o processo de sucessão de António Guterres (cujo mandato acaba em 31 de dezembro de 2026). Ela defende a renovação da ONU, foco prioritário em paz, segurança internacional, direitos humanos, desenvolvimento e reformas administrativas para gerar resultados concretos.

A entrada de Nusseibeh ocorre em um momento de impasse no Conselho de Segurança, que já realizou diversas rodadas de votações informais sem consenso em torno de um único nome. Os outros nomes que estão na corrida são**:** *Rebeca Grynspan* (Costa Rica), *Rafael Grossi* (Argentina), *Ivonne Baki* e *María Fernanda Espinosa* (Equador), *Carolyn Rodrigues-Birkett* (Guiana) e *Olara Otunnu* (Uganda).

Para ser recomendada ao cargo, o(a) candidato(a) precisa de pelo menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança (de 15 membros) e de nenhum veto de qualquer um dos cinco membros permanentes (P5: EUA, China, Rússia, Reino Unido e França). A Assembleia Geral formaliza a escolha no final de 2026, e o(a) eleito(a) assume em 1º de janeiro de 2027.

O(a) décimo(a) secretário(a)-geral vai ocupar a cadeira já ocupada pelos seguintes líderes:

- António Guterres (Portugal), que assumiu funções em janeiro de 2017
- Ban Ki-moon (República da Coreia), de 2007 a 2016
- Kofi Annan (Gana), de 1997 a 2006
- Boutros Boutros-Ghali (Egito), de 1992 a 1996
- Javier Pérez de Cuéllar (Peru), de 1982 a 1991
- Kurt Waldheim (Áustria), de 1972 a 1981
- U Thant (Birmânia, atual Myanmar), de 1961 a 1971
- Dag Hammarskjöld (Suécia), de 1953 a 1961
- Trygve Lie (Noruega), de 1946 a 1952

Os Cadernos seguem atentos no acompanhamento do processo que precisa ser definido nos próximos 60 dias pois a posse do(a) novo(a) SG ocorrerá em 01/01/2027.

Assembleia Geral da ONU aprova mais uma resolução que pede suspensão do bloqueio econômico americano sobre Cuba, que vive profunda crise humanitária

A Assembleia Geral da ONU aprovou em 28 de outubro a *34ª resolução anual* pedindo o fim do embargo econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba. Foram 130 países a favor, 17 contra (incluindo Estados Unidos e Israel) e 25 países se abstiveram (incluindo a Alemanha e a Itália pela primeira vez em anos). O número somado de 42 países

votando contra ou se abstendo é o maior em décadas, e resultou de pressões do Departamento de Estado – chefiado por Marco Rubio. Como pacifistas que somos, e defensores da vida e da saúde, lamentamos a crise humanitária em que está mergulhado o pequeno país caribenho, mas com gigantesca história de cooperação e solidariedade internacional no campo da saúde.

Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2027-2029)

O Brasil foi reeleito dia 13/10 para um novo mandato no *Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU*, referente ao *triênio 2027-2029*. O país obteve 170 votos na eleição realizada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Esse será o sétimo mandato do Brasil ao longo dos 20 anos de existência do CDH, demonstrando o compromisso do país com a promoção e a proteção dos direitos humanos, o fortalecimento do multilateralismo e a defesa da democracia.

Em seus compromissos voluntários, o Brasil destacou que trabalhará pela maior eficiência do CDH e buscará fortalecer o papel do órgão na prevenção e no enfrentamento das causas estruturais de graves violações dos direitos humanos, com ênfase no diálogo construtivo e na cooperação internacional. O país também seguirá atuando com especial atenção aos grupos mais vulneráveis. Os compromissos do Brasil são de buscar "ações concretas em prol de uma sociedade de nações justa, inclusiva e livre de violações, tendo como fundamentos a proteção da dignidade humana, a diversidade e a inclusão, a participação social, o desenvolvimento sustentável, e o combate à fome e às desigualdades".

Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) recebe mais recursos

Os Países Baixos anunciaram neste 26/10 o investimento de US$500 milhões no Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), um mês após o anúncio do Reino Unido de investir £400 milhões (aproximadamente US$ 540 milhões) no Fundo. Os dois anúncios representam avanços importantes na capitalização do TFFF. Até o momento, as promessas de investimento totalizam US$ 7,8 bilhões. A Declaração de Lançamento do TFFF, adotada em Belém, recebeu o apoio de 67 países e da União Europeia, abrangendo países responsáveis por 90% das florestas tropicais dos países em desenvolvimento. A iniciativa busca estabelecer uma fonte estável e duradoura de financiamento para a conservação dessas florestas, por meio de mecanismo inovador, combinando aportes soberanos e recursos privados, que prevê pagamentos aos países florestais com base em resultados, proporcionais à extensão das florestas conservadas, com pelo menos 20% destinados a povos indígenas e comunidades tradicionais.

Revista The Lancet lança *Countdown* sobre Clima e Saúde

A revista The Lancet lançou neste 27/10 o relatório "The Lancet Countdown on Health and Climate Change" *(Contagem regressiva do The Lancet para Saúde e Mudança Climática)* O relatório destaca que as mudanças climáticas estão causando um aumento alarmante nas mortes relacionadas ao calor. Entre 2016 e 2023, foram registradas cerca de 3 milhões de mortes atribuídas às mudanças climáticas, com um recorde de 710.000 mortes em 2023. O relatório enfatiza que mais de 2/3 dessas mortes são atribuíveis às ações humanas, como o aquecimento global e a poluição do ar. Além disso, o relatório alerta que as regiões mais vulneráveis, como o sudeste asiático e a África, enfrentam os maiores impactos, afetando a economia e a saúde pública. Para ler logo, acesse: The 2026 report of the Lancet Countdown on health and climate change: a decade of escalating health harms and a decisive moment for all — The Lancet. No Caderno 20, detalhada análise deste importante documento.

Lula cumpre intensa agenda internacional até o final do ano

O presidente Lula deve participar de 4 cúpulas internacionais até o fim do ano. A primeira agenda externa depois da reeleição será a participação na **COP 31**, que se realiza em Antália (Turquia), em 11 e 12 de novembro. É a conferência em que o Brasil passa a presidência do evento climático Em seguida, segue para as Filipinas. Deve haver visita de Estado a Manila e participação na **Cúpula da Asean**, em 14 e 15 de novembro. O governo espera uma agenda cheia de reuniões bilaterais com líderes da região. Lula retorna ao Brasil e em participa da **Cúpula do Mercosul,** em Montevideo, dia 4 de dezembro. O último compromisso internacional será a **Cúpula do G20**, em 14 e 15 de dezembro, em Doral, na Flórida, onde ele reencontrará o presidente dos EUA, Donald Trump.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Alcazar explora linha que se estende da e**leição do novo Secretário Geral das Nações Unidas** à necessidade de reforma da Organização. Em seguida liga pontos aparentemente distantes e desconexos, como a renúncia da diplomacia em favor do uso da força, a cessão da soberania e o ataque à democracia, que mina todas as conquistas sociais, em nome do mercado e do Senhor Trump. O que resulta dessa conexão de pontos? É o que o leitor descobrirá ao final.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre as repercussões negativas das **medidas coercitivas unilaterais** no gozo dos direitos humanos, Zaina Jallad, bem como o relatório de missão oficial a Cuba elaborado por Alena Douhan e os comentários apresentados pelo Estado cubano. O documento examina a evolução do mandato, os impactos das sanções unilaterais sobre direitos econômicos, sociais e culturais, os efeitos da regulação excessiva (*overcompliance*), as repercussões extraterritoriais e os principais resultados da visita a Cuba. São igualmente apresentadas informações referentes à posição do Estado cubano acerca dos efeitos econômicos e sociais do bloqueio. Ao final, inclui-se nota informativa sobre manifestação de especialistas independentes das Nações Unidas relativa à atuação da empresa Meta durante o processo eleitoral brasileiro de 2026.

Segundo ***Galvão, Bermudez e Reges***, entre 13 e 27 de outubro de 2026, a **Organização Mundial da Saúde** enfrentou a expansão do surto de ebola Bundibugyo para lá da RD Congo, com mais de 10 000 casos confirmados no país e casos importados no Quênia e na Nigéria. Lançou, com parceiros, o primeiro grande ensaio de vacinas contra esta estirpe. Três Comitês Regionais (Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Europa) reuniram-se num quadro de cortes orçamentais, enquanto decorre a sucessão do Diretor-Geral Tedros Adhanom

Ghebreyesus. A agenda técnica incluiu desigualdades nas doenças não transmissíveis, acesso ao diagnóstico, intoxicação por chumbo, obesidade e medicina tradicional.

Magalhães e Galvão examinam a vitória de Lula que renova a esperança de um Brasil comprometido com a ciência, a democracia e a proteção da natureza, reforçando a responsabilidade coletiva de defender esses valores. No cenário internacional, a **COP17** de Biodiversidade, realizada em outubro de 2026, em Yerevan, busca acelerar a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. A primeira avaliação global revela avanços nos compromissos políticos e na governança, mas resultados ainda insuficientes para reverter a perda da biodiversidade até 2030. A Declaração de Yerevan reforça a urgência de transformar compromissos em ações concretas, com financiamento adequado, participação social e mudanças nos modelos de produção e consumo. Persistem desafios relacionados ao financiamento internacional, aos direitos dos povos indígenas e à integração da biodiversidade às políticas econômicas e climáticas.

O artigo de ***Peres*** analisa a discussão sobre o **fim da escala 6x1 no Brasil**, uma importante luta pela garantia de condições mais justas, saudáveis, seguras e equitativas de trabalho, que ganhou importante destaque na agenda legislativa e nas mobilizações da sociedade ao longo de 2026. A *Emenda Constitucional nº 141/2026* alterou o art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a duração máxima semanal do trabalho e prevendo 2 (dois) dias de repouso remunerado por semana, sem qualquer redução salarial. Embora frequentemente reduzida a uma questão de organização das jornadas de trabalho no país, envolve dimensões fundamentais da vida social, do bem-estar e da dignidade humana, como a possibilidade de ampliar a convivência familiar, a participação comunitária, a autonomia sobre o tempo e a possibilidade de ter garantido um tempo mínimo semanal para a recuperação física e mental das exigências do trabalho. E que deve ser compreendida como parte de um debate internacional mais amplo sobre a vida para além do trabalho, a garantia do tempo de descanso e lazer da classe trabalhadora e o equilíbrio entre a produtividade econômica e a proteção da saúde dos trabalhadores. As evidências internacionais aqui reunidas e analisadas mostram que a redução da jornada pode funcionar como indutora de mudanças na organização e na qualidade do trabalho, em vez de representar, apenas, uma diminuição do tempo disponível para produzir, com impactos sobre a produtividade e/ou a saúde e a segurança no trabalho. Entretanto, tais experiências mostram que o país precisa buscar condições e estratégias capazes de associar a transição normativa à reorganização de processos, ao apoio tecnológico e financeiro às empresas menores, à qualificação profissional e à negociação coletiva justa sobre a distribuição dos horários. A redução da jornada de trabalho precisa, portanto, ser acompanhada de um planejamento centrado no trabalhador, em que o custo da mudança normativa não seja transferido aos trabalhadores, seja sob a forma de intensificação do ritmo, de sobrecarga ou da perda do emprego.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta duas novidades internacionais sobre a temática da migração e do refúgio das últimas semanas: a reunião de alto nível da **Assembleia Geral das Nações Unidas para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR)** e a **77ª sessão do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).** Quanto à reunião de alto nível das Nações Unidas sobre PPPR, os autores discutem a mesa-redonda intersetorial sobre a inclusão de migrantes, refugiados e populações deslocadas nas agendas sobre pandemias, a qual reuniu representantes de governos, agências das Nações Unidas, como a OMS e a Organização Internacional para as

Migrações, organizações da sociedade civil e setor privado. Já sobre o Comitê Executivo do ACNUR, serão apresentados os destaques das falas de abertura e encerramento do Alto Comissário Barham Salim, que assumiu o cargo em 2026, ressaltando as prioridades e estratégias de ação da organização para o próximo período, além da participação do Brasil nas discussões.

Com foco na **saúde da mulher, criança e adolescente**, ***Vilella, Massari e Gomes*** apresentam o guia *Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts*, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em outubro de 2026. O documento é uma nota de orientação para profissionais de saúde sexual e reprodutiva (SSR), de violência baseada em gênero, gestores de programas e agências implementadoras que atuam em crises humanitárias. Ele define a violência obstétrica como uma manifestação de violência reprodutiva e uma forma de Violência Baseada em Gênero (VBG), descreve seus fatores subjacentes e tipos, propõe o cuidado materno respeitoso (*respectful maternity care*) como marco de resposta e apresenta recomendações programáticas e institucionais.

A *17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17),* realizada em Yerevan, Armênia, constitui um dos principais fóruns multilaterais para a implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável dos recursos biológicos e à promoção de benefícios compartilhados decorrentes dos recursos genéticos. Segundo ***Gaspar e Sanglard***, nesse contexto, a **UNESCO** apresenta uma abordagem interdisciplinar fundamentada na articulação entre ciência, educação, cultura, patrimônio, conhecimentos indígenas e desenvolvimento sustentável. A organização defende que a diversidade biológica e a diversidade cultural são dimensões inseparáveis e que a efetividade das políticas de conservação depende da integração entre sistemas ecológicos e sistemas socioculturais. O informe analisa os *programas, projetos e iniciativas apresentados pela UNESCO no âmbito da COP17,* incluindo o *Programa Homem e a Biosfera (MAB),* as *Reservas da Biosfera*, os *Geoparques Globais*, os programas de *Patrimônio Mundial*, as iniciativas de conservação marinha, os projetos de restauração de manguezais, a valorização dos conhecimentos locais e indígenas e as ações de educação para o desenvolvimento sustentável. O estudo baseia-se exclusivamente em informações oficiais disponibilizadas pela UNESCO e por seus programas associados.

Nilson, Neves e Oliveira e Silva exploram o tema do **Dia Mundial da Alimentação 2026**, "Inovar hoje, nutrir amanhã", analisando as perspectivas das soluções tecnológicas para o futuro da alimentação no mundo. Nesse sentido, parte de nossa análise concentra-se na governança das inovações tecnológicas e de informações e nos riscos de concentração e exclusão que podem trazer à medida que se tornam commodities e não bens comuns.

Cazumbá analisa resultados das **Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional** que aconteceram em outubro, na Tailândia. O evento contou com a presença de diversas lideranças, que discutiram durante as sessões sobre os mais variados temas. O tema principal foi a *inteligência artificial*, que vem sendo motivo de preocupação para as instituições no quesito *criação de empregos*. As duas instituições aproveitaram o evento para anunciar algumas *iniciativas para as áreas da saúde e do desenvolvimento*.

O informe de ***Chamas e Cesário*** apresenta desdobramentos da reforma da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, das negociações sobre conhecimentos tradicionais na **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** e dos debates sobre medicina tradicional e

inteligência artificial, em setembro e outubro de 2026. Sobre a *reforma da OMC* destaca propostas relativas à tomada de decisões, questões fundamentais, desenvolvimento e condições equitativas de concorrência, com divergências sobre regras e prioridades. Nas negociações sobre *conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais* descreve alterações nos objetivos dos instrumentos, voltadas à proteção, ao uso apropriado e ao reconhecimento de seus detentores, permanecendo controvérsias sobre direitos e obrigações. Relata ainda evento organizado pela *Organização Mundial da Saúde* e pela *Knowledge Ecology International* sobre *propriedade intelectual, acesso, repartição de benefícios e governança de dados na medicina tradicional*. Os debates ressaltam os desafios da inteligência artificial para a rastreabilidade dos conhecimentos e a participação dos povos indígenas e comunidades locais na gestão e governança desses recursos.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, a última quinzena foi marcada, de um lado, por avanços diplomáticos, mobilização humanitária e inovação científica, e, de outro, pelo agravamento das crises sociais, sanitárias e ambientais. O principal aspecto crítico é a distância entre a capacidade de mobilização das organizações e as condições financeiras e políticas necessárias para produzir respostas duradouras. Evidencia-se uma atuação organizacional diversificada que combina assistência direta, produção de conhecimento, *advocacy*, cooperação técnica e incidência em agendas nacionais e multilaterais. Entretanto, a recorrência dos alertas sobre a insuficiência de recursos, a fragilidade dos sistemas de saúde e o agravamento das vulnerabilidades sociais demonstra que a mobilização institucional ainda enfrenta obstáculos importantes para converter compromissos políticos em respostas sustentáveis. O principal desafio identificado consiste, portanto, em articular financiamento previsível, coordenação intersetorial, participação comunitária e responsabilização institucional, de modo que os avanços diplomáticos e tecnológicos se traduzam em melhorias concretas nas condições de vida e de saúde das populações mais vulnerabilizadas.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC** destacou o relatório de 2026 do Secretário-Geral da ONU sobre o estado da cooperação Sul-Sul e triangular como eixos fundamentais, horizontais e complementares para os ODS. Para avançar com a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e triangular, o UNOSSC enfatizou avanços institucionais e alianças estratégicas no Sul Global, como o Marrocos que impulsiona a digitalização e governança de dados na administração pública; Portugal que fortalece a cooperação triangular focada na economia azul com o apoio do Camões, I.P.; a Índia que financia projetos de saúde materna em Ruanda e fortificação nutricional em Laos; enquanto China e Turquia vêm apoiando capacitações globais com a UNDRR e a OPAS para a redução do risco de desastres habitacionais sob o Marco de Sendai. O **Brasil** vem fortalecendo sua cooperação Sul-Sul por meio de parcerias estratégicas, intercâmbio técnico e soberania institucional. Em recursos hídricos, avançou na gestão transfronteiriça com o Peru (ANA/ABC) e assinou acordo com a China para segurança hídrica e adaptação climática. Na saúde, a Abrasco fechou parceria com a sul-africana PHASA, enquanto a Fiocruz sediou reunião na CPLP sobre saúde migratória, articulada ao fomento do CNPq (ProÁfrica). Em nutrição, o FNDE destacou o PNAE no Fórum Mundial da Alimentação em Roma junto ao Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Por fim, o MDHC e a União Africana firmaram acordo inédito de preservação da memória histórica e reparações. O **G-77 e a China** começaram ativamente os trabalhos na 81ª sessão da AGNU, reafirmando o compromisso com o multilateralismo, o direito internacional e o desenvolvimento sustentável. O Grupo cobrou o fim de sanções e medidas coercitivas unilaterais que afetam o Sul Global, defendeu a

estabilidade financeira e orçamentária da ONU e exigiu recursos adequados para combater a pobreza e a crise climática. Na pauta econômica e social, destacaram a urgência de reformar a arquitetura financeira internacional, ampliar o financiamento para países em desenvolvimento e fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular. Além disso, reiteraram posições históricas sobre descolonização, incluindo a soberania das Ilhas Malvinas, o combate ao racismo e a defesa do Estado de Direito. O **MNA** e sua vertente jovem, NAMYO, lideraram articulações estratégicas no cenário multilateral. No 1º Comitê da AGNU, o MNA rejeitou a militarização do espaço sideral, criticou sanções unilaterais a satélites e cobrou o desarmamento nuclear definitivo, enfatizando as aplicações pacíficas das tecnologias espaço-atômicas na saúde e na telemedicina. Paralelamente, o Nepal defendeu a justiça climática e financiamentos por perdas e danos para fortalecer sistemas de saúde afetados por tragédias no Himalaia em agosto de 2026. Por fim, a **NAMYO** consolidou sua sede no Azerbaijão e impulsionou a liderança jovem no Fórum Mundial da Alimentação da FAO, articulando sustentabilidade agroalimentar, diplomacia econômica e resiliência climática para o Sul Global. O **Centro Sul** fortaleceu sua agenda alinhando prioridades estratégicas e cooperação técnica com governos do Paquistão, Filipinas e Angola, com foco na soberania sanitária, economia digital, migração e reforma da arquitetura tributária. Na esfera multilateral, o Centro Sul confirmou participação no Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos da ONU para debater o direito à saúde e acompanhou a 33.ª sessão do Comitê de Peritos Tributários da ONU, defendendo a tributação justa da economia digital e a consolidação da Convenção-Quadro até 2027. Por fim, publicou uma nota técnica no GT III da UNCITRAL propondo maior rigor e previsibilidade na avaliação de danos em arbitragens internacionais (ISDS) para proteger o orçamento de países em desenvolvimento, além de receber estudantes da HTW Berlin para debates sobre governança global.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os desdobramentos da **Reunião Ministerial de Comércio do G20** em Milwaukee, etapa preparatória para a *Cúpula de Líderes na Flórida*. O documento examina as fricções que marcaram o encontro sob a presidência norte-americana, destacando a ausência de consenso em temas como sobrecapacidade industrial, cláusula da Nação Mais Favorecida e trabalho forçado, em contraste com a aprovação consensual da declaração contra a instrumentalização dos alimentos. O texto detalha a firme oposição da delegação brasileira à proliferação de fóruns paralelos em defesa da centralidade da OMC, articulando esse posicionamento aos atritos tarifários bilaterais entre Brasília e Washington, e conclui com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo discurso em favor do multilateralismo e as repercussões internacionais antecipam um cenário de resistência política à agenda norte-americana na Cúpula dos Líderes. Entre 12 e 25 de outubro de 2026, os **Ministros de Finanças e de Desenvolvimento do G7** se reuniram em Bangkok e anunciaram recursos para Chernobyl e para a segurança alimentar. Não houve comunicado conjunto. No mesmo período, os Estados Unidos flexibilizaram as sanções à Rússia, contrariando o compromisso assumido pelo grupo dias antes, e os países europeus reagiram. Os destaques da **OCDE** se dividem entre quatro estudos de temas variados sobre saúde e outro sobre pobreza, desigualdades e cooperação para o desenvolvimento.

O informe de ***Hoirisch*** aborda que a política externa ganhou destaque na campanha presidencial brasileira deste ano e aparece em capítulos próprios nos planos de governo: Lula dedica quase seis páginas ao tema, e seu adversário, Flávio Bolsonaro, cerca de três. O plano de Lula valoriza o Sul Global, defende uma política externa "universalista" com todas as regiões do mundo para diversificar parcerias comerciais, promete aprofundar os laços com a África e menciona o BRICS três vezes. Ele condena os ataques ao Irã e a intervenção na Venezuela,

pedindo diálogo e respeito ao direito internacional. Flávio propõe maior aproximação com EUA, Israel e Argentina, defende as ações do governo Trump, deseja a saída do Brasil do BRICS (sem citá-lo diretamente no plano) e vê a soberania como abrir mercados e atrair investimentos. Os dois também divergem sobre minerais críticos: o Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo (cerca de 23%), e Lula quer uma política específica para agregar valor e evitar a mera exportação de matérias-primas, enquanto Flávio quer atrair capital e tecnologia estrangeiros e posiciona o Brasil como alternativa à dependência dos EUA em relação à China.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam as manifestações sociais que têm movimentado a política da região. No *Brasil*, grandes manifestações mudaram o cenário eleitoral e pavimentaram a eleição de Lula da Silva. Na *Colômbia e na Argentina*, as manifestações contrárias às políticas implementadas pelos governos têm buscado pressionar por mudanças. Na *perspectiva econômica*, a região ainda tem previsão de combinação entre crescimento moderado e restrições fiscais. Na *saúde,* dengue, chikungunya e El Niño. No seguimento das organizações regionais, destacamos a *Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA)* participou de agenda sobre alfabetização em saúde; o *Organismo Andino de Saúde* cumpriu agenda nas áreas de prevenção ao HIV e saúde e mudança climática; a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* cumpriu agenda nos temas de gestão de recursos hídricos, serviços meteorológicos e segurança e a *Organização dos Estados Americanos (OEA)* encaminhou missões de observação eleitoral e elaborou um estudo sobre o tráfico de drogas.

O ***GT Fiocruz sobre África*** analisa os principais acontecimentos de saúde pública em **África** entre 14 e 26 de outubro de 2026. O **CDC África** apresentou um quadro continental de acreditação para a formação em saúde pública, avançou o *Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta* e defendeu transparência no financiamento da resposta ao Ebola na República Democrática do Congo. Também apoiou o controlo do surto no Quénia, validou um quadro continental de governação de dados de saúde e defendeu a remoção de barreiras que afetam serviços essenciais no Zimbabué. A **OMS África** informou sobre um acordo entre dez países para cooperação transfronteiriça em emergências, progressos rumo a um stock global de vacinas contra a mpox e investimentos em contramedidas contra a doença pelo vírus Bundibugyo. O informe acompanha ainda casos importados e relacionados de Ebola na Nigéria e no Quénia, enfatizando vigilância, rastreio de contatos, prevenção de infeções, envolvimento comunitário e preparação regional sustentada. Em conjunto, essas iniciativas evidenciam uma agenda continental centrada no fortalecimento institucional, na soberania sanitária, no acesso equitativo a produtos médicos, na governação segura de dados e em respostas coordenadas a ameaças transfronteiriças.

Para ***Freire***, a vitória de Lula reforça a relevância do Brasil na defesa da democracia, do multilateralismo e na geopolítica global, além de fortalecer as relações com a *União Europeia*. Na **Europa,** protestos motivados pelo custo de vida, pela crise habitacional e pela precariedade dos serviços públicos evidenciam a insatisfação social e o desgaste dos governos centristas. As guerras, a crise energética e o aumento dos gastos militares agravam esse cenário. O principal desafio é conciliar segurança, proteção social e estabilidade política, evitando que o descontentamento amplie a polarização e fortaleça forças antissistema.

Tavares Soares trata da **Saúde na Região MENA,** com foco em duas organizações da região: **Liga Árabe e Organização da Cooperação Islâmica (OIC).** A saúde é uma das áreas prioritárias de cooperação da OIC. Embora seja predominantemente conhecida por sua atuação

política e econômica, ela desenvolveu ao longo dos anos uma estrutura institucional e programática específica para o setor da saúde, por meio da *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde (ICHM),* um espaço permanente de diálogo e coordenação entre ministros de saúde de 57 países. Houve avanços reais em indicadores básicos de saúde e maior consciência coletiva sobre a importância da cooperação. No entanto, persistem uma grande disparidade de capacidades entre os países e uma dependência excessiva do financiamento de doadores e instituições externas. Na *Liga Árabe,* a saúde é uma área de cooperação relativamente estruturada, embora menos institucionalizada e menos ambiciosa do que na OIC. O principal órgão responsável é o *Conselho de Ministros Árabes da Saúde*, criado em 1975 e que realizou sua 64ª Sessão em maio deste ano (2026). Sua Secretaria Técnica é ligada ao Setor de Assuntos Sociais da Liga Árabe. Possui vários Comitês Técnicos, com destaque para o de prontidão e resposta a emergências, com uma *Estratégia Árabe sobre Serviços de Saúde Pública no Contexto de Refugiados e Deslocados.* Há esforços concretos de coordenação em temas sensíveis como Palestina, refugiados e emergências. Existe uma grande heterogeneidade entre os países-membros (Estados do Golfo vs. países em conflito ou de baixa renda). A vertente saúde da Liga Árabe é funcional no plano político e de coordenação, especialmente em crises humanitárias e posições comuns perante a OMS. No entanto, ainda carece de um marco estratégico unificado, de mecanismos robustos de financiamento e de maior capacidade de implementação conjunta. Os esforços recentes de atualização de estratégias na área da saúde (cuidados primários, diáspora médica e "One Health") mostram uma tentativa de modernização.

Lobato e colegas analisam os principais movimentos da **China** e da **Ásia** em *diplomacia, saúde pública, integração econômica e desenvolvimento tecnológico*, com atenção às *implicações para o Brasil e o Sul Global*. No *campo diplomático*, a abertura da ponte entre China e Coreia do Norte sinaliza a retomada da integração econômica fronteiriça, enquanto as sanções chinesas contra autoridades do Paraguai e de Belize reforçam a pressão sobre países que mantêm relações com Taiwan. O Japão, por sua vez, enfrenta críticas chinesas diante de sua agenda de reforço militar. Na *saúde*, a China realiza uma nova Conferência Nacional de Saúde após dez anos, priorizando prevenção, atenção básica, inovação farmacêutica e integração dos serviços médicos. A cooperação internacional em medicina tradicional e o acordo científico entre Portugal e China também destacam saúde, envelhecimento e tecnologias médicas como áreas estratégicas. Na *economia*, a **ASEAN** avança na integração digital, o comércio Brasil–China alcança recorde histórico e Pequim propõe novos controles sobre tecnologias estratégicas de inteligência artificial, biomedicina e energia fotovoltaica. Paralelamente, os investimentos chineses em pesquisa e desenvolvimento continuam crescendo.

De acordo com ***Moraes***, as **eleições brasileiras de 2026** foram apresentadas como um fenômeno político de relevância que ultrapassa o resultado eleitoral e adquire significado internacional diante do avanço da extrema direita, da crise do multilateralismo e do aumento das desigualdades sociais. O artigo destaca que a mobilização popular observada durante o processo eleitoral revelou a capacidade de organização da sociedade civil e seu potencial de resistência democrática. Um dos aspectos mais relevantes foi o encontro intergeracional que reuniu jovens, trabalhadores, idosos e crianças em manifestações e ações políticas, fortalecendo a participação cidadã e contribuindo para a formação de uma cultura democrática. A autora argumenta que a diversidade de gênero, raça, classe e geração não representa um obstáculo à unidade política, mas uma condição essencial para a construção de projetos coletivos capazes de articular interesses comuns sem apagar diferenças. A mobilização nas ruas e nas redes sociais, especialmente por meio do chamado "Exército do Lula", evidenciou novas formas de

organização política digital e de disputa por visibilidade nos ambientes controlados pelas grandes plataformas tecnológicas. Além disso, a experiência brasileira passou a inspirar movimentos em outros países. Por fim, o texto relaciona a defesa da democracia aos desafios da saúde global, ressaltando a importância da participação social para fortalecer a proteção social, reduzir desigualdades e promover a solidariedade internacional frente ao avanço do autoritarismo.

===== *=====

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate '*Força de Trabalho em Saúde*' no dia 03 de novembro



Ministro da Saúde Alexandre Padilha distribui mensagem em vídeo nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas sobre impacto da reeleição do presidente Lula na saúde nacional e global

A mensagem afirma que "a saúde venceu as eleições no Brasil". Apresenta cinco blocos de prioridades para a saúde nacional e global: 1) Mais investimentos no SUS, com orçamento crescente; 2) Defesa da ciência, contra o negacionismo: 3) Cooperação, apoiando técnica e financeiramente a OMS e a OPS e participando do multilateralismo na região, no G20, no BRICS e com a África 4) Agenda do clima e saúde, orientado pelo compromisso assumido em Bel´[em,

durante a COP; e 5) Compromisso com o desenvolvimento do complexo médico-industrial no país, na ALC e no Sul Global. Acesso às mensagens nos seis idiomas, respectivamente em:

26.10.2026_Ministro_ 1_inglês _v1_ALTA — https://we.tl/t-0q0emFB52KQqE0H5

26.10.2026_Ministro_ 2_espanhol _v1_ALTA — https://we.tl/t-j18dCDM8ktDgeTNu

26.10.2026_Ministro_ 3_francês _v1_ALTA — https://we.tl/t-98qGvYbUa1se2jNs

26.10.2026_Ministro_ 4_russo _v1_ALTA — https://we.tl/t-KgNO4OSL6e0fo0FQ

26.10.2026_Ministro_ 5_chinês _v1_ALTA — https://we.tl/t-5fX6fBcpOr5wP0uz

26.10.2026_Ministro_ 6_árabe _v1_ALTA — https://we.tl/t-hAFiKCnYukiC2fra

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro.

É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online. Em 1º de novembro serão divulgadas por estes Cadernos e outras mídias da Fiocruz mais detalhes sobre o Curso.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde.

Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia.

Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 30 de outubro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz

(desde 2014)

A reforma das Nações Unidas e a defesa incondicional da democracia

La reforma de las Naciones Unidas y la defensa incondicional de la democracia

United Nations Reform and the Unconditional Defense of Democracy

Santiago Alcázar

Resumo: O artigo explora linha que se estende da eleição do novo SG das Nações Unidas à necessidade de reforma da Organização. Em seguida liga pontos aparentemente distantes e desconexos, como a renúncia da diplomacia em favor do uso da força, a cessão da soberania e o ataque à democracia, que mina todas as conquistas sociais, em nome do mercado e do Senhor Trump. O que resulta dessa conexão de pontos? É o que o leitor descobrirá ao final.

Resumen: *El artículo explora una línea que se extiende de la elección del nuevo SG de Naciones Unidas a la necesidad de reforma de la Organización. En seguida conecta puntos aparentemente distantes y desconectados, como la renuncia de la diplomacia en favor del uso de la fuerza, la cesión de la soberanía e el ataque a la democracia, que deshace todas las conquistas sociales en nombre del mercado y del Señor Trump. ¿Qué resulta de esa conexión de puntos? Es lo que el lector descubrirá al final.*

Abstract: *The article traces a line that extends from the election of the new UN Secretary Geral to the need of reform of the Organization. It proceeds with a linking of point that seem far away and disconnected, as for example giving up diplomacy in favor of the use of force, the cessation of sovereignty and the attack to democracy, that undoes all the social victories in the name of the market and Mr. Trump. What results of all this? The reader will find that at the end.*

Consta da agenda da AGNU para terça-feira, dia 27 de outubro, diálogo informal, às 15:00, com a Sra. Lana Nusseibeh, emiradense, a mais nova postulante ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas.

Lana Nusseibeh soma-se assim à lista dos 7 nomes que continuam na corrida: i) Rebeca Grynspan Mayufis; ii) Carolyn Rodrigues Birkett; iii) Rafael Mariano Grossi; iv) Macky Sall; v) Olara Otunnu; vi) Maria Fernandez Espinosa Garcés; vii) Ivonne A-Baki.

Até o presente realizaram-se 6 enquetes informais (straw polls). Como se sabe, as enquetes são realizadas no âmbito do Conselho de Segurança. A última, realizada em 16 de outubro, diferiu das 5 anteriores pelo uso de cédulas que diferenciam os votos dos 5 membros permanentes (cédulas vermelhas) daqueles dos 10 membros eleitos (cédulas brancas).

Para avançar na corrida o que importa é não ter voto contrário[1] de membro permanente. Na enquete de 16 de outubro, os três primeiros da lista acima receberam 2 votos

[1] Os termos usados nas enquetes são, respectivamente, “encorajar”, “desencorajar”, “sem opinião”. Nesse contexto, “desencorajar” equivale a voto contrário.

contrários. Os três seguintes, receberam 3 votos contrários e a última da lista recebeu 5 votos contrários.

É no quadro de impasse que surge a candidatura de Lana Nusseibeh e a necessidade de um diálogo informal com os membros do Conselho de Segurança para estimar as suas chances. Independentemente das qualidades que possa ter a Sra. Nusseibeh, a sua candidatura sinaliza enfraquecimento da candidatura natural do GRULAC, uma vez que a resistência aos nomes de Grynspan, Birkett e Grossi mantem-se até agora estável e não parece haver candidata, ou candidato, da região que possa costurar consenso.

O Conselho de Segurança encontra-se profundamente dividido, talvez como nunca antes. Durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança manteve-se polarizado. Hoje, a situação é mais complexa. Sob o Governo de Donald Trump, Reino Unido e França não se sentem compelidos a alinhar-se automaticamente com Washington. Lideranças europeias opõem-se incondicionalmente a tudo que seja vinculado à Rússia, levando ao extremo a cultura do cancelamento, ainda quando os prejuízos para eles possam ser significativos. A guerra na Ucrânia e o fechamento do Estreito de Ormuz, por outro lado, aproximou Washinton de Moscou. China, a extraordinária potência econômica, comercial e tecnológica é a que parece deter a chave para um mundo de paz e de desenvolvimento, ao contrário dos EUA que sob Trump parecem máquina futurista de guerra.

Nesse contexto, de grande desconfiança e insegurança, com objetivos muito diferentes, e às vezes opostos, como esperar consenso dos membros permanentes do Conselho de Segurança para dirigir a Organização das Nações. Unidas.

É curioso que não se tenha conseguido acordar alguém para tomar conta da Organização, por muitos vista como irrelevante. Ora, se de fato ela é irrelevante, bastaria indicar funcionário qualquer para ocupar a função diminuída de Secretário-Geral, até que se decidisse o que fazer com esse universo de cargos e funções. A demora em decidir-se por um nome, por outro lado, parece indicar que a Organização longe de ser irrelevante é absolutamente necessária para o encaminhamento de soluções complexas para a sobreposição de crises. A demora em indicar um nome seria assim justificada pela importância atribuída ao cargo de SG.

A questão detém-se em saber que Organização se quer. A Organização de 1945, todos concordam, estaria a precisar reformas urgentes para atender de maneira efetiva aos novos desafios. As propostas mais visíveis são aquelas que seguem o mantra “mais com menos”, o que reduz a questão ao aspecto financeiro, exclusivamente. Com temas urgentes e complexos, de que são exemplos as guerras em andamento; a questão de aquecimento global e as suas consequências imediatas; a perda da biodiversidade; a probabilidade cada dia mais elevada da ocorrência de pandemias; o crescimento exponencial do avanço tecnológico na área de inteligência artificial, sem o condizente avanço de sua regulamentação à luz das infinitas possibilidades descortinadas, muitas das quais estão a ameaçar a sobrevivência da espécie humana – não parece que aquele mantra aponte para o caminho da prudência e o bom senso. O mais provável é que, num cenário de enorme complexidade como esse, consiga-se o oposto, como sugerido pela máxima incontestável “menos com menos”.

Deve-se notar que em alguns casos, os que propõem “mais com menos” são plenamente conscientes do muito que a Organização fez em seus 80 anos, bem como da necessidade de, neste mundo de incertezas e ameaças de uso da força, fortalecer o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular, o que sugere uma contradição incômoda. A questão, no

entanto, tem que ser respondida: que Organização se quer? Uma Organização que responda aos desafios que perfazem o estado do mundo hoje.

Não é preciso descrever para os leitores destes Cadernos o estado do mundo. Todos conhecem o estado do mundo. O fato novo é o uso descarado da força como prioridade de governo, como declarado em dois importantes documentos do Governo Trump: a estratégia nacional de segurança[2] e a estratégias nacional de defesa[3]. Esses dois documentos representam na prática a renúncia da diplomacia em favor do uso da força. Não se trata de algo menor. Ciente de que a corrida contra a China, por conta de suas potencialidades extraordinárias, quase mágicas, é existencial, os EUA abandonam todo protocolo e convivência civilizada e abraçam métodos de puro gangsterismo, segundo os quais os fins justificam os meios, não importa quais, não importa se for preciso roubar, extorquir e assassinar grande número de pessoas. A invasão da Venezuela e o ataque contra o Irã podem entrar nessa descrição.

Os EUA deixam agências multilaterais e reduzem a contribuição mandatória de outras porque a diplomacia multilateral lhes resulta um estorvo para a corrida. O uso da força, ou a simples ameaça intimidatória, são os instrumentos preferidos para a execução de sua política exterior.

A imposição generalizada de tarifaços obedece a essa lógica de uso da força, ainda quando não há justificativa comercial ou quando a aplicação de uma tal medida possa quebrantar alianças históricas.

A vontade de domínio é uma consequência lógica do uso da força. Na América do Sul, o Governo de Donald Trump impõe a chamada Doutrina Donroe[4] com o fito de excluir da região a China. A operacionalização dessa Doutrina realiza-se por meio de coalização de Estados da região, sob o signo de um alegado escudo das Américas[5], para agir contra a interferência estrangeira no hemisfério (leia-se China), gangues criminais e carteis de drogas. O interesse dos EUA é instalar bases na região para ampliar o domínio físico. O combate ao crime organizado ou, como se diz, aos "narcoterroristas", é apenas uma distração para outros fins, entre os quais podem ser listados controle das terras raras, fontes de energia (petróleo) e água – indispensáveis para o avanço das tecnologias de ponta, bem como para a instalação de base de dados.

A cessão demandada da soberania, porque é disto que se trata, mina as bases da democracia na região. É notável, nesse contexto, como os países da região fizeram escolhas por governos de extrema direita, para os quais a democracia pode ser rifada em nome de ajustes fiscais demandados pelo mercado e por Donald Trump.

No Brasil, as conquistas sociais a partir da democratização e da Constituição de 1988 são inegáveis. O país não alcançou ainda o estado de desenvolvimento desejado. Ainda permanecem níveis de desigualdade inaceitável, gritante até. Talvez o maior exemplo de democracia aplicada tenha sido a criação do SUS, esse sistema de saúde universal, integral e

[2] https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf
[3] https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-national-defense-strategy.pdf
[4] Pela qual reconhece-se a predominância norte-americana da região das Américas
[5] Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago.

gratuito para a população de mais de 215 milhões, que alguns gostariam de privatizar para o bem de investidores que não têm interesse na saúde de pessoas de carne e osso.

Por duas vezes num período de 4 anos, a democracia no Brasil foi ameaçada e por duas vezes os eleitores a defenderam contra os ataques vindos de setores prontos a rifarem todas as conquistas sociais alcançadas em nome do empreendedorismo, palavra inventada para significar redução do Estado, que também se traduz por meio do mantra "mais com menos", ilusão que sempre resulta em "menos com menos" com menos democracia, menos direitos, menos cidadania.

E, como num passe de mágica, voltamos à pergunta: que Organização se quer? Uma Organização moderna, eficiente, ágil, que atenda aos desafios do estado do mundo hoje, i.e., uma Organização que faça muito mais que aquela de 1945, com menor recursos financeiros? "Mais com menos"? Não cairemos na mesma ilusão que promete o impossível e entrega menos, por que não há milagre que transforme o menos em mais?

Para o estado do mundo que nos toca viver, precisamos de uma Organização que reúna a todos, porque nada podemos fazer sozinhos frente aos enormes desafios que nos acometem. Precisamos de uma Organização que seja a expressão de justiça e solidariedade, porque os problemas que se acumulam têm a sua origem na injustiça de políticas desumanizantes. Precisamos de uma Organização que atenda a todos e não deixe ninguém para trás.

Que Organização será essa, que tanto se parece ao que almejam os eleitores que defenderam a democracia por duas vezes neste país?

Ainda existem chances de o próximo Secretário-Geral ser da América Latina?

¿Todavía existen posibilidades de que el próximo Secretario General sea de América Latina?

Is there still a chance that the next Secretary-General will be from Latin America?

Sebastián Tobar e Santiago Alcázar

Resumo: O artigo analisa as possibilidades de a América Latina e o Caribe ocuparem a Secretaria-Geral da ONU no processo de seleção de 2026. A recente candidatura de Lana Zaki Nusseibeh, dos Emirados Árabes Unidos, amplia a concorrência e reduz a exclusividade regional. Embora a CELAC defenda que chegou o momento de um representante latino-americano e os BRICS apoiem a eleição de uma mulher da região, persistem divisões internas e riscos de veto no Conselho de Segurança. Com sete candidatos na disputa, a eleição dependerá menos do apoio regional e mais da obtenção de um consenso aceitável para os cinco membros permanentes.

Palavras chaves: Secretaria Geral da ONU; América Latina e Caribe.

***Resumen**: El artículo analiza las posibilidades de que América Latina y el Caribe logren ocupar la Secretaría General de la ONU en el proceso de selección de 2026. La reciente candidatura de Lana Zaki Nusseibeh, de los Emiratos Árabes Unidos, amplía la competencia y reduce la exclusividad regional. Aunque la CELAC defiende que ha llegado el momento de un representante latinoamericano y los BRICS respaldan la elección de una mujer de la región, persisten divisiones internas y riesgos de veto en el Consejo de Seguridad. Con siete candidatos en carrera, la elección dependerá menos del apoyo regional y más de alcanzar un consenso aceptable para los cinco miembros permanentes.*

***Palabras clave**: Secretaría General de la ONU; América Latina y el Caribe.*

***Abstract**: The article analyzes the prospects for Latin America and the Caribbean to secure the UN Secretary-General position during the 2026 selection process. The recent candidacy of Lana Zaki Nusseibeh, from the United Arab Emirates, broadens the field of competition and diminishes regional exclusivity. Although CELAC argues that the time has come for a Latin American representative—and the BRICS bloc supports the election of a woman from the region—internal divisions and the risk of a veto within the Security Council persist. With seven candidates in the running, the outcome will depend less on regional support and more on reaching a consensus acceptable to the five permanent members.*

***Keywords**: UN Secretariat; Latin America and the Caribbean.*

O processo de escolha do futuro Secretário-Geral das Nações Unidas continua, e surgem novos candidatos de outras regiões. No dia 21 de outubro, os Emirados Árabes Unidos apresentaram *Lana Zaki Nusseibeh*, diplomata que foi embaixadora junto à ONU por mais de

uma década e que, atualmente, ocupa um cargo ministerial em seu país. Sua inclusão amplia a disputa e abre a possibilidade de uma candidatura proveniente de fora da América Latina e do Caribe[1].

A pergunta que este artigo levanta é se ainda existem chances de um Secretário-Geral da América Latina para as Nações Unidas?

Na sexta consulta informal do Conselho de Segurança, realizada em 16 de outubro, a costa-riquenha Rebeca Grynspan obteve nove votos a favor, cinco contra e uma abstenção. No entanto, dois dos votos contrários partiram de membros permanentes, o que mantém aberta a possibilidade de um veto, reduzindo suas chances[2].

Vale ressaltar que quem vencer o atual processo de seleção para Secretário-Geral terá de enfrentar múltiplas crises, incluindo várias guerras, cortes nas contribuições dos Estados Unidos à ONU e a diminuição da relevância política do organismo — que conta com 193 membros —, à medida que Washington se retira de dezenas de suas agências.

A inclusão de uma nova candidata dos Emirados Árabes Unidos, Lana Zaki Nusseibeh, amplia a disputa e abre a possibilidade de uma pessoa oriunda de fora da América Latina e do Caribe.

Embora a região da América Latina e do Caribe esteja politicamente polarizada e não exista mais a unidade que havia no início deste século, surgiram alguns fatos que vale a pena destacar. Em um comunicado de 13 de outubro, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) insistiu que chegara o momento de um cidadão da região ocupar a Secretaria-Geral. Essa posição busca sustentar a expectativa de representação regional, mas não obriga juridicamente os membros do Conselho de Segurança[3].

Além disso, alguns candidatos já retiraram suas candidaturas; é o caso do *Macky Sall* de Burundi, que, no dia 20 de outubro, retirou a indicação do ex-presidente senegalês. A ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, também o fez no dia 21 de setembro. Essas movimentações alteram as opções disponíveis e a dinâmica das negociações.

No cenário atual, temos *sete candidatos*; cinco deles são da região *(María Fernanda Espinosa Garcés, Rafael Grossi, Rebeca Grynspan, Carolyn Rodrigues Birkett e Ivonne A-Bak),* enquanto dois são de fora da região (*Olara Otunnu*, de Uganda, e a nova candidata *Lana Zaki Nusseibeh*).

A esse cenário, podemos acrescentar que, na Cúpula dos BRICS em Nova Délhi, realizada no último dia 12 de setembro, os membros do grupo comprometeram-se a apoiar uma mulher para o cargo de Secretário-Geral e da Região de América Latina.

A Declaração de Nova Délhi dos BRICS: "*Construindo para a Resiliência, a Inovação, a Cooperação e a Sustentabilidade* (12/09/2026)", em seu ponto 9, assinala que "*À luz do processo*

---

[1] https://www.un.org/pga/81/documents/letters/joint-letter-nomination-secretary-general-candidate-21-october-2026

[2] https://www.reuters.com/world/americas/grynspan-holds-lead-next-un-chief-race-enters-decisive-stage-2026-10-16

[3] https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2026/10/sixth-security-council-straw-poll-on-un-secretary-general-candidates.php

de seleção em curso do próximo Secretário-Geral da ONU e levando em conta as disposições pertinentes da Carta da ONU, observamos que nenhuma mulher foi eleita para o cargo de Secretária-Geral, e que apenas uma nacional da América Latina e do Caribe, e apenas duas nacionais da África e da Ásia, ocuparam esse cargo". Isso aparentemente criaria obstáculos para o candidato argentino *Rafael Grossi* e para o candidato de Uganda, *Olara Otunnu* e a nova candidata nomeada de Emirados Árabes Unidos, *Lana Zaki Nusseibeh***.** Vale lembrar que tanto a China quanto a Rússia — membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas — são membros fundadores do bloco dos BRICS.

O processo de seleção do próximo Secretário-Geral já se estendeu muito além do previsto. Nos próximos dias, teremos um momento público relevante: o diálogo interativo com Nusseibeh, anunciado para o dia 27/10. A recente vitória de Lula poderia ser uma oportunidade para a unidade latino-americana. Sem dúvida, a diplomacia brasileira é uma das mais talentosas em nível internacional e, embora a aspiração regional promovida pela CELAC não equivalha a um consenso sobre uma pessoa específica, ela exerceria pressão em prol dessa unidade latino-americana.

Como vemos, no momento atual, o processo continua combinando uma forte expectativa de representação latino-americana, candidaturas regionais que competem entre si e novas opções de outras regiões. A incógnita central já não é apenas quem reúne mais apoios, mas sim quem pode chegar a um acordo que seja aceitável para os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

Direitos Humanos, Medidas Coercitivas Unilaterais e Governança Digital

Derechos humanos, medidas coercitivas unilaterales y gobernanza digital

Human Rights, Unilateral Coercive Measures, and Digital Governance

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: O presente informe analisa o relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre as repercussões negativas das medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos, Zaina Jallad, bem como o relatório de missão oficial a Cuba elaborado por Alena Douhan e os comentários apresentados pelo Estado cubano. O documento examina a evolução do mandato, os impactos das sanções unilaterais sobre direitos econômicos, sociais e culturais, os efeitos da regulação excessiva (*overcompliance*), as repercussões extraterritoriais e os principais resultados da visita a Cuba. São igualmente apresentadas informações referentes à posição do Estado cubano acerca dos efeitos econômicos e sociais do bloqueio. Ao final, inclui-se nota informativa sobre manifestação de especialistas independentes das Nações Unidas relativa à atuação da empresa Meta durante o processo eleitoral brasileiro de 2026.

Palavras-chave: medidas coercitivas unilaterais; Cuba; direitos humanos; ONU.

Resumen: *El presente informe analiza el informe de la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre las repercusiones negativas de las medidas coercitivas unilaterales en el disfrute de los derechos humanos, Zaina Jallad, así como el informe de misión oficial a Cuba elaborado por Alena Douhan y los comentarios presentados por el Estado cubano. Se examinan los impactos de las sanciones unilaterales sobre los derechos humanos, los efectos de la regulación excesiva (overcompliance), las consecuencias extraterritoriales y los hallazgos de la visita a Cuba. Asimismo, se presenta una nota relativa a la manifestación de expertos independientes de las Naciones Unidas sobre la actuación de Meta durante el proceso electoral brasileño de 2026.*

Palabras clave: *medidas coercitivas unilaterales; Cuba; derechos humanos; Naciones Unidas.*

Abstract: *This report examines the report of the United Nations Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights, Zaina Jallad, together with the official mission report to Cuba prepared by Alena Douhan and the comments submitted by the Cuban State. The document reviews the impact of unilateral sanctions on human rights, the effects of overcompliance, extraterritorial consequences and the findings of the mission to Cuba. It also includes a note on concerns raised by independent United Nations experts regarding the conduct of Meta during Brazil's 2026 electoral process.*

Keywords: *unilateral coercive measures; Cuba; human rights; United Nations.*

Introdução

As medidas coercitivas unilaterais constituem um tema de extrema relevância nas atuais discussões sobre direitos humanos, desenvolvimento e relações internacionais. O mandato de Relator/a Especial sobre as repercussões negativas dessas medidas foi criado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com o objetivo de examinar os efeitos das sanções unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos e formular recomendações destinadas a prevenir ou mitigar impactos adversos.

O relatório apresentado por Zaina Jallad à 63ª sessão ordinária do Conselho oferece um balanço abrangente dos onze anos de atuação do mandato e aponta desafios emergentes relacionados à expansão dos regimes de sanções contemporâneos.

Segundo a Relatora Especial, o mandato concentra-se fundamentalmente nos impactos das medidas sobre populações civis. Em uma das passagens centrais do relatório, afirma-se que:

> *O mandato trata, em essência, dos direitos das pessoas comuns, incluindo aquelas que não detêm poder político e não têm responsabilidade pela conduta de seus governos, e que não devem ser obrigadas a arcar com o custo humano dos conflitos entre Estados.*

A partir dessa perspectiva, o relatório examina os efeitos das medidas coercitivas sobre populações vulneráveis, sistemas econômicos nacionais, instituições públicas e mecanismos internacionais de cooperação, bem como sobre atividades humanitárias e de desenvolvimento.

Evolução das Medidas Coercitivas Unilaterais e do Mandato da Relatoria Especial

O relatório observa uma expansão expressiva do uso de medidas coercitivas unilaterais ao longo das últimas décadas. Conforme os dados compilados pela Relatoria, a parcela da economia mundial sujeita a sanções passou de aproximadamente 5,4% nos anos 1960 para 24,7% entre 2010 e 2022. Essa evolução é apresentada como um dos principais elementos explicativos da crescente relevância do tema no sistema internacional de direitos humanos.

O documento enfatiza que as consequências das sanções extrapolam os textos normativos que as instituem. Segundo a Relatora, muitos dos efeitos observados decorrem da reação de instituições financeiras, seguradoras, empresas de transporte, fornecedores e plataformas digitais. Nesse sentido, o relatório destaca:

> *A regulação excessiva ocupa um lugar central nessa análise. O dano descrito no presente relatório se manifesta menos por meio do texto formal das medidas do que por meio das decisões de instituições financeiras, seguradoras, fornecedores e plataformas que vão além do que as medidas exigem.*

A Relatoria argumenta que essa dinâmica contribui para ampliar significativamente o alcance prático das medidas coercitivas, produzindo efeitos em setores e territórios não necessariamente abrangidos pelos regimes sancionatórios formais.

O documento também cita estudos acadêmicos recentes que associam sanções econômicas internacionais ao agravamento de indicadores sociais e de saúde pública, incluindo mortalidade infantil, mortalidade materna e acesso a serviços essenciais.

Direitos Humanos, Desenvolvimento e Regulação Excessiva (*Overcompliance*)

Um dos aspectos centrais do relatório refere-se ao fenômeno da regulação excessiva (*overcompliance,* termo denominado em inglês). A Relatoria descreve esse processo como a adoção de medidas de cautela por agentes privados que excedem as exigências legalmente previstas. Tal comportamento manifesta-se por meio do encerramento preventivo de contas bancárias, recusa de transações financeiras, bloqueio de pagamentos internacionais, limitações de seguros, interrupção de serviços digitais e recusa de fornecimento de bens e serviços.

Segundo o relatório, mesmo operações autorizadas por exceções humanitárias frequentemente enfrentam obstáculos significativos na prática. Organizações humanitárias e agências internacionais relatam dificuldades para realizar transferências bancárias, adquirir equipamentos médicos ou transportar bens essenciais para populações afetadas.

A Relatoria conclui que tais práticas repercutem diretamente sobre direitos como saúde, alimentação, educação, trabalho, proteção social e desenvolvimento. Além disso, os efeitos são frequentemente sentidos com maior intensidade por grupos vulneráveis, incluindo crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, refugiados, migrantes e populações em situação de pobreza.

A Missão Oficial da Relatora Especial a Cuba (Relatório A/HRC/63/29/Add.1)

Entre 11 e 21 de novembro de 2025, a então Relatora Especial Alena Douhan realizou missão oficial a Cuba para avaliar os impactos das medidas coercitivas unilaterais sobre os direitos humanos. Durante a visita, foram realizadas reuniões com autoridades nacionais, representantes de organismos internacionais, entidades da sociedade civil, universidades, profissionais de saúde e representantes do setor privado.

O relatório contextualiza historicamente as sanções impostas pelos Estados Unidos a Cuba desde a década de 1960 e examina os efeitos associados à sua implementação e reforço. A Relatora conclui que os impactos não decorrem apenas das medidas formalmente aplicadas, mas também dos mecanismos destinados à sua execução e das práticas de regulação excessivas adotadas por agentes privados. Nesse sentido, o relatório afirma:

> *As sanções unilaterais primárias e os meios empregados para garantir sua aplicação, as políticas de redução de risco e o excesso de rigor na aplicação dessas sanções agravaram consideravelmente a situação humanitária em Cuba.*

O documento registra impactos em diferentes setores da vida econômica e social cubana, incluindo saúde, alimentação, agricultura, energia, telecomunicações, educação, ciência e infraestrutura.

Alimentação, Saúde e Condições de Vida

A missão da Relatora identificou dificuldades relacionadas à importação de alimentos, fertilizantes, insumos agrícolas e medicamentos. Segundo as informações reunidas durante a visita, entre 70% e 80% dos alimentos consumidos em Cuba dependem de importações, circunstância que torna o país particularmente vulnerável a restrições financeiras e comerciais internacionais.

De acordo com o relatório, os efeitos observados alcançam dimensões amplas da vida cotidiana:

> *As medidas acima mencionadas impediram que Cuba dispusesse dos recursos necessários para desenvolver e manter infraestruturas essenciais (...) Elas afetaram o direito à alimentação, o direito de não viver na pobreza, o direito a uma vida digna e o direito à saúde.*

Na área da saúde, foram registradas dificuldades relacionadas à aquisição de equipamentos médicos, reagentes laboratoriais, tecnologias hospitalares e peças para manutenção de equipamentos. O relatório menciona ainda aproximadamente 96 mil pacientes à espera de cirurgias, incluindo cerca de 11 mil crianças.

A Relatora também observou limitações na efetividade das isenções humanitárias existentes, registrando que são ineficazes e insuficientes, sujeitas a procedimentos demorados e onerosos.

Educação, Ciência, Tecnologia e Infraestrutura

O relatório da missão a Cuba dedica atenção aos impactos das medidas coercitivas sobre o sistema educacional e científico ao registrar dificuldades relacionadas ao acesso a plataformas digitais, softwares especializados, equipamentos laboratoriais e redes internacionais de pesquisa. O documento menciona restrições de acesso a centenas de páginas eletrônicas e ferramentas digitais utilizadas por pesquisadores e estudantes.

No setor da infraestrutura, destacam-se problemas relacionados ao abastecimento energético, ao transporte, às telecomunicações e aos sistemas de abastecimento de água. Segundo o relatório, as restrições financeiras e comerciais afetam a aquisição de peças de reposição, combustíveis e equipamentos necessários para manutenção de serviços públicos essenciais.

Comentários do Estado Cubano ao Relatório da Missão a Cuba (Relatório A/HRC/63/29/Add.2)

Os comentários apresentados pelo Estado cubano ao relatório de missão da então Relatora Especial Alena Douhan constituem um extenso documento de resposta institucional que busca complementar e atualizar as informações fornecidas durante a visita oficial ao país. O texto procura demonstrar, a partir de dados produzidos por órgãos governamentais cubanos, a magnitude dos impactos econômicos, sociais e humanitários atribuídos ao embargo e às demais medidas restritivas aplicadas pelos Estados Unidos. O documento sustenta que a ampliação das medidas coercitivas e a manutenção de Cuba na lista estadunidense de países supostamente patrocinadores do terrorismo produziram efeitos acumulativos sobre praticamente todos os setores da economia nacional.

Quadro: Reprodução de comentários do Estado Cubano.

O bloqueio em dados
8 minutos de bloqueio representam o custo anual do financiamento para a educação especial de crianças e jovens com deficiência auditiva (129.500 dólares).
13 minutos de bloqueio equivalem ao custo dos recursos necessários para meninas e meninos com deficiência visual no país (203.970 dólares).

16 minutos de bloqueio equivalem ao custo de aquisição do medicamento Nusinersen para o tratamento anual da atrofia espinhal infantil (250.000 dólares)

46 minutos de bloqueio representam o custo da importação, de mercados mais distantes, de peças para a reparação ou reposição de equipamentos de bombeamento de água (714.400 dólares).

3 horas de bloqueio equivalem ao financiamento necessário para o tratamento de infertilidade no exterior de 109 casais (2.900.000 dólares)

3 dias de bloqueio equivalem ao financiamento necessário para a modernização tecnológica do sistema bancário cubano (65.000.000 de dólares)

4 dias de bloqueio equivalem ao custo da importação de todos os combustíveis necessários para atender à demanda da economia do país (78.510.000 dólares)

Fonte: Relatório A/HRC/63/29/Add.2

Segundo o governo cubano, o período compreendido entre março de 2025 e fevereiro de 2026 teria registrado o maior volume anual de perdas econômicas já contabilizado pelo país em decorrência das medidas restritivas. Nesse contexto, o documento afirma que o valor total dos prejuízos causados a Cuba pelo bloqueio no período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 atingiu a cifra recorde de mais de oito bilhões de dólares.

Os comentários apresentados ao Conselho de Direitos Humanos indicam que os danos acumulados ao longo de mais de seis décadas teriam alcançado aproximadamente 178,7 bilhões de dólares em valores correntes. O documento acrescenta que, quando calculados considerando a desvalorização do dólar frente ao valor do ouro, os prejuízos seriam significativamente superiores.

No plano macroeconômico, o governo sustenta que as restrições têm efeitos diretos sobre crescimento econômico, investimento externo, produtividade e geração de receitas públicas. Os comentários afirmam que se não houvesse o bloqueio, o PIB de Cuba a preços correntes em 2025 teria sido 10,8% superior ao valor estimado para esse ano.

Os comentários também argumentam que as limitações ao acesso ao sistema financeiro internacional produziram dificuldades para obtenção de créditos, realização de pagamentos internacionais, contratação de seguros e execução de operações comerciais regulares. O documento descreve situações em que instituições bancárias estrangeiras teriam recusado transações envolvendo entidades cubanas ou parceiros comerciais do país, mesmo quando tais operações se relacionavam a atividades autorizadas pelo direito internacional ou por ações humanitárias.

Setor da Saúde

A área da saúde ocupa posição central nos comentários do Estado cubano ao afirmar que as restrições financeiras e comerciais afetam a aquisição de medicamentos, reagentes laboratoriais, equipamentos médicos, peças de reposição, dispositivos hospitalares e tecnologias especializadas. Segundo o governo, muitos fabricantes internacionais evitariam realizar operações comerciais com Cuba em razão das sanções ou dos riscos associados às chamadas sanções secundárias.

O Estado cubano argumenta que tais obstáculos teriam repercussões diretas sobre a prestação de serviços de saúde à população. Os comentários mencionam dificuldades no

tratamento de doenças cardiovasculares, enfermidades oncológicas, diabetes, doenças raras e outras condições que dependem de medicamentos ou equipamentos de alta complexidade produzidos por empresas estrangeiras.

Entre os dados apresentados, destaca-se a referência à evolução da mortalidade infantil que passou de 4 por mil nascidos vivos em 2018 para 9,9 em 2025, o que representa um aumento de 148%, relacionando esse aumento a dificuldades estruturais enfrentadas pelo setor de saúde, especialmente à disponibilidade de insumos médicos e tecnologias especializadas.

Segurança Alimentar e Agricultura

O documento afirma que a agricultura cubana enfrenta limitações significativas decorrentes das dificuldades para importar fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas, equipamentos e combustível. Segundo o governo, tais restrições afetam a produção doméstica de alimentos e ampliam a dependência de importações.

Os comentários enfatizam que os custos de aquisição de alimentos no mercado internacional aumentam devido às barreiras comerciais e financeiras enfrentadas pelo país. O governo sustenta que a necessidade de recorrer a fornecedores mais distantes, intermediários adicionais e mecanismos alternativos de pagamento eleva significativamente os custos de importação e compromete a segurança alimentar nacional.

Energia e Infraestrutura

Outro tema amplamente desenvolvido refere-se ao setor energético que atribui às restrições econômicas parte das dificuldades enfrentadas para aquisição de combustíveis, equipamentos, geradores, transformadores e peças necessárias para manutenção da infraestrutura elétrica nacional.

Segundo os comentários apresentados, as limitações nas importações de combustíveis e equipamentos contribuíram para interrupções frequentes no fornecimento de energia elétrica e dificultaram investimentos destinados à modernização do sistema energético. O documento descreve ainda impactos associados ao abastecimento de água, ao transporte público, às telecomunicações e aos programas de reconstrução posteriores à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Transporte, Comércio e Sistema Financeiro

O Estado cubano dedica parte significativa de sua resposta aos impactos observados nos setores de transporte e comércio exterior. O documento afirma que diversas empresas marítimas evitam operar em portos cubanos por receio de sanções ou restrições posteriores em suas atividades comerciais nos Estados Unidos. Situação semelhante seria observada no setor aéreo e em serviços logísticos internacionais.

Os comentários também registram dificuldades persistentes para abertura de contas bancárias, processamento de pagamentos internacionais e contratação de serviços financeiros. Segundo o governo, tais obstáculos afetam importações, exportações, remessas familiares, investimentos estrangeiros e operações comerciais realizadas por empresas estatais e privadas.

Ciência, Educação e Tecnologia

O documento dedica atenção específica aos efeitos sobre ciência, educação e inovação ao afirmar que universidades, centros de pesquisa e instituições científicas enfrentam restrições para adquirir equipamentos laboratoriais, softwares especializados, publicações científicas e serviços digitais internacionalmente utilizados na pesquisa acadêmica.

Os comentários também mencionam dificuldades na participação de pesquisadores cubanos em projetos de cooperação internacional, na contratação de serviços tecnológicos e no acesso a plataformas digitais utilizadas em atividades científicas e educacionais. Tais limitações são apresentadas como fatores que afetam a capacidade nacional de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Turismo e Desenvolvimento Econômico

O setor turístico é identificado pelo governo cubano como uma das áreas mais afetadas tendo em vista que restrições impostas a viagens, transações financeiras e operações empresariais teriam reduzido receitas ligadas ao turismo internacional. O documento associa essa situação à diminuição do ingresso de divisas, elemento considerado relevante para financiamento de programas sociais e importação de bens essenciais.

Efeitos interdependentes das medidas coercitivas unilaterais

A resposta estatal argumenta que os impactos sobre turismo, energia, comércio exterior, agricultura, saúde e sistema financeiro produzem efeitos interdependentes, ampliando as dificuldades de recuperação econômica e restringindo a capacidade do Estado de implementar políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Os comentários do Estado cubano podem ser considerados um complemento ao relatório de missão da Relatora Especial pois apresentam dados adicionais, indicadores econômicos e informações produzidas por instituições nacionais para sustentar a avaliação de que as medidas coercitivas unilaterais produzem consequências amplas sobre direitos econômicos, sociais e culturais.

Dessa forma, o documento com os comentários estatais de Cuba busca demonstrar que os impactos das medidas restritivas não somente se limitam às relações comerciais internacionais, mas também alcançando áreas como saúde pública, alimentação, educação, ciência, energia, infraestrutura, desenvolvimento econômico e funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Nota Informativa: Especialistas da ONU, Meta e as Eleições Brasileiras de 2026

Em 21 de outubro de 2026, especialistas independentes vinculados aos Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas publicaram comunicado expressando preocupação diante de alegações de restrições à expressão política em plataformas da Meta durante o processo eleitoral brasileiro. Segundo os especialistas, observadores internacionais relataram interrupções temporárias de contas de campanha, diferenças de alcance entre conteúdos políticos, alterações em recomendações algorítmicas, limitações impostas a publicações no Instagram, diferenças em resultados de busca de canais do WhatsApp e variações na geração de imagens por sistemas de inteligência artificial.

O comunicado afirma que as plataformas on-line são atores fundamentais no debate democrático. Impedir que as pessoas se manifestem ou alcancem públicos sem uma justificativa afeta quem é ouvido.

Os especialistas registraram preocupação com possíveis impactos sobre a liberdade de expressão, a liberdade de associação, a participação política e a igualdade de tratamento entre diferentes perspectivas políticas. O documento menciona que relatórios de monitoramento registraram milhares de contas e publicações sujeitas a suspensão, redução de visibilidade e limitação de compartilhamento, incluindo perfis de jornalistas, defensores de direitos humanos, organizações da sociedade civil e criadores de conteúdo.

O comunicado acrescenta que relatórios de monitoramento mostram que milhares de contas e publicações sofreram suspensões, redução da visibilidade e limites de compartilhamento, incluindo jornalistas, defensores dos direitos humanos, atores da sociedade civil e criadores de conteúdo.

Segundo os especialistas, informações provenientes de sistemas de monitoramento independentes e de funcionários da própria empresa indicariam que contas associadas a um dos lados da disputa presidencial poderiam ter sido afetadas de maneira desproporcional. O comunicado observa que decisões algorítmicas e sistemas de moderação de conteúdo possuem potencial para influenciar significativamente o alcance das manifestações políticas em ambientes digitais.

Em outro trecho, os especialistas afirmam que “Perder alcance pode significar perder voz no debate público e a capacidade de mobilizar comunidades.”

A manifestação registra ainda que uma decisão da Justiça Eleitoral brasileira determinou que a empresa Meta aplicasse critérios equivalentes entre os candidatos participantes do segundo turno quanto a alcance, recomendações algorítmicas e resultados de busca.

Os especialistas concluíram que empresas de tecnologia devem agir em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, garantindo transparência, mecanismos efetivos de reparação e tratamento equitativo de conteúdos políticos. O comunicado finaliza observando que: “A liberdade de expressão e a integridade da informação devem, portanto, andar de mãos dadas.”

Considerações Finais

Os documentos analisados evidenciam a continuidade do debate internacional acerca dos impactos das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos. O relatório de Zaina Jallad apresenta um balanço dos onze anos de atuação do mandato e enfatiza os efeitos da regulação excessiva, das restrições financeiras e das consequências indiretas produzidas por agentes privados.

A missão de Alena Douhan a Cuba registra informações relativas aos impactos das sanções sobre alimentação, saúde, educação, ciência, energia e infraestrutura, enquanto os comentários apresentados pelo Estado cubano expõem dados oficiais sobre perdas econômicas e repercussões sociais atribuídas ao bloqueio.

Por sua vez, a manifestação dos especialistas independentes acerca das eleições brasileiras de 2026 amplia o debate para o campo da governança digital, destacando questões

relacionadas à moderação de conteúdo, transparência algorítmica, liberdade de expressão e integridade dos processos democráticos em plataformas digitais.

Referências

NAÇÕES UNIDAS*. A/HRC/63/29. Report of the Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights, Zaina Jallad.* Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/63/29. Acesso em 23 out.2026.

NAÇÕES UNIDAS. *A/HRC/63/29/Add.1. Visit to Cuba: Report of the Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights, Alena Douhan*. Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/63/29/Add.1. Acesso em 23 out.2026.

NAÇÕES UNIDAS. *A/HRC/63/29/Add.2. Comments by Cuba on the report of the Special Rapporteur*. Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2026. Disponível em https://docs.un.org/es/A/HRC/63/29/Add.2. Acesso em 23 out.2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *META must protect political expression and guarantee effective remedy during Brazil elections: UN experts*. Genebra, 21 out. 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/10/meta-must-protect-political-expression-and-guarantee-effective-remedy-during. Acesso em: 24 out. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Brazil Country Page.* Genebra: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/countries/brazil. Acesso em: 24 out. 2026.

Duas semanas que testaram a OMS: Ebola, sucessão e reformas regionais

Dos semanas que pusieron a prueba a la OMS: el Ebola, la sucesión y las reformas regionales

Two weeks that put the WHO to the test: Ebola, leadership transition, and regional reforms

Luiz Augusto Galvão, Luana Bermudez e Paula Reges

Um surto sem vacina aprovada atravessa fronteiras em África, três Comitês Regionais reúnem-se com orçamentos mais curtos e a Organização prepara a saída do seu Diretor-Geral. Um balanço da quinzena, com números e fontes.

Resumo: Entre 13 e 27 de outubro de 2026, a Organização Mundial da Saúde enfrentou a expansão do surto de ebola Bundibugyo para lá da RD Congo, com mais de 10 000 casos confirmados no país e casos importados no Quénia e na Nigéria. Lançou, com parceiros, o primeiro grande ensaio de vacinas contra esta estirpe. Três Comités Regionais (Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Europa) reuniram-se num quadro de cortes orçamentais, enquanto decorre a sucessão do Diretor-Geral Tedros Adhanom Ghebreyesus. A agenda técnica incluiu desigualdades nas doenças não transmissíveis, acesso ao diagnóstico, intoxicação por chumbo, obesidade e medicina tradicional.

Palavras-chave: OMS; ebola Bundibugyo; ensaio TUMAINI; Comités Regionais; financiamento da saúde; doenças não transmissíveis; desigualdades em saúde; diagnóstico; obesidade; intoxicação por chumbo; medicina tradicional; sucessão do Diretor-Geral.

Resumen: *Entre el 13 y el 27 de octubre de 2026, la Organización Mundial de la Salud afrontó la expansión del brote de ebola Bundibugyo más allá de la RD del Congo, con más de 10 000 casos confirmados en el país y casos importados en Kenia y Nigeria. Inició, con socios, el primer gran ensayo de vacunas contra esta cepa. Tres Comités Regionales (Mediterráneo Oriental, Pacífico Occidental y Europa) se reunieron en un contexto de recortes presupuestarios, mientras avanza la sucesión del Director General Tedros Adhanom Ghebreyesus. La agenda técnica abarcó desigualdades en las enfermedades no transmisibles, acceso al diagnóstico, intoxicación por plomo, obesidad y medicina tradicional.*

Palabras clave: *OMS; ebola Bundibugyo; ensayo TUMAINI; Comités Regionales; financiamiento de la salud; enfermedades no transmisibles; desigualdades en salud; diagnóstico; obesidad; intoxicación por plomo; medicina tradicional; sucesión del Director General.*

Abstract: *From 13 to 27 October 2026, the World Health Organization faced the spread of the Bundibugyo Ebola outbreak beyond the DR Congo, with more than 10,000 confirmed cases in the country and imported cases in Kenya and Nigeria. With partners, it launched the first major*

vaccine trial against this strain. Three Regional Committees (Eastern Mediterranean, Western Pacific and Europe) met amid budget cuts, while the succession of Director-General Tedros Adhanom Ghebreyesus unfolds. The technical agenda covered inequalities in noncommunicable diseases, access to diagnostics, lead poisoning, obesity and traditional medicine.

Keywords: *WHO; Bundibugyo Ebola; TUMAINI trial; Regional Committees; health financing; noncommunicable diseases; health inequality; diagnostics; obesity; lead poisoning; traditional medicine; Director-General succession.*

Uma organização em dois tempos

A segunda quinzena de outubro de 2026 mostrou duas faces da Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma é a de agência de emergência: um surto de ebola para o qual não existe vacina nem tratamento aprovados ganhou terreno em África e chegou a dois novos países. A outra é a de instituição em transição, com cofres mais vazios, postos de trabalho cortados e o fim de mandato do seu Diretor-Geral à vista.

O calendário ajudou a concentrar as atenções. Em apenas duas semanas reuniram-se os Comités Regionais do Mediterrâneo Oriental, no Cairo, do Pacífico Ocidental, em Manila, e da Europa, em Copenhaga, segundo o calendário de governação da OMS. Estes comités, compostos pelos ministros da Saúde de cada região, definem as prioridades regionais e preparam o orçamento que a Assembleia Mundial da Saúde aprovará depois.

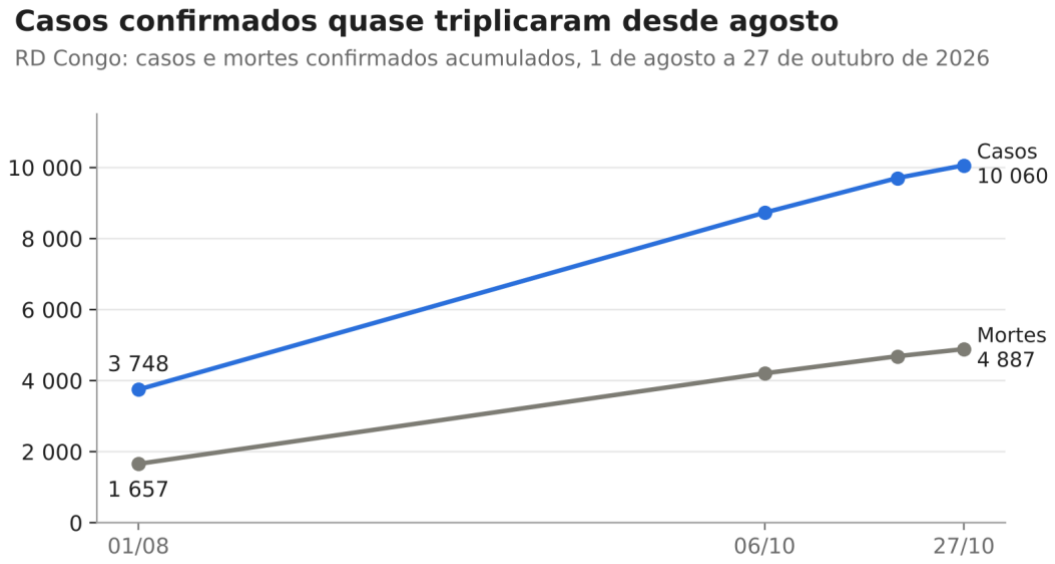
Para Tedros Adhanom Ghebreyesus, a quinzena foi também uma digressão de despedida. O seu segundo e último mandato termina a 15 de agosto de 2027, e seis candidatos disputam a sucessão, depois de as candidaturas terem fechado a 24 de setembro, segundo o Eastleigh Voice. O jornal queniano lembra que o próximo Diretor-Geral herdará críticas à gestão da pandemia de COVID-19, uma dependência elevada de contribuições voluntárias e um orçamento em contração. O escolhido será nomeado pela Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2027, como recordou a World Health Summit, que a 11 de outubro reuniu pela primeira vez os pretendentes num debate público em Berlim.

O Ebola sai da RD Congo

O surto de doença pelo vírus Bundibugyo foi declarado a 15 de maio de 2026 nas zonas de saúde de Rwampara, Mongwalu e Bunia, na província de Ituri. Dois dias depois, a OMS classificou-o como emergência de saúde pública de importância internacional, o seu nível de alerta mais elevado depois da pandemia. É o segundo surto documentado desta espécie de ebola na RD Congo, depois de 2012, e já o maior surto de ebola de sempre no país, independentemente da espécie (OMS).

Os números da atualização da OMS de 23 de outubro são eloquentes. A 20 de outubro havia 9704 casos confirmados e 4687 mortes, em 66 zonas de saúde de oito províncias, com uma taxa de letalidade de 48,3%. Só nas 24 horas anteriores tinham sido notificados 67 novos casos: 37 em Ituri, 29 em Nord-Kivu e 1 em Tshopo. Cinquenta das 66 zonas afetadas registaram pelo menos um caso nos 21 dias anteriores, com Mandima, Beni e Bunia à cabeça. Nord-Ubangi foi a província mais recentemente atingida. Uma semana depois, dados do Ministério da Saúde congolês citados pela Al Jazeera davam já 10 060 casos e 4887 mortes.

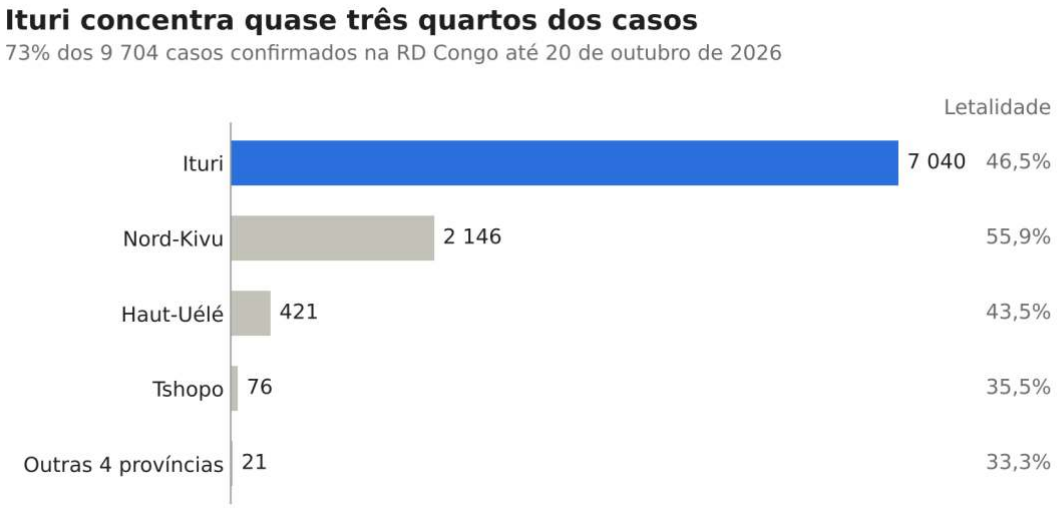
Figura 1: Casos e mortes confirmados acumulados na RD Congo.



Fonte: allAfrica/ONU para 1 de agosto; OMS, DON 23 out. para 6 e 20 de outubro (o valor de 6 de outubro é obtido por diferença) e Ministério da Saúde da RD Congo via Al Jazeera para 27 de outubro.

O ritmo de crescimento ajuda a medir a escala do problema. A 1 de agosto, a RD Congo contava 3748 casos confirmados e 1657 mortes, segundo dados da OMS citados pelo allAfrica. Em menos de três meses, o número de casos quase triplicou. A comparação histórica mais próxima é desconfortável: os surtos anteriores de Bundibugyo, no Uganda em 2007 e na RD Congo em 2012, tiveram letalidades de 30% e 50% (OMS), e a OMS admite que este surto está em vias de ultrapassar o número de mortes da epidemia da África Ocidental de 2014–2016, de cerca de 11 000 (CNN).

Figura 2: Casos confirmados e letalidade por província, RD Congo, 20 de outubro de 2026. «Outras 4 províncias»: Bas-Uélé, Sud-Kivu, Sud-Ubangi e Nord-Ubangi, obtidas por diferença.

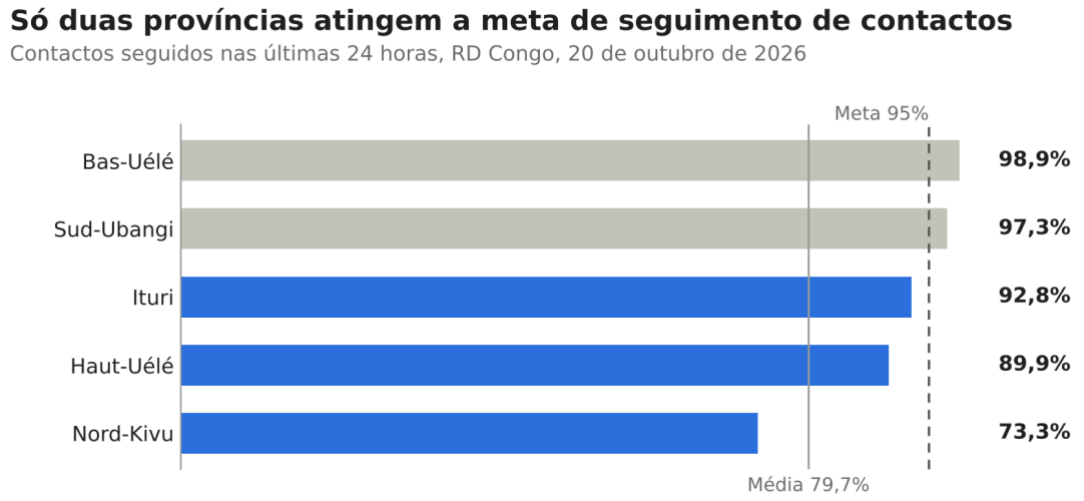


Fonte: OMS, DON 23 out.

A distribuição geográfica é muito desigual. Ituri, o epicentro, concentra 7040 casos e 3271 mortes, quase três quartos do total. Ituri tem casos em 28 das suas 36 zonas de saúde. Nord-Kivu, com 2146 casos e 1199 mortes, regista a letalidade provincial mais alta, de 55,9%: mais de metade dos doentes confirmados morreu (OMS).

Os números revelam também fragilidades na resposta. Das 482 mortes registadas desde a atualização anterior, 307 ocorreram na comunidade, fora dos centros de tratamento. Isto indica que muitos doentes não chegam a tempo aos cuidados e que alguns funerais podem decorrer sem as precauções necessárias. Dos 30 130 contactos em seguimento em seis províncias, 24 017 foram vistos nas 24 horas anteriores, uma taxa de 79,7%. A meta é de 95%, o mesmo limiar que o Africa CDC considera necessário para declarar o surto controlado (Al Jazeera).

Figura 3: Percentagem de contactos seguidos nas 24 horas anteriores, por província. Tshopo foi excluída porque os valores publicados não são coerentes entre si.



Fonte: OMS, DON 23 out.

A insegurança agrava o quadro. A 24 de outubro, uma enfermeira foi morta e outro profissional ficou gravemente ferido em Bafwasende, na província de Tshopo, quando respondiam a um alerta de ebola. «Todos os que trabalham para proteger as comunidades desta doença mortal devem poder trabalhar com dignidade e segurança», escreveu Tedros. O Diretor Regional para África, Mohamed Janabi, resumiu: «A saúde NÃO é um alvo» (Al Jazeera).

A internacionalização do surto

A grande novidade da quinzena foi a chegada do vírus a novos países. A 6 de outubro, o Quénia confirmou o primeiro caso da sua história: um homem que vivia na RD Congo, viajou por estrada até ao Uganda e chegou de avião a Nairobi a 3 de outubro. Estava doente há cerca de um mês, foi isolado à chegada ao hospital e morreu a 5 de outubro. A 20 de outubro, o país contava nove casos, todos ligados ao mesmo agregado: quatro familiares e quatro profissionais de saúde. Os 135 contactos foram todos localizados e colocados em quarentena, e não há sinais de transmissão fora deste grupo (OMS).

A 23 de outubro, uma familiar de 65 anos do primeiro doente tornou-se a segunda vítima mortal no Quénia. Tinha desenvolvido sintomas a 13 de outubro, já em quarentena,

segundo o Ministério da Saúde queniano citado pelo Citizen Digital. A vigilância nas fronteiras quenianas é intensa: até 22 de outubro tinham sido rastreados 709 093 viajantes e testadas 461 amostras em cinco laboratórios (OMS).

No dia 20 de outubro foi a vez da Nigéria. Uma doente que chegara a Abuja a 3 de outubro, vinda do Uganda, desenvolveu sintomas a 7, procurou cuidados a 11 e testou positivo a 20. A Nigéria tornou-se assim o quinto país atingido pelo surto, depois da RD Congo, do Uganda, da França e do Quénia (OMS). Segundo o Africa CDC, citado pela CNN, os primeiros doentes da Nigéria e do Quénia passaram ambos pelo aeroporto de Entebbe a 3 de outubro. A doente, cidadã suíça, foi depois evacuada para a Suíça e 52 contactos continuam em vigilância. O escritório regional africano desmentiu as notícias de que a Nigéria estaria «livre de ebola», lembrando que os contactos são seguidos durante 21 dias (Streamline Feed).

Tabela 1: O surto por país, 20 a 27 de outubro de 2026

País	Casos confirmados	Mortes	Contactos em seguimento	Notas
RD Congo	9704 (20 out.); 10 060 (27 out.)	4687 (20 out.); 4887 (27 out.)	30 130	66 zonas de saúde em 8 províncias; 2595 recuperados
Quênia	9	2	135	Agregado único; 709 093 viajantes rastreados até 22 out.
Nigéria	1	0	52	Caso importado em Abuja; doente evacuada para a Suíça

Fontes: OMS, DON 23 out.; Al Jazeera; Citizen Digital; CNN.

Vacinas: a esperança chamada TUMAINI

A esperança chegou a 23 de outubro, em Bunia. Aí foram vacinados os primeiros participantes do ensaio TUMAINI, palavra que significa «esperança» em suaíli. Trata-se de um estudo adaptativo de fase 2/3, financiado pela CEPI e apoiado pela OMS com conhecimento técnico, científico e operacional. Começa por testar a Ervebo, vacina licenciada contra o ebola Zaire, para ver se oferece proteção cruzada contra o Bundibugyo. Deverá depois incorporar dois candidatos específicos para o Bundibugyo, que ainda estão em ensaios de fase inicial (eNCA, Monitor).

O desenho do ensaio inclui grávidas e crianças a partir dos 12 anos, grupos muitas vezes excluídos da investigação clínica. «Se for bem-sucedido, será a primeira vez que temos provas claras de eficácia de uma vacina contra o vírus Bundibugyo», afirmou Chikwe Ihekweazu, diretor executivo do Programa de Emergências Sanitárias da OMS (NAN). O ensaio aproveita doses já disponíveis: em agosto, o grupo internacional que gere a reserva mundial de vacinas contra o ebola atribuiu 70 000 doses de Ervebo à RD Congo, 20 000 para o ensaio e 50 000 para profissionais da linha da frente (EMPHNET).

A OMS mantém o risco como muito alto na RD Congo, alto nos países vizinhos e baixo no resto de África e a nível global, mas está a rever esta avaliação. Continua a desaconselhar restrições a viagens ou ao comércio com os países afetados (OMS).

Um alerta na Sibéria

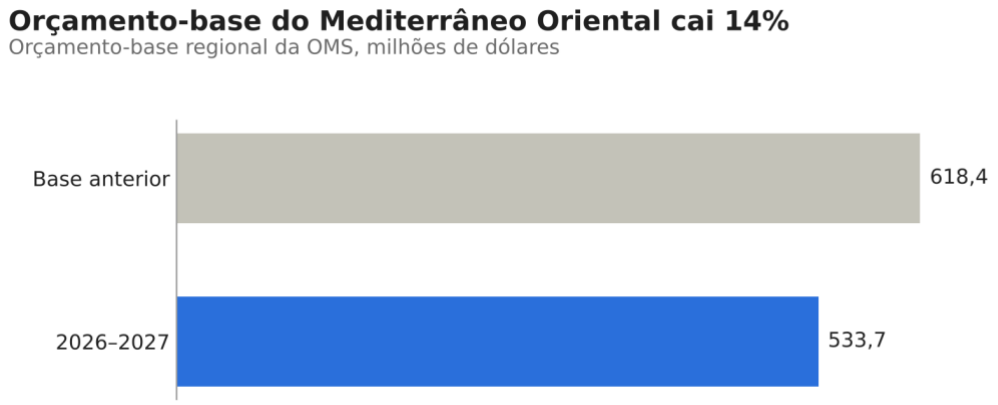
No mesmo período, a OMS acompanhou outro caso sensível. A 2 de outubro, um funcionário do Instituto Antipeste de Irkutsk, na Rússia, morreu depois de ter sido hospitalizado a 29 de setembro com pneumonia grave. Notícias da imprensa falavam de peste pneumónica após uma exposição acidental em laboratório. A OMS contactou as autoridades russas a 3, 5, 6 e 7 de outubro ao abrigo do Regulamento Sanitário Internacional, e publicou um alerta sobre pneumonia de etiologia indeterminada. Moscovo respondeu que não houvera casos recentes de peste na região e que colocara cerca de 200 contactos em quarentena, como referiu Tedros no briefing de 7 de outubro. A OMS pediu mais informação sobre os testes laboratoriais e sobre um alegado segundo caso.

Comitês Regionais: orçamentos curtos, agendas longas

Mediterrâneo Oriental: fazer mais com menos

No Cairo, de 13 a 15 de outubro, o Comité Regional do Mediterrâneo Oriental reuniu ministros dos 22 países e territórios da região num clima de aperto. O responsável interino do escritório regional, Adham Ismail, revelou que o orçamento-base para 2026–2027 caiu 14%, de 618,4 para 533,7 milhões de dólares, deixando um défice de mais de 69 milhões (discurso de abertura). O corte obrigou à eliminação de cerca de 300 postos (EMRO). Ismail elogiou o legado de Tedros, destacando o Acordo sobre Pandemias de maio de 2025 e a decisão de elevar as contribuições obrigatórias dos Estados para 50% do orçamento-base.

Figura 4: Orçamento-base regional da OMS no Mediterrâneo Oriental, em milhões de dólares.



Fonte: EMRO, discurso de abertura do RC73.

A região, com 9% da população mundial, concentra 117 milhões de pessoas a precisar de ajuda humanitária, quase metade das necessidades humanitárias globais (EMRO). A escalada regional de 2026 afetou mais de 14 países, e a OMS verificou 632 ataques a cuidados de saúde num ano, com mais de 1530 mortos (EMRO). Na abertura, Tedros lembrou que quase 2000 unidades de saúde foram afetadas por cortes súbitos de financiamento e apelou à passagem da dependência de ajuda para a «soberania sanitária», baseada em recursos domésticos (OMS).

Apesar disso, os Estados-Membros aprovaram duas resoluções importantes. A primeira, preparada por um grupo de trabalho copresidido pelo Egito e por Omã, procura proteger as famílias de gastos catastróficos em saúde e financiar primeiro os cuidados de saúde primários (EMRO). A segunda adota uma abordagem de eliminação conjunta de 14 doenças transmissíveis

prioritárias, num momento em que a incidência de malária e VIH mais do que duplicou na região numa década (EMRO). O Egito recebeu ainda a certificação de nível ouro na via de eliminação da hepatite C (OMS), e os ministros renovaram o compromisso de erradicar a poliomielite (GPEI).

Tabela 2: O Mediterrâneo Oriental em números

Indicador	Valor	Fonte
Orçamento-base regional 2026–2027	533,7 milhões USD (−14% face a 618,4 milhões)	EMRO
Défice de financiamento	Mais de 69 milhões USD	EMRO
Ataques a cuidados de saúde (jul. 2025–jun. 2026)	632 ataques, mais de 1530 mortes	EMRO
Pessoas com necessidade de ajuda humanitária	117 milhões	EMRO
Contribuições voluntárias mobilizadas	690 milhões USD; 33 novos contribuintes	EMRO
Malária (estimativa)	11,1 milhões de casos; 22 100 mortes	EMRO
Pessoas com VIH	610 000	EMRO
Hepatite B ou C crónica	Cerca de 28 milhões	EMRO
Intervenções contra doenças tropicais negligenciadas	77 milhões de pessoas	EMRO

Fontes indicadas em cada linha.

Há também sinais de resiliência. No Sudão, em plena guerra, a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente subiu de 38% para 71% num só ano (EMRO). A Jordânia aumentou em cerca de 50% a capacidade de armazenamento farmacêutico e reduziu em 30% as ruturas de stock de medicamentos. Mais de 70% dos recursos do orçamento-base regional foram atribuídos aos escritórios nacionais (EMRO). «O progresso feito sob pressão também se pode perder sob pressão», advertiu Ismail.

Pacífico Ocidental: a região mais populosa

Em Manila, de 19 a 22 de outubro, o Comité Regional do Pacífico Ocidental reuniu os 38 países e áreas da região mais populosa da OMS, com 2,2 mil milhões de habitantes, um quarto da população mundial (WPRO). A agenda centrou-se em três áreas onde o progresso está atrasado (hipertensão, tabaco e vacinação) e numa nova fronteira, a inteligência artificial. «Das prioridades renovadas às novas fronteiras, a agenda é ambiciosa e urgente», disse o Diretor Regional, Saia Ma'u Piukala.

Tabela 3: As quatro prioridades do Pacífico Ocidental

Prioridade	O problema em números	Plano em discussão
Hipertensão	Cerca de 430 milhões de pessoas; 1 em cada 3 adultos; controlo abaixo de 20% em muitos países e de 10% em algumas ilhas do Pacífico	Plano Regional para Acelerar o Controlo da Hipertensão
Tabaco	Cerca de 3 milhões de mortes por ano; a maioria dos países fora da meta de redução de 30% até 2030; epidemia de cigarros eletrónicos entre jovens	Plano para a Meta de Controlo do Tabaco 2030
Vacinação	Progresso estagnado ou em retrocesso nas metas da Agenda de Imunização 2030; lacunas no sarampo e na poliomielite	Plano Regional para Acelerar a Imunização
Inteligência artificial	Acesso desigual a serviços numa região de 2,2 mil milhões de pessoas	Orientações para uma IA Responsável em Saúde

Fonte: WPRO, 19 out. 2026.

No encerramento, os Estados-Membros acordaram acelerar urgentemente o progresso nestas prioridades (WPRO). Uma mesa-redonda ministerial discutiu a criação de uma reserva regional de produtos essenciais com compras conjuntas, e os países mostraram forte interesse em cooperar no acesso a medicamentos essenciais (WPRO). O escritório regional lançou ainda uma parceria com o Institute of Philanthropy para promover o envelhecimento saudável (WPRO). Na sessão de abertura, o diretor de Saúde de Hong Kong destacou a subida significativa do índice regional de cobertura universal de saúde (Governo de Hong Kong).

Tedros, na sua última sessão neste comité, assinalou que a região perdeu apenas 34 postos por separação forçada, graças à absorção de funções na sede (OMS). Na mesma viagem, a primeira à Coreia do Sul, visitou em Incheon o Global Training Hub for Biomanufacturing. O centro, criado pela OMS para reduzir a concentração da produção de vacinas e medicamentos em poucos países, já formou mais de 4000 pessoas de mais de 50 países de baixo e médio rendimento, com um investimento coreano de 30 milhões de dólares (OMS).

Europa: envelhecimento e inteligência artificial

A quinzena fecha em Copenhaga, onde a 27 de outubro abriu a 76.ª sessão do Comité Regional Europeu, precedida na véspera de um encontro com atores não estatais. Os 53 Estados-Membros deverão adotar uma estratégia de envelhecimento saudável para 2026–2030 e um roteiro para a inteligência artificial em saúde até 2033. Serão também consultados sobre uma futura estratégia para as doenças não transmissíveis e sobre uma proposta de estratégia regional de saúde mental para 2027–2037, e discutirão o orçamento para 2028–2029 (WHO/Europe). Nas semanas anteriores, o escritório europeu apelou à vacinação contra a gripe e alertou que muito poucos doentes com cancro da mama são questionados sobre o consumo de álcool (WHO/Europe).

A agenda técnica não parou

Desigualdades nas doenças não transmissíveis

Longe das emergências, a sede manteve um calendário técnico intenso. A 20 de outubro, a OMS publicou o relatório *State of inequality: noncommunicable diseases and their risk factors*, apresentado num webinar a 22, aberto por Tedros (OMS). É a primeira avaliação global e sistemática das desigualdades nas doenças não transmissíveis dentro dos países. Usa nove fontes de dados multinacionais e 35 indicadores, desagregados por até oito dimensões: sexo, idade, rendimento, escolaridade, local de residência, emprego, deficiência e estatuto migratório (OMS).

O contexto é pesado. As doenças cardiovasculares causam quase 20 milhões de mortes por ano, o cancro cerca de 9 milhões e as doenças respiratórias crónicas 4 milhões, segundo Søren Brostrøm, diretor do departamento de doenças não transmissíveis da OMS (ONU Genebra). Das 17 milhões de pessoas que morrem destas doenças antes dos 70 anos, 86% vivem em países de baixo e médio rendimento (OMS).

O relatório mostra padrões consistentes (OMS). Nos países de baixo e médio rendimento, as pessoas com menos escolaridade têm taxas mais altas de hipertensão e diabetes. As mulheres mais pobres e menos instruídas fazem menos rastreio do cancro do colo do útero, e o tabagismo é mais elevado entre homens com menos escolaridade. As populações rurais têm menos acesso ao diagnóstico e tratamento da hipertensão e estão mais expostas à poluição do ar doméstica; nas cidades pesa mais a poluição exterior. Os homens fumam e bebem mais e são diagnosticados com menos frequência quando têm hipertensão; as mulheres são menos ativas fisicamente e têm mais obesidade. Os adultos jovens com hipertensão são menos diagnosticados do que os mais velhos. «Os dados sobre desigualdade não servem apenas para documentar diferenças: são uma ferramenta de ação», resumiu Alain Labrique, diretor de dados e saúde digital da OMS.

Diagnóstico: metade do mundo às cegas

A 22 de outubro, em Berlim, a Global Diagnostics Coalition fez o balanço do seu primeiro ano à margem da World Health Summit. Lembrou que 47% da população mundial não tem acesso a um diagnóstico atempado e fiável (OMS). «Sem diagnósticos atempados e precisos, voamos às cegas», resumiu Tedros numa mensagem em vídeo. Carol Nawina, da organização CITAMplus, contou como teve de procurar cuidados repetidamente antes de ser diagnosticada com VIH, tuberculose e cancro. O Egito partilhou a sua experiência com rastreio, imagiologia e telerradiologia. Os participantes pediram mais investimento, prioridades nacionais de diagnóstico claras e o fim das abordagens fragmentadas por doença. A coligação organiza o seu trabalho em três pilares: iluminar, defender e integrar.

Chumbo: um veneno invisível

Entre 18 e 24 de outubro decorreu a 14.ª Semana Internacional de Prevenção da Intoxicação por Chumbo, com o tema «Da deteção à prevenção» (OMS). A campanha sublinha que a exposição ao chumbo é muitas vezes invisível e que não existe nível de exposição sem efeitos nocivos, sobretudo para as crianças. A escala é enorme: a intoxicação por chumbo está associada a cerca de 3,5 milhões de mortes cardiovasculares por ano e afeta até 815 milhões de crianças, uma em cada três no mundo. Noventa por cento das mortes ocorrem em países de

baixo e médio rendimento (OMS). A OMS prepara um pacote técnico, o PREVENT, com seis ações para os países.

O tema teve eco em casos concretos. Na Etiópia, a OMS apoia um esforço para tornar visível uma exposição que passava despercebida (OMS). Nas Américas, a OPAS estima que o chumbo seja responsável por quase 200 000 mortes e mais de 3,9 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade na América Latina e Caraíbas, e organizou uma série de webinars entre 19 e 21 de outubro (OPAS).

Obesidade: balanço em Madrid

A 26 de outubro abriu em Madrid a Cimeira Global sobre Obesidade, co-organizada pelo Ministério da Saúde de Espanha e pela OMS, com a UNICEF e o Banco Mundial (OMS). O encontro faz o balanço do Plano de Aceleração para Travar a Obesidade (2022–2030), reúne governos, pessoas que vivem com obesidade, jovens e sociedade civil, e termina a 28 de outubro com um Apelo Global à Ação para renovar os compromissos políticos até 2030. Os números justificam a urgência: em 2022, uma em cada oito pessoas no mundo vivia com obesidade, 890 milhões de adultos e 160 milhões de crianças e adolescentes dos 5 aos 19 anos. A obesidade em adultos mais do que duplicou desde 1990 e a dos adolescentes quadruplicou (OMS).

Medicina tradicional, segurança e ciência

A medicina tradicional também esteve em foco. A 17 de outubro abriu em Pequim a Conferência Mundial de Medicina Tradicional 2026, sob o tema «Capacitação tecnológica e desenvolvimento integrado», com uma intervenção de Saia Ma'u Piukala. Na conferência foi criada a *Global Alliance for Traditional and Integrative Medicine*, apresentada como a primeira organização científica internacional não governamental dedicada ao tema (CGTN; ver também Baidu Baike). Dias depois, a sede publicou documentos de trabalho sobre medicina tradicional.

No plano institucional, a OMS assinou a 16 de outubro um acordo com a INTERPOL, aprovado pela Assembleia Geral da INTERPOL em 2024 (resolução). O acordo liga saúde pública e polícia em casos de suspeita de uso indevido de materiais químicos ou radioativos, eventos biológicos invulgares, medicamentos falsificados, tráfico de órgãos e segurança de grandes eventos, e apoia a aplicação da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco. «A segurança sanitária é segurança global», afirmou Tedros. O Diretor-Geral anunciou ainda para 10 de novembro o lançamento do movimento «Together for Science and Health», para promover decisões baseadas em evidência (Tedros).

Tabela 4: A agenda técnica em números. DALY: anos de vida ajustados por incapacidade.

Tema	Dado-chave	Fonte
Doenças não transmissíveis	Quase 20 milhões de mortes cardiovasculares, 9 milhões por cancro e 4 milhões por doenças respiratórias crónicas por ano	ONU Genebra
Mortes prematuras por DNT	17 milhões antes dos 70 anos; 86% em países de baixo e médio rendimento	OMS
Relatório de desigualdades	35 indicadores de 9 fontes, desagregados por até 8 dimensões	OMS

Tema	Dado-chave	Fonte
Diagnóstico	47% da população mundial sem diagnóstico atempado e fiável	OMS
Chumbo (mundo)	3,5 milhões de mortes cardiovasculares/ano; até 815 milhões de crianças afetadas; 90% das mortes em países de baixo e médio rendimento	OMS
Chumbo (América Latina e Caraíbas)	Cerca de 200 000 mortes e mais de 3,9 milhões de DALY	OPAS
Obesidade (2022)	1 em cada 8 pessoas; 890 milhões de adultos; 160 milhões de crianças e adolescentes	OMS
Biofabricação	Mais de 4000 formandos de mais de 50 países; 30 milhões USD da Coreia	OMS

Fontes indicadas em cada linha.

Américas, África e Sudeste Asiático

Nas Américas, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) dividiu-se entre a resposta a desastres e a vigilância epidemiológica. A 9 de outubro, um sismo de magnitude 7,5 atingiu o Panamá, com epicentro perto de Tonosí, seguido de mais de 55 réplicas, uma delas de magnitude 6,9. O governo declarou estado de emergência e cerca de 300 pessoas foram retiradas da Isla Cañas (OPS). Entre 16 e 21 de outubro, uma missão conjunta de engenheiros e arquitetos do Ministério da Saúde e da OPAS avaliou oito estabelecimentos de saúde nas zonas mais afetadas; todos foram considerados seguros para continuar a funcionar, com recomendações de reparação e apoio psicossocial ao pessoal (OPS).

A organização emitiu ainda um alerta sobre miíase por *Cochliomyia hominivorax*, a larva da mosca-da-bicheira, e uma atualização sobre dengue e chikungunya. No Dia Mundial contra a Poliomielite, assinalou 35 anos sem poliovírus selvagem no continente, mas alertou para lacunas de vacinação. Lançou um guia para municípios saudáveis no encontro regional de autarcas na Cidade do México e assinou um acordo com a Special Olympics para promover cuidados inclusivos para pessoas com deficiência intelectual.

Em África, o escritório regional dedicou-se quase inteiramente ao ebola. Apoiou o Quénia com material médico e a Nigéria na investigação de contactos e no controlo de infeções (AFRO). Janabi descreveu um cenário de surto «mais complexo», agora presente na África Oriental e Ocidental, e apelou aos países da região para reforçarem a vigilância transfronteiriça e a capacidade laboratorial.

O Sudeste Asiático, cujo Comité Regional decorreu em setembro, teve uma quinzena discreta. Publicou o relatório do seu Grupo de Trabalho Regional de Imunização e uma revisão integrada dos programas de malária, leishmaniose, filaríase e dengue no Sri Lanka (OMS).

O que vem a seguir

O ebola continuará a marcar a agenda. Com mais de 10 000 casos, seguimento de contactos abaixo da meta e ataques a profissionais de saúde, o controlo do surto depende tanto

da segurança no terreno como da ciência. Os primeiros resultados do ensaio TUMAINI ainda levarão meses, e a OMS está a rever a sua avaliação de risco para a região e para o mundo (OMS).

Nas próximas semanas, as atenções voltam-se para as decisões do Comité Regional Europeu, para o Apelo Global sobre Obesidade em Madrid e para o lançamento do movimento «Together for Science and Health», a 10 de novembro. A Semana Mundial de Sensibilização para a Resistência aos Antimicrobianos decorre de 18 a 24 de novembro. Até maio de 2027, a eleição do novo Diretor-Geral definirá se a OMS consegue manter a ambição com menos recursos. Esse é o dilema que atravessou todos os Comités Regionais desta quinzena.

Referências[1]

1. Al Jazeera. Attackers kill nurse, injure health worker responding to DRC Ebola case. 26 out. 2026.

2. Al Jazeera. Ebola cases in DR Congo surpass 10,000 in fastest-growing outbreak. 27 out. 2026.

3. allAfrica / ONU News. New Ebola vaccine trial launches as outbreak spreads in DR Congo. 4 ago. 2026.

4. Baidu Baike. 2026 World Conference on Traditional Medicine (página não acessível para verificação automática). consultado em 27 out. 2026.

5. CEPI. First participant vaccinated in pivotal Phase 2/3 Bundibugyo vaccine trial in DRC. 23 out. 2026.

6. CGTN. 2026 World Conference on Traditional Medicine opens in Beijing. 18 out. 2026.

7. Citizen Digital. Ministry of Health announces second Ebola death in Kenya. 23 out. 2026.

8. CNN. First confirmed Ebola patient in Nigeria evacuated to Switzerland. 26 out. 2026.

9. Daily Monitor. DR Congo begins trial of Ebola vaccine against Bundibugyo strain. out. 2026.

10. Eastleigh Voice. WHO race heats up as six candidates seek to succeed Tedros as director-general. 2 out. 2026.

11. EMPHNET. WHO and Africa CDC welcome the allocation of Ebola vaccines to the DRC. 20 ago. 2026.

12. eNCA. Ebola vaccine trial begins in DR Congo. 23 out. 2026.

13. GPEI. Eastern Mediterranean Region renews its commitment to a polio-free world. 16 out. 2026.

14. Governo de Hong Kong. Director of Health attends WHO Western Pacific Regional Committee meeting. 19 out. 2026.

15. INTERPOL. INTERPOL and WHO sign agreement to strengthen global health and security protection. 16 out. 2026.

16. INTERPOL. Resolution GA-2024-92-RES-06: Draft cooperation agreement between INTERPOL and WHO. nov. 2024.

[1] Nota: números e citações conforme as fontes consultadas a 27 de outubro de 2026. Citações originalmente em inglês foram traduzidas para português.

17. NAN. First participant vaccinated in Bundibugyo vaccine trial in DRC. out. 2026.

18. OMS. Disease Outbreak News: Ebola disease caused by Bundibugyo virus – DR Congo, Kenya and Nigeria. 23 out. 2026.

19. OMS. Disease Outbreak News: Pneumonia of undetermined etiology – Russian Federation. 10 out. 2026.

20. OMS. Opening remarks at the media briefing – 7 October 2026. 7 out. 2026.

21. OMS. Opening remarks at the 73rd session of the Regional Committee for the Eastern Mediterranean. 13 out. 2026.

22. OMS. Opening remarks at the 77th session of the Regional Committee for the Western Pacific. 19 out. 2026.

23. OMS. Remarks at the visit to the Global Training Hub for Biomanufacturing. 20 out. 2026.

24. OMS. Launch of WHO global report «State of inequality: noncommunicable diseases and their risk factors». 22 out. 2026.

25. OMS. WHO report examines inequalities in noncommunicable diseases and their risk factors. 20 out. 2026.

26. OMS. State of inequality: noncommunicable diseases and their risk factors. 20 out. 2026.

27. OMS. Noncommunicable diseases – health topic.

28. OMS. Global Diagnostics Coalition calls for collective action to close the diagnostic gap. 22 out. 2026.

29. OMS. International Lead Poisoning Prevention Week 2026.

30. OMS. WHO introduces PREVENT technical package to address lead poisoning. 18 mai. 2026.

31. OMS. Making the invisible visible: Ethiopia steps up action to prevent lead exposure. 22 out. 2026.

32. OMS. The Madrid Global Obesity Summit. 26–28 out. 2026.

33. OMS. Obesity and overweight – fact sheet.

34. OMS. WHO launches working papers on traditional medicine. 23 out. 2026.

35. OMS. Governance: meetings in 2026.

36. OMS. News.

37. OMS África. Regional Director.

38. OMS Europa. 76th session of the WHO Regional Committee for Europe.

39. OMS Europa. WHO/Europe – página inicial.

40. OMS Mediterrâneo Oriental. Opening remarks by Dr Adham Ismail at RC73. 13 out. 2026.

41. OMS Mediterrâneo Oriental. Countries adopt resolutions to strengthen financial protection and accelerate disease elimination. 15 out. 2026.

42. OMS Mediterrâneo Oriental. Countries endorse the multi-communicable disease elimination approach. 14 out. 2026.

43. OMS Mediterrâneo Oriental. WHO reports major health gains across Eastern Mediterranean despite emergencies and funding cuts. 14 out. 2026.

44. OMS Mediterrâneo Oriental. News.

45. OMS Pacífico Ocidental. Renewed priorities, new frontiers: an ambitious, urgent agenda at the Regional Committee. 19 out. 2026.

46. OMS Pacífico Ocidental. Member States agree to urgently accelerate progress on key health priorities. 22 out. 2026.

47. OMS Pacífico Ocidental. Western Pacific countries show strong interest in working together on access to essential medicines. 21 out. 2026.

48. OMS Pacífico Ocidental. Institute of Philanthropy and WHO launch partnership to advance healthy ageing. 22 out. 2026.

49. ONU Genebra. UN Geneva press briefing. out. 2026.

50. OPAS. Childhood lead exposure remains a preventable health threat in the Americas. 21 out. 2026.

51. OPS. Informe de situación 1: Terremoto en Panamá. 11 out. 2026.

52. OPS. Ocho establecimientos de salud evaluados tras el terremoto en Panamá. 27 out. 2026.

53. OPS. Alerta epidemiológica: miasis por Cochliomyia hominivorax. 16 out. 2026.

54. OPS. Actualización epidemiológica: dengue y chikungunya. 20 out. 2026.

55. OPS. Día Mundial contra la Polio 2026. 23 out. 2026.

56. OPS. Guía para municipios saludables y amigables con las personas mayores. 22 out. 2026.

57. OPS. OPS y Special Olympics International firman acuerdo. 26 out. 2026.

58. Streamline Feed. WHO rejects Ebola-free label as Nigeria monitors contacts. 27 out. 2026.

59. Tedros Adhanom Ghebreyesus. Publicação no X sobre «Together for Science and Health». 13 out. 2026.

60. World Health Summit. World Health Summit 2026 brings prospective WHO Director-General candidates together in Berlin. out. 2026.

A vitória da floresta, da ciência e da democracia: o Brasil escolhe novamente o futuro

La victoria del bosque, de la ciencia y de la democracia: Brasil vuelve a elegir el futuro

A Victory for the Forest, Science, and Democracy: Brazil Chooses the Future Once Again

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A vitória de Lula renova a esperança de um Brasil comprometido com a ciência, a democracia e a proteção da natureza, reforçando a responsabilidade coletiva de defender esses valores. No cenário internacional, a COP17 de Biodiversidade, realizada em outubro de 2026, em Yerevan, busca acelerar a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. A primeira avaliação global revela avanços nos compromissos políticos e na governança, mas resultados ainda insuficientes para reverter a perda da biodiversidade até 2030. A Declaração de Yerevan reforça a urgência de transformar compromissos em ações concretas, com financiamento adequado, participação social e mudanças nos modelos de produção e consumo. Persistem desafios relacionados ao financiamento internacional, aos direitos dos povos indígenas e à integração da biodiversidade às políticas econômicas e climáticas.

Palavras-chave: Biodiversidade; acordos multilaterais ambientais; mudanças climáticas; democracia; conservação da natureza.

Resumen: *La victoria de Lula renueva la esperanza de un Brasil comprometido con la ciencia, la democracia y la protección de la naturaleza, reforzando la responsabilidad colectiva de defender estos valores. En el ámbito internacional, la COP17 sobre Biodiversidad, celebrada en octubre de 2026 en Ereván, busca acelerar la implementación del Marco Mundial de Biodiversidad de Kunming-Montreal. La primera evaluación mundial revela avances en los compromisos políticos y la gobernanza, pero resultados todavía insuficientes para revertir la pérdida de biodiversidad de aquí a 2030. La Declaración de Ereván subraya la urgencia de transformar los compromisos en acciones concretas, con financiación adecuada, participación social y cambios en los modelos de producción y consumo. Persisten desafíos relacionados con la financiación internacional, los derechos de los pueblos indígenas y la integración de la biodiversidad en las políticas económicas y climáticas.*

Palabras clave: *Biodiversidad; acuerdos multilaterales ambientales; cambio climático; democracia; conservación de la naturaleza.*

Abstract: *Lula's victory renews hope for a Brazil committed to science, democracy, and the protection of nature, reinforcing the collective responsibility to defend these values. At the international level, the 17th Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity (COP17), held in October 2026 in Yerevan, seeks to accelerate the implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. The first global review reveals progress in political commitments and governance, but results remain insufficient to reverse biodiversity loss by 2030. The Yerevan Declaration underscores the urgency of translating commitments into concrete action through adequate financing, public participation, and changes in production and consumption patterns. Challenges persist regarding international financing, Indigenous Peoples' rights, and the integration of biodiversity into economic and climate policies.*

Keywords: *Biodiversity; multilateral environmental agreements; climate change; democracy; nature conservation.*

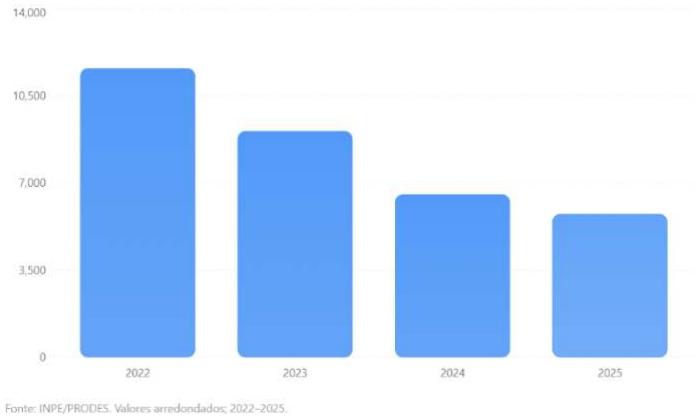
1. A reeleição de Lula no Brasil e as negociações ambientais

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral com 51,79% dos votos válidos, representa mais do que a continuidade de um governo. Para quem defende a ciência, a conservação da biodiversidade, os povos indígenas e o direito das futuras gerações a um planeta habitável, essa vitória carrega um significado histórico. Em um mundo marcado pela emergência climática, pela destruição acelerada dos ecossistemas e pelo crescimento de forças políticas que desprezam as evidências científicas, o povo brasileiro escolheu manter no poder um projeto que recolocou a proteção ambiental entre as prioridades nacionais.

Essa escolha ganha ainda mais importância quando lembramos o que aconteceu entre 2019 e 2022. O governo Jair Bolsonaro promoveu um profundo enfraquecimento da política ambiental brasileira. A redução da fiscalização, o desmonte de estruturas institucionais, os ataques aos órgãos ambientais e a hostilidade contra pesquisadores e organizações da sociedade civil contribuíram para um ambiente de impunidade. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), instrumento fundamental para a proteção da floresta, foi descontinuado em 2020. O Fundo Amazônia, importante mecanismo de financiamento internacional para conservação e desenvolvimento sustentável, teve sua governança desestruturada em 2019, provocando a paralisação de novas aprovações de projetos e uma crise de confiança com os países doadores.

As consequências foram concretas. Em 2022, último ano do governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia alcançou aproximadamente 11,6 mil quilômetros quadrados. Com a retomada da política ambiental no governo Lula, essa trajetória começou a ser revertida. O desmatamento caiu para 9.064 km² em 2023, 6.518 km² em 2024 e 5.731 km² em 2025. Isso representa uma redução próxima de 50% em relação a 2022. São milhares de quilômetros quadrados de floresta que deixaram de ser derrubados, preservando estoques de carbono, habitats de inúmeras espécies e funções ecológicas essenciais à regulação do clima e ao ciclo das águas.

Figura 1: Desmatamento anual na Amazônia Legal (km²)



Mas talvez nenhuma tragédia simbolize tão profundamente o abandono ambiental e humanitário daquele período quanto a crise do povo Yanomami. A expansão do garimpo ilegal devastou territórios, contaminou rios com mercúrio, comprometeu a segurança alimentar e contribuiu para uma emergência sanitária marcada por malária, desnutrição, violência e mortes evitáveis. A destruição dos rios e da floresta comprometeu a pesca e a caça, fundamentais para

a subsistência das comunidades. O mercúrio utilizado na extração do ouro pode se transformar em metilmercúrio, acumular-se nos peixes e atingir especialmente crianças e gestantes, com consequências neurológicas graves. Não se tratava apenas de um crime ambiental: era uma agressão à saúde, à cultura, à dignidade e à sobrevivência de um povo.

A resposta iniciada em 2023, com a declaração de emergência sanitária, a mobilização de equipes de saúde e as operações contra o garimpo ilegal, representou uma mudança indispensável na responsabilidade do Estado. Entretanto, a persistência de problemas sanitários e de atividades criminosas demonstra que a proteção dos Yanomami exige presença permanente, e não apenas operações emergenciais. Defender a Amazônia significa, antes de tudo, defender quem vive nela e a protege há milhares de anos.

A vitória de Lula também representa a reafirmação de uma verdade científica fundamental: o Brasil não precisa destruir mais florestas para produzir mais alimentos. O trabalho desenvolvido pela Embrapa e por universidades brasileiras demonstra o enorme potencial de aumentar a produtividade agropecuária por meio da recuperação de pastagens degradadas, da integração lavoura-pecuária-floresta, da melhoria do manejo do solo, da fixação biológica de nitrogênio e da adoção de tecnologias adaptadas às condições ambientais brasileiras. Com planejamento territorial, financiamento adequado e assistência técnica, é possível ampliar a produção em áreas já abertas, reduzir a pressão pela conversão de vegetação nativa e, simultaneamente, diminuir emissões de gases de efeito estufa.

Essa é uma das grandes oportunidades estratégicas do Brasil: construir uma agricultura cada vez mais produtiva, competitiva e sustentável, capaz de alimentar sua população e contribuir para a segurança alimentar mundial sem sacrificar seu patrimônio natural. A ciência brasileira, especialmente a Embrapa, tem papel central nessa transformação. A expansão da produção, porém, precisa estar associada à aplicação do Código Florestal, à rastreabilidade das cadeias produtivas e a políticas que evitem que ganhos de produtividade estimulem novas expansões territoriais.

A reconstrução ambiental também passou pelas instituições e pela legislação. O Decreto nº 11.367/2023 restabeleceu o PPCDAm e a coordenação interministerial de combate ao desmatamento. A Lei nº 15.042/2024 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa, criando uma estrutura regulatória para precificar emissões e estimular sua redução. A retomada do Fundo Amazônia recuperou um importante instrumento de cooperação internacional e financiamento de projetos socioambientais. Essas medidas, embora insuficientes isoladamente, demonstram a diferença entre governar considerando a proteção ambiental um obstáculo e reconhecê-la como condição para o desenvolvimento.

Também é necessário reconhecer que a reconstrução não ocorreu sem contradições. A aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em 2025, trouxe preocupações sobre possíveis flexibilizações das salvaguardas ambientais. Lula vetou inicialmente 63 dispositivos, buscando impedir parte dos retrocessos. Esse episódio mostra que a proteção ambiental continua sendo objeto de intensa disputa política e que nenhum governo pode dispensar a vigilância da sociedade civil, da comunidade científica e das instituições democráticas.

O significado internacional dessa vitória é igualmente profundo. O Brasil abriga a maior extensão nacional da Floresta Amazônica, um dos maiores patrimônios de biodiversidade do planeta, fundamental para a estabilidade climática, a circulação de umidade e a manutenção de serviços ecossistêmicos que ultrapassam nossas fronteiras. Ao recolocar o país nas negociações

internacionais, fortalecer a agenda de biodiversidade e sediar a COP30 em Belém, o governo Lula contribuiu para recuperar o protagonismo brasileiro na diplomacia ambiental.

Esse protagonismo tornou-se ainda mais relevante diante da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, efetivada em janeiro de 2026. Quando uma das maiores economias e emissoras históricas de gases de efeito estufa abandona esse compromisso, a liderança de países como o Brasil torna-se indispensável. A credibilidade do Acordo de Paris depende não apenas de discursos, mas da capacidade dos países de transformar compromissos climáticos em políticas públicas, investimentos, redução de emissões e proteção dos ecossistemas.

A Amazônia também não é apenas uma questão brasileira. Sua conservação está diretamente relacionada à segurança hídrica, à produção agrícola, à saúde pública e à estabilidade climática de toda a América do Sul. Proteger a floresta é proteger os rios que abastecem cidades, as chuvas que sustentam a agricultura, a biodiversidade que oferece possibilidades para descobertas científicas e os sistemas naturais dos quais depende a própria vida. A conservação ambiental precisa deixar de ser tratada como uma agenda secundária para ocupar seu verdadeiro lugar: o de fundamento da saúde, da economia e da segurança das próximas gerações.

Entretanto, a vitória eleitoral não significa que os desafios estejam superados. O Brasil ainda enfrenta desmatamento ilegal, incêndios florestais, conflitos fundiários, contaminação ambiental, desigualdades sociais e pressões econômicas sobre seus ecossistemas. O próximo mandato precisará avançar na proteção do Cerrado, do Pantanal e dos demais biomas, fortalecer o Ibama, o ICMBio, a Funai, o INPE e a pesquisa científica, garantir os direitos territoriais indígenas e transformar a bioeconomia em oportunidades reais para as populações locais. A redução do desmatamento deve ser acompanhada pela restauração ecológica, pela conservação da biodiversidade e pela transição para uma economia de baixo carbono.

Por fim, essa eleição também nos convida a refletir sobre o poder da democracia em uma sociedade cada vez mais influenciada pelas grandes plataformas digitais. A concentração do poder de comunicação nas mãos de poucas empresas, a disseminação de desinformação e a opacidade dos algoritmos representam desafios importantes para o debate público. As big techs não podem estar acima das leis, da transparência ou da responsabilidade democrática. A liberdade de expressão precisa caminhar junto com o direito à informação confiável, ao conhecimento científico e à participação política consciente.

A vitória de Lula nos lembra que o futuro não pertence às máquinas, aos algoritmos, aos interesses econômicos mais poderosos ou àqueles que lucram com a destruição da natureza. O futuro pertence às pessoas.

Que as próximas gerações possam olhar para este momento e reconhecer que, diante da emergência climática, do avanço do autoritarismo e das ameaças à biodiversidade, o Brasil escolheu defender a vida. Que nossas crianças herdem rios vivos, florestas em pé, animais em seus habitats, alimentos produzidos sem devastação e um país que valorize seus cientistas, seus povos originários e sua democracia.

Que essa vitória renove nossa esperança e, sobretudo, nossa responsabilidade coletiva. Porque a democracia não termina nas urnas, assim como a conservação não termina com a criação de uma lei. Ambas exigem participação, vigilância, conhecimento e compromisso permanente.

Enquanto houver um povo disposto a defender a ciência, a natureza e a democracia, haverá esperança. E nenhuma concentração de poder econômico ou tecnológico será maior do que a força de uma sociedade que conhece seus direitos e decide lutar por seu futuro.

1. COP17 de Biodiversidade: avanços, acordos e desafios para a implementação do Marco Global de Kunming-Montreal (Balanço das negociações até 26 de outubro de 2026 — Yerevan, Armênia)

A 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), realizada de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, Armênia, constitui um momento decisivo para a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF), adotado em 2022. Sob o tema Taking Action for Nature (Agindo pela Natureza), a conferência busca transformar compromissos internacionais em resultados concretos, avaliando o progresso das 23 metas globais para 2030 e discutindo medidas para acelerar a conservação, a restauração dos ecossistemas e a transformação dos padrões de produção e consumo. A principal diferença em relação às conferências anteriores é a ênfase na implementação e na avaliação dos resultados, em vez da formulação de novos compromissos (IISD, 2026a).

Primeira avaliação global: avanços institucionais, mas resultados insuficientes

Durante as negociações de 26 de outubro, os países alcançaram um entendimento preliminar reconhecendo que, sem uma rápida aceleração das ações e dos meios de implementação, os objetivos de biodiversidade para 2050 estarão comprometidos. Também houve convergência sobre a utilização da revisão global para orientar os trabalhos até 2030, preservando o caráter facilitador, não intrusivo e não punitivo do processo. Contudo, esse entendimento ainda precisava ser incorporado a uma decisão formal da conferência (IISD/ENB, 2026).

Financiamento da biodiversidade: novos recursos e divergências persistentes

O financiamento permanece como um dos principais pontos de tensão. O GBF estabelece a mobilização de pelo menos US$ 200 bilhões anuais para biodiversidade até 2030, incluindo US$ 30 bilhões anuais em financiamento internacional para países em desenvolvimento, além da redução de subsídios e incentivos prejudiciais à biodiversidade em pelo menos US$ 500 bilhões por ano. As negociações evidenciam divergências sobre a responsabilidade pelo financiamento, a ampliação da base de contribuintes, o acesso direto aos recursos e a estrutura institucional do mecanismo financeiro internacional (IISD, 2026a; IISD/ENB, 2026).

Apesar dessas dificuldades, 26 de outubro marcou um avanço importante na mobilização de recursos. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) anunciou que os compromissos para seu nono ciclo de reposição, correspondente a julho de 2026 a junho de 2030, aproximaram-se de US$ 4,4 bilhões. Paralelamente, Alemanha, Islândia, Mônaco, Quebec e Berlim anunciaram aproximadamente US$ 60,22 milhões em novas contribuições ao Fundo do Marco Global de Biodiversidade (GBFF). Segundo o GEF, desde sua criação, o GBFF recebeu US$ 446 milhões em compromissos e programou US$ 362,1 milhões para 82 projetos em 87 países, destinando 32% dos recursos programados a ações de povos indígenas e comunidades locais (GEF, 2026a; 2026b).

Embora representem avanços, esses anúncios não solucionam a lacuna global de financiamento nem substituem a necessidade de reformar políticas fiscais e subsídios que

favorecem atividades ambientalmente prejudiciais. Nas negociações de 26 de outubro, persistiram divergências sobre os critérios de funcionamento do mecanismo financeiro, a participação de países menos desenvolvidos, o acesso direto aos recursos e o papel dos povos indígenas e comunidades locais na governança do financiamento (IISD/ENB, 2026).

Recursos genéticos, Fundo de Cali e repartição de benefícios

Outro tema central é a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de informações digitais de sequências genéticas (Digital Sequence Information — DSI). O Fundo de Cali, criado no processo da COP16, busca estabelecer mecanismos de contribuição financeira associados à utilização comercial dessas informações, com benefícios destinados à conservação da biodiversidade e às comunidades envolvidas.

Na COP17, os países discutem a operacionalização do mecanismo multilateral, a transparência dos dados, os critérios de contribuição e a repartição de benefícios monetários e não monetários. As negociações também evidenciam divergências sobre o reconhecimento do acesso aberto a informações genéticas como benefício não monetário e sobre a necessidade de assegurar transferência de tecnologia, capacitação científica e acesso à infraestrutura de pesquisa. Diversos países ressaltaram que esses benefícios não devem substituir as contribuições financeiras. Até 26 de outubro, essas questões permaneciam em discussão, sem acordo definitivo sobre todos os elementos operacionais do mecanismo (IISD/ENB, 2026).

Conservação, áreas protegidas e recuperação de espécies ameaçadas

A implementação da Meta 3 do GBF, que prevê a conservação efetiva de pelo menos 30% das áreas terrestres, de águas interiores, costeiras e marinhas até 2030, também ocupa espaço relevante nas negociações. As discussões destacam que a expansão territorial das áreas protegidas precisa ser acompanhada de conectividade ecológica, representatividade dos ecossistemas, gestão efetiva e governança equitativa. Em 26 de outubro, houve avanços na discussão de orientações técnicas para melhorar esses aspectos, mas persistiram divergências sobre salvaguardas de direitos humanos, reconhecimento de territórios indígenas e mecanismos de apoio financeiro e técnico (IISD/ENB, 2026).

Uma iniciativa anunciada durante a conferência foi a Coalition of Action to Recover Endangered Species (CARES), lançada por Armênia e Colômbia para apoiar a recuperação de espécies ameaçadas. Segundo o The Guardian (2026), 17 países haviam aderido à iniciativa, enquanto nove organizações e financiadores privados anunciaram compromissos superiores a US$ 500 milhões para os cinco anos seguintes. A iniciativa representa um avanço na mobilização de recursos e cooperação para a conservação de espécies, embora seu impacto dependa da execução dos projetos e de critérios científicos para definir prioridades, evitando concentrar investimentos apenas em espécies mais conhecidas.

Povos indígenas, comunidades locais e governança inclusiva

A participação dos povos indígenas e comunidades locais constitui uma dimensão transversal da COP17. As discussões incluem o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, a participação efetiva nos processos decisórios, os direitos territoriais e o acesso aos mecanismos de financiamento. O tema é especialmente relevante para a Meta 22 do GBF, que trata da participação inclusiva, do acesso à informação e à justiça e da proteção dos defensores dos direitos humanos ambientais.

As negociações demonstram, entretanto, que ainda existem divergências quanto à incorporação explícita de salvaguardas de direitos humanos e à forma de assegurar participação efetiva na gestão de áreas protegidas. Também permanecem questões relativas à estrutura de funcionamento do órgão subsidiário dedicado ao Artigo 8(j) da Convenção, voltado aos povos indígenas e comunidades locais. O debate evidencia que a participação nas conferências internacionais não garante, por si só, o reconhecimento de direitos territoriais nem o acesso direto ao financiamento (The Climate Watch, 2026; IISD/ENB, 2026).

Integração entre biodiversidade, mudanças climáticas e desenvolvimento

Outro avanço político é o reconhecimento da necessidade de fortalecer as sinergias entre as três Convenções do Rio: biodiversidade, mudanças climáticas e combate à desertificação. A fragmentação dessas agendas dificulta a formulação de políticas integradas para enfrentar a degradação dos ecossistemas, os riscos climáticos e a insegurança alimentar e hídrica. A COP17 representa, portanto, uma oportunidade para aproximar instrumentos nacionais, como as estratégias de biodiversidade, as contribuições nacionalmente determinadas do Acordo de Paris e os planos de adaptação e recuperação de terras degradadas (IISD, 2026b).

Em 26 de outubro, os negociadores concordaram com uma formulação preliminar que reconhece a necessidade de ações de curto prazo para enfrentar conjuntamente as crises climática e da biodiversidade, respeitando as circunstâncias e legislações nacionais. Entretanto, persistiram divergências sobre a adoção de orientações técnicas relacionadas à adaptação baseada em ecossistemas e à redução do risco de desastres. A integração da biodiversidade aos setores produtivos também avançou parcialmente, com entendimento sobre a importância de mecanismos interministeriais de coordenação, mas sem consenso sobre a reforma dos incentivos prejudiciais à natureza (IISD/ENB, 2026).

Outras considerações

A COP17 demonstra que a agenda internacional de biodiversidade alcançou um nível significativo de mobilização política e institucional, mas ainda enfrenta dificuldades para transformar compromissos em resultados ecológicos mensuráveis. Os anúncios financeiros, as iniciativas para recuperação de espécies ameaçadas e os avanços preliminares na revisão global representam progressos importantes. Entretanto, permanecem desafios relacionados à insuficiência de financiamento, à reforma de subsídios prejudiciais, à participação efetiva dos povos indígenas e à integração da biodiversidade nas decisões econômicas e produtivas. O resultado da conferência dependerá da capacidade de converter os entendimentos negociados em decisões concretas, acompanhadas de recursos, responsabilidades e mecanismos transparentes de monitoramento. A principal questão não é mais definir o que precisa ser feito para conservar a biodiversidade, mas assegurar que os compromissos assumidos sejam implementados na escala e na velocidade necessárias para alcançar as metas de 2030.

2. Avanços, desafios e perspectivas para a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal

Análise do relatório State of Biodiversity Action: Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework — Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, 2026.

Panorama geral: avanços políticos, mas resultados ecológicos ainda insuficientes

O primeiro relatório global sobre a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF), adotado em dezembro de 2022 pelas Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), apresenta um diagnóstico simultaneamente positivo e preocupante. O acordo, que estabelece quatro objetivos para 2050 e 23 metas para 2030, conseguiu mobilizar governos, organizações internacionais, povos indígenas, instituições científicas e o setor privado em torno do compromisso de interromper e reverter a perda da biodiversidade. Entretanto, a avaliação conclui que a velocidade e a escala das ações permanecem insuficientes para alcançar as metas de 2030.

O principal avanço identificado é a consolidação de uma estrutura internacional de planejamento, monitoramento e prestação de contas. Diferentemente das antigas Metas de Aichi, o GBF conta com indicadores compartilhados e mecanismos de revisão periódica, permitindo avaliar não apenas os compromissos assumidos pelos países, mas também sua implementação efetiva. Ainda assim, o relatório identifica duas lacunas centrais: a ambição coletiva dos compromissos nacionais continua abaixo das metas globais e a implementação das medidas anunciadas ocorre lentamente, sobretudo naquelas destinadas a enfrentar as causas estruturais da degradação ambiental.

A análise baseia-se em estratégias e planos nacionais de biodiversidade apresentados por 43% das Partes, aproximadamente 3.700 metas nacionais submetidas por 83% delas e relatórios nacionais disponíveis de 66% das Partes. Esses números representam um avanço na institucionalização do GBF, mas também demonstram que a cobertura das informações ainda é incompleta. O documento ressalta que é prematuro identificar uma reversão consistente da perda de biodiversidade em escala global.

Principais avanços na implementação do GBF

Fortalecimento dos compromissos nacionais e da governança ambiental. Um dos resultados mais relevantes é que 162 Partes, correspondentes a 83% do total, já haviam estabelecido metas nacionais alinhadas ao GBF, abrangendo, em média, 22 das 23 metas globais. Isso demonstra ampla incorporação do acordo às agendas nacionais. A criação de um sistema comum de monitoramento, com 27 indicadores principais e 15 indicadores binários, constitui igualmente um avanço importante para a transparência e a avaliação de resultados. Contudo, a abrangência formal das metas não significa necessariamente que os compromissos tenham o nível de ambição exigido pelo acordo.

Conservação e restauração dos ecossistemas. O relatório identifica avanços na criação e no fortalecimento de instrumentos de conservação, no planejamento territorial e em iniciativas de restauração ecológica, particularmente relacionadas às Metas 2 e 3. A Meta 2 prevê restaurar pelo menos 30% dos ecossistemas degradados, enquanto a Meta 3 estabelece conservar efetivamente pelo menos 30% das áreas terrestres, de águas interiores, costeiras e marinhas até 2030. Entretanto, o progresso na restauração não deve ser confundido com a recuperação já comprovada dos ecossistemas. Além disso, o documento identifica diferenças importantes entre ambientes terrestres, marinhos, costeiros e de águas interiores, com lacunas persistentes na cobertura e na efetividade das medidas de conservação.

Integração da biodiversidade à produção e ao desenvolvimento. Foram observados avanços relativos nas ações relacionadas à sustentabilidade da agricultura, aquicultura, pesca e

silvicultura (Meta 10), assim como na manutenção e recuperação das contribuições da natureza para as pessoas (Meta 11). Essas iniciativas demonstram crescente reconhecimento de que a biodiversidade sustenta a produção de alimentos, a fertilidade dos solos, a polinização, a segurança hídrica e a resiliência das economias. Entretanto, o relatório indica que as medidas para modificar os padrões insustentáveis de produção e consumo ainda avançam lentamente, comprometendo os resultados das políticas de conservação.

Articulação entre biodiversidade e mudanças climáticas. A Meta 8, relacionada à redução dos impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade e ao fortalecimento da resiliência dos ecossistemas, aparece entre aquelas com progresso relativo mais elevado na avaliação global. Esse resultado evidencia a crescente integração entre políticas climáticas e conservação da natureza, inclusive por meio de abordagens baseadas em ecossistemas. A conexão é particularmente importante porque as mudanças climáticas intensificam a degradação de habitats, alteram a distribuição de espécies e ameaçam os serviços ecossistêmicos. Ao mesmo tempo, ecossistemas saudáveis contribuem para a adaptação climática e, em muitos casos, para a mitigação das emissões.

Ampliação da participação de diferentes atores. O GBF também estimulou compromissos de governos subnacionais, cidades, organizações da sociedade civil, comunidades indígenas, instituições científicas e empresas. O relatório incorpora mais de 180 compromissos apresentados por atores não governamentais, evidenciando uma mobilização que ultrapassa os ministérios ambientais. Esse envolvimento é fundamental porque as decisões que afetam a biodiversidade são tomadas em diferentes setores econômicos e níveis de governo. Apesar disso, a participação efetiva de povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens ainda apresenta limitações importantes.

Principais dificuldades e obstáculos à implementação

O relatório demonstra que os avanços institucionais ainda não se traduziram em mudanças suficientemente rápidas nos fatores responsáveis pela perda de biodiversidade. Menos da metade das Partes que apresentaram relatórios considerou que suas metas nacionais associadas a qualquer uma das metas globais estavam no caminho adequado para serem cumpridas. Os indicadores disponíveis também apresentam resultados heterogêneos, frequentemente com tendências negativas. As maiores dificuldades concentram-se nas seguintes dimensões.

Financiamento insuficiente e incentivos econômicos prejudiciais. A implementação do GBF depende da mobilização de pelo menos US$ 200 bilhões anuais para biodiversidade até 2030, incluindo US$ 30 bilhões anuais em financiamento internacional, além da redução de incentivos prejudiciais à biodiversidade em pelo menos US$ 500 bilhões por ano. O relatório identifica avanços limitados na mobilização de recursos privados, na reforma de subsídios e na disponibilidade de financiamento previsível para países em desenvolvimento. Segundo a avaliação, a meta intermediária de US$ 20 bilhões anuais em financiamento internacional para 2025 provavelmente não foi alcançada, embora ainda faltem dados completos para uma conclusão definitiva.

Persistência dos fatores estruturais da perda de biodiversidade. As metas relacionadas ao consumo sustentável (Meta 16), à reforma de subsídios prejudiciais (Meta 18) e à mobilização financeira (Meta 19) estão entre aquelas com maiores dificuldades de implementação. O problema central é que as políticas de conservação frequentemente coexistem com políticas

agrícolas, industriais, comerciais e financeiras que continuam incentivando a degradação dos ecossistemas. Assim, os ganhos obtidos por meio de áreas protegidas e projetos de restauração podem ser comprometidos pela expansão de atividades econômicas insustentáveis.

Fragmentação institucional e desigualdades de capacidade. A ausência de coordenação entre ministérios, governos subnacionais, setores produtivos e instituições financeiras reduz a efetividade das políticas ambientais. Muitos países, particularmente os menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, enfrentam limitações de financiamento, recursos humanos especializados, infraestrutura tecnológica e acesso à cooperação científica. Também persistem dificuldades para assegurar participação efetiva e acesso equitativo aos recursos por parte de povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens.

Lacunas de informação e monitoramento. Embora o novo sistema de indicadores represente um avanço, nenhum país apresentou informações para todos os indicadores principais. Existem dificuldades metodológicas, séries temporais incompletas e dados insuficientemente desagregados por ecossistema, grupo taxonômico ou características sociais. Isso limita tanto a avaliação dos resultados quanto a identificação das intervenções prioritárias.

Recomendações e prioridades para acelerar os resultados até 2030

O documento não apresenta recomendações formalmente prescritivas aos países, mas identifica abordagens e oportunidades para superar os obstáculos encontrados. A partir dessas orientações, destacam-se seis prioridades:

1. Aumentar a ambição e acelerar a implementação das metas nacionais, priorizando intervenções com resultados mensuráveis para a conservação, a restauração ecológica e a redução das pressões sobre os ecossistemas.

2. Reformar os incentivos econômicos e financeiros, eliminando progressivamente subsídios prejudiciais à biodiversidade, ampliando investimentos positivos e incorporando riscos relacionados à natureza nas decisões empresariais e financeiras.

3. Fortalecer a governança intersetorial, integrando biodiversidade às políticas de agricultura, pesca, infraestrutura, energia, saúde, clima e planejamento territorial, com responsabilidades institucionais claramente definidas.

4. Ampliar o financiamento, a cooperação científica e a transferência de tecnologia, especialmente para países em desenvolvimento, assegurando acesso equitativo aos recursos e fortalecendo capacidades nacionais e locais.

5. Garantir participação efetiva e baseada em direitos, reconhecendo povos indígenas e comunidades locais como parceiros na implementação, com respeito aos conhecimentos tradicionais, à governança territorial e ao consentimento livre, prévio e informado.

6. Aprimorar os sistemas de monitoramento e avaliação, investindo em indicadores comparáveis, infraestrutura de dados, sistemas nacionais de informação e integração entre conhecimentos científicos e tradicionais.

Essas prioridades refletem as seis mensagens centrais apresentadas na seção final do relatório, que abordam ambição, implementação, meios de execução, governança, participação social e conhecimento.

Outras considerações

A principal conclusão do relatório é que o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal conseguiu estabelecer uma agenda internacional amplamente compartilhada, mas ainda não produziu mudanças na escala necessária para interromper e reverter a perda global da biodiversidade. O progresso é mais evidente na mobilização política, na formulação de compromissos e na construção de mecanismos de governança do que nos resultados ecológicos efetivamente demonstrados.

O período até 2030 será decisivo para transformar esses compromissos em resultados. Isso exigirá não apenas ampliar áreas protegidas e restaurar ecossistemas, mas também modificar os sistemas econômicos e produtivos responsáveis pela degradação ambiental. A biodiversidade precisa ser incorporada às decisões sobre desenvolvimento, financiamento, alimentação, água, saúde e mudanças climáticas.

A mensagem central é que o desafio já não consiste apenas em estabelecer metas de conservação, mas em transformar as políticas públicas, os investimentos e os modelos de desenvolvimento para torná-las alcançáveis. Sem mudanças estruturais e financiamento adequado, o risco é repetir a experiência das Metas de Aichi: amplo compromisso internacional, mas resultados insuficientes para deter a perda da biodiversidade

4. Declaração de Yerevan – Tomando ação para a Natureza

O documento “Yerevan Declaration – Taking Action for Nature” (Declaração de Yerevan – Agindo pela Natureza) é uma declaração política de alto nível apresentada em 16 de outubro de 2026, em Yerevan, Armênia, durante a Cúpula de Líderes pela Natureza (Leaders for Nature Summit), realizada às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP17).

Seu objetivo principal é reafirmar o compromisso político com o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) e exigir a aceleração de sua implementação, reconhecendo que os esforços realizados desde 2022 ainda são insuficientes para interromper e reverter a perda de biodiversidade até 2030.

O documento, de três páginas, apresenta os seguintes compromissos e prioridades:

1. Acelerar a implementação do GBF: fortalecer as políticas nacionais de conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, integrando-as às políticas econômicas e de desenvolvimento.

2. Ampliar o financiamento para a biodiversidade: mobilizar recursos públicos e privados de forma adequada, previsível e acessível, especialmente para países em desenvolvimento, além de fortalecer a cooperação científica, a transferência de tecnologia e a capacitação institucional.

3. Fortalecer o monitoramento e a responsabilização: aprimorar sistemas de informação, indicadores, relatórios nacionais e avaliações de resultados, promovendo decisões fundamentadas em evidências científicas.

4. Garantir participação inclusiva: reconhecer o papel dos povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens, governos subnacionais, instituições científicas e sociedade civil, respeitando os conhecimentos tradicionais e o consentimento livre, prévio e informado.

5. Transformar os padrões de produção e consumo: promover mudanças nos setores econômicos e financeiros para reduzir as pressões sobre os ecossistemas e enfrentar as causas estruturais da perda de biodiversidade.

6. Garantir repartição justa dos benefícios dos recursos genéticos: fortalecer os mecanismos de compartilhamento de benefícios provenientes da utilização de informações digitais de sequências genéticas (Digital Sequence Information), incluindo o Fundo de Cali.

7. Integrar as agendas ambientais internacionais: ampliar as sinergias entre as três Convenções do Rio — biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação — e outros acordos multilaterais ambientais.

Qual é a importância política da declaração?

A Declaração de Yerevan representa uma resposta política aos resultados preocupantes do primeiro relatório global de implementação do GBF, publicado em 2026. Seu principal reconhecimento é que a mobilização internacional e os compromissos anunciados não estão produzindo resultados na velocidade necessária.

O documento procura, portanto, transformar a COP17 em um momento de maior ambição política, defendendo que os países avancem de compromissos voluntários para medidas concretas, mensuráveis e sustentadas por financiamento e cooperação internacional.

Entretanto, há uma distinção importante: a declaração não cria novas metas globais, não estabelece obrigações jurídicas adicionais e não anuncia valores específicos de novos financiamentos. Trata-se de um instrumento de orientação e mobilização política, que solicita à COP17 que incorpore sua visão e seus compromissos às decisões negociadas.

Qual é a principal mensagem?

A declaração reconhece que a biodiversidade constitui a base da segurança alimentar, da saúde humana, da estabilidade climática, da prosperidade econômica e do bem-estar das futuras gerações. Seu significado central é reafirmar que a conservação da natureza não pode continuar restrita às políticas ambientais, mas precisa orientar decisões de governos, instituições financeiras e setores produtivos.

Na página 3, o documento encerra com um chamado à ação coletiva, destacando que esta década deve representar um ponto de inflexão na relação da humanidade com a natureza. A Declaração de Yerevan reafirma o compromisso internacional de interromper e reverter a perda de biodiversidade até 2030, reconhece que os avanços atuais são insuficientes e convoca governos, empresas, instituições financeiras e sociedade civil a acelerar ações concretas, ampliar o financiamento, fortalecer a cooperação científica e integrar a conservação da biodiversidade aos modelos de desenvolvimento. Seu principal valor é político: pressionar pela transformação dos compromissos do Marco Global de Biodiversidade em resultados efetivos.

Referências

1. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). (2026). State of Biodiversity Action: Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Relatório oficial.

2. International Institute for Sustainable Development (IISD). (2026a). What to Expect at the UN Biodiversity Conference (CBD COP 17). 7 de outubro de 2026. Acessar publicação.

3. International Institute for Sustainable Development (IISD). (2026b). From Yerevan to Antalya: What COP 17 and COP 31 Can Do for Climate, Nature, and Land. 20 de outubro de 2026. Acessar análise.

4. IISD / Earth Negotiations Bulletin (ENB). (2026). Daily Report for 26 October 2026 — UN Biodiversity Conference (CBD COP 17). 26 de outubro de 2026. Relatório das negociações.

5. Global Environment Facility (GEF). (2026a). UN Biodiversity Conference Gets Finance Boost for Action on Nature with $500 Million in Additional Pledges to the GEF and GBFF. 26 de outubro de 2026. Comunicado oficial.

6. Global Environment Facility (GEF). (2026b). COP17 Joint Statement on New Pledges to the Global Biodiversity Framework Fund. 26 de outubro de 2026. Declaração conjunta.

7. The Guardian. (2026). At COP17, the Pressure Is on to Rescue a Deal That Could End the Destruction of Nature. 23 de outubro de 2026. Acessar reportagem.

8. Le Monde. (2026). COP17 in Yerevan: As Biodiversity Collapses, Humanity's Efforts Are 'Uneven and Not at the Pace Required'. 20 de outubro de 2026. Acessar reportagem.

9. The Climate Watch. (2026). Nature Finance and Rights Safeguards Divide Governments Ahead of COP17's Final Week. 25 de outubro de 2026. Acessar análise.

10. Presidência da COP17 / Governo da República da Armênia. (2026). Yerevan Declaration: Taking Action for Nature. Declaração política adotada na Cúpula de Líderes pela Natureza (Leaders for Nature Summit), Yerevan, Armênia, 16 de outubro de 2026. Consultar o texto integral da declaração

Um Olhar Global Sobre as Jornadas de Trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora à Luz da Aprovação da PEC 221/2019, que acabou com a Escala 6X1 no Brasil

Una Mirada Global Sobre las Jornadas Laborales y la Salud de Los Trabajadores y Trabajadoras a la luz de la Aprobación de la PEC 221/2019, Que Pone Fin al Régimen 6x1 en Brasil

A Global View on Work Schedules and Occupational Health in Reference to the Approval of Constitutional Amendment Proposal (PEC) 221/2019, Which Terminated the 6x1 Work Schedule in Brazil

Frederico Peres

Resumo: A discussão sobre o fim da escala 6x1 no Brasil, uma importante luta pela garantia de condições mais justas, saudáveis, seguras e equitativas de trabalho, ganhou importante destaque na agenda legislativa e nas mobilizações da sociedade ao longo de 2026. A Emenda Constitucional nº 141/2026 alterou o art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a duração máxima semanal do trabalho e prevendo 2 (dois) dias de repouso remunerado por semana, sem qualquer redução salarial. Embora frequentemente reduzida a uma questão de organização das jornadas de trabalho, no país, envolve dimensões fundamentais da vida social, do bem-estar e da dignidade humana, como a possibilidade de ampliar a convivência familiar, a participação comunitária, a autonomia sobre o tempo e a possibilidade de ter garantido um tempo mínimo semanal para a recuperação física e mental das exigências do trabalho. E que deve ser compreendida como parte de um debate internacional mais amplo sobre a vida para além do trabalho, a garantia do tempo de descanso e lazer da classe trabalhadora e o equilíbrio entre a produtividade econômica e a proteção da saúde dos trabalhadores. As evidências internacionais aqui reunidas e analisadas mostram que a redução da jornada pode funcionar como indutora de mudanças na organização e na qualidade do trabalho, em vez de representar, apenas, uma diminuição do tempo disponível para produzir, com impactos sobre a produtividade e/ou a saúde e a segurança no trabalho. Entretanto, tais experiências mostram que o país precisa buscar condições e estratégias capazes de associar a transição normativa à reorganização de processos, ao apoio tecnológico e financeiro às empresas menores, à qualificação profissional e à negociação coletiva justa sobre a distribuição dos horários. A redução da jornada de trabalho precisa, portanto, ser acompanhada de um planejamento centrado no trabalhador, em que o custo da mudança normativa não seja transferido aos trabalhadores, seja sob a forma de intensificação do ritmo, de sobrecarga ou da perda do emprego.

Palavras-chave: Jornada de Trabalho; Escala 6x1; Trabalho Decente; Saúde do Trabalhador; Vida Além do Trabalho.

Resumen: *El debate sobre el fin del régimen laboral de 6 días de trabajo por 1 de descanso (escala 6x1) en Brasil — una lucha significativa por garantizar condiciones de trabajo más justas, saludables, seguras y equitativas — cobró gran relevancia en la agenda legislativa y en las movilizaciones sociales a lo largo de 2026. La Enmienda Constitucional n.º 141/2026 modificó el*

artículo 7.º de la Constitución Federal, reduciendo la duración máxima semanal de la jornada laboral y estableciendo 2 (dos) días de descanso remunerado a la semana, sin reducción alguna del salario. Aunque a menudo se reduce a una mera cuestión de organización de las jornadas laborales, en el contexto brasileño este asunto abarca dimensiones fundamentales de la vida social, el bienestar y la dignidad humana; entre ellas, la posibilidad de fortalecer la convivencia familiar y la participación comunitaria, ejercer una mayor autonomía sobre el propio tiempo y asegurar un periodo semanal mínimo para la recuperación física y mental frente a las exigencias del trabajo. Esta cuestión debe entenderse, además, como parte de un debate internacional más amplio sobre la vida más allá del empleo, la garantía de tiempo para el descanso y el ocio de la clase trabajadora, y el equilibrio entre la productividad económica y la protección de la salud de los trabajadores. Las evidencias internacionales recopiladas y analizadas aquí demuestran que la reducción de la jornada puede impulsar cambios en la organización y la calidad del trabajo — en lugar de representar simplemente una disminución del tiempo disponible para la producción —, con repercusiones tanto en la productividad como en la salud y la seguridad laboral. No obstante, estas experiencias indican que el país debe buscar condiciones y estrategias que vinculen la transición normativa con la reorganización de los procesos, el apoyo tecnológico y financiero a las pequeñas empresas, la cualificación profesional y una negociación colectiva justa sobre la distribución de los horarios. Por tanto, la reducción de la jornada laboral debe ir acompañada de una planificación centrada en el trabajador, de modo que el costo del cambio normativo no recaiga sobre los empleados — ya sea mediante la intensificación del ritmo de trabajo, una sobrecarga de tareas o la pérdida del empleo.

Palabras clave: *Jornada laboral; Turno 6x1; Trabajo decente; Salud del trabajador; Vida más allá del trabajo.*

Abstract: *The discussion on the cessation of the 6x1 work schedule in Brazil — a crucial endeavor to attain fairer, healthier, safer, and more egalitarian labor conditions — gained substantial visibility on the legislative agenda and among social movements during 2026. Constitutional Amendment No. 141/2026 revised Article 7 of the Federal Constitution, decreasing the maximum allowable weekly working hours and stipulating two days of paid rest each week, without any wage cut. Although frequently presented solely as a scheduling concern, this matter encompasses essential aspects of social existence, well-being, and human dignity, such as the chance for increased family interaction, community involvement, enhanced control over personal time, and the assurance of a minimum weekly interval for physical and mental recuperation from work-related pressures. This discourse ought to be perceived as a component of a wider global dialogue regarding existence beyond employment, the preservation of rest and leisure for the labor force, and the equilibrium between economic efficiency and the preservation of workers' well-being. Global data compiled and examined in this context indicates that decreasing working hours can enhance the structure and caliber of work, rather than merely acting as a diminishment of production time — affecting both efficiency and workplace health and safety. Nonetheless, these experiences suggest that Brazil should seek conditions and strategies that connect this regulatory shift to the restructuring of work processes, the provision of technological and financial assistance for smaller businesses, workforce development, and equitable collective negotiations concerning the allocation of working hours. Thus, any decrease in working hours should be paired with employee-focused strategies, guaranteeing that the financial burdens of this legislative adjustment are not transferred to the workers — whether through heightened work intensity, augmented workloads, or job losses.*

Keywords: *Work Schedule; 6x1 Rotation; Decent Work; Occupational Health; Life Outside of Work.*

Introdução

A discussão sobre o fim da escala 6x1 no Brasil, uma importante luta pela garantia de condições mais justas, saudáveis, seguras e equitativas de trabalho, ganhou importante destaque na agenda legislativa e nas mobilizações da sociedade ao longo de 2026, em razão da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 221/2019 no Congresso Nacional. Proposta que, em 14 de outubro de 2026, após aprovação em dois turnos pelo Senado Federal, foi convertida na Emenda Constitucional nº 141/2026, promulgada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 16 de outubro de 2026.

A Emenda Constitucional nº 141/2026 alterou o art. 7º da Constituição Federal, reduzindo a duração máxima semanal do trabalho e prevendo 2 (dois) dias de repouso remunerado por semana, sem qualquer redução salarial. Embora frequentemente reduzida a uma questão de organização das jornadas de trabalho, no país, envolve dimensões fundamentais da vida social, do bem-estar e da dignidade humana, como a possibilidade de ampliar a convivência familiar, a participação comunitária, a autonomia sobre o tempo e a possibilidade de ter garantido um tempo mínimo semanal para a recuperação física e mental das exigências do trabalho. E que deve ser compreendida como parte de um debate internacional mais amplo sobre a vida para além do trabalho, a garantia do tempo de descanso e lazer da classe trabalhadora e o equilíbrio entre a produtividade econômica e a proteção da saúde dos trabalhadores.

A discussão em torno da escala 6x1 — seis dias de trabalho seguidos de um dia de descanso — não está reduzida, apenas, ao número de dias trabalhados, como também ao número de horas trabalhadas por dia, à previsibilidade dos horários, à existência de trabalho noturno ou em turnos, ao trabalho nos finais de semana e à possibilidade de pausas e de um tempo efetivamente adequado para que o trabalhador e a trabalhadora não apenas se recupere, física e mentalmente, como também possa administrar com mais folga o tempo de vida fora do trabalho. Igualmente, precisa ser compreendida em um contexto global, como importante pauta para a promoção do trabalho decente e a garantia de condições para que o trabalhador tenha mais tempo disponível para sua família e comunidade.

Neste sentido, realizar uma comparação internacional de jornadas de trabalho nas principais economias do planeta, assim como sua relação com o número de dias de descanso, possibilita compreender que países que adotam limites semanais de horas de trabalho semelhantes podem, em muitas situações, apresentar condições muito diferentes de trabalho, em função das regras de uso e remuneração de horas extras, da possibilidade de realizar o trabalho em regimes de turnos, das convenções coletivas internalizadas em cada país e da capacidade de fiscalização das instituições dos setores Trabalho e Emprego e Saúde. Condições que podem resultar em situações em que, por exemplo, um país pode estabelecer um limite legal relativamente baixo e, ainda assim, apresentar grupos de trabalhadores submetidos a jornadas de trabalho efetivas muito extensas (ou intensas), comprometendo a capacidade de promoção do trabalho decente — seguro, saudável, sustentável e equitativo.

O presente artigo busca contribuir com um mapeamento internacional de jornadas de trabalho, com ênfase nos limites máximo de horas ou dias de trabalho previstos, em suas respectivas legislações, destacando os modelos predominantes de organização da semana típica de trabalho, em cada país, e as evidências sobre os efeitos de algumas jornadas de trabalho sobre a saúde de trabalhadores e trabalhadores.

Um Panorama Internacional de Jornadas e Escalas de Trabalho

Para a construção do presente panorama, foram adotadas três categorias principais de análise: a jornada regular/ordinária de trabalho, isto é, o período usualmente adotado, em cada país, para o desenvolvimento das atividades de trabalho; o limite máximo legal, incluindo a possibilidade de horas extras e do trabalho em regime de turnos; e a escala semanal, que determina como os dias de trabalho e de repouso são distribuídos, ao longo de uma semana típica.

O Quadro 1 reúne uma síntese das evidências levantadas sobre as jornadas de trabalho em algumas das principais economias mundiais, bem como a identificação dos principais marcos regulatórios. Aqui são identificados e reunidos os limites gerais ou parâmetros legais de referência, não havendo uma descrição detalhada de todas as jornadas autorizadas em cada país. Regimes especiais, convenções coletivas e regras setoriais podem modificar sua aplicação, e podem não estar incluídos na síntese de evidências elaborada.

Quadro 1: Limites máximos das jornadas de trabalho em algumas das principais economias regionais e mundiais, com respectivos instrumentos de regulação

País ou região	Jornada ordinária ou parâmetro geral	Regulação do trabalho prolongado e do descanso
Brasil	Máximo de 44h, distribuídas em 6 dias de trabalho semanais, com redução para 40h a partir de 16 de dezembro de 2026 (EC 141/2026)	O limite diário geral atualmente em vigor é de 8 horas, admitidas hipóteses legais de compensação e horas extras. A escala 6x1 será mantida, observadas as regras de repouso e jornada, até a entrada em vigor da EC 141/2026, em 16 de dezembro de 2026. A partir de então, passará a vigorar o repouso semanal remunerado de 2 (dois) dias, um dos quais preferencialmente aos domingos, com o limite de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
Estados Unidos	Não há limite federal geral de horas semanais, havendo regulações específicas em alguns estados e em determinados setores da economia, sujeitos a marcos regulatórios específicos	A Fair Labor Standards Act exige, em regra, pagamento de horas extras após 40 horas semanais para trabalhadores não isentos, mas não estabelece um máximo federal geral de horas trabalhadas nem exige descanso semanal remunerado. Leis estaduais e setoriais podem acrescentar proteções ou regular limites e distribuição da jornada de trabalho, diária e semanalmente.

Austrália	Limites de 38h semanais para trabalhadores em tempo integral	Horas adicionais podem ser exigidas quando consideradas razoáveis, levando em conta fatores como saúde, segurança e responsabilidades familiares.
União Europeia	A legislação varia por país; marcos regulatórios da União Europeia, entretanto, estabelecem limites de proteção e garantia da segurança e saúde de trabalhadores	Em regra, o tempo médio de trabalho não deve ultrapassar 48 horas semanais, incluindo horas extras, com descanso diário e semanal mínimos, ressalvadas derrogações previstas nas legislações específicas de cada país membro e que não se contraponham às normativas do bloco.
França	Limite de 35h semanais para trabalhadores em tempo integral	A duração legal não equivale a um teto absoluto: horas extras são possíveis dentro de limites e regras específicas. A legislação europeia também estabelece parâmetros de proteção, que precisam ser contemplados (ou respeitados) na legislação nacional.
Alemanha	Em regra, o limite é de 8h por dia, com possibilidade de extensão para 10h sob condições de compensação	A organização do tempo de trabalho é condicionada por limites diários, períodos de descanso e regras sobre domingos e feriados, além das disposições coletivas aplicáveis a distintas categorias.
Japão	Em regra, 40h semanais e 8h diárias são os limites adotados nos marcos regulatórios do país.	Horas extras dependem de requisitos legais e acordos próprios, com limites gerais e exceções específicas aplicáveis. O estabelecimento e o cumprimento de tais limites é especialmente relevante para a garantia de condições seguras e saudáveis de trabalho no país, considerando o histórico de jornadas excessivas.
Coreia do Sul	40h ordinárias semanais	O regime geral admite até 12 horas extras semanais, totalizando um máximo permitido de 52 horas, sujeito às regras e exceções legais.
China	Regime geral de 8h diárias e 40h semanais	O trabalho extraordinário está sujeito a limites e condições legais, com regimes específicos para determinadas atividades e organizações.
México	Atualmente, a jornada máxima de trabalho (geral) permanece em 48h semanais, estando o país em processo de transição, a partir da Reforma Constitucional aprovada no primeiro semestre de 2026.	A Reforma Constitucional publicada em 2026 prevê uma redução gradual da jornada máxima de trabalho para 40 horas em 2030, sem redução salarial. Segundo as regras de transição, os limites máximos serão de 46h em 2027, 44h em 2028 e 42h em 2029 — até alcançar, em 2023, o limite máximo aprovado.

Fonte: síntese de evidências elaborada a partir de prompt específico no ChatGPT, com revisão e complementação, pelo autor, de lacunas e informações adicionais. O autor se responsabiliza pelos resultados aqui apresentados.

Um primeiro aspecto relevante, a ser observado com a leitura do Quadro 1, é que o limite máximo de horas trabalhadas por semana não determina, isoladamente, a qualidade da proteção laboral. O modelo australiano, por exemplo, estabelece 38 horas como referência para o tempo integral, mas prevê a possibilidade de horas extras, com limites próprios para diferentes categorias, estabelecendo o direito de recusa de horas adicionais consideradas não razoáveis. Outra questão diz respeito ao fato de uma jornada ordinária de 35, 38 ou 40h não significar que todos os trabalhadores estejam legalmente impedidos de ultrapassá-la; em muitos países, a legislação admite horas extras, compensações, escalas especiais ou médias calculadas ao longo de períodos determinados, cujos impactos sobre a saúde do trabalhador e o tempo de vida fora do trabalho podem variar bastante.

Outro aspecto é a distribuição do descanso (Quadro 2). Duas pessoas podem trabalhar 40h semanais e experimentar condições bastante diferentes, a depender de dispositivos específicos presentes nos marcos regulatórios: uma pode trabalhar cinco dias de oito horas, com dois dias de repouso; outra pode trabalhar seis dias com jornadas mais curtas, mas dispor de apenas um dia livre. A segunda configuração pode dificultar atividades familiares, sociais e de recuperação, mesmo sem ultrapassar o limite semanal de horas.

Pelo aqui exposto, localizar o fim da escala 6x1 no Brasil no conjunto dos marcos regulatórios internacionais sobre a matéria exige considerar, de forma conjunta e integrada, a jornada total, os dias consecutivos de trabalho, a duração do repouso entre jornadas, o descanso semanal, a previsibilidade dos horários e a garantia de condições mínimas para a vida social/familiar fora do trabalho.

Quadro 2: Descanso mínimo garantido em algumas das principais economias regionais e mundiais, com identificação específica (ou não) de limite de dias trabalhados por semana

País ou região	**Descanso mínimo garantido**	**Existe limite expresso de dias trabalhados?**	**A legislação garante dois dias de folga por semana, tal qual na EC 141/2026?**
Brasil	Em regra, 24 horas consecutivas de repouso semanal remunerado.	A regra geral vigente assegura repouso semanal, mas não estabelece uma proibição universal formulada a partir de um número máximo de dias trabalhados, tal qual será assegurada a partir da entrada em vigor da EC 141/2026.	Não, no regime geral vigente, a ser garantida com a entrada em vigor da EC 141/2026.

Estados Unidos	Não há garantia federal geral de descanso semanal para trabalhadores adultos abrangidos pela legislação federal. Leis estaduais e regras específicas podem ampliar a proteção.	Não há limite federal geral de dias trabalhados por semana.	Não, em âmbito federal, podendo estar presente em legislações aplicáveis a determinados setores ou em determinados estados.
Austrália	Não existe uma regra nacional geral única que assegure a todos os empregados um dia específico de folga semanal. Benefícios setoriais e acordos podem prever descansos mínimos e número de dias livres.	Depende das normas aplicáveis a cada setor e, também, em razão do regime de trabalho.	Não, como garantia universal nacional.
União Europeia	Mínimo de 24 horas consecutivas de descanso semanal, além de 11 horas de descanso diário, em cada período de sete dias (média), com possibilidade de organização por período de referência de duas semanas.	Os marcos regulatórios do bloco não determinam um máximo uniforme de dias trabalhados em cada semana civil.	Não necessariamente. O padrão de referência europeu é o tempo mínimo de repouso, não um número de dias completos de descanso remunerado semanal.
França	Descanso semanal de, pelo menos, 24 horas consecutivas, somadas ao descanso diário. O domingo é a regra geral, com exceções legais aplicáveis a determinados setores.	Sim. É proibido, como regra geral, trabalhar mais de seis dias na mesma semana.	Não. A regra geral assegura um período de descanso semanal, não estabelecido a partir do número de dias trabalhados.
Alemanha	Em regra, o descanso dominical e em feriados é protegido, com exceções para determinadas atividades. A legislação estabelece períodos mínimos de repouso e compensações para trabalhos autorizados nesses dias.	A organização geral permite trabalho em até seis dias da semana; as restrições aos domingos e feriados, bem como as exceções setoriais, são expressas através de marcos regulatórios específicos.	Não, como garantia geral de dois dias de folga em toda semana.

Japão	Pelo menos um dia de descanso por semana ou, alternativamente, quatro dias de descanso em quatro semanas.	Não há uma regra geral simples que limite todo trabalhador a cinco ou seis dias em cada semana civil; a alternativa de quatro dias em quatro semanas permite outra distribuição.	Não.
Coreia do Sul	Pelo menos um dia de descanso remunerado por semana, em média, segundo as condições legais aplicáveis.	A garantia de descanso semanal não equivale, isoladamente, a um limite uniforme de cinco ou seis dias máximo de trabalho, devendo ser calculada em conjunto com a carga horária máxima semanal ou mensal.	Não.
China	A legislação trabalhista geral prevê pelo menos um dia de descanso por semana.	O regime geral estabelece o repouso semanal, mas atividades e regimes especiais podem apresentar organização distinta.	Não, como regra geral nacional.
México	Pelo menos um dia de descanso remunerado para cada seis dias de trabalho, segundo a regra geral da legislação trabalhista.	Sim, como regra geral de organização: seis dias de trabalho semanal com um dia de descanso, ressalvadas as regras e exceções aplicáveis.	Não.

Fonte: síntese de evidências elaborada a partir de prompt específico no ChatGPT, com revisão e complementação, pelo autor, de lacunas e informações adicionais. O autor se responsabiliza pelos resultados aqui apresentados.

Algumas Evidências Sobre as Relações Entre a Jornada de Trabalho e a Saúde do Trabalhador

As relações entre a jornada de trabalho e a saúde constitui um dos temas de estudo mais importantes e recorrentes para o campo da Saúde do Trabalhador. Através de diferentes abordagens teóricas e práticas, busca reunir e/ou produzir evidências que indiquem, por exemplo, que longas jornadas de trabalho comprometem a saúde física e mental de trabalhadoras e trabalhadores, que a exposição prolongada a condições pouco saudável ou inseguras nos ambientes de trabalho, especialmente quando combinada com recuperação insuficiente e outros fatores de riscos psicossociais, pode aumentar a probabilidade de adoecimento.

Entre as evidências globais mais consistentes sobre as relações entre as (longas) jornadas de trabalho e o comprometimento da saúde de trabalhadores estão o risco aumentado de doenças cardiovasculares. Estimativas conjuntas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicadas em 2021 a partir dados referentes ao período de 2000-2016, mostram que, naquele período, registrou-se um quantitativo global

de aproximadamente 745 mil mortes atribuíveis à exposição a jornadas de, pelo menos 55 horas semanais, por doença cardíaca isquêmica e acidente vascular cerebral. Aproximadamente 479 milhões pessoas que trabalhavam 55 horas ou mais por semana, equivalente a 9% da população mundial no período, foram consideradas para os cálculos utilizados no estudo.

Identificou-se um aumento de, aproximadamente, 17% do risco de doença cardíaca isquêmica e de 35% do risco de acidente vascular cerebral, em comparação com trabalhadores que cumpriam jornadas de 35–40 horas. A OMS e a OIT concluem, a partir dos dados analisados no estudo, que existem dois mecanismos principais que ajudam a explicar essa relação desfavorável entre longas jornadas de trabalho e o aumento da incidência de doenças cardiovasculares em trabalhadores. O primeiro é fisiológico: a exposição persistente ao estresse pode alterar a regulação autonômica, elevar a pressão arterial e favorecer processos envolvidos no desenvolvimento de doenças cardiovasculares. O segundo é comportamental e social: jornadas prolongadas podem reduzir o tempo disponível para dormir, praticar atividade física, preparar refeições adequadas e recuperar-se do esforço diário, além de limitar o convívio familiar e comunitário.

A relação entre organização do tempo de trabalho e a saúde mental envolve diferentes mecanismos fisiológicos e psicossociais, entre eles a privação de sono, o estresse crônico, a redução da autonomia sobre os processos de trabalho e a dificuldade de conciliar trabalho e vida pessoal. Uma revisão sistemática, realizada em 2020, examinou a associação entre trabalho em turnos, jornadas prolongadas de trabalho e a incidência de doenças crônicas não-transmissíveis. O conjunto de estudos revisados — outras revisões sistemáticas com meta-análise — analisava dados sobre doenças cardiovasculares, síndrome metabólica, hipertensão, depressão, complicações gestacionais e acidentes. Os autores encontraram algumas associações específicas, como a relação entre o trabalho em turnos e a incidência de câncer de mama em mulheres (cuja relação era parcialmente explicada pela limitação do tempo necessário para o autocuidado e o acompanhamento clínico preventivo), assim como a relação entre jornadas de trabalho prolongadas e o aumento do risco de acidente vascular cerebral.

O trabalho em turnos e em horários noturnos, por sua vez, apresenta desafios específicos e determina riscos diversos à saúde do trabalhador, mesmo quando a jornada semanal não ultrapassa o limite legal. A incompatibilidade entre o horário de trabalho e os ritmos circadianos pode prejudicar o sono e a recuperação, assim como a alternância frequente de horários, comumente observada no trabalho em turnos, também pode dificultar a manutenção de rotinas estáveis.

A OIT recomenda que a organização dos turnos, do trabalho noturno, dos fins de semana e dos horários flexíveis considere seus possíveis efeitos sobre a saúde e a segurança de trabalhadoras e trabalhadores. Segundo dados utilizados como referência, a organização do trabalho deve observar os limites físicos e psicossociais associados às jornadas de trabalho, assim como garantir períodos de descanso e proteção específica para trabalhadores noturnos. Ainda segundo a OIT, os riscos podem ser particularmente relevantes em atividades que combinam esforço físico, atenção sustentada e o potencial de gerar consequências graves em situações de falhas humanas, como o transporte, a construção civil, o trabalho em saúde, as cadeias de produção em plantas industriais e determinadas atividades de manutenção, entre outras.

A Organização adverte, entretanto, que a relação entre fadiga e acidentes não deve, nunca, ser reduzida à responsabilidade individual do trabalhador, uma vez que a duração dos turnos, o dimensionamento das equipes, a pressão por produtividade, a disponibilidade de pausas e a qualidade da gestão do trabalho são fatores organizacionais importantes, e determinantes da possibilidade de um evento adverso — como um acidente de trabalho — ocorrer.

O relatório conjunto da OMS e OIT destaca que os efeitos da intensidade do trabalho, sobretudo aqueles associados a longas jornadas de trabalho, não são distribuídos igualmente entre os diferentes grupos sociais. A OMS e a OIT identificaram que a população masculina é mais prevalente entre as pessoas expostas a jornadas de 55 horas ou mais e, assim, concentram maior carga de mortalidade associada a doenças cardiovasculares atribuíveis a essas longas jornadas de trabalho. Entretanto, advertem ambas as Organizações, a análise do problema a partir de uma perspectiva de gênero exige considerar, também, o trabalho doméstico e o peso desproporcional do cuidado — ambos trabalhos não remunerados — sobre as mulheres. Trabalhadoras que encerram uma jornada remunerada e assumem responsabilidades extensas de cuidado podem ter menor tempo de recuperação, mesmo quando suas horas de trabalho formal não são particularmente elevadas, em comparação aos colegas homens.

Trabalhadores de baixa renda ou inseridos em contextos familiares de elevada vulnerabilidade social também podem enfrentar uma combinação de remuneração insuficiente, necessidade de realizar horas extras, deslocamentos longos e baixa capacidade de negociar seus horários, resultando em uma condição de vulnerabilização ante os efeitos das longas jornadas de trabalho. Nesses contextos, ressaltam a OMS e a OIT, o direito formal de recusar horas adicionais pode não se traduzir em realidade, sobretudo quando a renda depende da disponibilidade para trabalhar (e.g. trabalho remunerado por horas, trabalho plataformizado, trabalho mediante entregas etc.).

No que se refere à discussão do caso brasileiro, entende-se que para avaliar os efeitos da mudança na escala 6x1 sobre a saúde, a segurança e o bem-estar de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, torna-se necessário desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação que combine informações trabalhistas, epidemiológicas e socioeconômicas. E que contemple análises multifatoriais, a partir de indicadores como a jornada efetivamente trabalhada — incluindo horas extras e múltiplos vínculos —, o número de dias consecutivos efetivos de trabalho, o intervalo entre jornadas, a frequência de trabalho noturno, a previsibilidade das escalas e a proporção de trabalhadoras e trabalhadores que conseguem usufruir, integralmente, do período garantido por lei ao descanso. Tais informações precisam ser, ainda, articuladas a dados sobre acidentes de trabalho, afastamentos por doenças cardiovasculares e transtornos mentais, a prevalência de distúrbios do sono, a percepção de fadiga, a análise da real conciliação entre trabalho e vida pessoal, assim como a consideração das desigualdades de gênero, raça e renda que marcam o mundo do trabalho no país.

Como Países que Reduziram a Jornada de Trabalho Evitaram a Diminuição da Produtividade?

Grande parte das críticas e argumentos utilizados para barrar a aprovação da PEC 221/2019 no Congresso Nacional estava associada ao potencial de que as mudanças na jornada de trabalho máxima, no país, resultassem na diminuição da produtividade e/ou no aumento dos custos de produção, impactando diferentes setores da economia nacional. Reportagem recente da Folha de São Paulo, publicada na véspera da promulgação da EC 141/2026, analisa como

alguns países que, recentemente, alteraram suas legislações trabalhistas para reduzir as jornadas de trabalho máxima — Chile, Coreia do Sul e Islândia —, conseguiram enfrentar a potencial redução da produtividade e/ou o aumento dos custos de produção e oferta de serviços.

A principal conclusão, a partir das evidências reunidas nos estudos de caso identificados, é que a redução da jornada de trabalho não está associada, diretamente, a uma queda proporcional da produção, uma vez que tal relação depende de outros fatores como a reorganização de processos, a melhora da gestão do tempo, a incorporação de tecnologias, a qualificação de trabalhadores e a implementação de adaptações planejadas às particularidades de cada setor econômico. As experiências apresentadas na reportagem mostram três caminhos distintos, porém complementares, para evitar a perda de produtividade a partir da redução da jornada de trabalho máxima: transição gradual e flexibilidade na organização dos horários; investimento em automação de processos; e a racionalização dos processos de trabalho. A reportagem também destaca que a manutenção da produtividade depende das condições institucionais e econômicas em que a redução ocorre.

A seguir, destacam-se os principais pontos identificados, na reportagem, dos esforços empreendidos em cada país para a implementação da redução da jornada de trabalho sem um comprometimento da produtividade:

- **Chile:** a reforma chilena prevê a redução da jornada máxima de trabalho, entre abril de 2023 e abril de 2028, de 45 para 40 horas semanais, com etapas intermediárias de 44h (em abril de 2024) e 42h (em abril de 2026). A estratégia vem permitindo que empresas, sobretudo micro e pequenas, planejem os ajustes financeiros e operacionais antes de cada nova redução. Outro instrumento importante é a possibilidade de calcular a jornada como média em períodos de quatro semanas, respeitadas as regras legais. Assim, setores com demandas sazonais podem trabalhar mais em determinados períodos e compensar essas horas em outros, sem depender sistematicamente de jornadas excessivas. Em síntese, a estratégia central adotada vem sendo a de distribuir os custos da transição ao longo do tempo e adaptar a organização do trabalho às flutuações da demanda.

- **Coreia do Sul:** o país estabeleceu, em 2018, o limite geral de 52 horas semanais, combinando 40 horas regulares com até 12 horas extras. A reforma procurou enfrentar uma cultura de jornadas prolongadas e estimular mudanças na organização produtiva. Diante da impossibilidade de continuar ampliando indefinidamente o tempo de trabalho, empresas industriais intensificaram investimentos em robótica e automação. Nos escritórios, softwares passaram a contribuir para o controle do expediente, inclusive com o desligamento automático de computadores após o horário regulamentar. A implementação também considerou o porte das empresas: grandes corporações e setor público se adaptaram primeiro, enquanto empresas menores receberam mais tempo. O governo ofereceu subsídios temporários para ajudar negócios que precisavam contratar trabalhadores adicionais para cobrir turnos anteriormente preenchidos com horas extras. Em síntese, a estratégia central adotada foi substituir parte da dependência de horas extras por tecnologia, reorganização produtiva e contratação quando necessária.

- **Islândia:** entre 2015 e 2019, e a partir de projetos-piloto realizados no setor público islandês, o país buscou implementar uma estratégia para reduzir a jornada de 40h para 35 ou 36 horas semanais (a depender do setor), sem diminuição salarial. As experiências envolveram aproximadamente 2.500 trabalhadores. As mudanças não consistiram, simplesmente, na execução das mesmas tarefas em menor tempo, mas, principalmente, na revisão de processos de trabalho: reuniões longas foram encurtadas, algumas substituídas por e-mails e plataformas digitais, atividades redundantes foram eliminadas e os fluxos de trabalho foram reorganizados. Em alguns serviços, houve ajustes nos horários de atendimento para liberar tempo destinado ao processamento interno das demandas. Estudos de monitoramento e avaliação de tais mudanças indicaram que a produtividade e a prestação de serviços permaneceram estáveis ou melhoraram. Foram registrados, ainda, reduções no estresse e no esgotamento profissional e melhorias no equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Em síntese, a estratégia central foi eliminar desperdícios de tempo e avaliar o desempenho pela entrega e pela qualidade do serviço, em vez de pressupor que presença prolongada equivale a produtividade.

Considerações Finais

O fim da escala 6x1 no país, a partir da promulgação da EC 141/2026, representa um importante esforço no conjunto de ações para a promoção do trabalho decente no país. Atendendo a uma demanda histórica de trabalhadoras e trabalhadores — a garantia de dois dias de descanso semanal —, a mudança coloca a perspectiva de termos, no país, condições mais saudáveis, seguras, justas e equitativas de trabalho, garantindo não apenas um maior tempo de recuperação semanal, como também criando condições para um maior tempo de convívio familiar, comunitário e social.

As evidências aqui reunidas, a partir de dados e experiências de diversos países, ao redor do planeta, revelam que o fim da escala 6×1 não pode ser entendido como um determinante direto da redução da produtividade ou aumento de custos de produção. Pelo contrário, tais evidências mostram que o volume de produção não depende necessariamente da quantidade de horas que cada trabalhador permanece no trabalho, e que a relação entre jornada e produtividade precisa ser compreendida considerando, pelo menos, quatro dimensões.

Primeiro, cabe reforçar que a produtividade não está limitada ao volume de bens ou serviços produzidos em relação ao tempo trabalhado. Uma redução da jornada de trabalho pode, inclusive, elevar os indicadores de produtividade sempre que a organização do trabalho preveja otimização de tarefas e processos, menores níveis de retrabalho, melhor organização ou maior concentração nas tarefas. Condições que podem ser dadas com a melhora das condições de saúde – física e mental – de trabalhadores, a partir da garantia de um maior tempo de recuperação e convívio social.

Segundo, a reorganização dos processos de trabalho deve preceder ou acompanhar a redução da jornada de trabalho. Na experiência islandesa, a revisão do tempo destinado a reuniões e a otimização de processos foi fundamental para a garantia da manutenção ou aumento da produtividade com redução da jornada de trabalho. Para o Brasil, essa experiência coloca a necessidade de se identificar, nos diferentes setores atingidos pela redução da jornada de trabalho, atividades redundantes, melhorar escalas, planejar a cobertura de turnos e incorporar tecnologias apropriadas. Comprimir tarefas em menos horas, sem reduzir a

sobrecarga ou fornecer recursos adicionais, pode comprometer as condições de trabalho e a saúde de trabalhadoras e trabalhadores.

Terceiro, as políticas precisam considerar as diferenças entre setores e, mesmo dentre um mesmo setor, entre as diferentes empresas e instituições. Uma indústria com processos automatizáveis, por exemplo, tem possibilidades distintas das de um hospital, de um supermercado, um restaurante ou serviço de cuidado, nos quais a presença de trabalhadores é indispensável à sua função ou propósito. Nesses casos, a manutenção do pleno atendimento (e da produtividade) pode exigir estratégias como o escalonamento de equipes, contratação adicional e financiamento para viabilizar a modernização de processos, demandando a garantia de um período de transição. importante destacar que a flexibilidade em relação a escalas e à organização das atividades deve respeitar os limites legais, diários e semanais, assim como os períodos de descansos e demais direitos conquistados, historicamente, pelos trabalhadores do país.

Por fim, a transição exige políticas públicas complementares, que fortaleçam a rede de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores no país, sobretudo aqueles em situação de maior vulnerabilidade frente a possíveis impactos de reestruturações nos processos e na organização do trabalho sobre a empregabilidade e/ou a qualidade do emprego. O exemplo chileno sugere a importância de assistência técnica às pequenas empresas; o sul-coreano, de instrumentos para apoiar a modernização e a contratação; e o islandês, de participação dos trabalhadores na revisão dos processos. A redução da jornada não deve ser tratada, apenas, como um custo adicional para o empregador, mas como uma mudança institucional em prol da garantia do trabalho decente, que pode exigir investimentos, negociação coletiva em condições justas e políticas que assegurem, ao mesmo tempo, desenvolvimento produtivo e a garantia da saúde do trabalhador.

As evidências internacionais aqui reunidas e analisadas mostram que a redução da jornada pode funcionar como indutora de mudanças na organização e na qualidade do trabalho, em vez de representar, apenas, uma diminuição do tempo disponível para produzir, com impactos sobre a produtividade e/ou a saúde e a segurança no trabalho. Entretanto, tais experiências mostram que o país precisa buscar condições e estratégias capazes de associar a transição normativa à reorganização de processos, ao apoio tecnológico e financeiro às empresas menores, à qualificação profissional e à negociação coletiva justa sobre a distribuição dos horários. A redução da jornada de trabalho precisa, portanto, ser acompanhada de um planejamento centrado no trabalhador, em que o custo da mudança normativa não seja transferido aos trabalhadores, seja sob a forma de intensificação do ritmo, de sobrecarga ou da perda do emprego.

A discussão sobre o fim da escala 6×1 não deve, portanto, ser reduzida a uma oposição entre direitos trabalhistas e produtividade econômica. A questão central, com visto, a partir de experiências identificadas em diversos países, é como transformar ganhos de eficiência e avanços tecnológicos com garantia de melhores condições de trabalho e maior qualidade de vida, preservando a capacidade produtiva e distribuindo de maneira mais justa os benefícios do desenvolvimento econômico e social. As experiências aqui relatadas oferecem caminhos relevantes para essa transformação, mas sua aplicação exige considerar as desigualdades de produtividade, as características setoriais, a estrutura do mercado de trabalho brasileiro e o contexto sociopolítico em que o país se encontra.

Preparação para pandemias e a sessão do Comitê Executivo do ACNUR

Preparación para pandemias y la sesión del Comité Ejecutivo del ACNUR

Pandemic preparedness and the UNHCR Executive Committee session

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta duas novidades internacionais sobre a temática da migração e do refúgio das últimas semanas: a reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) e a 77ª sessão do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Quanto à reunião de alto nível das Nações Unidas sobre PPPR, será discutida a mesa-redonda intersetorial sobre a inclusão de migrantes, refugiados e populações deslocadas nas agendas sobre pandemias, a qual reuniu representantes de governos, agências das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional para as Migrações, organizações da sociedade civil e setor privado. Já sobre o Comitê Executivo do ACNUR, serão apresentados os destaques das falas de abertura e encerramento do Alto Comissário Barham Salim, que assumiu o cargo em 2026, ressaltando as prioridades e estratégias de ação da organização para o próximo período, além da participação do Brasil nas discussões.

Palavras-chave: Migrações; Refúgio; Preparação, prevenção e resposta a pandemias; ACNUR.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta dos novedades internacionales sobre el tema de la migración y el refugio de las últimas semanas: la reunión de alto nivel de la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre Prevención, Preparación y Respuesta ante Pandemias (PPPR) y la 77.ª sesión del Comité Ejecutivo del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). En cuanto a la reunión de alto nivel de las Naciones Unidas sobre PPPR, se discutirá la mesa redonda intersectorial sobre la inclusión de migrantes, refugiados y poblaciones desplazadas en las agendas sobre pandemias, la cual reunió a representantes de gobiernos, agencias de las Naciones Unidas — como la Organización Mundial de la Salud y la Organización Internacional para las Migraciones —, organizaciones de la sociedad civil y el sector privado. En cuanto al Comité Ejecutivo del ACNUR, se presentarán los aspectos más destacados de los discursos de apertura y clausura del Alto Comisionado Barham Salim, quien asumió el cargo en 2026, en los que se resaltaron las prioridades y estrategias de acción de la organización para el próximo período, además de la participación de Brasil en los debates.*

Palabras clave: *Migraciones; Refugio; Preparación, prevención y respuesta ante pandemias; ACNUR.*

Abstract*: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, presents two international news on migration and refuge: the UN High Level meeting for*

Pandemic Prevention, Preparedness and Response (PPPR) and the 77th session of the UN agency for refugees (UNHCR) executive committee. Regarding the UN high level meeting on pandemic PPPR, the report will debate the intersectoral roundtable for the inclusion of migrants, refugees and displaced people on pandemic agendas, which reunited government representatives, UN agencies such as the World Health Organization and the International Organization for Migration, civil society organizations and the private sector. Then, the report will present the highlights of the UN high commissioner for refuge, Barham Salim, opening and closing remarks at the executive committee session, showing the organization's priorities and strategies for the next years, besides commenting on Brazil's participation.

Keywords: *Migration; Refuge; Pandemic preparedness, prevention and response; UNHCR.*

Mobilidade Humana e Preparação para Pandemias: Caminhos para uma resposta global mais inclusiva

Em 25 de setembro de 2026, durante a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR), a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) promoveram uma mesa-redonda intersetorial de alto nível com o objetivo de fortalecer a inclusão de migrantes, refugiados e populações deslocadas nas estratégias globais de prevenção, preparação e resposta a pandemias[1].

O encontro reuniu representantes de governos, agências da ONU, organizações da sociedade civil, setor privado e redes de juventude, refletindo o entendimento de que uma abordagem inclusiva para a PPPR exige articulação entre múltiplos setores. As discussões evidenciaram a necessidade de integrar a mobilidade humana de forma sistemática aos sistemas de preparação para emergências sanitárias, superando modelos centrados exclusivamente na resposta a crises e avançando para sistemas de saúde resilientes, equitativos e sustentáveis. Tais sistemas devem assegurar a continuidade do cuidado, fortalecer a coordenação transfronteiriça e enfrentar barreiras estruturais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e comprometem a confiança das populações em movimento[1].

Os participantes destacaram diversas prioridades para o avanço de uma PPPR inclusiva. Entre elas, ressaltou-se a importância de incorporar a preparação aos sistemas nacionais de saúde, especialmente por meio da atenção primária e da garantia de continuidade assistencial. Também foi enfatizado o papel fundamental do engajamento comunitário, reconhecendo migrantes e pessoas deslocadas como parceiros ativos nos processos decisórios e na implementação de ações de vigilância, comunicação de risco e fortalecimento da confiança[1].

Outra prioridade refere-se à eliminação de barreiras estruturais, como restrições relacionadas ao status migratório, exigências documentais, dificuldades linguísticas e isolamento geográfico, que continuam limitando o acesso equitativo aos serviços de saúde. Nesse contexto, destacou-se ainda a necessidade de aprimorar sistemas de dados sensíveis à migração e ao deslocamento, capazes de identificar vulnerabilidades, compreender padrões de mobilidade e subsidiar políticas mais eficazes de preparação e resposta[1].

A mesa-redonda também defendeu a adoção de uma abordagem baseada em múltiplos riscos, considerando que os sistemas de preparação devem estar aptos a responder não apenas

a pandemias, mas também a outras emergências e crises interconectadas. Além disso, os participantes ressaltaram a importância de combater a desinformação, o estigma e narrativas que associam migrantes e refugiados a ameaças sanitárias ou de segurança, reconhecendo que esses fatores podem enfraquecer a confiança pública e dificultar a implementação de políticas inclusivas[1].

Por fim, foi reafirmada a necessidade de promover a participação significativa de mulheres e jovens migrantes nos processos de formulação de políticas e tomada de decisão, bem como de fortalecer a colaboração entre governos, organismos internacionais, sociedade civil e setor privado. O evento reforçou que a incorporação sistemática da mobilidade humana nas políticas e planos de PPPR é essencial para a construção de respostas mais eficazes, equitativas e sustentáveis, além de consolidar o diálogo intersetorial e ampliar oportunidades de cooperação em âmbito nacional e global[1].

A 77ª sessão do Comitê Executivo do ACNUR

Entre 12 e 16 de outubro de 2026, aconteceu a 77ª sessão do Comitê Executivo do ACNUR, agora presidido por Barham Salim. Em sua fala de abertura[2], Salim destacou que, nos nove meses que já passou liderando a organização, tornou-se claro a escala do desafio que têm pela frente: os conflitos estão se prolongando, bem como os processos de deslocamento, e os recursos estão sendo cada vez mais reduzidos.

Assim, a prioridade central deve ser, além da assistência humanitária, garantir que as pessoas em situação de deslocamento forçado sejam capazes de retomar a agência de suas vidas e construir seus próprios futuros. Isso só será possível com liderança política e maior investimento na prevenção de conflitos, diplomacia, paz e desenvolvimento, que permitirão a segurança sustentável, retornos voluntários quando as condições permitirem e a chance de reconstrução. Algumas das principais crises mencionadas pelo Alto Comissário foram Sudão e Chade, Ucrânia, Sahel, Bangladesh e Mianmar, Iêmen, e, na América Latina, Colômbia e Haiti.

Salim também chama a atenção para o aniversário de 75 anos da Convenção de Refugiados de 1951, salientando que seus princípios permanecem, mas os esforços para implementá-los precisam ser repensados ao longo do tempo. Em 2026, o ACNUR respondeu a 22 declarações de emergência em 18 países diferentes, demonstrando a importância das equipes de emergência e da assistência humanitária.

No entanto, torna-se necessário refletir sobre o que acontecerá após a emergência de modo que respostas temporárias não se tornem permanentes. Para Salim, essa é a provocação por trás do novo objetivo de, até 2035, reduzir pela metade o número de refugiados de longo prazo que dependem das operações humanitárias cujo número hoje chega a 14,5 milhões de pessoas. Contudo, a finalidade não é diminuir a assistência, mas a necessidade dela, substituindo-a por soluções duradouras, como os retornos voluntários e os processos de reassentamento. Ademais, o ACNUR está trabalhando individualmente com cada país para alinhar seus programas com iniciativas dos governos locais para assegurar a autossuficiência, inclusive de financiamento.

Por fim, mencionou-se a transformação da organização em direção à maior eficiência, mas os cortes significativos de recursos colocam em risco a continuidade das operações. Até o início de outubro, o ACNUR tinha disponível três bilhões de dólares, correspondendo a 35% do necessário planejado para o ano. O Alto Comissário ressalta que estão trabalhando para ampliar

a base de apoio, para garantir um financiamento previsível, antecipado e flexível diante da complexidade das novas crises.

Em sua fala de encerramento[3], Salim pontuou novamente que a assistência humanitária não é o suficiente para garantir a proteção e soluções autossuficientes e duradouras. Embora indispensável, ela não pode substituir a ação política para prevenir e resolver conflitos e promover a paz. O papel do ACNUR, então, é de assegurar que os países que recebem refugiados não assumam a responsabilidade de proteção e acolhida sozinhos, atuando onde é necessário com eficiência.

O Brasil integrou o Comitê com a participação do diretor do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a liderança do embaixador e secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores[4]. No debate geral, o Brasil reafirmou seu compromisso com a implementação dos princípios estabelecidos pela Convenção de 1951. Além disso, o país aderiu à iniciativa *"The Promise",* que reforça o pacto político internacional com a proteção dos refugiados a partir do direito de buscar proteção e da responsabilidade compartilhada entre os países para com os deslocamentos forçados.

A representação brasileira também apresentou algumas das medidas adotadas pelo país, como o Programa Nacional de Acolhida Humanitária por Patrocínio Comunitário, que articula o governo federal, organizações da sociedade civil e comunidades de acolhida para receber e integrar os beneficiários. Apenas em 2026, mais de 500 refugiados do Afeganistão chegaram ao Brasil através do programa.

Além de uma reunião com o Alto Comissário, o Brasil foi eleito para integrar o *Bureau* do Comitê Executivo do ACNUR e participou de reuniões de alto nível com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), tratando da ampliação da cooperação migratória em temas como a Operação Acolhida, o fortalecimento de vias regulares para migração laboral, o Patrocínio Comunitário, o enfrentamento ao tráfico e contrabando de pessoas e a implementação da Polícia Nacional da Migrações, Refúgio e Apatridia, instituída em 2025.

Referências

1. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Advancing inclusive pandemic prevention, preparedness and response for migrants, refugees and displaced populations.* Geneva: WHO, 7 out. 2026. Disponível em:https://www.who.int/news/item/07-10-2026-advancing-inclusive-pandemic-prevention--preparedness-and-response-for-migrants--refugees-and-displaced-populations. Acesso em: 24 out. 2026.

2. ACNUR. *United Nations High Commissioner for Refugees opening remarks to the 77th session of the Executive Committee.* 12 out. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/united-nations-high-commissioner-refugees-opening-remarks-77th-session. Acesso em: 26 out. 2026.

3. ACNUR. *United Nations High Commissioner for Refugees closing remarks to the 77th session of the Executive Committee.* 16 out. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/united-nations-high-commissioner-refugees-closing-remarks-77th-session. Acesso em: 26 out. 2026.

4. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *Em Genebra, Brasil reafirma compromisso com a Conveção de 1951 e a proteção de refugiados.* 16 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-genebra-brasil-reafirma-compromisso-com-a-convencao-de-1951-e-a-protecao-de-refugiados. Acesso em: 26 out. 2026.

Guia Prevenção e enfrentamento da violência obstétrica em contextos humanitários (UNFPA, 2026)

Guía para la prevención y el combate de la violencia obstétrica en contextos humanitarios (UNFPA, 2026)

Guidance Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts (UNFPA 2026)

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Este boletim apresenta o guia "Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts", publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em outubro de 2026. O documento é uma nota de orientação para profissionais de saúde sexual e reprodutiva (SSR), de violência baseada em gênero, gestores de programas e agências implementadoras que atuam em crises humanitárias. Ele define a violência obstétrica como uma manifestação de violência reprodutiva e uma forma de Violência Baseada em Gênero (VBG), descreve seus fatores subjacentes e tipos, propõe o cuidado materno respeitoso (*respectful maternity care*) como marco de resposta e apresenta recomendações programáticas e institucionais.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Cuidado Materno Respeitoso; Contextos Humanitários; Saúde Sexual e Reprodutiva.

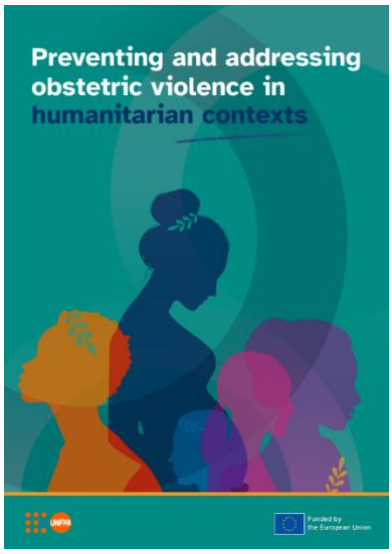
Resumen: *Este boletín presenta la guía "Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts", publicada por el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) en octubre de 2026. El documento es una nota de orientación para profesionales de salud sexual y reproductiva (SSR) y de violencia basada en género (VBG), gestores de programas y agencias implementadoras que actúan en crisis humanitarias. Define la violencia obstétrica como una manifestación de violencia reproductiva y una forma de VBG, describe sus factores subyacentes y tipos, propone el cuidado materno respetuoso (respectful maternity care, RMC) como marco de respuesta y presenta recomendaciones programáticas e institucionales.*

Palabras clave: *Violencia Obstétrica; Cuidado Materno Respetuoso; Contextos Humanitarios; Salud Sexual y Reproductiva.*

Abstract: *This bulletin presents the guidance "*Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts"*, published by the United Nations Population Fund (UNFPA) in October 2026. The document is a guidance note for sexual and reproductive health (SRH) and gender-based violence (GBV) providers, programme managers and implementing agencies working in humanitarian crises. It defines obstetric violence as a manifestation of reproductive violence and a form of GBV, describes its underlying factors and types, proposes respectful maternity care (RMC) as a response framework, and presents programmatic and institutional recommendations.*

Keywords: *Obstetric Violence; Respectful Maternity Care; Humanitarian Contexts; Sexual and Reproductive Health.*

Introdução e contextualização



Publicado em outubro de 2026, o guia *Prevenção e enfrentamento da violência obstétrica em contextos humanitários* foi elaborado pela Divisão de Resposta Humanitária do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e tem como temática a violência, o abuso, a coerção, a negligência e outras práticas nocivas vividas na gestação, no parto e no puerpério, com foco nas crises humanitárias, onde sistemas de saúde fragilizados, escassez de insumos e de pessoal, insegurança e barreiras culturais e linguísticas ampliam a exposição das mulheres.

A ênfase dada está em três pontos: (i) reconhecer a violência obstétrica como forma de violência baseada em gênero (VBG); (ii) inseri-la na arquitetura da resposta humanitária, especialmente na integração SSR–VBG; e (iii) oferecer o cuidado materno respeitoso como caminho de prevenção e resposta. O guia se baseia em revisão de literatura, entrevistas com especialistas em saúde sexual e reprodutiva (SSR) e VBG, nos níveis global, regional e nacional, e revisão por especialistas interagências. É um documento de orientação programática.

A seção introdutória descreve o espectro de práticas que as mulheres podem sofrer de profissionais e do sistema de saúde na gestação, no parto e no puerpério:

- abuso físico, sexual, verbal, emocional e psicológico;
- desrespeito e negligência;
- procedimentos sem consentimento informado, como esterilização, aborto ou contracepção pós-parto forçados;
- violações de privacidade e confidencialidade;
- negação de acompanhante;
- práticas sem respaldo em evidências, como a episiotomia de rotina e a restrição à escolha de posições fisiológicas de parto.

Em seguida, trata da terminologia. A Organização Mundial da Saúde (OMS) usa predominantemente “maus-tratos, desrespeito e abuso durante o parto”. “Violência obstétrica” foi adotada em mecanismos de direitos humanos, em marcos legais nacionais e em parte da literatura acadêmica. A Relatora Especial da ONU sobre Violência contra a Mulher, em 2019, a descreveu como “a violência vivida por mulheres durante o parto em instituições de saúde”. O guia reconhece que a terminologia não é uniforme, mas afirma que o objetivo comum é garantir a toda mulher um cuidado seguro, respeitoso, baseado em direitos e em evidências.

O UNFPA optou pelo termo “violência obstétrica”, em coerência com seu trabalho sobre violência reprodutiva. Nesse enquadramento, ela é entendida como “manifestação de violência reprodutiva e como forma de VBG enraizada na desigualdade de gênero, na discriminação e nas relações desiguais de poder”. Ainda, para a agência, o conceito “violência reprodutiva” como forma de VBG que compromete a autonomia, também inclui a capacidade de decidir se, quando, como e em que condições engravidar, parir e criar filhos.

Contexto global e estatísticas

O guia reconhece que medir a incidência é difícil. Falta consenso terminológico, reconhecimento do problema pelos próprios profissionais e mecanismos padronizados de notificação. Cita a Relatora Especial, para quem a violência contra a mulher no parto é tão normalizada que (ainda) não é considerada violência contra a mulher. Uma especialista em VBG do noroeste da Síria relata nunca ter encontrado o termo no trabalho cotidiano, embora presenciasse com frequência incidentes relacionados.

Os dados apresentados vêm, em sua maioria, de contextos de países “em desenvolvimento”, e não de crises humanitárias necessariamente:

- mais de um terço das mulheres sofre alguma forma de maus-tratos no parto institucional;
- prevalência de 44% de desrespeito e abuso na África Subsaariana (meta-análise de 33 estudos) e de 43% na América Latina e Caribe (18 estudos);
- na Tanzânia, até 73% das mulheres relataram ao menos uma forma de desrespeito e abuso no trabalho de parto, e 96,1% dos 439 profissionais de enfermagem e obstetrícia de um estudo reconheceram ter praticado ao menos uma.

Têm maior risco as mulheres solteiras, jovens ou com baixa escolaridade, com deficiência, vivendo com HIV/AIDS, moradoras de áreas rurais, migrantes e refugiadas. Em contextos humanitários, esses riscos se somam à falta de medicamentos e equipamentos, à sobrecarga, à insegurança, ao estresse e ao esgotamento dos profissionais, ao estigma contra grupos afetados por crises e às diferenças linguísticas e culturais.

Violência obstétrica em contextos humanitários

A segunda seção apresenta que a violência obstétrica decorre de uma interação complexa entre fatores sistêmicos, institucionais, comunitários e individuais, que são frequentemente agravados em emergências. Além disso, também apresenta os tipos de violência obstétrica e suas definições. A seguir, traduzimos os fatores subjacentes à violência obstétrica e seus tipos:

Fatores subjacentes

<u>Problemas estruturais dentro do sistema de saúde</u>

Equipes insuficientes, falta de treinamento e práticas ultrapassadas, como a episiotomia de rotina; desabastecimento de medicamentos e suprimentos essenciais; infraestrutura inadequada; déficits de financiamento; e lacunas na supervisão são fragilidades comuns dos sistemas de saúde, que podem se intensificar em tempos de crise. Os profissionais de saúde em contextos humanitários enfrentam desafios significativos, incluindo altos níveis de estresse,

aumento da carga de trabalho, medo e esgotamento (*burnout*), o que pode contribuir para o tratamento desrespeitoso, abusivo ou negligente de suas pacientes.

Ausência de mecanismos de responsabilização

Mesmo quando existem políticas ou protocolos, pode haver um descompasso entre eles e a forma como são implementados na prática. A violência obstétrica pode ser tão corriqueira que se torna normalizada entre mulheres e meninas que dão à luz em serviços de saúde. Os mecanismos de denúncia podem ser desconhecidos das pacientes, pouco amigáveis ou não confidenciais (ou percebidos como não confidenciais), o que inibe as mulheres de denunciar.

Normas e estereótipos sociais e de gênero

Normas e estereótipos sociais e de gênero preexistentes, relacionados à posição das mulheres na sociedade, às mães adolescentes ou solteiras, às pessoas de diferentes grupos étnicos e às pessoas de diversas orientações sexuais, identidades de gênero, expressões de gênero e características sexuais, contribuem para a violência obstétrica e podem ser amplificados em tempos de crise. Isso é ainda influenciado pelas relações desiguais de poder entre profissionais de saúde e mulheres, por estereótipos de gênero, por normas e práticas institucionais e por sistemas de saúde que nem sempre respeitam a autonomia, a dignidade e a tomada de decisão informada das mulheres.

Barreiras linguísticas e culturais

A migração forçada de populações deslocadas para áreas onde não falam o idioma, não conhecem a cultura ou as normas culturais, ou onde são indesejadas ou marginalizadas, pode contribuir para barreiras de comunicação, dificuldades para obter consentimento informado e sentimentos de intimidação ou desempoderamento. Os profissionais de saúde também podem ser deslocados de outras regiões e não conhecer o idioma local, os costumes ou o contexto. Profissionais que desconhecem ou não são sensíveis às normas e valores culturais de suas pacientes podem tratá-las de maneira que é (ou é percebida como) desrespeitosa ou abusiva. Vieses preexistentes em relação a determinadas populações podem se acentuar em tempos de crise, e isso pode ser agravado quando os profissionais estão sobrecarregados ou apressados durante emergências.

Tipos de violência obstétrica

A violência obstétrica pode se enquadrar em várias categorias: abuso físico, abuso sexual, abuso verbal, estigma e discriminação, falha em atender aos padrões profissionais de cuidado, relacionamento precário entre mulheres e profissionais, e condições e restrições do sistema de saúde.

Abuso físico

Práticas abusivas ou maus-tratos físicos na atenção à saúde materna podem ter raízes em uma combinação de fatores, incluindo atitudes negativas, preconceito, vieses culturais, sobrecarga de trabalho e estresse entre os profissionais de saúde. Esse tipo de abuso inclui bater com as mãos ou com instrumentos, beliscar, chutar e usar contenções físicas para amarrar mulheres às camas ou amordaçá-las. Assim como esbofetear ou gritar com mulheres, forçando-as a posições de parto dolorosas e usando técnicas perigosas, como aplicar pás de madeira para empurrar o abdome da mulher durante o trabalho de parto.

Abuso sexual

O abuso sexual durante o trabalho de parto e o parto pode incluir comentários negativos feitos por profissionais de saúde sobre a atividade sexual ou a sexualidade da paciente, toques inapropriados e exames vaginais desnecessários. Agressão sexual, ou penetração da paciente obstétrica com um pênis ou outro objeto, também pode ocorrer.

Abuso verbal

Inclui gritos, ridicularização, ameaças, ou comentários depreciativos e discriminatórios que humilham as mulheres durante o parto. O abuso verbal reforça a desumanização das mulheres em trabalho de parto. O Relatório de 2019 da Relatora Especial sobre Violência contra a Mulher documenta relatos generalizados de mulheres sendo ridicularizadas, repreendidas e submetidas, por profissionais de saúde, a linguagem profundamente sexista. A menção no relatório de frases como "Você não gritou durante o sexo, então por que está gritando agora?" ou "Abra as pernas ou o seu bebê vai morrer, e a culpa será sua" são exemplos de abuso verbal e podem causar sofrimento emocional significativo, sendo também reconhecidas como forma de violência psicológica.

Falta de privacidade e confidencialidade

Com restrições de espaço devido à superlotação e ao uso de estruturas informais, como tendas e unidades móveis, em contextos humanitários, manter a confidencialidade, bem como a privacidade auditiva e visual, pode ser particularmente difícil. Mulheres relataram violações de privacidade e confidencialidade durante o trabalho de parto e o parto, incluindo exames vaginais realizados na presença de outras pessoas, em salas sem biombos ou com portas abertas, observação não autorizada por estudantes de medicina e a divulgação de informações sensíveis de saúde, como a condição de HIV, a terceiros.

Intervenções médicas não consentidas

Procedimentos realizados sem o consentimento direto e informado da paciente, ou sob condições de força ou coerção, negam à mulher o direito à autonomia corporal e são considerados violência obstétrica. Exemplos incluem a realização de cesarianas sem informar às mulheres os riscos e benefícios associados, a esterilização forçada ou não consentida, ou a administração de contracepção pós-parto sem o consentimento da paciente. No Quênia, as mulheres têm manifestado receio ou evitado dar à luz em unidades de saúde devido à preocupação de que os testes de HIV sejam realizados sem sua permissão e a Comunidade Internacional de Mulheres que Vivem com HIV documentou casos de esterilização forçada ou coercitiva de mulheres que vivem com HIV em muitos países da África, Ásia, Europa e América Latina.

Negação ou atraso do cuidado

Mulheres podem ter a admissão recusada em serviços de maternidade, ou ser ignoradas ou inadequadamente monitoradas durante o trabalho de parto e puerpério, o que contribui para o atraso no reconhecimento e no tratamento de complicações. Em um estudo realizado na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, as participantes relataram que recursos limitados e atrasos em postos de controle militares restringiram o transporte de mulheres em trabalho de parto e bloquearam seu acesso a hospitais, levando ao aumento de partos domiciliares, de partos nos próprios postos de controle militares e aumento de mortes maternas. Um estudo publicado em

2024 pelo Centro de Assuntos da Mulher — Gaza destaca a destruição de serviços de saúde que prestam assistência à maternidade, o que reduziu a acessibilidade de locais seguros para parir. O mesmo estudo cita mulheres palestinas que passaram pelo trabalho de parto e parto com manejo inadequado da dor, ou que receberam alta com seus recém-nascidos imediatamente após o parto, sem informações adequadas sobre cuidados com o recém-nascido ou lactação, nem apoio psicológico.

Negligência e abandono

Em contextos de crise, a discriminação, a alta demanda de pacientes e a limitação de pessoal e suprimentos podem agravar o risco de a mulher ser deixada sem atendimento durante o trabalho de parto, ter negado o acompanhamento por familiar ou cuidador, ou ser privada de cuidados básicos, como monitoramento do trabalho de parto e manejo da dor. Em um estudo qualitativo em dois campos de refugiados no Chade, mulheres relataram ter sido deixadas sem atendimento em centros de saúde, muitas vezes por períodos prolongados. Algumas que chegaram em trabalho de parto não foram atendidas prontamente por causa da superlotação, sentindo-se negligenciadas e esquecidas.

Essas tipologias reproduzem a de Bohren et al. (2015), que organiza a literatura sobre maus-tratos no parto. A novidade do guia é inscrevê-la no campo da VBG e das crises humanitárias, e não a criação de uma taxonomia nova.

Cuidado materno respeitoso (RMC)

Apresentado como a "solução" para prevenir e enfrentar a violência obstétrica, o RMC é definido como o cuidado que assegura a dignidade, a privacidade e a confidencialidade das mulheres, livre de danos e maus-tratos, permitindo escolhas informadas e apoio contínuo durante o parto. Ancora-se nos direitos humanos e promove um cuidado digno, equitativo e centrado na pessoa na gestação, no parto e no puerpério. Seus pilares são o consentimento informado, a não discriminação e a confidencialidade, fortalecidos pela decisão compartilhada e pela comunicação efetiva. Incorporá-lo aos programas humanitários pode ampliar o acesso, a qualidade e a utilização dos serviços, melhorar a prestação de contas às populações afetadas e promover a proteção.

Com base no documento do IAWG (2022), as intervenções se organizam em três níveis:

- Mulheres e comunidades: conscientização sobre o direito ao RMC, apoio à advocacia local e mensagens contextualizadas e culturalmente adequadas.
- Profissionais de saúde: competência cultural, formação e sensibilização sobre consentimento informado, confidencialidade e cuidado digno, inclusive para populações afetadas, comunidades anfitriãs e grupos marginalizados.
- Sistemas de saúde:
    - adaptar estruturas para garantir privacidade e confidencialidade;
    - ampliar a atuação e o deslocamento de parteiras;
    - assegurar água, saneamento e higiene (WASH) nos serviços;
    - instituir e fazer cumprir protocolos de consentimento informado e de qualidade (manejo da dor, monitoramento regular);

- permitir acompanhantes no trabalho de parto e no pós-parto imediato;
- fortalecer mecanismos de retorno (*feedback*) nos pontos de atendimento.

O guia remete ao *Compendium on Respectful Maternal and Newborn Care* (OMS, 2025) para aprofundamento.

Recomendações

As recomendações se dirigem sobretudo a atores humanitários de SSR e VBG e se organizam em dois eixos:

Coordenação humanitária

- Fortalecer a coordenação entre atores de saúde, SSR, VBG e saúde mental e apoio psicossocial;
- Definir os fluxos conforme a natureza do incidente e as necessidades e preferências da vítima.

Integração em iniciativas de SSR e VBG

- Reconhecer a violência obstétrica como forma de VBG, com mecanismos de notificação e apoio funcionais, incluindo rotas de referência e gestão de casos de VBG;
- Realizar avaliações conjuntas em SSR e VBG das unidades de saúde, quanto a privacidade, confidencialidade e consentimento;
- Atuar sobre os fatores do sistema (equipes, superlotação, insumos) e priorizar serviços de qualidade;
- Apoiar mecanismos discretos e confidenciais de denúncia, ligados às rotas de referência;
- Garantir investigação das denúncias e responsabilização dos profissionais;
- Defender a integração do RMC nos currículos nacionais de obstetrícia/parteira (formação inicial e continuada);
- Incorporar violência obstétrica e RMC nas capacitações e orientações pré-implantação para profissionais e gestores;
- Promover reflexão estruturada e treinamento sobre cuidado respeitoso, consentimento informado, não discriminação e vieses dos profissionais;
- Fortalecer habilidades de saúde mental e apoio psicossocial (escuta ativa, empatia, respeito) na linha de frente;
- Realizar campanhas integradas de conscientização e apoiar a exibição da Carta do Cuidado Materno Respeitoso nas línguas locais e em formato pictórico, em contextos de baixa alfabetização.

Considerações finais

O documento reafirma que toda mulher tem direito a um cuidado materno seguro, respeitoso e digno, inclusive em crises, e que estas reforçam a responsabilidade dos atores humanitários. As práticas nocivas podem decorrer de atos individuais, práticas institucionais e falhas sistêmicas, e são agravadas por sistemas sobrecarregados, falta de pessoal, estresse e esgotamento, infraestrutura inadequada, insegurança, discriminação e baixa responsabilização.

A resposta exige ação coordenada entre saúde e VBG:

- fortalecer o cuidado materno respeitoso (RMC);
- integrar prevenção e resposta nos programas;
- apoiar os profissionais com treinamento, supervisão e bem-estar;
- estabelecer fluxos seguros;
- garantir mecanismos acessíveis e confidenciais de denúncia e responsabilização.

A assistência humanitária não pode viabilizar, tolerar ou reforçar inadvertidamente práticas nocivas, e os programas devem ser desenhados e monitorados para identificar e mitigar o risco de violência obstétrica, em coerência com o princípio de "não causar dano". Prevenir a violência obstétrica é essencial para a saúde materna e neonatal e para a igualdade de gênero e a confiança nos serviços.

O guia do UNFPA tem valor sobretudo conceitual e programático. Ele insere a violência obstétrica na agenda humanitária e a vincula à VBG e à violência reprodutiva, com definições operacionais e uma lista concreta de ações para o sistema humanitário. Para quem trabalha com qualidade da atenção materna e neonatal, o guia é útil como ponte entre o debate sobre humanização do parto e a agenda de VBG e de saúde global.

Referência

UNFPA. *Preventing and addressing obstetric violence in humanitarian contexts.* Geneva: UNFPA, Humanitarian Response Division, out. 2026. Disponível em: https://www.unfpa.org/publications/preventing-and-addressing-obstetric-violence-humanitarian-contexts

UNESCO na COP17: biodiversidade e diversidade cultural

La UNESCO en la COP17: biodiversidad y diversidad cultural

UNESCO at COP17: Biodiversity and Cultural Diversity

Fabiane Gaspar e
Gisele Sanglard

Resumo: A 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), realizada em Yerevan, Armênia, constitui um dos principais fóruns multilaterais para a implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável dos recursos biológicos e à promoção de benefícios compartilhados decorrentes dos recursos genéticos. Nesse contexto, a UNESCO apresenta uma abordagem interdisciplinar fundamentada na articulação entre ciência, educação, cultura, patrimônio, conhecimentos indígenas e desenvolvimento sustentável. A organização defende que a diversidade biológica e a diversidade cultural são dimensões inseparáveis e que a efetividade das políticas de conservação depende da integração entre sistemas ecológicos e sistemas socioculturais. O presente informe analisa os programas, projetos e iniciativas apresentados pela UNESCO no âmbito da COP17, incluindo o Programa Homem e a Biosfera (MAB), as Reservas da Biosfera, os Geoparques Globais, os programas de Patrimônio Mundial, as iniciativas de conservação marinha, os projetos de restauração de manguezais, a valorização dos conhecimentos locais e indígenas e as ações de educação para o desenvolvimento sustentável. O estudo baseia-se exclusivamente em informações oficiais disponibilizadas pela UNESCO e por seus programas associados.

Palavras-chave: UNESCO; COP17; biodiversidade; diversidade cultural; patrimônio mundial.

Resumen: *La 17.ª Conferencia de las Partes del Convenio sobre la Diversidad Biológica (COP17), celebrada en Ereván, Armenia, constituye uno de los principales foros multilaterales para la implementación de medidas orientadas a la conservación de la biodiversidad, el uso sostenible de los recursos biológicos y la promoción de los beneficios compartidos derivados de los recursos genéticos. En este contexto, la UNESCO presenta un enfoque interdisciplinario basado en la articulación entre ciencia, educación, cultura, patrimonio, conocimientos indígenas y desarrollo sostenible. La organización sostiene que la diversidad biológica y la diversidad cultural son dimensiones inseparables y que la eficacia de las políticas de conservación depende de la integración entre los sistemas ecológicos y los sistemas socioculturales. El presente informe analiza los programas, proyectos e iniciativas presentados por la UNESCO en el marco de la COP17, incluyendo el Programa sobre el Hombre y la Biosfera (MAB), las Reservas de la Biosfera, los Geoparques Globales, los programas del Patrimonio Mundial, las iniciativas de conservación marina, los proyectos de restauración de manglares, la valorización de los conocimientos locales e indígenas y las acciones de educación para el desarrollo sostenible. El estudio se basa exclusivamente en información oficial proporcionada por la UNESCO y sus programas asociados.*

Palabras clave: *UNESCO; COP17; biodiversidad; diversidad cultural; patrimonio mundial.*

Abstract: *The 17th Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity (COP17), held in Yerevan, Armenia, is one of the main multilateral forums for implementing actions aimed at biodiversity conservation, the sustainable use of biological resources, and the promotion of*

the equitable sharing of benefits arising from genetic resources. In this context, UNESCO presents an interdisciplinary approach grounded in the integration of science, education, culture, heritage, indigenous knowledge, and sustainable development. The organization maintains that biological diversity and cultural diversity are inseparable dimensions and that the effectiveness of conservation policies depends on the integration of ecological and sociocultural systems. This report analyzes the programs, projects, and initiatives presented by UNESCO within the framework of COP17, including the Man and the Biosphere (MAB) Program, Biosphere Reserves, Global Geoparks, World Heritage programs, marine conservation initiatives, mangrove restoration projects, the promotion of local and indigenous knowledge, and education for sustainable development initiatives. The study is based exclusively on official information provided by UNESCO and its associated programs.

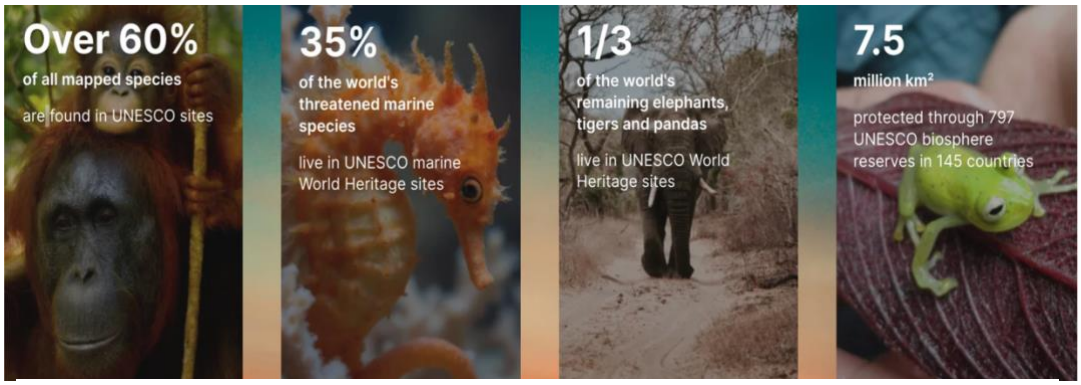
Keywords: *UNESCO; COP17; biodiversity; cultural diversity; World Heritage.*

1. Introdução

A 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17) constitui a décima sétima reunião dos Estados-Partes do principal tratado internacional voltado à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável dos recursos biológicos e à repartição justa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. A edição de 2026 ocorre em Yerevan, Armênia, entre os dias 19 e 30 de outubro. Nesse contexto, a UNESCO participa do processo defendendo soluções integradas para os desafios da biodiversidade, fundamentadas em sua atuação interdisciplinar que reúne ciência, educação, cultura e salvaguarda dos sistemas de conhecimento locais e indígenas.

Segundo a UNESCO, a diversidade biológica e a diversidade cultural são inseparáveis. O patrimônio cultural, as línguas, os sistemas de conhecimento, as formas tradicionais de governança e as relações estabelecidas entre comunidades, territórios, águas e espécies influenciam diretamente a forma como a biodiversidade é compreendida, conservada e utilizada de maneira sustentável. A organização destaca que seus sítios reconhecidos internacionalmente demonstram a aplicação concreta dos compromissos globais relacionados à conservação, restauração, pesquisa, monitoramento e educação ambiental.

Imagem: Principais números sobre biodiversidade



Fonte: UNESCO

A UNESCO apresenta ainda indicadores que ilustram a relevância de suas áreas reconhecidas internacionalmente para a conservação da biodiversidade. Mais de 60% de todas

as espécies mapeadas encontram-se em sítios vinculados à UNESCO; 35% das espécies marinhas ameaçadas do mundo vivem em sítios marinhos do Patrimônio Mundial; aproximadamente um terço das populações remanescentes de elefantes, tigres e pandas está presente em sítios do Patrimônio Mundial; e cerca de 7,5 milhões de km² são protegidos por meio de 797 Reservas da Biosfera distribuídas em 145 países.

2. Programas, projetos e ações da UNESCO relacionados à COP17

2.1. A Biodiversidade como Agenda Estratégica da UNESCO

A participação da UNESCO na COP17 da Convenção sobre Diversidade Biológica está fundamentada em uma concepção de biodiversidade que ultrapassa a dimensão estritamente ecológica e incorpora aspectos científicos, culturais, educacionais e sociais. Segundo a organização, a conservação da biodiversidade não pode ser compreendida apenas como um conjunto de medidas voltadas à proteção de espécies e ecossistemas, mas sim como um processo que envolve relações históricas entre comunidades humanas e seus ambientes naturais. Nesse contexto, a UNESCO defende uma abordagem interdisciplinar, baseada na integração entre diferentes campos do conhecimento e na valorização dos sistemas de saberes locais e indígenas.

A instituição sustenta que a diversidade biológica e a diversidade cultural são mutuamente dependentes. Os modos pelos quais as sociedades percebem, classificam, utilizam e protegem a natureza são influenciados por valores culturais, linguísticos e espirituais. Em razão dessa interdependência, a UNESCO considera que estratégias eficazes de conservação dependem não apenas da produção de conhecimento científico, mas também da compreensão das formas pelas quais diferentes comunidades atribuem significado aos recursos naturais e aos territórios nos quais vivem. Essa perspectiva é apresentada como um elemento central das contribuições da organização para a implementação do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal e para os debates conduzidos durante a COP17.

Os números apresentados pela organização demonstram a escala de sua atuação. Mais de 60% de todas as espécies mapeadas globalmente encontram-se em áreas reconhecidas pela UNESCO, enquanto aproximadamente 35% das espécies marinhas ameaçadas estão presentes em sítios marinhos do Patrimônio Mundial. Além disso, cerca de um terço das populações remanescentes de elefantes, tigres e pandas vive em sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Esses indicadores são utilizados pela organização para demonstrar a contribuição concreta de seus programas para a conservação da biodiversidade em escala planetária.

2.2. Programa Homem e a Biosfera (Man and the Biosphere Programme – MAB)

O *Man and the Biosphere Programme* (MAB) constitui a principal iniciativa científica da UNESCO dedicada ao estudo das interações entre seres humanos e natureza. Criado com o objetivo de estabelecer bases científicas para a melhoria das relações entre sociedades e meio ambiente, o programa busca promover formas de desenvolvimento que conciliem conservação ambiental, inclusão social e prosperidade econômica. A proposta central consiste em transformar territórios específicos em espaços de experimentação, aprendizagem e cooperação internacional voltados à sustentabilidade.

A operacionalização do programa ocorre por meio da *World Network of Biosphere Reserves*, atualmente composta por 797 Reservas da Biosfera distribuídas em 145 países. Essas áreas abrangem aproximadamente 7,5 milhões de quilômetros quadrados, constituindo uma das

maiores redes internacionais dedicadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Segundo a UNESCO, aproximadamente 90% dessas reservas se sobrepõem a Áreas-Chave para a Biodiversidade (*Key Biodiversity Areas*), fato que evidencia sua relevância ecológica global.

No contexto da COP17, a UNESCO apresenta o programa MAB como um mecanismo de implementação local dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados em matéria de biodiversidade. As Reservas da Biosfera funcionam simultaneamente como áreas de proteção ambiental, centros de pesquisa científica, laboratórios para políticas públicas e espaços de participação comunitária. Nesses territórios são promovidas atividades de monitoramento ambiental, restauração ecológica, proteção de espécies, promoção de economias sustentáveis e valorização de conhecimentos tradicionais. A organização destaca ainda que tais iniciativas contribuem para a redução da pobreza, o fortalecimento da governança territorial e o aumento da resiliência das comunidades diante das mudanças ambientais globais.

Outro aspecto enfatizado pela UNESCO é a capacidade das Reservas da Biosfera de conectar ciência e ação local. Por meio da produção de dados, do compartilhamento de experiências entre países e da formação de redes internacionais de cooperação, o programa funciona como uma plataforma de aplicação prática dos objetivos globais relacionados à biodiversidade. A organização considera que esses territórios demonstram, em escala local, como é possível compatibilizar conservação dos ecossistemas e desenvolvimento humano sustentável.

2.3. Reservas da Biosfera e Geoparques Globais

As Reservas da Biosfera e os Geoparques Globais são apresentados pela UNESCO como instrumentos complementares de sua estratégia para a biodiversidade. Embora possuam objetivos específicos, ambos são concebidos como territórios voltados à integração entre conservação, educação, pesquisa e desenvolvimento sustentável. A organização descreve esses espaços como ambientes nos quais governos, comunidades locais, pesquisadores e organizações da sociedade civil atuam de forma colaborativa para promover soluções sustentáveis adaptadas às realidades locais.

As Reservas da Biosfera concentram-se na proteção de ecossistemas e na promoção de relações equilibradas entre seres humanos e natureza. Já os Geoparques Globais enfatizam a conservação do patrimônio geológico, reconhecendo que formações geológicas, paisagens naturais, biodiversidade e patrimônio cultural constituem elementos interligados. Segundo dados oficiais da UNESCO, existem atualmente 241 Geoparques Globais distribuídos em diversos continentes, formando uma ampla rede internacional de cooperação científica e educacional.

A dimensão humana desses territórios também ocupa destaque. A UNESCO informa que aproximadamente 342 milhões de pessoas vivem em Reservas da Biosfera e cerca de 47 milhões habitam áreas reconhecidas como Geoparques Globais. Esses números evidenciam que a atuação da organização não está restrita à proteção de áreas naturais isoladas, mas envolve territórios habitados, nos quais a conservação é associada à gestão sustentável dos recursos naturais, ao desenvolvimento econômico local e à valorização do patrimônio cultural.

A rede inclui ainda 25 Reservas da Biosfera transfronteiriças e cinco Geoparques transnacionais, demonstrando a capacidade desses mecanismos de promover cooperação internacional em áreas que ultrapassam fronteiras políticas nacionais. A UNESCO apresenta

essas experiências como exemplos concretos de governança compartilhada e de gestão integrada de ecossistemas.

2.4. Patrimônio Mundial e Conservação da Biodiversidade

O sistema do Patrimônio Mundial ocupa posição central na contribuição da UNESCO para a conservação global da biodiversidade. Os sítios reconhecidos pela organização são considerados áreas de valor universal excepcional, cuja preservação interessa à humanidade como um todo. Dentro desse conjunto, os sítios naturais desempenham papel particularmente relevante para a manutenção de ecossistemas, espécies ameaçadas e processos ecológicos de importância global.

No material apresentado para a COP17, a UNESCO destaca que suas áreas reconhecidas constituem evidências concretas da implementação de compromissos internacionais voltados à proteção da biodiversidade. Esses territórios funcionam como espaços de conservação, monitoramento científico, educação ambiental e recuperação de ecossistemas degradados. Além disso, servem como plataformas para o desenvolvimento de pesquisas de longo prazo e para a produção de dados utilizados na formulação de políticas públicas ambientais.

Os indicadores divulgados pela organização demonstram a magnitude dessa contribuição. Os sítios do Patrimônio Mundial abrigam aproximadamente um terço das populações remanescentes de elefantes, tigres e pandas. Do mesmo modo, cerca de 35% das espécies marinhas ameaçadas encontram refúgio em sítios marinhos do Patrimônio Mundial. Esses dados são utilizados pela UNESCO para demonstrar que a proteção desses territórios possui impactos diretos sobre a conservação de espécies ameaçadas em escala global.

Outro aspecto enfatizado pela organização refere-se à integração entre conservação e desenvolvimento sustentável. A UNESCO sustenta que a gestão do Patrimônio Mundial deve contribuir não apenas para a proteção dos ecossistemas, mas também para a melhoria das condições de vida das populações locais, promovendo equilíbrio entre conservação ambiental e desenvolvimento humano.

2.5. Biodiversidade Marinha e o Projeto Environmental DNA Expeditions

A conservação dos oceanos constitui uma das prioridades apresentadas pela UNESCO durante a COP17. Nesse contexto, destaca-se o projeto *Environmental DNA Expeditions* nos Sítios Marinhos do Patrimônio Mundial da UNESCO, iniciativa que combina ciência cidadã, inovação tecnológica e cooperação internacional para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade marinha.

O projeto baseia-se na utilização de DNA ambiental (eDNA), metodologia que identifica organismos a partir de material genético presente na água. De acordo com a UNESCO, células, muco, resíduos biológicos e outros vestígios deixados pelos organismos marinhos possibilitam a identificação de espécies sem a necessidade de coleta direta dos indivíduos. Essa abordagem é apresentada como uma alternativa eficiente, ética e economicamente viável para monitorar ecossistemas marinhos em larga escala.

As campanhas de amostragem foram realizadas em 21 sítios marinhos do Patrimônio Mundial entre setembro de 2022 e julho de 2023. O projeto envolveu 250 cientistas cidadãos distribuídos em 19 países, incluindo participantes com apenas seis anos de idade, e resultou na identificação de mais de 4.000 espécies. A UNESCO ressalta que a iniciativa foi conduzida sob

orientação de um conselho científico internacional e contou com a colaboração das autoridades gestoras dos sítios participantes.

Além dos resultados científicos, o projeto possui objetivos relacionados à democratização do conhecimento. A organização afirma que um dos propósitos centrais da iniciativa consiste na padronização internacional de protocolos de coleta de eDNA e na disponibilização aberta dos dados produzidos. Os resultados são incorporados ao Ocean Biodiversity Information System (OBIS), fortalecendo a infraestrutura global de monitoramento da biodiversidade oceânica.

2.6 Biodiversidade, Cultura e Conhecimentos Tradicionais

A abordagem da UNESCO para a biodiversidade atribui grande relevância às dimensões culturais associadas à natureza. A organização sustenta que os valores sociais relacionados aos recursos naturais influenciam comportamentos individuais, decisões institucionais e processos políticos. Dessa forma, compreender como diferentes grupos percebem e valorizam a biodiversidade é considerado um requisito para a formulação de políticas de conservação efetivas e socialmente legítimas.

Segundo a UNESCO, a biodiversidade pode ser valorizada pelos serviços ecossistêmicos que proporciona, tais como polinização, proteção costeira e recursos para o desenvolvimento de medicamentos, mas também possui valores intrínsecos, espirituais, culturais e identitários. A coexistência dessas diferentes percepções torna necessária uma abordagem que considere a pluralidade de conhecimentos e experiências presentes nas sociedades humanas.

Os povos indígenas e as comunidades locais ocupam posição de destaque nessa perspectiva. A UNESCO reconhece que muitos desses grupos mantêm formas específicas de interação com a natureza, frequentemente baseadas em visões que não estabelecem separação entre seres humanos e ambiente natural. Em diversos contextos, plantas, animais, rios e montanhas são compreendidos como componentes de sistemas culturais e espirituais mais amplos. A instituição argumenta que tais conhecimentos desempenham papel relevante para a conservação da biodiversidade e devem ser considerados nos processos de tomada de decisão.

A cooperação entre a UNESCO e a Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica foi institucionalizada em 2010 por meio do Programa Conjunto sobre as Relações entre Diversidade Biológica e Diversidade Cultural. O objetivo dessa iniciativa consiste em identificar sinergias entre convenções internacionais voltadas à proteção do patrimônio natural e cultural, fortalecendo abordagens integradas para a conservação da biodiversidade.

2.7. Mulheres pelas Abelhas (Women for Bees)

O programa *Women for Bees* integra a carteira de projetos do Programa MAB e está relacionado aos esforços da UNESCO para promover a conservação dos polinizadores. A iniciativa é apresentada como uma estratégia que combina proteção da biodiversidade, fortalecimento das capacidades locais e valorização da participação das mulheres em atividades vinculadas à sustentabilidade ambiental.

A UNESCO relaciona diretamente o papel dos polinizadores à manutenção dos ecossistemas e à conservação da biodiversidade. Nesse contexto, o programa busca fomentar conhecimentos e práticas voltadas à proteção das abelhas e de outros agentes polinizadores, considerados fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos. A iniciativa é

desenvolvida especialmente em Reservas da Biosfera e em territórios associados às redes da organização, onde são promovidas atividades de formação, intercâmbio de conhecimentos e fortalecimento de capacidades comunitárias.

No âmbito mais amplo da COP17, o projeto é apresentado como exemplo de abordagem integrada que relaciona biodiversidade, inclusão social, geração de oportunidades econômicas e fortalecimento das comunidades locais.

2.8. Projeto de Restauração de Manguezais (MangRes)

O projeto MangRes constitui uma das principais iniciativas da UNESCO voltadas à proteção de ecossistemas costeiros. Desenvolvido no âmbito do Programa Homem e a Biosfera, o projeto tem como objetivo promover a restauração e a conservação dos manguezais em diversas regiões do mundo.

A UNESCO destaca que os manguezais desempenham funções ecológicas essenciais, incluindo a proteção das zonas costeiras contra erosão, a manutenção de habitats para inúmeras espécies e a contribuição para a resiliência dos ecossistemas diante das mudanças climáticas. Em razão dessas características, a restauração desses ambientes é apresentada como uma solução baseada na natureza capaz de gerar benefícios simultâneos para biodiversidade, adaptação climática e desenvolvimento sustentável.

O projeto também é utilizado pela organização para demonstrar o potencial das Reservas da Biosfera como espaços de implementação de ações concretas de restauração ecológica. Por meio da cooperação entre comunidades locais, pesquisadores e gestores ambientais, as experiências apoiadas pela UNESCO procuram gerar conhecimentos aplicáveis a outras regiões e fortalecer capacidades locais de gestão ambiental.

2.9. Educação para o Desenvolvimento Sustentável

A educação constitui um dos eixos estruturantes da atuação da UNESCO em biodiversidade. Por meio do programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável (*ESD for 2030*), a organização busca fortalecer capacidades individuais e institucionais para enfrentar desafios ambientais, climáticos e sociais. A proposta central consiste em promover conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que contribuam para modos de vida compatíveis com a sustentabilidade.

A UNESCO enfatiza que a educação desempenha papel decisivo na implementação de políticas relacionadas à biodiversidade. Segundo seus diagnósticos, 47% dos marcos curriculares nacionais analisados em 100 países não fazem referência às mudanças climáticas. Além disso, apenas 40% dos professores afirmam sentir-se confiantes para ensinar aspectos cognitivos relacionados ao tema, enquanto somente 20% consideram possuir condições adequadas para explicar formas concretas de ação. Esses resultados são utilizados pela organização para justificar a expansão dos programas de educação ambiental e educação climática.

A implementação do programa ESD for 2030 ocorre por meio de produção de conhecimento, assistência técnica, redes de cooperação internacional e desenvolvimento de projetos em campo. Entre as iniciativas associadas destaca-se a *Greening Education Partnership* (Parceria para Educação Mais Verde), da qual a UNESCO exerce a secretaria, voltada ao fortalecimento da capacidade dos países para incorporar conteúdos relacionados às mudanças climáticas e à sustentabilidade em seus sistemas educacionais.

A organização informa ainda que 107 países desenvolvem ou implementam iniciativas nacionais vinculadas ao ESD for 2030 e que mais de 2.800 representantes dos setores de educação e meio ambiente provenientes de 161 países adotaram a Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Esses dados são apresentados pela UNESCO como evidências da expansão global da educação para a sustentabilidade e de seu papel estratégico no cumprimento dos compromissos internacionais relacionados à biodiversidade.

Considerações Finais

No âmbito da COP17 da Convenção sobre Diversidade Biológica, a UNESCO apresenta uma abordagem integrada baseada na articulação entre biodiversidade, cultura, ciência, educação e conhecimentos locais e indígenas. Os programas, projetos e ações destacados pela organização abrangem a gestão de Reservas da Biosfera, Geoparques Globais, sítios do Patrimônio Mundial, iniciativas de conservação marinha, restauração de ecossistemas, proteção de polinizadores, patrimônio cultural e educação ambiental. Conforme apresentado pela própria UNESCO, essas iniciativas buscam transformar compromissos internacionais em ações concretas de conservação, restauração, monitoramento, pesquisa, educação e desenvolvimento sustentável em diferentes regiões do mundo.

Referências

UNESCO. **COP17 — Biodiversity**. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/cop17-biodiversity. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **Man and the Biosphere Programme (MAB)**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://www.unesco.org/en/mab. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **Environmental DNA Expeditions**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://www.unesco.org/en/edna-expeditions. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **UNESCO Biosphere Reserves and Global Geoparks**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://biodiversity.unesco.org/. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **World Heritage and Biodiversity**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/biodiversity/. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **Biodiversity and Culture**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://www.unesco.org/en/biodiversity/culture. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **Education for Sustainable Development**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://www.unesco.org/en/sustainable-development/education. Acesso em: 23 out. 2026.

UNESCO. **Climate Change Education and COP Conferences**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://www.unesco.org/en/climate-change/education. Acesso em: 23 out. 2026.

Dia Mundial da Alimentação 2026: inovar hoje, nutrir amanhã

Día Mundial de la Alimentación 2026: innovar hoy, nutrir mañana

World Food Day 2026: Innovate Today, Nourish Tomorrow

Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Este informe explora o tema do Dia Mundial da Alimentação 2026, "Inovar hoje, nutrir amanhã", analisando as perspectivas das soluções tecnológicas para o futuro da alimentação no mundo. Nesse sentido, parte de nossa análise concentra-se na governança das inovações tecnológicas e de informações e nos riscos de concentração e exclusão que podem trazer à medida que se tornam commodities e não bens comuns.

Resumen: *Este informe aborda el tema del Día Mundial de la Alimentación 2026, «Innovar hoy, nutrir mañana», analizando las perspectivas de las soluciones tecnológicas para el futuro de la alimentación en el mundo. En este sentido, parte de nuestro análisis se centra en la gobernanza de las innovaciones tecnológicas y de la información, así como en los riesgos de concentración y exclusión que estas pueden acarrear a medida que se convierten en productos básicos y dejan de ser bienes comunes.*

Abstract: *This report explores the theme of World Food Day 2026, "Innovate Today, Nourish Tomorrow," by analyzing the prospects of technological solutions for the future of food worldwide. In this regard, part of our analysis focuses on the governance of technological and information innovations and on the risks of concentration and exclusion that these may entail as they become commodities rather than common goods.*

Introdução

Antes de explorar em maior detalhe sobre ações do Dia Mundial da Alimentação, que teve como tema "Inovar hoje, nutrir amanhã" ("*Innovate today, nourish tomorrow*"), vale a pena revisitar documentos já produzidos pela instituição sobre as perspectivas para o futuro da alimentação global e analisados nos Cadernos CRIS, mais especificamente no informe 09/2025. Nesse sentido, diante das pressões impostas pela emergência climática, pela perda de biodiversidade, pela escassez de recursos naturais e pela persistência da múltipla carga da má nutrição, a FAO publicou, em 2025, um documento elaborado por especialistas internacionais para mapear o horizonte das novas fontes de alimentos e novos sistemas de produção de alimentos projetados para os próximos 5 a 25 anos (MUKHERJEE et al., 2025).

O documento define como novas fontes de alimentos aqueles itens ainda não consumidos amplamente em escala global, seja pelo consumo historicamente circunscrito a determinados territórios e grupos culturais, como espécies vegetais negligenciadas, algas marinhas e insetos comestíveis, seja porque seu processamento passou a ser viabilizado apenas por tecnologias industriais recentes, como análogos de carne e lácteos à base de plantas. Por sua vez, os novos sistemas de produção de alimentos compreendem os arranjos biotecnológicos inovadores aplicados à sua obtenção e manufatura, a exemplo da agricultura celular para cultivo

de tecidos animais em biorreatores. O estudo sistematizou quarenta e quatro inovações tecnológicas emergentes em nove blocos de soluções, delineando as principais propostas técnicas, suas janelas de implementação e seus impactos potenciais na segurança sanitária e no abastecimento alimentar.

O primeiro grupo de soluções volta-se à valorização de subprodutos, resíduos agroalimentares e à economia circular, concentrando propostas para o reaproveitamento integral de biomassa e a redução das perdas ao longo das cadeias produtivas. Destacam-se o aproveitamento de resíduos agrícolas e subprodutos industriais, como palhas de milho, bagaço de cervejaria e folhas de mandioca, como fontes concentradas de proteínas e lipídios; o fracionamento de tortas de oleaginosas e farelo de arroz para extração de fibras solúveis, peptídeos bioativos e antioxidantes; a conversão de águas residuais tratadas em insumo hídrico e de nutrientes para irrigação agrícola; e o uso de resíduos pós-consumo como substrato para novos meios de cultura. Os especialistas indicam que a extração de macronutrientes e compostos bioativos é viável em curto prazo, enquanto o reuso agrícola seguro de efluentes tratados requer a consolidação de padrões sanitários em um horizonte intermediário de cinco a quinze anos.

No bloco de novas tecnologias de produção agroalimentar, reúnem-se processos biotecnológicos avançados de síntese e cultivo em ambientes controlados. As técnicas de fermentação avançada, que englobam biomassa microbiana, fermentação de precisão para a expressão dirigida de proteínas específicas e fermentação a gás, apresentam rápida maturidade para o intervalo de cinco anos, acompanhadas pela agricultura em ambiente controlado e pelo cultivo vertical em espaços fechados. Em contrapartida, a agricultura molecular, baseada na modificação genética vegetal para obtenção de compostos de origem animal ou microbiana, e a reestruturação de óleos líquidos em oleogéis e emulsões estruturadas demandarão entre cinco e quinze anos de maturação, ao passo que a impressão tridimensional de matrizes alimentares e a agricultura celular voltada à carne cultivada exigirão de quinze a vinte e cinco anos para alcançar escala industrial e viabilidade econômica ampla.

No âmbito das novas fontes e ingredientes alimentares, as propostas contemplam a introdução de matérias-primas diversificadas nas dietas globais, articulando a valorização de espécies vegetais nativas e negligenciadas como fontes nobres de óleos, a exemplo de palmeiras tropicais como macaúba, tucumã e babaçu, ao resgate de cultivos tradicionais subutilizados e adaptados ao estresse hídrico. Somam-se a esse conjunto os insetos comestíveis como fontes sustentáveis de proteínas e micronutrientes, as proteínas unicelulares derivadas de microrganismos, os produtos alimentares híbridos que mesclam matrizes tradicionais a ingredientes biotecnológicos, os ninhos de pássaro comestíveis, os adoçantes de base proteica em substituição aos açúcares livres e propostas laboratoriais em estágio inicial, como o leite humano cultivado e nanopartículas nutricionais.

Temos, ainda, outro bloco estruturante, representado pela digitalização e pelas ferramentas orientadas por dados, visa elevar a eficiência, a rastreabilidade e a biossegurança das cadeias agroalimentares. Suas propostas preconizam o emprego de inteligência artificial, sistemas de dados massivos (Big Data) e internet das coisas para monitorar lavouras em tempo real, aperfeiçoar embalagens e mitigar riscos microbiológicos e químicos, enquanto as tecnologias de registros distribuídos, como o *blockchain*, despontam para a certificação de origem e o combate a fraudes no prazo de cinco a quinze anos, além de outras ferramentas, ainda restritas pela baixa viabilidade imediata.

No tocante à segurança, à inocuidade e ao controle de qualidade, o documento aponta intervenções focadas na descontaminação e preservação sem a utilização de compostos sintéticos nocivos. Destacam-se o uso ampliado de biopesticidas de base biológica, a aplicação de bacteriófagos específicos para o controle biológico de patógenos bacterianos e o aprimoramento da radiação ionizante de alimentos, com perspectivas de expansão completa nos próximos cinco anos. Em um horizonte temporal mais alargado, projetam-se a difusão do plasma atmosférico frio para descontaminação superficial de víveres frescos e novos dispositivos moleculares voltados à detecção precoce de fraudes.

A aplicação da engenharia genética, da edição gênica e da biologia sintética engloba intervenções em nível molecular destinadas a elevar a resiliência agronômica e o perfil nutricional de espécies vegetais e microrganismos. O painel prevê o pleno desenvolvimento, em até quinze anos, de culturas agrícolas editadas geneticamente por ferramentas como CRISPR para conferir tolerância a pragas e choques climáticos, do cultivo de microalgas modificadas por bioengenharia para produção de ácidos graxos essenciais e do emprego de códigos de barras baseados em DNA para autenticação de cadeias de suprimento, reservando-se à biologia sintética voltada à síntese de moléculas complexas um horizonte mais distante de vinte e cinco anos.

No segmento de nutrição personalizada, nutracêuticos e abordagens de alimento como remédio, as propostas articulam intervenções dirigidas a alvos metabólicos e genéticos individuais. Ganham relevo o desenvolvimento de alimentos formulados para a modulação do microbioma intestinal por meio de simbióticos e pós-bióticos, os avanços em nutrigenômica para a personalização dietética a partir de perfis genéticos, a formulação de nootrópicos voltados ao desempenho cognitivo e as vacinas comestíveis carreadas por tecidos vegetais recombinantes, reguladas primordialmente sob os marcos sanitários de produtos farmacêuticos.

O bloco dedicado às embalagens alimentares volta-se ao enfrentamento simultâneo das perdas de alimentos e da poluição gerada por polímeros convencionais, propondo materiais biodegradáveis derivados de resíduos agroindustriais, ciclos aprimorados de reciclagem mecânica e química, e embalagens ativas e inteligentes potencializadas por nanotecnologia, capazes de sinalizar alterações de temperatura ou contaminação microbiológica e estender a vida útil comercial dos produtos sem prejuízo da inocuidade. Complementarmente, o grupo de tendências emergentes abrange dinâmicas transversais como a expansão do comércio eletrônico de alimentos, a transição energética dos processos industriais para fontes renováveis, a reformulação de formulações alimentares para redução drástica de sódio e açúcares adicionados e o desenvolvimento de experiências gastronômicas multissensoriais e interações humano-computador para modular a percepção do apetite.

Para assegurar que o desenvolvimento dessas inovações não introduza novas vulnerabilidades biológicas ou acentue assimetrias socioeconômicas, os especialistas da FAO propõem diretrizes institucionais prioritárias para governos nacionais e organismos internacionais. Preconiza-se a modernização e a especificidade dos quadros regulatórios, instituindo protocolos de avaliação toxicológica, alergênica e nutricional detalhados para cada classe de alimento inovador antes de sua autorização comercial, de modo a resguardar a saúde coletiva. Defende-se igualmente a harmonização internacional de parâmetros técnicos multilaterais para evitar barreiras comerciais desiguais, aliada a estratégias transparentes de comunicação de risco que esclareçam a sociedade e previnam desinformação. O documento

recomenda a construção de roteiros intersetoriais com prazos e responsabilidades compartilhadas entre instâncias governamentais, centros acadêmicos e o setor produtivo, a condução de estudos prospectivos de longo prazo capazes de avaliar impactos cruzados de ordens superiores sobre a sustentabilidade e a equidade, e a priorização institucional pela FAO de investigações dedicadas à segurança de compostos na nutrição personalizada, à padronização terminológica da fermentação de precisão e aos parâmetros do reuso de águas residuais no setor agroalimentar.

Contudo (ressalva nossa), convém destacar que deve haver bastante cautela em relação à governança e à implementação de muitas dessas recomendações, pois podem ser facilmente capturadas pelo *Big Food*, direcionando a inovação para produtos ultraprocessados, e pelo *Big Agro* e *Big Techs*, na medida em que a informação e a tecnologia são dominadas majoritariamente para os grandes produtores e empresas, de modo que a informação e as ferramentas para melhor utilizá-la tornam-se mais *commodities* nas mãos de poucos e, monetizadas como são (e potencialmente serão ainda mais), não chegam ou chegarão a quem mais poderia se beneficiar delas, como os pequenos produtores. Além disso (nova ressalva nossa), caímos frequentemente na ilusão de um futuro de alta tecnologia, quase de ficção científica, enquanto se ignora a potência e relevância das tecnologias ancestrais, como as de povos originais e comunidades tradicionais.

A celebração do Dia Mundial da Alimentação de 2026

A celebração do Dia Mundial da Alimentação em 16 de outubro de 2026 mobilizou de forma coordenada importantes agências do sistema das Nações Unidas voltadas à alimentação, nutrição e assistência humanitária, articulando a liderança da FAO à atuação estratégica do Unicef e do WFP. Sob o lema global "Inovar hoje para nutrir o amanhã"("*Innovate today, nourish tomorrow*"), a FAO estruturou sua agenda em torno da urgência de transformar os sistemas agroalimentares mediante a convergência entre novas tecnologias de produção, digitalização, respeito à sociobiodiversidade e valorização dos saberes agrícolas tradicionais.

Entre suas ações centrais, a agência sediou a cerimônia global de alto nível em Roma, impulsionou diálogos multilaterais no âmbito do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) no Fórum Mundial de Alimentação (*World Food Forum* – WFF), rede global independente sediada na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que realizou seu evento principal de 8 a 16 de outubro na sede da organização, em Roma, e em formato virtual, sob o lema institucional do Dia Mundial da Alimentação de 2026. Concebido como uma plataforma catalisadora para transformar os sistemas agroalimentares e acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o fórum estruturou-se em torno de três eixos estratégicos interdependentes: a Ação Global da Juventude (*Global Youth Action*), o Fórum de Ciência e Inovação (*Science and Innovation Forum*) e o Fórum de Investimentos da Iniciativa *Hand-in-Hand*. A integração desses pilares visou articular lideranças juvenis, evidências científicas de ponta e atração de investimentos direcionados a países e territórios vulneráveis.

Ao longo de sua programação, o WFF 2026 promoveu diálogos de alto nível, laboratórios de inovação, maratonas de soluções (*hackathons*), sessões de apresentação de projetos e rodadas de negócios voltadas à sustentabilidade, inclusão e resiliência dos sistemas agroalimentares. O evento abrigou ainda sessões especiais dedicadas a temas transversais críticos, incluindo as celebrações oficiais do Dia Mundial da Alimentação, o Diálogo sobre a Água

de Roma (*Rome Water Dialogue*), debates técnicos no âmbito da iniciativa *From Seeds to Foods* e articulações estratégicas do *Global-Hub* sobre Sistemas Alimentares dos Povos Indígenas, reafirmando o compromisso de unir o avanço tecnológico e os saberes tradicionais na construção de um futuro livre da fome.

No contexto da infância e da juventude, o UNICEF aproveitou a passagem da data para alertar sobre o impacto devastador da crise nutricional global sobre crianças vulneráveis, agravada por secas severas, inundações, conflitos e instabilidade econômica. Em sua manifestação alusiva ao Dia Mundial da Alimentação, o UNICEF reforçou a urgência da ação humanitária e preventiva, destacando a distribuição em larga escala de alimentos terapêuticos prontos para uso (*Ready-to-Use Therapeutic Food* – RUTF), suprimento nutricional utilizado para o tratamento de crianças com desnutrição aguda grave (*wasting*) em poucas semanas. Além disso, a agência mobilizou apoio público para o fornecimento de transferências de renda a famílias vulneráveis, suporte e aconselhamento comunitário para o aleitamento materno e a alimentação infantil, e triagem diagnóstica precoce em comunidades remotas por meio de fitas de medição da circunferência braquial média superior, convocando governos e doadores a investir no tratamento e na prevenção da fome infantil para assegurar que cada criança possa sobreviver e prosperar (UNICEF USA, 2026).

Por sua vez, diante da multiplicação de choques simultâneos sobre o sistema alimentar global causados por conflitos armados e extremos climáticos, o Programa Mundial de Alimentos promoveu a inovação tecnológica e a ação antecipatória como imperativos urgentes para salvar vidas e proteger meios de subsistência. Em seu posicionamento oficial a partir de Roma, o WFP convocou a comunidade internacional a encerrar conflitos e proteger civis e trabalhadores humanitários, a assegurar financiamento flexível e previsível para conter as crises de fome mais severas e a investir massivamente em ações antecipatórias baseadas em previsão meteorológica, evitando que fenômenos climáticos severos como o El Niño se transformem em desastres humanitários. Além disso, a agência enfatizou a necessidade de escalar inovações comprovadas, como sistemas de silos herméticos, mercados virtuais para pequenos produtores e o uso de inteligência logística, sustentando que apenas a união entre inovação operacional, financiamento sustentado e vontade política coletiva será capaz de deter a expansão da fome aguda no planeta (WFP, 2026).

Em conjunto, as agências reiteraram que a erradicação da fome e a garantia de dietas nutritivas dependem de uma governança multilateral coordenada, capaz de subordinar imperativos corporativos ao cumprimento integral do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2.

Convém, ainda, explorar em maior profundidade o que entendemos por inovação nos sistemas alimentares e o que apontam as evidências sobre o tema. Diante do esgotamento do paradigma agrícola convencional, a inovação científica, a biotecnologia e, muito especialmente, a introdução das ferramentas de inteligência artificial (IA) e digitalização passaram a ser apontadas como catalisadores indispensáveis para reconfigurar a arquitetura dos sistemas agroalimentares.

Contudo, a análise técnica dessa transição exige ultrapassar o otimismo tecnológico reducionista, examinando com rigor a viabilidade operacional, os limites éticos e as barreiras socioeconômicas que condicionam a adoção dessas tecnologias. O desafio central que se impõe à comunidade internacional em 2026 não reside apenas na capacidade de gerar novas

formulações ou algoritmos de alta densidade computacional, mas em assegurar que tais inovações promovam justiça distributiva, sustentabilidade ecológica e soberania alimentar, sem aprofundar as assimetrias históricas entre o Norte e o Sul Global (LAKSHMINARAYAN et al., 2025; PENNELLS et al., 2025).

No âmbito da produção primária e da agricultura de precisão, as tecnologias digitais integradas vêm experimentando uma transição metodológica substancial. Como sistematizam Mokone e Ndhlovu (2026), os sistemas agrícolas abandonam gradativamente intervenções preditivas isoladas em favor de plataformas sociotécnicas integradas que articulam sensoriamento remoto, visão computacional, aprendizado profundo (*deep learning*), robótica autônoma e inteligência artificial generativa. Essas ferramentas viabilizam o monitoramento contínuo da saúde das lavouras, a detecção precoce de fitopatologias e pragas, a dosagem estrita de insumos hídricos e agroquímicos e a colheita automatizada com localização tridimensional de frutos em condições ambientais heterogêneas (MOKONE; NDHLOVU, 2026).

Entretanto, as evidências empíricas sobre o impacto real dessas inovações no campo revelam lacunas substantivas. O relatório técnico global publicado pelo Reino Unido (LAKSHMINARAYAN et al., 2025) aponta que a ampla maioria dos estudos sobre IA na agricultura ainda está concentrada em modelagens teóricas, dados simulados ou testes em ambientes laboratoriais controlados, com escassa comprovação de eficácia causal em condições de campo aberto. Além disso, o documento evidencia uma grave assimetria representativa: agricultores familiares, mulheres camponesas e países de baixa renda encontram-se sistematicamente sub-representados tanto no desenho quanto no acesso a essas soluções. As deficiências de infraestrutura elétrica e de telecomunicações, o alto custo de aquisição e a baixa literacia digital convertem-se em barreiras que aprisionam produtores vulneráveis na exclusão tecnológica, demandando políticas públicas de capacitação, inclusão digital e fomento a modelos cooperativos de governança de dados.

Na esfera da ciência de alimentos e da engenharia de processos, um recente mapeamento bibliométrico e tecnológico sobre esse tema demonstra que a aplicação de algoritmos de aprendizado de máquina reorganizou profundamente a indústria de transformação. A inteligência artificial assumiu funções operacionais cruciais no controle em tempo real de linhas fabris, na predição de vida útil de prateleira (*shelf-life*), na prevenção de perdas e desperdícios por manutenção preditiva de maquinários e na otimização de ciclos de higienização de circuitos fechados (*clean-in-place*), reduzindo o consumo de energia e insumos químicos de limpeza (PENNELLS et al., 2025). Em consonância com a agenda do ODS 12.3, essas aplicações industriais aumentam a eficiência dos processos produtivos, embora continuem enfrentando gargalos relacionados à interoperabilidade dos ecossistemas digitais, à padronização de dados operacionais e à dependência de arquiteturas tecnológicas proprietárias (MOKONE; NDHLOVU, 2026; PENNELLS et al., 2025).

Paralelamente, a inteligência artificial expande seu alcance sobre o desenvolvimento de novos alimentos e a transição proteica. Tac et al. (2025) demonstram como modelos computacionais avançados e ferramentas generativas podem acelerar e democratizar o desenho de formulações alimentares saudáveis, saborosas e ecologicamente sustentáveis. Diante da projeção demográfica de alimentar quase 10 bilhões de pessoas até 2050 sem ultrapassar os limites planetários, os métodos convencionais de tentativa e erro na engenharia de alimentos mostram-se lentos e ineficientes para responder à urgência climática. A modelagem algorítmica permite prever com exatidão parâmetros de reologia, textura e perfil

nutricional a partir de matrizes vegetais diversificadas, facilitando a substituição de ingredientes de origem animal por fontes proteicas alternativas (como leguminosas e cereais) e lipídios vegetais estruturados, preservando atributos sensoriais como suculência e sensação na boca (*mouthfeel*) (TAC et al., 2025).

A digitalização dos sentidos químicos, por meio da integração de sensores eletrônicos com aprendizado de máquina, possibilita a decodificação minuciosa dos cinco gostos fundamentais, com destaque para a modulação do sabor umami e a neutralização de notas residuais amargas de proteínas vegetais, aproximando a composição química da percepção sensorial do consumidor. Essa capacidade analítica abre oportunidades para que a reformulação industrial reduza progressivamente os teores excessivos de sódio, gorduras saturadas e açúcares livres em produtos alimentares, sem provocar rejeição organoléptica imediata pela população. Na dimensão clínica e populacional, o emprego dessas plataformas subsidia o campo da nutrição personalizada, viabilizando o delineamento de intervenções dietéticas contextualizadas para perfis metabólicos específicos e colaborando na prevenção de enfermidades crônicas não transmissíveis (TAC et al., 2025).

Mas a inovação é para todos?

Não obstante as potencialidades observadas, a celebração do Dia Mundial da Alimentação em 2026 expõe o risco iminente de que essas inovações sejam capturadas pelos interesses mercantis hegemônicos dos grandes conglomerados transnacionais. Conforme alertam Lakshminarayan et al. (2025) e Mokone e Ndhlovu (2026), sem uma governança ética rigorosa e salvaguardas públicas contra conflitos de interesse, os motores de recomendação algorítmica e a inteligência computacional podem ser cooptados para maximizar a rentabilidade de alimentos ultraprocessados e induzir ambientes alimentares obesogênicos, aprofundando o quadro global da dupla carga da má nutrição. Da mesma forma, a concentração de patentes, bases de dados agronômicos e tecnologias de rastreabilidade em oligopólios de tecnologia e insumos agrícolas ameaça a soberania dos dados comunitários e a autonomia dos agricultores do Sul Global (LAKSHMINARAYAN et al., 2025; PENNELLS et al., 2025).

A aceleração da digitalização, a disseminação da Internet das coisas no meio rural e a introdução da inteligência artificial nos circuitos agroalimentares vêm sendo apresentadas sob a retórica tecnocrática da modernização ecológica, da eficiência produtiva e da segurança alimentar global. Nesse contexto, promessas em torno da chamada Agricultura 4.0, da agricultura de precisão e da gestão automatizada de cadeias logísticas sugerem que a computação de alto desempenho resolverá dilemas estruturais como as perdas na colheita, o estresse hídrico e os choques climáticos (HLPE, 2026).

No entanto, a tecnologia não se desenvolve em um vácuo social ou distributivo, visto que a infraestrutura informacional contemporânea emerge no interior de sistemas alimentares hegemônicos já profundamente desiguais, dominados por oligopólios químicos, de sementes, de logística e de grande varejo. O que se observa, na prática, não é a democratização das decisões produtivas, mas a inauguração de uma nova fronteira de acumulação capitalista pautada pelo colonialismo de dados e pela captura corporativa das redes de decisão agroalimentares (ETC GROUP, 2022). A convergência inédita entre o grande agronegócio transnacional, as corporações globais de tecnologia e a indústria de alimentos ultraprocessados estrutura uma arquitetura monopolista que transforma dados agrícolas e comportamentais em ativos proprietários e especulativos, marginalizando de forma acelerada os agricultores

familiares, os povos tradicionais e a soberania alimentar dos países do Sul Global (CLAPP; RUDER, 2020; IPES-FOOD, 2021).

Essa dinâmica manifesta-se inicialmente na articulação entre grandes grupos de agroquímicos e sementes e provedores globais de computação em nuvem e inteligência artificial. Empresas hegemônicas como Bayer, Corteva, Syngenta e BASF estabeleceram parcerias estratégicas com conglomerados como Microsoft Azure, Amazon Web Services e Google Cloud, além de adquirirem plataformas especializadas em agricultura digital, a exemplo de Climate FieldView, Xarvio e Encirca (ETC GROUP, 2022). Por meio de tratores conectados, sensores de solo, drones e imagens orbitais de alta resolução, extrai-se uma massa incomensurável de dados agronômicos gerados diretamente nas propriedades rurais.

Essa dinâmica opera sob o pressuposto falacioso da neutralidade, em que dados sobre regimes de chuva, microbioma do solo, variedades genéticas e produtividade são coletados como recursos naturais gratuitos e processados em algoritmos proprietários de inteligência artificial, para depois serem revendidos aos próprios produtores sob a forma de consultoria algorítmica prescritiva. Essa orientação técnica não é imparcial, pois condiciona a aplicação de sementes geneticamente modificadas específicas, fertilizantes sintéticos e defensivos químicos fabricados pelas próprias corporações detentoras das plataformas, configurando uma modalidade de venda casada digitalmente automatizada que aprisiona os produtores em pacotes tecnológicos contínuos (CLAPP; RUDER, 2020).

Paralelamente, os conglomerados de produtos ultraprocessados articulam-se com o setor de tecnologia para remodelar profundamente os hábitos e os ambientes de consumo alimentar. Na fase fabril, ferramentas de aprendizado de máquina e modelagem preditiva são empregadas no desenho e na reformulação de formulações industriais hiperpalatáveis (produtos ultraprocessados), sintetizando aromas e calibrando matrizes químicas para maximizar o chamado ponto de plenitude sensorial ou ponto de êxtase ("*Bliss point*"), caracterizado pelo equilíbrio ótimo de açúcares livres, gorduras saturadas e sódio voltado a estimular o consumo excessivo e desprovido de valor nutricional intrínseco (BAKER et al., 2020; MONTEIRO et al., 2025).

Ainda, no elo comercial, o uso de inteligência artificial na engenharia de ambientes alimentares digitais engloba plataformas de comércio eletrônico, aplicativos de entrega rápida de refeições e redes sociais. Mediante o rastreamento comportamental e algoritmos preditivos, essas plataformas traçam perfis psicológicos detalhados de populações vulneráveis e crianças, aplicando precificação dinâmica e publicidade comportamental hipersegmentada para incentivar a compra de formulações ultraprocessadas de baixo custo econômico, neutralizando a autonomia alimentar e acelerando a prevalência de doenças crônicas e ambientes obesogênicos (MONTEIRO et al., 2025; UNICEF, 2025).

A centralização e o controle dessa massa de dados geram impactos graves sobre a soberania alimentar e aprofundam a exclusão de camponeses e povos tradicionais. A concentração de servidores de dados climáticos, genéticos e de safras em poucas corporações do Norte Global diminui a autonomia dos Estados nacionais na elaboração de estatísticas públicas de abastecimento, criando dependência crônica de estimativas fornecidas por entidades privadas (HLPE, 2026). As máquinas agrícolas integradas a softwares proprietários impõem cláusulas contratuais de restrição ao conserto mecânico independente, forçando o

pagamento de licenciamentos contínuos e ampliando o endividamento rural (ETC GROUP, 2022).

Ao mesmo tempo, os algoritmos treinados estritamente sobre matrizes produtivas de monoculturas industriais promovem um epistemicídio dos conhecimentos tradicionais e comunitários, ignorando a agrobiodiversidade local, os policultivos e a variabilidade microclimática (IPES-FOOD, 2021). No mercado internacional, o acesso privilegiado a dados em tempo real permite que grandes tradings transnacionais, historicamente conhecidas como o grupo formado por Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, somadas a fundos de investimento especulativo, manipulem mercados de futuros de commodities, inflando artificialmente preços e intensificando a insegurança alimentar global (CLAPP; RUDER, 2020; FAO, 2025). Essa estrutura também coopta a agenda do financiamento climático por meio do mercado voluntário de carbono no solo, no qual plataformas privadas de sensoriamento remoto concedem créditos e subsídios a operações industriais por pequenas modificações de manejo, enquanto a agricultura familiar camponesa e os territórios indígenas, que historicamente conservam a biodiversidade, permanecem excluídos dos recursos por não se enquadrarem na validação digital corporativa (GRAIN, 2021).

O impacto desse modelo sobre a agricultura familiar manifesta-se em duas frentes complementares de vulnerabilização. Em primeiro lugar, opera-se uma barreira de entrada estrutural, pois a ausência de capital financeiro para adquirir sensores caros, softwares sob assinatura e maquinários compatíveis, somada à carência histórica de conectividade rural pública e de qualidade no campo, torna os pequenos agricultores invisíveis perante as redes digitalizadas de comercialização dominadas pelo grande varejo de alimentos. Em segundo lugar, verifica-se uma expropriação da autonomia e da agência decisória do produtor, uma vez que a consultoria prescritiva de caixas-pretas algorítmicas opacas substitui o saber ecológico acumulado por exigências padronizadas de mercado, empurrando o agricultor camponês para o endividamento, para a homogeneização produtiva ou para o abandono forçado da atividade agrária em decorrência da incapacidade de competir com as economias de escala algorítmica (HLPE, 2026).

A contenção desse processo de captura exige superar a crença de que a tecnologia é neutra e construir marcos regulatórios corajosos e multidisciplinares pautados pelos direitos humanos e pela soberania dos povos. As autoridades de defesa da concorrência e órgãos antitruste nacionais e internacionais devem atuar para barrar e reverter a fusão vertical entre fabricantes de maquinário, indústrias químicas de insumos e provedores de infraestrutura em nuvem e inteligência artificial, vedando arranjos em que o mesmo conglomerado controle simultaneamente os meios materiais de produção e a infraestrutura de dados (CLAPP; RUDER, 2020). No plano dos direitos tecnológicos, é imperativo instituir legislações que assegurem a titularidade coletiva e inalienável dos agricultores sobre os dados gerados em suas terras, proibindo cláusulas contratuais de apropriação unilateral por corporações, bem como consagrar o direito formal ao reparo independente de máquinas e softwares, eliminando travas digitais proprietárias que impedem o conserto por mecânicas comunitárias (GRAIN, 2021).

Paralelamente, o Estado tem a responsabilidade de financiar infraestruturas públicas de computação e plataformas digitais gratuitas, interoperáveis e de código aberto, orientadas por instituições públicas de pesquisa agronômica e pela governança de cooperativas de trabalhadores rurais. Esses instrumentos computacionais devem ser projetados especificamente para atender às demandas da transição agroecológica, facilitando a

preservação de sementes crioulas, a conservação de solos vivos, a previsão meteorológica comunitária e o fortalecimento de circuitos curtos de abastecimento, como feiras territoriais, centrais públicas de compras e programas de alimentação escolar (IPES-FOOD, 2021).

Por fim, na dimensão dos ambientes alimentares digitais, faz-se necessária a proibição do perfilamento comportamental e algorítmico predatório voltado à publicidade de alimentos ultraprocessados, com proteção irrestrita para crianças e adolescentes em redes sociais e jogos digitais, acompanhada por normas vinculantes de transparência algorítmica e auditoria pública sobre a precificação dinâmica e a ordenação de produtos no comércio eletrônico e nos serviços de entrega rápida (MONTEIRO et al., 2025; UNICEF, 2025).

Portanto, a informação e a capacidade de processamento de dados devem servir como bens comuns voltados à emancipação social e à dignidade ecológica, reafirmando que o futuro dos sistemas alimentares não pode ser ditado por interesses monopolistas, mas sim subordinado ao princípio inegociável do direito humano à alimentação adequada e à agência democrática dos povos da terra e das cidades (HLPE, 2026).

O que significa “nutrir amanhã”?

A reflexão sobre o alcance e a distribuição das inovações deve ser acompanhada por outra, igualmente necessária, sobre o significado e os limites da expressão “nutrir amanhã”. O verbo nutrir pode remeter a uma compreensão predominantemente biológica da alimentação, centrada na oferta de energia e nutrientes. Embora indispensável, essa dimensão não contempla toda a complexidade da alimentação humana. As pessoas não consomem nutrientes isoladamente, mas alimentos combinados em preparações culinárias, refeições e padrões alimentares, produzidos e compartilhados em contextos sociais, culturais, econômicos e ambientais específicos. O primeiro princípio do Guia Alimentar para a População Brasileira sintetiza essa compreensão ao afirmar que “alimentação é mais que ingestão de nutrientes”. Além da composição nutricional, importam as características dos alimentos, as formas como são combinados e preparados e as circunstâncias sociais e culturais das práticas alimentares (BRASIL, 2014).

O Guia representou uma mudança importante na tradução do conhecimento sobre alimentação adequada e saudável em recomendações para a população e em referências para as políticas públicas. Desenvolvida no Brasil, a classificação Nova contribuiu para ampliar o foco da ciência da nutrição, tradicionalmente focado em nutrientes, ao evidenciar como o propósito e a extensão do processamento industrial afetam as práticas e as culturas alimentares e a própria organização dos sistemas alimentares. Essa perspectiva foi incorporada pelo Guia em recomendações centradas em alimentos *in natura* ou minimamente processados, preparações culinárias, refeições e modos de comer, que situam as escolhas alimentares nas condições concretas em que os alimentos são produzidos, disponibilizados, preparados e consumidos (BRASIL, 2014; CORDEIRO et al., 2026).

Essa abordagem permite reconhecer os limites de uma interpretação de “nutrir” baseada somente na adequação do perfil nutricional dos produtos. A suplementação, a fortificação e os alimentos terapêuticos têm aplicações relevantes em situações específicas, mas não devem ser confundidos com a alimentação cotidiana. Da mesma forma, a reformulação industrial pode reduzir os teores de açúcar, sódio ou gorduras sem necessariamente alterar a natureza do produto ou seu papel no conjunto da alimentação. A substituição de nutrientes críticos por adoçantes, amidos modificados, emulsificantes ou outros ingredientes de uso

industrial pode preservar características próprias dos ultraprocessados, como a elevada palatabilidade, a ausência ou a pequena proporção de alimentos inteiros e a presença de combinações de aditivos. Alterações pontuais na composição, portanto, não são suficientes para demonstrar que determinado produto passou a contribuir para uma alimentação adequada e saudável (SCRINIS et al., 2025).

As evidências recentes reforçam a necessidade de considerar a alimentação em sua totalidade. A série publicada pela *The Lancet* em 2025 demonstrou que o crescimento dos ultraprocessados não corresponde apenas à introdução de uma nova categoria de produtos, mas à expansão de um padrão alimentar que desloca dietas historicamente baseadas em alimentos e em sua preparação como pratos e refeições. Esse deslocamento está associado à deterioração da qualidade global da alimentação e ao aumento do risco de diferentes doenças crônicas. Seus efeitos não decorrem somente do excesso de açúcar, sódio ou gorduras, mas também de características como elevada densidade energética, hiperpalatabilidade, textura que favorece o consumo rápido e alteração da matriz dos alimentos. Somam-se a esses aspectos a menor ingestão de compostos protetores e a maior exposição a contaminantes, desreguladores endócrinos e determinadas classes e misturas de aditivos. Na revisão sistemática que integra a série, 92 dos 104 estudos prospectivos identificados encontraram associações entre maior participação de ultraprocessados na alimentação e pelo menos um desfecho crônico. As metanálises mostraram associações significativas em 12 dos 15 desfechos avaliados (MONTEIRO et al., 2025).

Essas evidências têm implicações para a avaliação das inovações apresentadas como respostas aos problemas alimentares e nutricionais. Uma formulação enriquecida com proteínas, fibras, vitaminas, minerais ou compostos bioativos pode apresentar vantagens em relação a outros produtos da mesma categoria, mas a presença desses componentes não é suficiente para definir seu lugar em uma alimentação adequada e saudável. Essa avaliação também deve considerar a matriz alimentar, a extensão e a finalidade do processamento, os padrões de consumo favorecidos pelo produto e os alimentos ou preparações que ele tende a complementar ou substituir. A mesma cautela se aplica ao emprego da inteligência artificial e de tecnologias sensoriais no desenvolvimento de formulações. Essas ferramentas podem contribuir para finalidades socialmente relevantes, mas também podem ser utilizadas para reduzir custos, intensificar a palatabilidade, acelerar o desenvolvimento de ultraprocessados e ampliar sua presença nos mercados e nas práticas alimentares.

A contribuição de uma inovação não deve, assim, ser avaliada apenas por sua capacidade de modificar produtos, mas também por seus efeitos sobre o acesso aos alimentos e sobre as condições cotidianas da alimentação. Políticas concentradas exclusivamente na reformulação não incidem sobre importantes determinantes da produção e do consumo de ultraprocessados. A redução da dependência desses produtos requer a ampliação da disponibilidade e da acessibilidade de alimentos *in natura* ou minimamente processados e de refeições preparadas com esses alimentos, inclusive por meio de alternativas convenientes para pessoas sujeitas a restrições de renda, tempo ou infraestrutura. Compras públicas, programas de alimentação escolar, cozinhas solidárias e comunitárias, transferências de renda e apoio a pequenos estabelecimentos que oferecem refeições culturalmente apropriadas são exemplos de iniciativas capazes de articular conveniência, acesso e qualidade da alimentação. Essa transição também deve considerar a distribuição desigual do trabalho de preparar alimentos e cuidar da família, ainda realizado predominantemente pelas mulheres. A valorização das

práticas culinárias não deve resultar na ampliação dessa carga, mas ser acompanhada por sua redistribuição e pelo fortalecimento de formas públicas, comunitárias e compartilhadas de provisão de refeições (SCRINIS et al., 2025; BAKER et al., 2025).

A expressão “nutrir amanhã” também introduz uma dimensão temporal e intergeracional. O crescimento dos ultraprocessados não afeta somente a composição das dietas e os riscos de adoecimento. Sua expansão está relacionada a cadeias dependentes de monoculturas, processamento industrial intensivo, embalagens e distribuição em larga escala. Ao mesmo tempo, favorece a padronização das dietas e pode contribuir para o enfraquecimento de sistemas alimentares locais, práticas culinárias, refeições compartilhadas e conhecimentos transmitidos entre gerações. Alimentação saudável e sustentabilidade, portanto, não devem ser tratadas como agendas independentes. Uma concepção abrangente de dietas sustentáveis deve incorporar, além da adequação nutricional e dos impactos ambientais, a equidade, as culturas alimentares e as condições sociais necessárias para produzir, preparar e compartilhar alimentos (CORDEIRO et al., 2026).

Essa perspectiva permite distinguir inovações que fortalecem a alimentação daquelas direcionadas sobretudo à ampliação de mercados para produtos tecnologicamente sofisticados. Se a inovação pretende contribuir para a alimentação e a nutrição das populações, deve favorecer o aperfeiçoamento da conservação e da distribuição de alimentos frescos, a redução de perdas ao longo das cadeias, o apoio à produção agroecológica e à sociobiodiversidade, a ampliação do acesso à água e a cozinhas adequadas, o fortalecimento de circuitos territoriais de abastecimento e a facilitação do preparo de refeições sem transferir o controle da alimentação para formulações industriais e plataformas comerciais. Pode também envolver tecnologias que reduzam o esforço e o tempo necessários ao preparo, desde que favoreçam o acesso aos alimentos e preservem as práticas culinárias e a autonomia de pessoas e comunidades.

A definição do que será reconhecido como inovação alimentar também é influenciada por interesses econômicos e relações de poder. A elevada rentabilidade dos ultraprocessados favorece um modelo de negócios orientado à sua expansão, enquanto estratégias de fortificação e reformulação podem ser utilizadas para apresentar esses produtos como soluções para problemas nutricionais aos quais o próprio modelo de produção e comercialização de alimentos pode contribuir. A série *The Lancet* indica que as mudanças necessárias requerem medidas voltadas ao poder econômico e político das corporações, à proteção da governança pública contra interferências comerciais e à redistribuição de recursos em favor de produtores, mercados territoriais e sistemas públicos e comunitários de provisão de alimentos. A transição para padrões alimentares com menor participação de ultraprocessados deve ser socialmente justa, preservar a segurança alimentar e nutricional e assegurar alternativas acessíveis, culturalmente adequadas e compatíveis com as condições da vida cotidiana (BAKER et al., 2025).

As experiências latino-americanas demonstram que essa concepção pode orientar políticas concretas. Recomendações alimentares baseadas no grau de processamento têm sido articuladas a medidas de rotulagem nutricional frontal, regulação dos ambientes alimentares escolares, tributação, compras públicas e apoio à agricultura familiar. No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar combina limites à aquisição de alimentos processados e ultraprocessados com a promoção de alimentos *in natura* ou minimamente processados e a compra direta da agricultura familiar. A Nova Cesta Básica, por sua vez, exclui ultraprocessados e relaciona sua composição à produção sustentável, às culturas alimentares regionais e ao fortalecimento da agricultura familiar. Essas iniciativas mostram que a mudança dos padrões

alimentares depende não apenas de orientações dirigidas aos indivíduos, mas também de políticas que incidam sobre a demanda institucional, a produção, o abastecimento e os ambientes nos quais as escolhas alimentares são realizadas (SCRINIS et al., 2025; CORDEIRO et al., 2026).

Uma leitura de "nutrir amanhã" restrita à oferta futura de calorias, proteínas, vitaminas ou produtos nutricionalmente aprimorados seria, portanto, insuficiente diante da complexidade da alimentação humana. A construção de um futuro alimentar socialmente justo e sustentável requer condições para que todas as pessoas tenham acesso regular e permanente a alimentos adequados, seguros, diversos e culturalmente pertinentes e possam compor padrões alimentares capazes de promover a saúde e preservar a sociobiodiversidade. A avaliação das inovações deve considerar seus efeitos sobre o sistema alimentar em sua totalidade: sua capacidade de fortalecer ou deslocar alimentos e refeições, ampliar ou restringir a autonomia, distribuir ou concentrar poder e preservar ou comprometer as condições de alimentação das gerações futuras. Nessa perspectiva, as inovações associadas ao lema do Dia Mundial da Alimentação somente contribuirão para um futuro alimentar mais equitativo e sustentável se favorecerem sistemas nos quais alimentos *in natura* ou minimamente processados e culturalmente significativos constituam opções acessíveis e cotidianas, em consonância com o direito humano à alimentação adequada, a saúde, a equidade e a sustentabilidade.

O Dia Mundial da Alimentação no Brasil

Celebrado anualmente em 16 de outubro, o Dia Mundial da Alimentação mobilizou em 2026 uma série de ações coordenadas pelo Governo Federal brasileiro, com protagonismo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Alinhadas ao lema global estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), "Inovar hoje para nutrir o amanhã", que enfatizou a integração entre soluções tecnológicas inovadoras, valorização dos saberes tradicionais e preservação ambiental, as iniciativas nacionais articularam medidas operacionais de abastecimento, engajamento comunitário, debates institucionais e reconhecimento legislativo. Apesar de não documentado, ficou evidente que o defeso eleitoral afetou significativamente as atividades comemorativas, reduzindo seu alcance, especialmente em termos da comunicação à sociedade.

Ainda assim, no campo do combate direto à fome e do fortalecimento da agricultura familiar, o MDS intensificou as entregas de alimentos adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destinando a produção a cozinhas solidárias distribuídas em treze estados e no Distrito Federal, estratégia voltada a garantir refeições nutritivas e regulares a populações em extrema vulnerabilidade socioeconômica. Paralelamente à distribuição de alimentos, a qualificação do debate técnico e social foi impulsionada por meio de webinários temáticos organizados em parceria pelo MDS e pela FAO, reunindo gestores públicos, representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e lideranças da sociedade civil para discutir os rumos da governança alimentar e os desafios de transição para modelos sustentáveis de produção e consumo.

A mobilização abrangeu também a comunidade escolar e as novas gerações por meio da atuação do FNDE, que promoveu no âmbito nacional a divulgação do tradicional concurso internacional de cartazes da FAO voltado a crianças e jovens de 5 a 19 anos, com inscrições abertas até 6 de novembro de 2026, visando estimular a reflexão criativa sobre sistemas

agroalimentares saudáveis e sustentáveis. Coroando a agenda comemorativa e política, o Congresso Nacional realizou sessão solene em homenagem à data, oportunidade na qual parlamentares e autoridades reafirmaram a relevância estratégica da produção agropecuária nacional e o papel do Brasil na promoção da segurança alimentar e nutricional tanto em escala doméstica quanto no cenário internacional.

Enquanto isso, também foram destaque as ações da sociedade civil, em grande parte coordenadas pelo Consea, fez uma nova onda de Banquetaços pelo país, com o tema "Fome Nunca Mais! Nenhum prato sem comida de verdade". Os Banquetaços de anos anteriores também foram direcionados para o combate à fome, assim como para o fortalecimento da governança de SAN (incluindo eventos contra a extinção do Conselho, em 2018, e sua reativação, em 2022), articulando-se especialmente com equipamentos sociais como as cozinhas solidárias. Esses movimentos são particularmente importantes em um momento que antecede o segundo turno das eleições presidenciais e reforça a preocupação com a necessidade de manutenção dos esforços para eliminação da fome no país e do iminente risco de retrocessos nas políticas sociais a exemplo do que aconteceu no passado recente e de esvaziamento do protagonismo global que o Brasil tem nessa agenda.

Conclusões

A transformação substantiva preconizada pela FAO exige, portanto, que a inovação seja encarada como um bem público global e estruturado a partir de uma abordagem sociotécnica sistêmica. Isso demanda a convergência entre avanços biotecnológicos e o fortalecimento de políticas públicas de proteção social, compras institucionais da agricultura familiar, reforma agrária, preservação da agrobiodiversidade e valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos da terra e das águas. A inteligência artificial, o maquinário automatizado e a biologia de alimentos constituem instrumentos técnicos valiosos, mas cuja legitimidade repousa exclusivamente em sua capacidade de subordinar os imperativos mercantis à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, construindo sistemas agroalimentares resilientes, equitativos e sustentáveis para as atuais e futuras gerações.

Ainda, para além do tema global, é fundamental reforçar a mensagem dos movimentos da sociedade civil brasileira, na forma dos Banquetaços, no Dia Mundial da Alimentação, reforçando que a conquista da saída do Mapa da Fome da FAO foi fruto de políticas públicas que devem ser defendidas permanentemente e que a segurança alimentar e nutricional é mais do que estar livre da fome, é ter acesso a alimentos saudáveis, seguros e cultural e socialmente adequados.

Nesse sentido, dialoga muito proximamente como tema de nosso último Seminário Avançado sobre Geopolítica da Fome, segurança alimentar e saúde, que discutiu diferentes aspectos do legado da obra "Geografia da Fome", de Josué de Castro, incluindo as dificuldades em eliminar a fome no mundo e como o fenômeno da fome tem diferentes aspectos na atual conformação dos sistemas alimentares.

O enfrentamento da fome, bem como da dupla carga da má nutrição e da própria sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, depende diretamente da disponibilidade e acessibilidade às inovações e tecnologias para todos os produtores, em especial os agricultores familiares, sob o risco de concentrá-las ainda mais nos detentores de poder nos sistemas alimentares hegemônicos, que ainda defendem modelos ultrapassados e injustos de produção e de sociedade. Não se trata apenas de aumentar a produção de alimentos,

numa abordagem neomalthusiana e de continuidade de Revolução Verde; é preciso fomentar modelos de produção soberanos e inclusivos de alimentos diversos, sustentáveis e acessíveis a todos. E isso passa fortemente pela governança da tecnologia, inovações e informações.

Finalizando, "inovar hoje, nutrir amanhã" depende de onde, como, por quem e para quem para efetivamente ser o caminho adequado para o futuro da alimentação.

Referências

BAKER, P. et al. Ultra-processed foods and the nutrition transition: Global, regional and national trends, food systems transformations and political economy drivers. **Obesity Reviews**, v. 21, n. 12, p. e13126, 2020.

CLAPP, J.; RUDER, S.-L. Precision Agriculture and Agribusiness Concentration: Data, Technology, and Power in the Food System. **Globalizations**, v. 17, n. 7, p. 1267–1283, 2020.

ETC GROUP. **Food Barons 2022: Crisis Profiteering, Digitalization and Agribusiness Power**. Berlim: ETC Group, 2022. Disponível em: https://etcgroup.org/content/food-barons-2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025**. Roma: FAO, 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **World Food Day 2026: innovate today to nourish tomorrow**. Rome: FAO, 2026. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ce1452en.

GRAIN. **Digital fence: How agribusiness is using big data to enclose the commons**. Barcelona: GRAIN, 2021. Disponível em: https://grain.org/e/6595.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Critical, emerging and persistent issues for food security and nutrition**: The 2026 Note by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Roma: CFS/HLPE-FSN, 2026. https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/nu843en

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). **A Long Food Movement: Transforming Food Systems by 2045**. Bruxelas: IPES-Food, 2021. https://ipes-food.org/report/a-long-food-movement/

LAKSHMINARAYAN, M. et al. **The use of artificial intelligence in food and agriculture systems: the state of art**. London: Foreign, Commonwealth & Development Office (FCDO) / GRTD Research Commissioning Centre, 2025. 109 p. Disponível em: https://www.grtd.fcdo.gov.uk/wp-content/uploads/2025/11/State-of-Art-Report.pdf.

MOKONE, M.; NDHLOVU, M. The role of artificial intelligence in food systems transformation: a review of opportunities, challenges, and future directions. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, Lausanne, v. 10, art. 1892956, p. 1–17, out. 2026. DOI: 10.3389/fsufs.2026.1892956. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/sustainable-food-systems/articles/10.3389/fsufs.2026.1892956/full.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence. **The Lancet**, v. 405, n. 10478, p. 671–688, 2025. https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(25)01565-X/fulltext

Mukherjee, K., Trieb, J., Niegowska Conforti, M., Di Martino, M., Fattori, V. & Lipp, M. 2025. *Exploring the future landscape of new food sources and production systems – A foresight exercise*. Rome, FAO. https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd4981en

PENNELLS, J. et al. Mapping the AI Landscape in Food Science and Engineering: A Bibliometric Analysis Enhanced with Interactive Digital Tools and Company Case Studies. **Food Engineering Reviews**, New York, v. 17, n. 3, p. 465–489, jul. 2025. DOI: 10.1007/s12393-025-09413-w. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s12393-025-09413-w.

TAC, V. et al. AI for food: accelerating and democratizing discovery and innovation. **npj Science of Food**, London, v. 9, n. 1, art. 82, p. 1–14, maio 2025. DOI: 10.1038/s41538-025-00441-8. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41538-025-00441-8.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Feeding Profit: How food environments are failing children**. Child Nutrition Report 2025. Nova York: UNICEF, 2025. https://data.unicef.org/resources/feeding-profit-2025-child-nutrition-report/

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **World Food Day 2026: innovate today to nourish tomorrow**. Rome: FAO, 2026. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ce1452en.

UNICEF USA. **World Food Day: how UNICEF helps children who are malnourished**. New York: UNICEF USA, 2026. Disponível em: https://www.unicefusa.org/stories/world-food-day.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). **On World Food Day, WFP promotes innovation and early action as shocks to the global food system mount**. News and Press Release, Rome: WFP, 16 Oct. 2026. Disponível em: https://www.wfp.org/news/world-food-day-wfp-promotes-innovation-and-early-action-shocks-global-food-system-mount.

BAKER, P.; SLATER, S.; WHITE, M.; et al. Towards unified global action on ultra-processed foods: understanding commercial determinants, countering corporate power, and mobilising a public health response. ***The Lancet***, v. 406, n. 10520, p. 2703–2726, 2025. DOI: 10.1016/S0140-6736(25)01567-3.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

CORDEIRO, M. S.; NEVES, F. S.; JAIME, P. C.; MENDES, L. L.; NILSON, E. A. F.; CANELLA, D. S.; et al. From Nova food classification to policy implementation: Latin American lessons for the sustainable diets agenda. ***The Lancet Regional Health – Americas***, v. 63, art. 101636, 2026. DOI: 10.1016/j.lana.2026.101636.

MONTEIRO, C. A.; LOUZADA, M. L. C.; STEELE-MARTINEZ, E.; et al. Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence. ***The Lancet***, v. 406, n. 10520, p. 2667–2684, 2025. DOI: 10.1016/S0140-6736(25)01565-X.

SCRINIS, G.; POPKIN, B. M.; CORVALÁN, C.; et al. Policies to halt and reverse the rise in ultra-processed food production, marketing, and consumption. ***The Lancet***, v. 406, n. 10520, p. 2685–2702, 2025. DOI: 10.1016/S0140-6736(25)01566-1.

As Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional

Las Reuniones Anuales del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional

Annual Meetings World Bank — International Monetary Fund

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: A realização das Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional aconteceram em outubro, na Tailândia. O evento contou com a presença de diversas lideranças, que discutiram durante as sessões sobre os mais variados temas. O tema principal foi a inteligência artificial, que vem sendo motivo de preocupação para as instituições no quesito criação de empregos. As duas instituições aproveitaram o evento para anunciar algumas iniciativas para a área da saúde e do desenvolvimento.

Palavras-chave: Banco Mundial; FMI; Reuniões Anuais; Inteligência Artificial; Desenvolvimento.

Resumen: Las reuniones anuales del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional se celebraron en Tailandia en octubre. Numerosos líderes asistieron al evento y debatieron sobre una amplia gama de temas durante las sesiones. El tema principal fue la inteligencia artificial, que ha generado preocupación entre las instituciones en lo que respecta a la creación de empleo. Ambas instituciones aprovecharon el evento para anunciar diversas iniciativas en los ámbitos de la salud y el desarrollo.

Palabras clave: *Banco Mundial; FMI; Reuniones Anuales; Inteligencia Artificial; Desarollo.*

Abstract: *The Annual Meetings of the World Bank and the International Monetary Fund took place in Thailand in October. The event was attended by numerous leaders who discussed a wide range of topics during the sessions. The main theme was artificial intelligence, which has been a source of concern for the institutions in terms of job creation. Both institutions used the event to announce several initiatives in the areas of health and development*.

Keywords: *World Bank; IMF; Annual Meetings Artificial Intelligence; Development.*

Reuniões Anuais: Foco na Inteligência Artificial

As Reuniões Anuais do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) aconteceram em meados de outubro, em Bangkok, na Tailândia. Com mais de trezentos eventos e mais de treze mil participantes cadastrados, foram discutidas ideias que ajudem a encarar o tema mais desafiante – e urgente – dos últimos tempos: como a inteligência artificial (IA) beneficiará as economias emergentes, a prosperidade dos pequenos negócios, a mobilização da filantropia para o desenvolvimento e o capital privado e a construção da resiliência em um cenário de choques econômicos e dos conflitos atuais.

A preocupação das instituições financeiras e de seus participantes inclinaram-se para a geração de empregos, que já vem mostrando alguns efeitos negativos devido ao avanço da IA.

De acordo com o BM e o FMI, 1,2 bilhão de jovens em países em desenvolvimento estarão aptos em idade de trabalho nos próximos 10 — 15 anos, porém, apenas 400 milhões de empregos serão ofertados. Com estes dados, especialistas de todo o mundo dialogaram sobre como gerar os empregos que faltam.

"Um trabalho não é estatística. Um trabalho é dignidade"

Ajay Banga, presidente do BM, iniciou o seu discurso na plenária das Reuniões Anuais sobre a preocupação com a criação de empregos nos tempos de IA. Para Ajay, os recursos de desenvolvimento escassos contribuem para uma geração de emprego deficitária. O presidente do BM aproveitou esta oportunidade para afirmar que a abordagem da instituição financeira é "investir em infraestrutura, saúde, educação e habilidades; ajudar os países a criar condições mais previsíveis para as empresas e mobilizar investimentos privados em uma escala muito maior".

Sobre as iniciativas do BM que já mostraram progresso, Ajay Banga apresentou que o BM diminuiu o tempo de preparação dos projetos, que antes eram de 19 meses, caindo para 9 meses. O projeto voltado para levar eletricidade para 59 milhões de pessoas no continente africano, a *Missão 300*, já apresenta resultados positivos. Banga também comemorou que "uma infraestrutura originalmente projetada para transportar minerais também está abrindo mercados para os agricultores e ajudando as comunidades a crescerem".

Ajay falou a respeito do futuro, mostrando que existe uma maneira de ampliar ainda mais as finanças em prol do desenvolvimento e citou seis bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs). Estes bancos comprometeram-se em "padronizar e adequar investimentos para que os fundos de pensão e as seguradoras possam mantê-los, liberando capital para novos projetos". Segundo o presidente do BM, se esta empreitada funcionar, os balanços dos BMDs não ficariam mais limitados, podendo contribuir ainda mais com projetos voltados para o desenvolvimento.

Banga finalizou o seu discurso pedindo um modelo de desenvolvimento que contenha investimento privado, finanças públicas e filantropia e tecnologia que atuem de acordo com as necessidades de cada país.

"Precisamos aproveitar ao máximo as oportunidades que criamos e gerenciar os riscos"

A Diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva apresentou em seu discurso a visão dela a respeito da economia mundial "cada vez mais moldada pela IA" e quais as iniciativas que o FMI têm contribuído para o progresso dos países.

Kristalina inicia o seu discurso afirmando que apesar do cenário turbulento, "o mundo está em um caminho de progresso" e cabe a todos nós nos esforçarmos para alcançar os bons resultados. Para Georgieva, as oportunidades criadas precisam ser aproveitadas ao máximo, gerindo os riscos em prol do bem-estar de todas as pessoas.

Ao falar de mudanças, Kristalina falou sobre tecnologia e geopolítica. A Diretora-geral pontuou que a tecnologia não é mais uma novidade em nossas vidas, porém, a celeridade dela é uma novidade que está impactando de forma drástica tudo ao nosso redor. De acordo com Georgieva, a IA traz "um enorme entusiasmo", que ao mesmo tempo assusta, mostrando uma certa preocupação com o seu avanço.

Ao tratar da geopolítica, Kristalina não poupou as suas palavras ao afirmar que o "clima de desconfiança faz com que as preocupações com a segurança se somem ao foco tradicional dos países na eficiência econômica". Kristalina pontuou que há um descontentamento em algumas partes do mundo com o sistema comercial internacional vigente e daí vem as turbulências.

Ao falar sobre o relatório das *Perspectivas Econômicas Globais*, Georgieva observou que, apesar das mudanças, a estabilidade da economia global foi preservada, mantendo a projeção de crescimento de 3,1%, como foi previsto no ano passado. Para a Diretora-geral do FMI, este crescimento estável é devido ao choque energético, que reduz o crescimento e a ampliação da IA, que ajuda a impulsioná-lo.

Kristalina comentou sobre as projeções de crescimento em algumas economias e o aumento da dívida pública. Segundo Georgieva, as economias que foram alcançadas pela guerra tiveram as suas projeções de crescimento revistas para baixo, enquanto "as economias que integram a cadeia de valor da IA – EUA, China, Índia e outras, sobretudo na Ásia – foram revistas para cima".

A respeito da dívida pública, Georgieva afirmou que os países estão "excessivamente endividados". Os países mais ricos estão se destacando negativamente neste quesito, porém, os mercados emergentes vem dando sinais preocupantes do aumento da dívida. Segundo Georgieva, os países mais pobres possuem uma tendência de apresentar uma relação dívida pública/PIB mais baixa, porém, as suas despesas com juros são altas e estão pesando ainda mais com o passar do tempo. A queda da assistência oficial ampliou este dado negativo, uma vez que os gastos com o desenvolvimento foram reduzidos.

Kristalina relacionou algumas consequências macroecnômicas preocupantes:

Choque na oferta de energia eleva a inflação e reduz o crescimento. O transporte marítimo continua em risco. As insuficiências na capacidade de refino e na oferta de gás estão se fazendo sentir. Os países do norte precisam recompor as suas reservas de combustível, pois o inverno se aproxima.
Dívidas e déficits elevados prejudicam os países na sua capacidade de amortecer choques e também podem ser inflacionários. E, embora o crescimento ajude, nenhum aumento plausível do crescimento, por si só, é capaz de reverter com rapidez suficiente as trajetórias de aumento da dívida sem um esforço fiscal.
A rápida disseminação da IA impulsiona o crescimento, mas também alimenta a inflação no curto prazo. A IA gera enormes necessidades de infraestrutura, cada vez mais financiadas por dívida. Decerto, já estamos observando ganhos de produtividade e se prevê que haja mais, porém ainda não se sabe qual será sua magnitude nem com que rapidez isso ocorrerá.

Fonte: FMI, 2026.

A Diretora-geral abordou sobre o avanço da IA. De acordo com Kristalina, os formuladores de políticas estruturais dos países precisam incluir medidas "que assegurem a preparação para a IA", devido ao seu rápido progresso. Ao criar e aplicar estas medidas, os países podem se proteger dos riscos da falta de uma infraestrutura dedicada à IA: ataques cibernéticos, aumento do desemprego, base tributária esvaziada e instabilidade financeira.

Ao finalizar o seu discurso, Kristalina mostrou algumas iniciativas do FMI. A Diretora-geral anunciou o *Programa de Avaliação do Setor Financeiro*, que tem como o objetivo "fortalecer os seus sistemas financeiros, inclusive a se protegerem contra o desafio global da cibersegurança". A outra iniciativa foi sobre a ampliação do *Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento*. Este Fundo é o principal instrumento do FMI para empréstimos concessionais para os países mais vulneráveis. Kristalina afirmou que para manter a autossustentabilidade do Fundo, será necessária a ampla adesão dos países em aumentar os seus subsídios. Durante este anúncio, Georgieva agradeceu aos 39 países que aquiesceram em contribuir e aos doadores que apoiam o desenvolvimento das capacidades do Fundo.

Health Works

Com o objetivo de obter progresso nas reformas de financiamento da saúde, que visa alcançar 1,5 bilhão de pessoas com serviços de saúde acessíveis e de qualidade, o BM anunciou a mobilização de recursos adicionais para vacinas essenciais e a expansão da Cobertura Universal de Saúde para mais sete países.

A respeito das vacinas, o BM anunciou esta iniciativa para melhorar a segurança das vacinas nos países do Sudeste Asiático. A instituição financeira trabalhará em conjunto com a *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations*, AVPN e outras organizações para mobilizar US$654 milhões em financiamento público e privado. A iniciativa está alinhada com a *Vaccine Security and Self-Reliance* da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que é liderada pelo *Instituto Nacional de Vacinas* da Tailândia, que "visa fortalecer o ecossistema regional de vacinas, incluindo pesquisa e desenvolvimento, fabricação e cadeias de suprimentos e melhorar o acesso a vacinas para imunização de rotina e surtos futuros". De acordo com o BM, o Sudeste Asiático importa grande parte de suas vacinas, o que pode tornar os países mais expostos à falta de fornecimento global. Para o BM, a expansão da fabricação regional poderá garantir que as vacinas essenciais serão acessíveis a todos, além de ampliar a geração de empregos qualificados, ajudar na redução do custos ao longo do tempo e melhorar a preparação para futuras pandemias.

A outra iniciativa do BM foi adicionar sete países para fazer parte do *Centro de Conhecimento da Cobertura Universal de Saúde*, em Tóquio, que conta com a parceria do Governo do Japão e da Organização Mundial da Saúde. África do Sul, Bangladesh, Costa do Marfim, Laos, Senegal, Serra Leoa e Tanzânia terão ajuda para "avançar em reformas para tornar o financiamento da saúde mais sustentável". Este 'Centro' concentra formuladores de políticas de finanças e saúde, que direcionam as suas pesquisas e experiências em reformas práticas, oferecendo ferramentas, suporte técnico e aprendizado por pares, auxiliando os governos a progredir em mudanças regulatórias e políticas que ampliam "mais recursos domésticos para a saúde, tornam os gastos com a saúde mais eficientes e reduzem os pagamentos diretos".

Centro de Filantropia

O Centro de Filantropia anunciado pelo BM durante as Reuniões Anuais tem como objetivo "facilitar a mudança de ideias inovadoras e projetos-piloto para soluções em escala e de esforços isolados para ação coletiva". De acordo com o BM, o Centro de Filantropia será responsável por indicar as oportunidades de capital filantrópico, de conhecimento e de soluções ideais. Além disso, o futuro da filantropia para o desenvolvimento também está em pauta. Segundo o BM, através destas ações, a filantropia para o desenvolvimento será moldada "por

meio do compartilhamento de conhecimento, parcerias inovadoras e alinhamento de capital em torno de prioridades compartilhadas".

O BM afirmou durante o lançamento do Centro de Filantropia que o cenário atual impulsionou esta criação. As "crescentes necessidades de desenvolvimento e recursos públicos restritos" tornam as organizações filantrópicas estratégicas, pois elas desempenham papéis importantes, seja atraindo capital de investimento ou conseguindo novas parcerias.

Considerações Finais

No geral, as Reuniões Anuais tiveram um saldo positivo. As sessões trouxeram discussões, possíveis soluções e apresentação de iniciativas que são bem-vindas, se analisarmos o difícil atual cenário global. O tema central das Reuniões Anuais foi sobre a aplicação e a implementação da IA nos países, em diversos setores.

O setor dos empregos é a principal preocupação, não somente das instituições financeiras multilaterais, mas de todos. O desafio da manutenção e criação de empregos é gigante e de não fácil resolução. Ainda assim, as IFMs têm apresentado soluções, que vão desde a à ampliação da estrutura elétrica ao financiamento. Para o BM e o FMI, o atual momento é crucial para concretizar as ideias, transformando-as em investimentos e parcerias para agilizar o progresso do desenvolvimento.

Por outro lado, lideranças das organizações da sociedade civil fizeram duras críticas ao BM e ao FMI, evidenciando que as instituições não mostraram durante as Reuniões soluções inovadoras e respostas mais ambiciosas para outros setores, como por exemplo, ajuda para socorrer os países de baixa renda e em desenvolvimento.

As organizações destacaram a questão da dívida pública dos países. De acordo com estas lideranças, o que o BM e o FMI oferecem de abordagens tradicionais e as medidas mais austeras repetitivas não funcionam para os países em desenvolvimento. Para estas lideranças, os países em desenvolvimento enfrentam crises acumuladas: o encarecimento da dívida pública, os impactos negativos dos conflitos da Ucrânia e do Oriente Médio e as alterações climáticas e do El Niño, que não vem recebendo o suporte financeiro esperado. Durante as sessões do *Fórum Oficial de Políticas Públicas da Sociedade Civil (CSPF)*, que contaram com 33 sessões escolhidas pelo FMI e pelo BM e outros participantes de outras instituições, foram corroboradas medidas que visem uma maior transparência nos fluxos de financiamento, outras opções ao sistema econômico global vigente e justiça de gênero.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Empregos, Pequena IA e Capital Privado [acesso em 26 out 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2026/10/18/jobs-small-ai-private-capital-annual-meetings

Banco Mundial [homepage na internet] Health Works: De vacinas a orçamentos de saúde, o Grupo Banco Mundial apoia soluções comprovadas para alcançar 1,5 bilhão de pessoas [acesso em 26 out 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2026/10/16/health-works-vaccines-to-budgets-wbg-backs-proven-solutions-asean

Banco Mundial [homepage na internet] Banco Mundial lança polo de filantropia para desbloquear capital, conhecimento e redes para o desenvolvimento [acesso em 26 out 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2026/10/18/jobs-small-ai-private-capital-annual-meetings

Forus-International [homepage na internet] [acesso em 26 out 2026]. Disponível em: https://www.forus-international.org/pt/news/beyond-the-meeting-rooms-the-people-asking-who-development-finance-really-serves-at-the-2026-imfworld-bank-annual-meetings

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Reconstruindo Amortecedores Sem o Luxo do Tempo [acesso em 26 out 2026]. Disponível em: https://www.imf.org/en/news/articles/2026/10/16/101626-managing-director-annual-meetings-plenary

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Resiliência sob Pressão, Escolhas Urgentes [acesso em 26 out 2026]. Disponível em: https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2026/10/13/world-economic-outlook-october-2026

Reforma da OMC rumo à MC15, novos objetivos do instrumento da OMPI sobre conhecimentos tradicionais e governança de dados em medicina tradicional

Reforma de la OMC de cara a la CM15, nuevos objetivos del instrumento de la OMPI sobre conocimientos tradicionales y gobernanza de los datos en medicina tradicional

WTO Reform towards MC15, New Objectives for the WIPO Instrument on Traditional Knowledge and Data Governance in Traditional Medicine

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe apresenta desdobramentos da reforma da Organização Mundial do Comércio, das negociações sobre conhecimentos tradicionais na Organização Mundial da Propriedade Intelectual e dos debates sobre medicina tradicional e inteligência artificial, em setembro e outubro de 2026. Na reforma comercial, destaca propostas relativas à tomada de decisões, questões fundamentais, desenvolvimento e condições equitativas de concorrência, com divergências sobre regras e prioridades. Nas negociações sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, descreve alterações nos objetivos dos instrumentos, voltadas à proteção, ao uso apropriado e ao reconhecimento de seus detentores, permanecendo controvérsias sobre direitos e obrigações. Relata ainda evento organizado pela Organização Mundial da Saúde e pela Knowledge Ecology International sobre propriedade intelectual, acesso, repartição de benefícios e governança de dados na medicina tradicional. Os debates ressaltam os desafios da inteligência artificial para a rastreabilidade dos conhecimentos e a participação dos povos indígenas e comunidades locais na gestão e governança desses recursos.

Palavras-chave: Reforma da Organização Mundial do Comércio; Organização Mundial da Propriedade Intelectual; Conhecimentos tradicionais; Expressões culturais tradicionais; Propriedade intelectual; Medicina tradicional; Inteligência artificial; Governança de dados; Repartição de benefícios; Povos indígenas e comunidades locais.

Resumen: *Este informe recoge novedades sobre la reforma de la Organización Mundial del Comercio, negociaciones sobre conocimientos tradicionales en la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual y debates sobre medicina tradicional e inteligencia artificial, en septiembre y octubre de 2026. Sobre reforma comercial, destaca propuestas sobre toma de decisiones, cuestiones fundamentales, desarrollo y condiciones equitativas de competencia, con discrepancias sobre normas y prioridades. Sobre conocimientos tradicionales y expresiones culturales tradicionales, describe cambios en los objetivos de instrumentos de protección, uso apropiado y reconocimiento de sus titulares, persistiendo controversias sobre derechos y obligaciones. Recoge un evento de la Organización Mundial de la Salud y Knowledge Ecology International sobre propiedad intelectual, acceso, reparto de beneficios y gobernanza de datos en medicina tradicional. Los debates destacan retos de la inteligencia artificial para la*

trazabilidad de los conocimientos y la participación de pueblos indígenas y comunidades locales en la gestión y gobernanza de estos recursos.

Palabras clave: *Reforma de la Organización Mundial del Comercio; Organización Mundial de la Propiedad Intelectual; Conocimientos tradicionales; Expresiones culturales tradicionales; Propiedad intelectual; Medicina tradicional; Inteligencia artificial; Gobernanza de datos; Reparto de beneficios; Pueblos indígenas y comunidades locales.*

Abstract: *This report presents recent developments in World Trade Organization reform, negotiations on traditional knowledge at the World Intellectual Property Organization, and discussions on traditional medicine and artificial intelligence during September and October 2026. Regarding trade reform, it highlights proposals concerning decision making, fundamental issues, development and a level playing field, alongside disagreements over rules and priorities. Regarding negotiations on traditional knowledge and traditional cultural expressions, it describes amendments to the objectives of the instruments concerning protection, appropriate use and recognition of their holders, while controversies over rights and obligations persist. It also reports on an event organised by the World Health Organization and Knowledge Ecology International addressing intellectual property, access, benefit sharing and data governance in traditional medicine. Discussions also highlight the challenges that artificial intelligence poses for the traceability of traditional knowledge and the participation of Indigenous Peoples and local communities in the management and governance of these resources.*

Keywords: *World Trade Organization reform; World Intellectual Property Organization; Traditional knowledge; Traditional cultural expressions; Intellectual property; Traditional medicine; Artificial intelligence; Data governance; Benefit sharing; Indigenous Peoples and local communities.*

Reforma da OMC: propostas substantivas orientam debates sobre tomada de decisões, fundamentos, desenvolvimento e condições de concorrência

Na sessão de transparência realizada em 23 de outubro de 2026, os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) reconheceram os avanços no processo de reforma da instituição e a passagem para discussões mais substantivas e focalizadas, apoiadas em propostas apresentadas pelas delegações. A presidente do Conselho Geral, embaixadora Clare Kelly, solicitou opiniões sobre como aprofundar esse processo e iniciar uma nova etapa de debates interativos, considerando os trabalhos conduzidos em outubro nas quatro frentes da reforma: tomada de decisões, questões fundamentais, desenvolvimento e condições equitativas de concorrência. Diversos membros defenderam a evolução de debates organizados em grandes eixos para discussões temáticas ou centradas em questões específicas, permitindo análises mais detalhadas, desde que a escolha dos temas permanecesse conduzida pelos membros, transparente e equilibrada. Algumas delegações propuseram exercícios de mapeamento ou de balanço das discussões para identificar áreas de convergência e facilitar a articulação entre as quatro frentes. Houve acolhimento geral aos esforços para racionalizar as reuniões e melhorar sua eficiência, particularmente diante das limitações enfrentadas pelas delegações menores, bem como à circulação antecipada dos relatórios dos facilitadores, das questões orientadoras e dos documentos de reunião, necessária à preparação e às consultas com as capitais. Também foi manifestado apoio à complementação das plenárias com consultas em pequenos grupos, capazes de favorecer intercâmbios mais francos e orientados a soluções, condicionados à

transparência e à representatividade desses formatos. Quanto às próximas etapas, os membros demonstraram interesse em um roteiro mais claro até a 15ª Conferência Ministerial (MC15), prevalecendo o entendimento de que o conteúdo das discussões deveria determinar tanto o ritmo dos trabalhos quanto a forma dos eventuais resultados (OMC, 2026).

Os relatórios dos facilitadores detalharam o andamento das quatro frentes e evidenciaram diferenças de posição sobre o alcance da reforma. Na tomada de decisões, foram examinadas propostas da China, da Índia e do Reino Unido relativas às flexibilidades para membros com capacidades distintas e ao papel das iniciativas plurilaterais.

Na frente de questões fundamentais, as contribuições do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), do Grupo Africano, da China, do Japão, do Grupo dos Países Menos Desenvolvidos, do Reino Unido e dos Estados Unidos abordaram os desafios que a reforma deveria enfrentar. As divergências envolveram a conveniência de rever as regras existentes, a resposta da OMC às transformações da economia mundial e o papel do desenvolvimento no processo de reforma; alguns membros também apontaram políticas e práticas não orientadas pelo mercado e o excesso de capacidade produtiva como fatores associados aos desafios atuais.

Na frente de desenvolvimento, o facilitador realizou consultas em pequenos grupos para identificar temas recorrentes que pudessem orientar as discussões futuras. Na frente de condições equitativas de concorrência, foram consideradas contribuições da Austrália e do Paraguai e uma apresentação do Secretariado da OMC sobre as notificações dos membros no Conselho do Comércio de Mercadorias e em seus órgãos subsidiários, prosseguindo os debates sobre transparência, notificações e cumprimento dos acordos da organização. Foi ainda informada a substituição do facilitador dessa frente, embaixador Schialer Salcedo, do Peru, que deixará Genebra para assumir uma nova missão, pelo embaixador Kairat Torebayev, do Cazaquistão.

As próximas reuniões sobre a reforma foram anunciadas para a semana de 9 de novembro e para 16 de novembro, com uma sessão de transparência prevista para 9 de dezembro de 2026 (OMC, 2026).

Negociações sobre conhecimentos tradicionais na OMPI

A nota *The WIPO negotiations on the protection of traditional knowledge and traditional cultural expressions move towards clearer objectives for the international instrument* saiu em 01/10/2026 na série SouthViews (nº 313) do South Centre. A autora, Viviana Munoz Tellez, coordena o Programa de Saúde, Propriedade Intelectual e Biodiversidade da organização. A nota avalia os resultados da 53ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) da OMPI, realizada de 16 a 25/09/2026, que, segundo a autora, rompeu um longo impasse ao aprovar alterações nos projetos de texto sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, entre elas uma nova formulação dos objetivos do instrumento (MUNOZ TELLEZ, 2026).

A negociação no IGC

Depois de duas décadas, o IGC ainda discute como proteger conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais sob a ótica da propriedade intelectual. Diante das lacunas de patentes, direitos autorais e marcas para esse fim, a negociação passou a se concentrar em um sistema *sui generis*. Esse sistema parte das formas existentes de propriedade intelectual, mas as

adapta às características desses conhecimentos, como a ausência de um autor individual, já que costumam ser de titularidade coletiva e se transmitem entre gerações (MUNOZ TELLEZ, 2026).

Para os povos indígenas e as comunidades locais, a negociação serve também para avançar o reconhecimento dos direitos enunciados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), de 2007, que não é vinculante e à qual os Estados-membros da OMPI atribuem pesos distintos. Esses povos e comunidades participam diretamente do IGC, com um painel próprio no início de cada sessão, mas o financiamento limitado faz com que sua presença não represente a diversidade de tradições, costumes e sistemas jurídicos existentes. Também está em discussão como o instrumento pode incorporar o direito consuetudinário, que pode definir as condições de acesso de terceiros aos conhecimentos, inclusive o consentimento prévio, livre e informado e os termos mutuamente acordados, que podem prever a repartição de benefícios (MUNOZ TELLEZ, 2026).

Parte dos Estados-membros rejeita que o instrumento reconheça a esses povos e comunidades o poder de condicionar o acesso a seus conhecimentos. Esses países preferem que o IGC se concentre em medidas, dentro do próprio sistema de propriedade intelectual, para evitar a concessão indevida de direitos sobre conhecimentos tradicionais ou sobre invenções e criações neles baseadas. Há também oposição antiga a um tratado juridicamente vinculante, e os Estados Unidos afirmaram que o IGC não deve criar um sistema concorrente com o de propriedade intelectual, defendendo um levantamento sobre o funcionamento prático dos sistemas *sui generis* já existentes. A autora lembra, contudo, que a adoção do Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, em maio de 2024, abriu um precedente ao levar para o sistema internacional de propriedade intelectual o reconhecimento da UNDRIP e das contribuições dos povos indígenas e comunidades locais (MUNOZ TELLEZ, 2026).

Mudanças no texto na 53ª sessão

O avanço resultou da convergência crescente entre os povos indígenas e comunidades locais representados no IGC, o Grupo Africano, o Grupo Ásia-Pacífico, o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) e o grupo inter-regional dos Países Afins (Like-Minded Countries). Para isso contribuíram duas flexibilidades desses grupos. Uma foi admitir outros beneficiários além dos povos indígenas e comunidades locais, com critérios de elegibilidade definidos de forma ampla. A outra foi aceitar que a implementação siga a legislação nacional e o direito e as práticas consuetudinárias, quando previstos em lei nacional (MUNOZ TELLEZ, 2026).

Nos objetivos, o IGC suprimiu a alternativa que incluía a preservação e a promoção da inovação. Não ficava claro se a redação se referia à inovação dos usuários ou à dos detentores dos conhecimentos, e ela arriscava legitimar o uso sem consentimento ou tratar esses conhecimentos como domínio público. Em seu lugar, entrou uma nova alternativa com três objetivos: a proteção efetiva e adequada e o uso apropriado dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais, a prevenção da concessão indevida de direitos de propriedade intelectual sobre eles e o reconhecimento dos povos indígenas e comunidades locais como seus detentores. Para a autora, a menção ao “uso apropriado” indica que o instrumento pretende esclarecer as condições de uso, e não o impedir, e a mudança vale além dos próprios objetivos, porque são eles que orientam a interpretação e a implementação das demais disposições (MUNOZ TELLEZ, 2026).

A 54ª sessão, em maio de 2027, será a última antes das Assembleias da OMPI de julho. As Assembleias avaliarão se o IGC cumpriu o mandato de concluir um acordo sobre um ou mais instrumentos jurídicos internacionais e decidirão sobre sua renovação e seu plano de trabalho, já que o mandato termina com elas. A autora defende ampliar até lá a convergência entre os grupos regionais, os Países Afins e os povos indígenas e comunidades locais, sobretudo quanto às obrigações que o instrumento criará, e conclui que, após duas décadas, o objetivo deve ser concluir a negociação, e não apenas prolongá-la (MUNOZ TELLEZ, 2026).

Medicina tradicional e inteligência artificial

Em 29/09/2026, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou uma nota sobre o evento paralelo *Intellectual property and traditional medicine: rethinking access, benefit sharing and data governance*. A OMS organizou o evento com a Knowledge Ecology International (KEI) em 22/09/2026, à margem da 53ª sessão do IGC, com moderação de Suerie Moon (Global Health Centre, Graduate Institute). A discussão tratou de como a propriedade intelectual, o acesso e a repartição de benefícios e a governança de dados podem apoiar a inovação em medicina tradicional e, ao mesmo tempo, proteger os direitos dos povos indígenas e comunidades locais, considerando a digitalização, a inteligência artificial e as mudanças nos marcos internacionais (WHO, 2026).

Pelo Centro Global de Medicina Tradicional da OMS, Manjeet Singh Saluja apresentou duas iniciativas da organização: um conjunto de ferramentas de propriedade intelectual para a medicina tradicional e um marco para o intercâmbio respeitoso de conhecimentos com povos indígenas. Margo A. Bagley (Emory University) observou que a IA pode acelerar a descoberta de medicamentos a partir de conhecimentos de medicina tradicional, mas também dificultar o rastreamento da contribuição de seus detentores. James Love (KEI) apresentou resultados de dois documentos preliminares da OMS sobre as questões jurídicas e de propriedade intelectual das bases de dados de medicina tradicional, assinalou a dificuldade de proteger direitos comunitários entre jurisdições distintas e propôs governança federada de dados e arranjos de repartição de benefícios ajustados a cada caso (WHO, 2026).

O embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), Guilherme de Aguiar Patriota, tratou o Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados como passo importante para a transparência e para o reconhecimento dos povos indígenas e comunidades locais no sistema de propriedade intelectual, e destacou a necessidade de ratificação e de implementação efetiva. No encerramento, Saluja defendeu uma governança que respeite os direitos e a autoridade das comunidades, preserve a atribuição e a procedência dos conhecimentos, apoie a repartição equitativa de benefícios e assegure a rastreabilidade do uso de dados. A nota da OMS resume a discussão na ideia de que os povos indígenas e comunidades locais devem ser tratados “não apenas como fontes de conhecimento, mas como parceiros em sua gestão e governança” (WHO, 2026).

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Members intensify discussions on WTO reform based on substantive proposals. Genebra: OMC, 23 out. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/refrm_23oct26_524_e.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

MUNOZ TELLEZ, Viviana. The WIPO negotiations on the protection of traditional knowledge and traditional cultural expressions move towards clearer objectives for the international instrument.

SouthViews, Genebra, n. 313, 2026. Disponível em: https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2026/10/SV313_261001.pdf

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *WHO and partners discuss governance of traditional medicine knowledge in the AI era at WIPO-IGC*. Genebra: WHO, 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/29-09-2026-who-and-partners-discuss-governance-of-traditional-medicine-knowledge-in-the-ai-era-at-wipo-igc

Entre Crises e Respostas Institucionais: Tendências e Desafios da Saúde Global

Entre Crisis y Respuestas Institucionales: Tendencias y Desafíos en Salud Global

Between Crises and Institutional Responses: Trends and Challenges in Global Health

Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos, Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza

Resumo: A última quinzena foi marcada, de um lado, por avanços diplomáticos, mobilização humanitária e inovação científica, e, de outro, pelo agravamento das crises sociais, sanitárias e ambientais. O principal aspecto crítico é a distância entre a capacidade de mobilização das organizações e as condições financeiras e políticas necessárias para produzir respostas duradouras. Evidencia-se uma atuação organizacional diversificada que combina assistência direta, produção de conhecimento, *advocacy*, cooperação técnica e incidência em agendas nacionais e multilaterais. Entretanto, a recorrência dos alertas sobre a insuficiência de recursos, a fragilidade dos sistemas de saúde e o agravamento das vulnerabilidades sociais demonstra que a mobilização institucional ainda enfrenta obstáculos importantes para converter compromissos políticos em respostas sustentáveis. O principal desafio identificado consiste, portanto, em articular financiamento previsível, coordenação intersetorial, participação comunitária e responsabilização institucional, de modo que os avanços diplomáticos e tecnológicos se traduzam em melhorias concretas nas condições de vida e de saúde das populações mais vulnerabilizadas.

Palavras-chave: Saúde Global; Crise humanitária; Mudança climática; Financiamento da saúde.

Resumen: *La última quincena estuvo marcada, por un lado, por avances diplomáticos, movilización humanitaria e innovación científica y, por otro, por el agravamiento de las crisis sociales, sanitarias y ambientales. El aspecto crítico fundamental es la brecha entre la capacidad de movilización de las organizaciones y las condiciones financieras y políticas necesarias para generar respuestas duraderas. Se observa una actuación organizacional diversa que combina asistencia directa, generación de conocimiento, incidencia política (advocacy), cooperación técnica e influencia en agendas nacionales y multilaterales. No obstante, la recurrencia de las alertas sobre la insuficiencia de recursos, la fragilidad de los sistemas de salud y el agravamiento de las vulnerabilidades sociales pone de manifiesto que la movilización institucional aún enfrenta obstáculos significativos para transformar los compromisos políticos en respuestas sostenibles. El principal desafío identificado consiste, por tanto, en articular una financiación previsible, la coordinación intersectorial, la participación comunitaria y la rendición de cuentas institucional, de modo que los avances diplomáticos y tecnológicos se traduzcan en mejoras concretas en las condiciones de vida y de salud de las poblaciones más vulnerables.*

Palabras clave: *Salud Global; Crisis humanitaria; Cambio climático; Financiamiento de la salud.*

Abstract: *The last fortnight has been marked, on one hand, by diplomatic breakthroughs, humanitarian mobilisation, and scientific innovation, and, on the other, by the worsening of social, health, and environmental crises. A critical issue is the gap between organisations' mobilisation capacity and the financial and political conditions required to deliver lasting solutions. There is a diverse range of organisational activity, encompassing direct assistance, knowledge production, advocacy, technical cooperation, and engagement with national and multilateral agendas. However, persistent warnings regarding insufficient resources, fragile health systems, and deepening social vulnerabilities reveal that institutional efforts still face significant obstacles in translating political commitments into sustainable responses. The primary challenge, therefore, lies in coordinating predictable funding, cross-sectoral collaboration, community participation, and institutional accountability to ensure that diplomatic and technological progress translates into tangible improvements in the living and health conditions of the most vulnerable populations.*

Keywords: *Global Health; Humanitarian Crisis; Climate Change; Healthcare Funding.*

Introdução

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 47 organizações da sociedade civil (OSC), entre as 64 acompanhadas. As manifestações das OSC de interesse público destacam-se pela defesa dos direitos humanos, pela denúncia das desigualdades, pela mobilização social e pela pressão sobre governos e instituições multilaterais. Também desenvolveram ações humanitárias, campanhas de prevenção e iniciativas de fortalecimento comunitário. As OSC privadas, por sua vez, mobilizam-se pelo financiamento à pesquisa científica, pelo desenvolvimento de tecnologias e pela implementação de soluções para desafios sanitários e sociais.

As manifestações em destaque sobre crises humanitárias, conflitos e migrações evidenciaram a sobreposição de conflitos, deslocamentos, surtos infecciosos e a insuficiência de financiamento humanitário. Além disso, as organizações enfatizaram a necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais, proteger os direitos de mulheres, meninas, crianças e pessoas com deficiência e ampliar o acesso equitativo à vacinação, ao diagnóstico e à assistência à saúde. A FIND, por exemplo, insistiu na integração dos diagnósticos aos planos nacionais de saúde; a GAVI promoveu a vacinação de crianças contra a tuberculose; a Wellcome Trust apresentou o Human Cell Atlas e outras pesquisas sobre doenças infecciosas; a European Lung Foundation (ELF) discutiu a resistência antimicrobiana; a Fundação Huésped e a Fundação Lucha contra las Infecciones destacou o envelhecimento com HIV; a ActionAid International mostrou os efeitos da austeridade e do endividamento sobre os serviços públicos; a Oxfam falou sobre concentração de riqueza, desigualdade e insegurança alimentar; a World Vision abordou as dificuldades do desenvolvimento infantil no Camboja; a Fòs Feminista e a CARE International defenderam os direitos das meninas, denunciando o casamento infantil; a Human Rights Watch defendeu os direitos das pessoas com deficiência; e o Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) se manifestou pela justiça social e pela soberania alimentar.

Outro eixo relevante de manifestações foi o de clima, ambiente, alimentação e saúde planetária, que evidenciou os efeitos das crises ambientais sobre os direitos à alimentação, à

renda, à saúde e ao deslocamento. A Greenpeace International lembrou dos vínculos entre combustíveis fósseis, preços dos alimentos e insegurança alimentar; a Planetary Health Alliance questionou as relações entre mudanças ambientais, população e saúde; a World Vision International refletiu sobre a preparação para os impactos do El Niño na África Austral; e a Oxfam tratou da ampliação do financiamento humanitário e climático.

A desinformação e a redução da confiança pública na ciência também se destacaram como desafios relevantes para a efetividade das políticas sanitárias e para a inovação científica. A Fundação Gates relacionou os princípios do uso equitativo da inteligência artificial; a Fundação Rockefeller refletiu sobre a criação de uma comunidade de dados para segurança alimentar; a Wellcome Trust abordou o monitoramento da confiança na ciência.

No âmbito político e institucional, destacaram-se os debates sobre a arquitetura global da saúde, o financiamento da cooperação internacional e a participação da sociedade civil nos processos decisórios. A aprovação da Declaração Política das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias constituiu um dos principais acontecimentos do período, como destacou o Medicus Mundi International. Outro destaque foi a mobilização dos países do Sul Global em torno da equidade no acesso a vacinas, a insumos médicos e à transferência de tecnologia. Em paralelo, iniciativas relacionadas à inteligência artificial, à integração de dados e ao desenvolvimento de novas tecnologias biomédicas apontam oportunidades de inovação, mas também reforçam a necessidade de garantir transparência, supervisão, proteção de dados e distribuição equitativa dos benefícios científicos.

Organizações de Interesse Público

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Desigualdade econômica, pobreza e proteção social

A ActionAid International critica as posições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial durante as reuniões anuais realizadas em Bangkok, alertando que o endividamento elevado e as políticas de austeridade comprometem os investimentos em saúde, educação e proteção social, aprofundando as desigualdades, sobretudo no Sul Global. A organização destaca que os cortes nos serviços públicos ampliam a sobrecarga de trabalho de cuidado não remunerado das mulheres e defende o alívio e o cancelamento de dívidas, a tributação progressiva e políticas econômicas mais justas. Também reivindica negociações tributárias internacionais mais transparentes e uma Convenção Tributária da ONU que assegure participação equitativa entre os países.[1]

A World Vision no Camboja evidencia a importância de abordagens territoriais e intersetoriais para enfrentar os determinantes estruturais da pobreza e das desigualdades que afetam o desenvolvimento infantil. A articulação entre saúde, nutrição, educação, saneamento, proteção social e geração de renda reconhece que a garantia dos direitos das crianças depende de condições materiais e institucionais que ultrapassam a oferta isolada de serviços. Contudo, a sustentabilidade de programas de longo prazo exige não apenas a mobilização de recursos e a coordenação entre organizações internacionais e autoridades públicas, mas também a participação efetiva das comunidades na definição das prioridades, na implementação das ações e no acompanhamento dos resultados.[2]

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM), por meio de sua representação na África Austral e Oriental, lançou sua declaração em prol da justiça, da paz, da dignidade e da soberania

alimentar. No momento em que o mundo celebra o Dia Mundial da Alimentação, é urgente evidenciar uma realidade que não podemos continuar a normalizar: milhões de pessoas, especialmente na África, continuam a sofrer com a fome em um mundo que produz alimentos, mas no qual a riqueza e os recursos são distribuídos de forma desigual.[3]

A Oxfam, em parceria com o Instituto de Estudos Peruanos, apresenta dados que evidenciam a concentração de riqueza e poder no Peru: entre 2019 e 2025, o 1% mais rico capturou 42% da nova riqueza gerada, enquanto a metade mais pobre recebeu apenas 1,4%. A pesquisa ENADES 2026 revela que 84% dos peruanos acreditam que o país é governado por grupos poderosos em benefício próprio e aponta percepções de desigualdade no acesso à saúde, educação, justiça e emprego. A organização defende medidas governamentais para reduzir as desigualdades econômicas e ampliar a equidade de oportunidades.[4]

A Oxfam alerta que países submetidos a programas de austeridade do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão mais vulneráveis aos impactos econômicos da guerra contra o Irã e à crise climática, em um contexto de insegurança alimentar, endividamento elevado e redução da ajuda internacional. Segundo a análise, os cortes nos gastos públicos podem agravar a pobreza e a desigualdade e comprometer investimentos em saúde e proteção social. A organização pede mecanismos emergenciais de financiamento, flexibilização das condições dos empréstimos e nova alocação de Direitos Especiais de Saque para apoiar os países diante dos choques econômicos e climáticos.[5]

Gênero, direitos das meninas e autonomia

No dia mundial das meninas, a Fòs Feminista aborda a relação entre saúde menstrual, direitos das meninas e prevenção do casamento infantil, destacando como a menarca pode ser interpretada socialmente como uma passagem prematura para a vida adulta. Essa associação pode legitimar restrições à autonomia, ao acesso à educação e à liberdade de decisão das meninas.[6]

O Geneva Global Health Hub (G2H2) o painel sobre jornalismo feminista, representação na mídia e como jornalistas constroem redes de resistência para desafiar desigualdades e amplificar vozes marginalizadas, como parte da 1ª Conferência Anual sobre Fortalecimento da Agenda das Mulheres, realizada em Islamabad e online de 23 a 25 de outubro.[7]

A CARE International divulgou relatório em alusão ao Dia Internacional da Menina (11 de outubro), ressaltando que cerca de 12 milhões de adolescentes se casam precocemente a cada ano no mundo — uma prática que afeta mais de 640 milhões de mulheres atualmente. A organização enfatizou que o casamento infantil e a evasão escolar (que atinge 119 milhões de meninas) estão profundamente correlacionados, gerando consequências graves para a saúde sexual e reprodutiva, elevando a gravidez na adolescência e a exposição à violência doméstica.[8]

Deficiência, autonomia e direitos

A Human Rights Watch (HRW) pede ao Senado mexicano que revise uma reforma legislativa que adiaria até julho de 2031 a implementação de mecanismos de apoio à tomada de decisões jurídicas por pessoas com deficiência, originalmente prevista para abril de 2027. A organização alerta que a demora pode criar um vazio legal, expondo essas pessoas a riscos de perda patrimonial, abusos e danos à saúde e à integridade física. A HRW defende a implementação oportuna de salvaguardas que garantam o exercício da capacidade jurídica, respeitando a autonomia, a vontade e as preferências das pessoas com deficiência.[9]

Desinformação, confiança e direitos na saúde

A Associação Médica Mundial (WMA) adotou, em sua 77ª Assembleia Geral, realizada em Roterdã, uma declaração sobre o enfrentamento à desinformação em saúde. A organização alerta que informações falsas, disseminadas pelas redes sociais e produzidas em escala crescente por inteligência artificial, ameaçam a segurança dos pacientes, a vacinação e a confiança nos profissionais de saúde, podendo levar à rejeição de tratamentos eficazes e ao atraso na busca por cuidados. A declaração recomenda que médicos corrijam informações falsas com base em evidências, que associações médicas promovam a alfabetização em saúde e que governos, plataformas digitais e empresas de IA adotem medidas para conter conteúdos nocivos e desestimular sua amplificação e monetização.[10]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Conflitos armados, deslocamento e proteção de civis

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alerta para o aumento de vítimas civis em ataques aéreos em diferentes regiões do Sudão, possivelmente realizados com drones, que atingem áreas residenciais, mercados e locais de acolhimento de pessoas deslocadas. A organização ressalta que o uso dessa tecnologia não altera as obrigações previstas no direito internacional humanitário, que proíbe ataques indiscriminados e desproporcionais e exige precauções para proteger a população civil. Diante do aumento de feridos, o CICV apoia hospitais sudaneses com materiais médicos, equipes cirúrgicas especializadas e outras formas de assistência, e insta todas as partes do conflito a considerar as consequências humanitárias do uso de drones armados em áreas povoadas.[11]

A World Vision International, alerta que milhões de crianças no Oriente Médio continuam sofrendo os efeitos de três anos de violência, deslocamentos forçados e instabilidade. O comunicado destaca a interrupção da educação, a insegurança alimentar, a perda de meios de subsistência, o sofrimento psicológico e a deterioração dos serviços públicos. A organização informa ter alcançado mais de 2,4 milhões de pessoas, incluindo mais de 1,1 milhão de crianças, por meio de assistência humanitária, saúde, educação e proteção infantil. Também reivindica a redução urgente das hostilidades, o respeito ao Direito Internacional Humanitário, o acesso humanitário seguro e financiamento sustentável para a emergência e a recuperação.[12]

O Greenpeace International reúne relatos de resistência palestina e de mobilização internacional contra a ocupação, os deslocamentos forçados e a destruição em Gaza e na Cisjordânia. A organização denuncia a continuidade das mortes de civis, as restrições à entrada de ajuda humanitária e os ataques à infraestrutura, incluindo serviços de saúde e produção de alimentos. Também defende um cessar-fogo permanente, acesso humanitário irrestrito, embargo de armas, responsabilização por violações do direito internacional e o fim da ocupação, destacando a atuação de trabalhadores humanitários, jornalistas, comunidades e movimentos sociais.[13]

A Human Rights Watch (HRW) denuncia novos abusos contra civis no Mali atribuídos às forças armadas malianas e ao Africa Corps, organização militar russa, incluindo um ataque com drone que matou oito pessoas e deixou pelo menos seis feridas na região de Mopti, em setembro de 2026. A organização também relata detenções arbitrárias, tortura, mortes sob custódia e negação de assistência médica em uma base militar em Sévaré. A HRW pede

investigações independentes e responsabilização dos envolvidos, ressaltando que ataques indiscriminados e tortura violam o direito internacional humanitário e podem constituir crimes de guerra.[14]

A Associação Médica Mundial (WMA) realizou sua 77ª Assembleia Geral em Roterdã, nos Países Baixos, reunindo representantes de 46 associações médicas nacionais e aprovando cinco novas políticas e revisando outras nove, com temas como neutralidade médica em conflitos armados, desinformação em saúde, vacinação infantil, mudanças climáticas, preparação para desastres e proteção dos sistemas de saúde em zonas de conflito. O encontro também debateu a violência contra profissionais e serviços de saúde, o sofrimento moral dos médicos e a necessidade de fortalecer seu bem-estar. [15]

A CARE International, em declaração conjunta com Action Against Hunger, Danish Refugee Council, IRC, NRC, Mercy Corps, World Vision e o Cluster de Segurança Alimentar e Meios de Subsistência (FSL) do Sudão, alertou que o período de colheita de outubro a janeiro é crítico para conter o agravamento da fome extrema prevista para 2027. Com cerca de 29 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda, a produção agrícola em estados como Darfur e Cordofão está sob grave ameaça devido a ataques à infraestrutura civil, violência continuada, inflação severa e aos efeitos da seca impulsionada pelo El Niño. As organizações apelaram às partes em conflito e à comunidade internacional para proteger as redes de produção e os trabalhadores locais, assegurando a circulação de insumos, alimentos e ajuda humanitária durante a janela da safra.[16]

A CARE International alertou para o grave impacto do recrudescimento do conflito no Iêmen, que provocou o deslocamento de mais de 200 mil pessoas desde setembro, elevando para dois terços a proporção da população nacional necessitada de assistência humanitária. A organização chamou a atenção para a vulnerabilidade de mulheres, gestantes e mais de 57 mil crianças deslocadas, agravada pela severa escassez de financiamento — que alcançou apenas 20% do plano de resposta de US$ 2,16 bilhões para 2026. A interrupção de rotas comerciais e o aumento inflacionário de até 500% nos preços de combustíveis e alimentos em províncias como Taiz comprometem a distribuição de ajuda, o bombeamento de água potável e a operação de geradores hospitalares, enquanto surtos concomitantes de cólera e diarreia aquosa aguda ameaçam os acampamentos de desabrigados. [17]

Desastres e resposta humanitária

A Save the Children mobiliza uma resposta emergencial às novas enchentes repentinas no distrito de Gorkha, no Nepal, que danificaram casas e pontes e obrigaram famílias a deixar suas comunidades, pouco mais de um mês após as inundações devastadoras de agosto. A organização prepara a distribuição de materiais para abrigo, cobertores, redes mosquiteiras, utensílios de cozinha e kits de higiene, além de apoiar ações de proteção infantil, reunificação familiar, saúde mental, educação, acesso à água potável e saneamento.[18]

Migração e equidade cultural em saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a criação de um novo Grupo de Trabalho, dedicado às questões da Migração e da Diversidade Cultural. O Grupo de Trabalho visa fortalecer a equidade em saúde para populações migrantes e culturalmente diversas por meio da geração de evidências e advocacy e orientação política, em ação colaborativa entre associações de saúde pública.[19]

Crises alimentares e humanitárias

O Greenpeace International alerta que a alta dos preços dos alimentos está associada à dependência de combustíveis fósseis, aos eventos climáticos extremos e às interrupções geopolíticas nas cadeias de abastecimento, ampliando a insegurança alimentar e as desigualdades. A organização denuncia que grandes empresas e investidores podem lucrar com a elevação dos preços, enquanto famílias enfrentam dificuldades para adquirir alimentos básicos, e defende políticas públicas para tornar a alimentação saudável mais acessível, apoiar agricultores e promover a agroecologia como alternativa a sistemas alimentares vulneráveis a crises.[20]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Saúde planetária e mudanças ambientais

A Planetary Health Alliance analisou em texto padrões que conectam as transformações demográficas à saúde do planeta, destacando como mudanças na população e nas formas de ocupação e utilização dos territórios interagem com os sistemas naturais. A abordagem situa a saúde humana no contexto de desafios como mudanças ambientais, pressões sobre os ecossistemas e desigualdades sociais, e como tais aspectos devem ser vistos como interconectados em vez de hierarquizados.[21]

World Vision International, discute a preparação da África Austral para os possíveis impactos do fenômeno *El Niño* durante a temporada de chuvas de 2026–2027. A iniciativa regional, coordenada pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), reúne governos, organismos multilaterais e organizações humanitárias para fortalecer sistemas de alerta precoce, planos de contingência, financiamento antecipado e mecanismos de resposta a riscos climáticos. O foco é evitar que os impactos previstos se convertam em crises humanitárias, protegendo especialmente as populações em situação de maior vulnerabilidade.[22]

A Oxfam alerta que o financiamento humanitário global para preparação e resposta ao fenômeno El Niño é insuficiente diante do agravamento da insegurança alimentar e hídrica, das perdas agrícolas e dos riscos de desastres em diversas regiões. A organização destaca que apenas uma pequena parcela dos recursos previstos foi comprometida e defende o aumento imediato do financiamento humanitário e climático, o cancelamento de dívidas insustentáveis e investimentos em adaptação, sistemas alimentares resilientes, segurança hídrica e respostas lideradas pelas comunidades.[23]

Poluição, contaminação ambiental e saúde

O Greenpeace México e o Greenpeace International denunciam a contaminação do aquífero maia, na península de Yucatán, associada à expansão da criação industrial de suínos e aves. Relatório das organizações identificou contaminação fecal e níveis de nitrato acima das diretrizes de segurança da OMS em amostras de água, com riscos à saúde das comunidades. As organizações destacam a mobilização comunitária que levou ao fechamento de uma megafazenda em 2025 e pedem a suspensão de novas instalações e expansões, a responsabilização dos operadores ilegais e a proteção do acesso à água potável.[24]

A Human Rights Watch (HRW) alerta para a contaminação por chumbo que afeta crianças em Kabwe, na Zâmbia, associada aos resíduos de décadas de mineração e à continuidade de atividades de extração e processamento mineral. A organização destaca os

riscos à saúde e ao desenvolvimento infantil e denuncia a insuficiência das medidas adotadas para conter a exposição e recuperar as áreas contaminadas. Diante de uma denúncia apresentada ao Comitê Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança, a HRW pede medidas urgentes de contenção dos resíduos tóxicos, testagem e tratamento das crianças afetadas, recuperação ambiental e responsabilização das empresas envolvidas.[25]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola e resposta a surtos

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta para o impacto desproporcional do surto de Ebola causado pelo vírus Bundibugyo sobre crianças no nordeste da República Democrática do Congo, especialmente as menores de cinco anos. Na província de Kivu do Norte, quase um quarto dos casos confirmados ocorre em crianças e, entre junho e setembro de 2026, 24 dos 30 pacientes pediátricos atendidos no centro de tratamento da organização em Butembo morreram. A organização pede o fortalecimento da proteção e da capacitação dos profissionais de saúde e defende que crianças sejam incluídas nas pesquisas e no desenvolvimento de ferramentas médicas contra o vírus.[26]

A CARE International alertou para a expansão do surto de Ebola na África Oriental após a confirmação do segundo caso e morte pela doença em Nairóbi, Quênia. O avanço ocorre enquanto o surto na República Democrática do Congo (RDC) se consolida como o segundo maior da história, aproximando-se de 10 mil casos e com mais de 4,4 mil mortes registradas. A organização destacou que desinformação, infraestrutura viária precária e fortes cortes no financiamento internacional têm fragilizado os sistemas de saúde locais e dificultado a contenção. A CARE ressaltou também o impacto desproporcional do vírus sobre mulheres e meninas e o quase dobramento da mortalidade materna na província de Ituri devido ao medo da população em buscar atendimento médico. [27]

Cólera e outras doenças infecciosas em emergências

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta que a escalada militar no litoral oeste do Iêmen provocou o deslocamento de mais de 230 mil pessoas desde setembro de 2026, agravando uma crise humanitária marcada pela falta de financiamento e pelo acesso limitado a serviços essenciais. O aumento dos casos de cólera e de diarreia aguda reforça os riscos sanitários, enquanto equipes da MSF realizam atendimentos móveis e apoiam unidades de saúde nas províncias de Lahj, Áden e áreas próximas a Mocha. A organização pede a ampliação urgente da resposta humanitária, com prioridade para água, saneamento, melhores condições de vida e prevenção de surtos.[28]

Resistência antimicrobiana

A European Lung Foundation (ELF) anunciou a realização, em 18 de novembro de 2026, de uma conferência internacional *online* voltada ao papel e à perspectiva dos pacientes no enfrentamento da Resistência Antimicrobiana (RAM) em doenças pulmonares crônicas. Organizado em parceria com a *AMR-Lung Clinical Research Collaboration*, o evento reunirá pacientes, profissionais de saúde e pesquisadores para discutir como o uso recorrente de antibióticos e antifúngicos impacta o manejo de infecções graves, limitando as opções terapêuticas. A iniciativa enfatiza a relevância do engajamento e da centralidade dos pacientes na formulação de pesquisas, tomada de decisões clínicas e advocacia em saúde global frente à crescente ameaça da RAM.[29]

Envelhecimento com HIV

A Fundação Huésped (Argentina), em parceria com a Fundação Lucha contra las Infecciones (Espanha), realizará a 11ª edição do Workshop Aging in HIV, no dia 20 de novembro, em formato híbrido. O evento reunirá especialistas nacionais e internacionais para discutir os principais desafios relacionados ao envelhecimento de pessoas vivendo com HIV, promovendo o intercâmbio científico e a atualização de profissionais da saúde e pesquisadores sobre o tema.[30]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Atenção primária e integração dos serviços

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou a realização de webinário sobre medicina de família rural, destacando a importância da conexão entre pacientes e atividades comunitárias.[31]

Força de trabalho e governança dos profissionais de saúde

O International Council of Nurses (ICN) solicita aos candidatos divulgados ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) propostas concretas para fortalecer a liderança, os recursos e a influência da enfermagem na governança global da saúde. Entre as medidas sugeridas estão a criação de funções executivas de liderança em enfermagem na sede da OMS e em todos os escritórios regionais, além de mecanismos para ampliar a participação de enfermeiros nas decisões e garantir uma força de trabalho em saúde adequadamente financiada. A organização busca transformar compromissos institucionais em avanços mensuráveis e reforça que a enfermagem é essencial para fortalecer os sistemas de saúde e responder às crises globais.[32]

Financiamento e sustentabilidade dos sistemas de saúde

A Global Health Council apresenta o relatório de impacto de 2025, destacando os desafios enfrentados pela comunidade global de saúde após o congelamento, em janeiro daquele ano, de recursos de assistência externa dos Estados Unidos que já haviam sido aprovados pelo Congresso.[33]

A European Public Health Alliance (EPHA) posicionou-se sobre a aprovação do Programa de Trabalho EU4Health para 2026, celebrando o retorno de € 1,8 milhão em subsídios operacionais (*operating grants*) para organizações da sociedade civil de saúde, mas alertando para a insuficiência desse montante. A organização destacou que a verba representa um corte de 80% em relação aos € 9 milhões destinados em 2024, em um momento de demanda crescente por participação da sociedade civil nas políticas públicas comunitárias. A EPHA criticou os atrasos e a falta de transparência no processo decisório da Comissão Europeia, cobrando um financiamento mais adequado, previsível e sustentável para as entidades de saúde pública no orçamento de longo prazo da União Europeia.[34]

Sistemas de saúde em situações de emergência

A CARE International alertou que as chuvas e inundações extremas previstas para a temporada do *El Niño* na Somália ameaçam empurrar o país de volta à fome no final de 2026. A estimativa é de que até 3,5 milhões de pessoas sejam afetadas pelas enchentes e cerca de 1 milhão corram o risco de novo deslocamento, com 5,4 milhões de pessoas em níveis críticos de

insegurança alimentar aguda. A organização denunciou que o agravamento da crise ocorre em paralelo ao fechamento de mais de 230 centros de nutrição e saúde no país devido aos profundos cortes no financiamento internacional de assistência humanitária, elevando em 40% as internações de crianças com desnutrição grave e aumentando o risco de surtos de cólera, sarampo e difteria. [35]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Arquitetura global da saúde e diplomacia sanitária

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) organizou um workshop com outras Parcerias de Desenvolvimento de Produtos (PDPs) sem fins lucrativos sobre "Moldando a Arquitetura Global de Saúde e Acabando com Doenças da Pobreza: O Modelo de Parcerias de Desenvolvimento de Produtos". Para a DNDi a inovação em saúde não acontece isoladamente, mas requer parcerias sólidas, investimento sustentado e um compromisso compartilhado para garantir que os tratamentos cheguem às pessoas que mais precisam.[36]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina registrou sua participação no World Health Summit, em particular, no painel "Co-Desenhar uma Arquitetura Global de Saúde Adequada ao Propósito".[37]

A Medicus Mundi International acompanhou o processo de negociação e a aprovação final pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Política sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR). A declaração foi chancelada por esmagadora maioria (153 votos a favor e apenas 3 contrários), superando objeções bilaterais e aditamentos iniciais que haviam travado o consenso. A organização destacou a atuação decisiva dos países do Sul Global em pressionar por termos que garantam equidade no acesso a vacinas, insumos médicos e transferência de tecnologia, consolidando um passo estratégico para fortalecer a arquitetura sanitária global e a diplomacia da saúde frente a futuras emergências.[38]

A Medicus Mundi veiculou análises sobre o valor das parcerias globais de pesquisa em saúde como instrumentos de diplomacia científica, destacando que a cooperação contínua entre ministérios da saúde, universidades e a sociedade civil constrói laços de confiança e capacidade técnica transfronteiriça. Paralelamente, a entidade repercutiu alertas do Instituto Tropical e de Saúde Pública Suíço (Swiss TPH) quanto aos impactos negativos dos cortes propostos nos orçamentos de cooperação internacional para o desenvolvimento. A organização enfatizou que a redução desse financiamento compromete a segurança sanitária internacional, limita a capacidade de inovação e fragiliza a conexão das instituições com redes multilaterais de pesquisa. [39]

A Associação Médica Mundial (WMA) condena a repressão contra profissionais de saúde na Nicarágua e solicita ao governo a restauração da Associação Médica Nicaraguense como entidade independente. Segundo relatórios citados pela organização, desde 2018 mais de 400 médicos foram demitidos ou forçados a renunciar e mais de 200 foram obrigados a deixar o país, em um contexto de restrições à formação médica, ao exercício profissional e à liberdade de expressão científica, agravando a escassez de profissionais e colocando pacientes em risco. Em resolução aprovada durante sua Assembleia Geral em outubro de 2026, a WMA exige garantias para o exercício da medicina sem discriminação, intimidação ou interferência política, além da revisão de leis utilizadas para silenciar ou criminalizar profissionais que atuam conforme seus deveres éticos.[40]

Saúde global

A STOPAIDS publicou uma análise sobre as principais oportunidades para melhorar a saúde global nos próximos três a cinco anos. Entre as oportunidades identificadas estão o avanço de inovações médicas, como o lenacapavir para a prevenção do HIV; o fortalecimento das respostas lideradas pelas comunidades e da defesa dos direitos humanos; o incentivo à produção regional de medicamentos, especialmente na África; a digitalização dos serviços de saúde, com atenção à equidade e à privacidade; e o fortalecimento da cooperação internacional diante dos cortes de financiamento e da instabilidade geopolítica. [41]

Equidade em saúde

O SHEM divulgou participação em webinar organizado pela IANPHI intitulado "Inequidades em Saúde na América Latina", no dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), das 8h às 11h, no horário de El Salvador (GMT-6). O seminário abordará as desigualdades evitáveis e injustas nas condições de saúde e no acesso aos serviços, recursos e oportunidades para uma vida saudável na região. Também serão discutidos os determinantes sociais, econômicos, territoriais, culturais e ambientais dessas desigualdades, ferramentas para sua mensuração e experiências de enfrentamento por meio dos sistemas de saúde e de políticas públicas.[42]

Governança das organizações e participação da sociedade civil

A InterAcademy Partnership (IAP) realizou a oficina de trabalho Jovens Lideranças Médicas 2026, reunindo 24 médicos com menos de 40 anos, de 20 países da Ásia, África, Europa, América Latina e Oriente Médio.[43]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Envelhecimento saudável e cuidados geriátricos

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou a realização de webinário sobre envelhecimento e cuidados geriátricos na África.[44]

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização da 4ª Edição do Programa ECHO Ambientes Amigáveis à Idade que reuniu profissionais para explorar como prioridades locais podem ser traduzidas em estratégias e planos de ação eficazes.[45]

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) parabenizou o International Longevity Centre — UK por ajudarem a reformular a longevidade como um investimento em nosso futuro coletivo e demonstrar os benefícios econômicos e fiscais de vidas mais longas e saudáveis em reuniões com o Banco Mundial e o FMI.[46]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Saúde digital e inteligência artificial

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) registrou o debate ocorrido em seu congresso sobre a IA nos hospitais. A sessão explorou como os hospitais podem passar da experimentação com IA para um impacto significativo e mensurável, revelando onde a IA realmente entrega valor nos sistemas de saúde.[47]

A InterAcademy Partnership (IAP) registrou a atividade da Escola Internacional de Educação em Ciências que reuniu 60 educadores de ciências de todo o mundo, em Erice, Itália, para traçar uma estratégia para um mundo em transformação.[48]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), representada por sua CEO, Bettina Borisch, participou do Fórum Global de Saúde e Bem-Estar 2026 em Taiwan, com o tema "O Futuro do Cuidado Global: Alcançando a Saúde Digital Centrada na Confiança." Participantes e palestrantes exploraram como os rápidos avanços nas tecnologias digitais e na inteligência artificial estão transformando a forma como a saúde é oferecida e vivenciada.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Câncer e cuidado centrado na pessoa

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) participou participou dos Diálogos Globais All.Can. sobre a implementação do cuidado oncológico centrado na pessoa.[49]

Câncer de mama

A ACT Promoção da Saúde publicou uma matéria sobre o Outubro Rosa, destacando que a prevenção do câncer de mama deve ocorrer durante todo o ano e depende também de políticas públicas que promovam condições de vida saudáveis. O texto aborda fatores de risco modificáveis, como o consumo de álcool, a alimentação inadequada e a inatividade física, e ressalta a importância de medidas como a desoneração de alimentos saudáveis na reforma tributária. A matéria também apresenta a iniciativa Prevenção 360°, da ACT, que propõe uma abordagem integrada dos cinco principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, defendendo políticas intersetoriais que promovam ambientes saudáveis e reduzam as desigualdades sociais.[50]

Promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde celebrou dez anos de atuação no projeto de alimentação para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Em entrevista, a organização destacou sua atuação na defesa da tributação de bebidas açucaradas, na redução do consumo de alimentos ultraprocessados e na promoção de ambientes alimentares saudáveis, especialmente nas escolas. A ACT também apresentou a iniciativa Prevenção 360, que integra as agendas de alimentação saudável, controle do tabaco e do álcool, atividade física e poluição, com foco no enfrentamento dos fatores de risco comuns e na redução das desigualdades em saúde.[51]

Saúde mental e bem-estar psicossocial

O Geneva Global Health Hub (G2H2) divulgou a realização do webinário "Beyond Labels" para discutir o estigma não apenas como um problema social, mas também como uma falha de políticas e práticas. O evento reúne vozes de saúde global, direitos humanos, gênero e experiências vividas.[52]

Organizações de Interesse Privado

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Tuberculose, malária e outras doenças transmissíveis

Em artigo publicado a Wellcome Trust abordou os desafios para eliminar a leishmaniose visceral (calazar), doença parasitária transmitida por flebotomíneos que pode ser fatal sem tratamento. Endêmica em 80 países, a doença afeta especialmente populações vulnerabilizadas da África Oriental, que concentra quase 80% dos casos. A iniciativa busca contribuir para a meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminar a doença como problema de saúde pública até 2030, por meio de diagnósticos mais acessíveis, tratamentos eficazes e estratégias de prevenção adaptadas aos contextos locais.[53]

O Global Fund aprovou US$ 3,47 milhões em financiamento emergencial para ampliar o diagnóstico e o tratamento da tuberculose (TB) e da malária em oito estados do Sudão afetados pelo conflito, especialmente nas regiões de Darfur e Kordofan. Os recursos serão destinados à aquisição de medicamentos, testes rápidos, equipamentos laboratoriais e tecnologias portáteis de diagnóstico da TB, incluindo formas resistentes a medicamentos, com implementação pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A iniciativa busca restabelecer serviços essenciais diante do deslocamento de milhões de pessoas, da interrupção das cadeias de abastecimento e da destruição ou inacessibilidade de unidades de saúde.[54]

Vacinação e vigilância epidemiológica

A variante XFG, apelidada de “COVID americana” ou Stratus, circula desde janeiro de 2025 e tornou-se uma das linhagens predominantes do SARS-CoV-2. A GAVI, The Vaccine Alliance aponta que as mutações na proteína spike podem favorecer o escape de anticorpos, embora não existam evidências de que provoque a doença mais grave do que outras variantes circulantes. Estudos laboratoriais indicam que as vacinas atualizadas continuam gerando respostas imunológicas contra essa linhagem, com a OMS recomendando manter a vacinação dos grupos de maior risco, reforçando a importância da vigilância epidemiológica e da atualização das vacinas.[55]

Cerca de 13,5 milhões de crianças no mundo nunca receberam uma vacina, conhecidas como zero-dose children, segundo a GAVI, The Vaccine Alliance. Um estudo que analisou 102 pesquisas em 68 países de baixa e média renda destaca o potencial das ferramentas geoespaciais para identificar comunidades desassistidas. O mapeamento pode revelar desigualdades ocultas pelas médias nacionais, especialmente em áreas de conflito, regiões remotas, assentamentos urbanos precários e populações migrantes, reforçando ainda, a importância da integração de dados de pesquisas domiciliares, serviços de saúde e deslocamentos populacionais, além de fortalecer a capacidade local de produzir e utilizar mapas para orientar estratégias de imunização.[56]

A CORE Group divulga estudo sobre a vacinação contra a poliomielite nos Camarões e na Etiópia, evidenciando a relevância de compreender as experiências tanto dos cuidadores quanto dos trabalhadores da saúde para fortalecer as estratégias de imunização. Nesse sentido, a efetividade das políticas públicas de vacinação não depende exclusivamente da disponibilidade de imunizantes ou da capacidade operacional dos serviços, mas também da construção de relações de confiança, do diálogo intercultural e da comunicação em saúde sensível aos contextos locais.[57]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Saúde digital e inteligência artificial

A Fundação Rockefeller e a OpenAI Foundation anunciaram a iniciativa Cities Deliver: AI Solutions for Public Services, uma parceria de US$ 50 milhões para apoiar organizações sem fins lucrativos e da sociedade civil no uso da inteligência artificial para melhorar serviços públicos em cidades de todo o mundo. A iniciativa prevê conceder subsídios de US$500 mil a US$2 milhões para projetos nas áreas de saúde pública, mobilidade econômica, resiliência ambiental e participação cidadã, com potencial de alcançar até 100 milhões de moradores. A chamada busca promover soluções com resultados mensuráveis, desenvolvidas em parceria com governos municipais e orientadas às necessidades locais, sem exigir o uso de tecnologias da OpenAI.[58]

Inovação e dados para segurança alimentar

A Fundação Rockefeller anunciou a criação da Intentional Data Community for Food and Nutrition Security (IDC), uma coalizão internacional voltada ao fortalecimento e à integração de sistemas de dados para antecipar, prevenir e responder a crises de segurança alimentar e nutricional. A iniciativa surge em meio à intensificação de riscos associados a conflitos, mudanças climáticas e instabilidade econômica, enquanto o financiamento de 41 sistemas prioritários de dados sofreu uma redução média de 31% em 2025, incluindo mecanismos de monitoramento da fome e da insegurança alimentar, como o FEWS NET e a Classificação Integrada da Segurança Alimentar em Fases (IPC). Com a participação de governos, agências da ONU, organizações da sociedade civil, empresas de tecnologia e instituições filantrópicas, a coalizão pretende ampliar investimentos em sistemas locais de informação, fortalecer a capacidade analítica dos países e conectar dados a decisões, financiamento e ações antecipatórias, contribuindo para direcionar melhor a assistência e proteger populações vulneráveis.[59]

Desenvolvimento de vacinas e tecnologias biomédicas

Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, o projeto TIMBER, desenvolvido na África do Sul, no Quênia e na Gâmbia, busca produzir evidências para orientar a futura introdução de vacinas contra tuberculose destinadas a adolescentes e adultos. A iniciativa pretende avaliar eficácia, impacto sanitário, custos, viabilidade de implementação e grupos prioritários, com uma das candidatas, a M72/AS01E, podendo estar disponível a partir de 2029–2030, caso os resultados dos estudos clínicos sejam favoráveis. A pesquisa também busca fortalecer a capacidade dos países africanos de formular recomendações próprias, considerando suas necessidades epidemiológicas e limitações dos sistemas de saúde.[60]

Em artigo publicado pela Wellcome Trust foi destacado os avanços do Human Cell Atlas, iniciativa científica internacional que busca mapear os tipos celulares do corpo humano e sua localização nos tecidos. Desde 2016, mais de 4 mil cientistas de 103 países participam do projeto, que já contribuiu para avanços na compreensão da covid-19, de doenças inflamatórias e de possíveis alvos terapêuticos. A iniciativa busca aprofundar o conhecimento sobre saúde e doença, contribuindo para o desenvolvimento de diagnósticos, medicamentos mais seguros e novas abordagens terapêuticas.[61]

Confiança pública na ciência

O relatório Wellcome Global Monitor 2026, baseado em pesquisas com mais de 140 mil pessoas em 140 países, aponta uma queda global na confiança na ciência desde a pandemia de covid-19. A proporção de pessoas que confiam na ciência aumentou ou se manteve em níveis elevados para muitos grupos, mas caiu de 80% em 2020 para 72% em 2025, enquanto a parcela que confia pouco ou nada subiu de 13% para 19%. Os resultados reforçam que a confiança pública é fundamental para que os avanços científicos contribuam efetivamente para enfrentar desafios como doenças infecciosas, mudanças climáticas e saúde mental.[62]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Atenção primária e integração dos serviços

A FIND destaca, após sua participação na Cúpula Mundial da Saúde, em Berlim, a importância de integrar os diagnósticos aos planos nacionais de saúde e às linhas de cuidado desde o início da formulação de políticas e programas. A organização defende o fortalecimento da infraestrutura, dos sistemas de aquisição, da garantia da qualidade, da formação profissional e da conectividade para ampliar o acesso a resultados diagnósticos oportunos e precisos e a cuidados adequados, contribuindo para sistemas de saúde mais equitativos.[63]

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou que Serra Leoa lançou uma campanha de 300 dias para eliminar mortes maternas e infantis evitáveis e alcançar crianças que ainda não receberam vacinas básicas. Dados preliminares dos primeiros 226 dias indicaram redução de 32,2% nas mortes maternas e de 12,3% nas mortes infantis, além da vacinação de mais de 10 mil crianças sem doses anteriores. A estratégia prioriza equipes comunitárias, busca ativa e integração da vacinação aos serviços regulares de saúde, destacando a importância da atenção primária e da mobilização local para reduzir desigualdades no acesso à saúde.[64]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Governança das organizações e participação da sociedade civil

Um artigo publicado pelo CEO da Fundação Gates apresentou oito princípios para orientar o uso da inteligência artificial com foco na equidade e na ampliação do acesso. A iniciativa prevê investimentos de US$1 bilhão nos próximos dois anos para apoiar profissionais da saúde, professores e agricultores na adaptação de ferramentas às necessidades locais. As diretrizes incluem o fortalecimento das capacidades tecnológicas locais, a valorização dos conhecimentos comunitários, a proteção de dados, a supervisão humana e a avaliação de resultados concretos, buscando reduzir vieses e garantir benefícios efetivos para comunidades vulnerabilizadas.[65]

Governança e transparência do financiamento internacional

A iniciativa ONE Data, vinculada à ONE Campaign da Rockefeller Foundation, anunciou o lançamento do Development Finance Observatory, uma plataforma de inteligência artificial desenvolvida para integrar e facilitar o acesso a dados sobre ajuda internacional, orçamentos públicos, empréstimos e dívidas de países em desenvolvimento. Apoiada também pelo Google.org, com financiamento conjunto de US$4 milhões, a ferramenta reúne informações anteriormente dispersas em bases de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A

proposta é ampliar a transparência sobre os fluxos financeiros internacionais e apoiar decisões mais eficientes e responsáveis sobre a alocação de recursos para o desenvolvimento global.[66]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Saúde planetária e mudanças ambientais

A Fundação Gates discutiu em artigo os impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura, especialmente entre pequenos produtores, que enfrentam secas, calor extremo, enchentes e perdas de produtividade. Os efeitos ultrapassam as propriedades rurais, afetando empregos, renda e acesso à alimentação saudável. O texto destaca iniciativas de adaptação, como previsões meteorológicas mais precisas, cultivos resistentes à seca e ferramentas digitais para análise do solo. Também ressalta as barreiras enfrentadas pelas mulheres agricultoras no acesso à terra, ao financiamento e à tecnologia, defendendo inovações que fortaleçam a resiliência dos sistemas alimentares.[67]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde materna e cuidado durante a gestação

A Fundação Gates destacou em artigo o uso de aparelhos portáteis de ultrassom para ampliar o acesso ao pré-natal em regiões rurais do Quênia. Essa tecnologia permite que profissionais de saúde identifiquem riscos na gestação e encaminhem pacientes para atendimento especializado. Em um dos casos relatados, o exame identificou uma gravidez de gêmeos, com um dos bebês em posição pélvica, possibilitando um parto seguro por cesariana programada. Até julho de 2026, mais de 60% das unidades de saúde de três condados quenianos já contavam com os dispositivos, que permitiram oferecer exames a mais de 7 mil mulheres.[68]

Considerações Finais

Esse informe reitera achados de informes anteriores que evidenciam que a agenda contemporânea da saúde global é marcada pela interdependência entre crises humanitárias, desigualdades socioeconômicas, mudanças climáticas, inovação científica e desafios de governança internacional. As manifestações das organizações analisadas demonstram que os problemas sanitários não podem ser compreendidos isoladamente, uma vez que conflitos armados, restrições orçamentárias, insegurança alimentar e violações de direitos comprometem tanto o acesso aos serviços de saúde quanto a capacidade de resposta das instituições.

Nesse contexto, observa-se uma atuação diversificada das organizações de interesse público e privado. Enquanto entidades como ActionAid International, Oxfam, Greenpeace International e Human Rights Watch enfatizam a denúncia das desigualdades estruturais e a defesa dos direitos, organizações como Médicos Sem Fronteiras, CARE International e Save the Children priorizam a assistência humanitária e a proteção das populações afetadas por emergências. Paralelamente, GAVI, FIND, Wellcome Trust e Fundação Gates destacam o papel da pesquisa, da vacinação, do diagnóstico e da inovação tecnológica, enquanto iniciativas apoiadas por Medicus Mundi International e EPHA evidenciam a importância da governança multilateral e do financiamento sustentável.

Apesar da diversidade de estratégias, as manifestações convergem quanto à necessidade de fortalecer os sistemas de saúde, ampliar a cooperação internacional e assegurar maior equidade na distribuição de recursos e de benefícios científicos. Entretanto, persistem

tensões entre os compromissos institucionais e as condições concretas para sua implementação, particularmente diante da redução do financiamento internacional, da insuficiência de recursos humanitários e das dificuldades para a participação efetiva da sociedade civil nos processos decisórios.

Referências

1. October 15. ActionAid responds to International Monetary Fund and World Bank Annual Meetings in Bangkok [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/actionaid-responds-international-monetary-fund-and-world-bank-annual-meetings-bangkok

2. World Vision. World Vision Launches Chetr Borei Area Development Programme to Transform the Lives of More Than 33,000 People in Chetr Borei District, Kratie Province [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/cambodia/world-vision-launches-chetr-borei-area-development-programme-transform-lives-more

3. PHM. People's Health Movement. Food is a Human Right, Not a Privilege!: An Activist's Call for Food Justice, Peace and Dignity in Africa [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://phmovement.org/food-human-right-not-privilege-activists-call-food-justice-peace-and-dignity-africa

4. Peru's richest 1% captures over 40 percent of new wealth as public concern grows over concentration of power in hands of powerful few [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/perus-richest-1-captures-over-40-percent-new-wealth-public-concern-grows-over

5. Countries locked into IMF austerity programs are also around twice as vulnerable to economic fallout from war against Iran [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/countries-locked-imf-austerity-programs-are-also-around-twice-vulnerable-economic

6. Feminista F. International day of the girl child [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_idg2026-internationaldayofthegirlchild-activity-7515456069666668544-PCc7

7. G2H2. Geneva Global Health Hub. Journalism as Feminist Resistance [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_cswa-cswa2026-womensrights-activity-7517905492002873344-2xFF

8. Bergeron R. International Day of the Girl Child: ending child marriage by investing in girls' rights [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/preventing-child-marriage-girls-education-idg2026/

9. Espinosa CR. Mexico: Delay in Legal Reform Harms People With Disabilities [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/10/23/mexico-delay-in-legal-reform-harms-people-with-disabilities

10. World's physicians call for urgent global action against false health information [Internet]. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.wma.net/news-post/worlds-physicians-call-for-urgent-global-action-against-false-health-information/

11. Sudán: Los ataques aéreos contra zonas pobladas ponen en peligro la vida de la población civil [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/sudan-los-ataques-aereos-contra-zonas-pobladas-ponen-en-peligro-la-vida-de-la

12. World Vision. Website [Internet]. World Vision warns that children across the Middle East must not endure another year of violence and displacement. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/fragile-contexts-fragile-childhoods/world-vision-warns-children-across-middle-east-must

13. Leman M. Gaza: voices of resistance against genocide, occupation and colonisation [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/86487/gaza-palestinian-resistance-global-solidarity/

14. Allegrozzi I. Mali: Army, Russia's 'Africa Corps' Commit New Abuses [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/10/22/mali-army-russias-africa-corps-commit-new-abuses

15. The World Medical Association General Assembly 2026 in summary [Internet]. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.wma.net/news-post/the-world-medical-association-general-assembly-2026-in-summary/

16. Vulpillieres M. Sudan's harvest at risk as millions face worsening hunger in 2027 [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/sudans-harvest-at-risk-as-millions-face-worsening-hunger-in-2027/

17. Sobhan H. Yemen conflict 2026: What you need to know [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/yemen-conflict-2026/

18. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.org/us/where-we-work/nepal

19. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. WG Migration and Cultural Diversity [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_wfpha-wg-migration-and-cultural-diversity-activity-7519031103970537473-6_ZU

20. Greenpeace International. How our beloved foods are becoming an unaffordable luxury [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/86365/how-our-beloved-foods-are-becoming-an-unaffordable-luxury/

21. Five Patterns at the Intersection of a Changing Population and the Health of the Planet [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://planetaryhealthalliance.org/news/five-patterns-at-the-intersection-of-a-changing-population-and-the-health-of-the-planet/

22. World Vision international. Southern Africa prepares for the Anticipated Impacts of El Niño 2026/27 [Internet]. World Vision international. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/south-africa/southern-africa-prepares-anticipated-impacts-el-nino-202627

23. Humanitarian funding for El Niño critically insufficient [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/humanitarian-funding-el-nino-critically-insufficient

24. Pig waste is polluting Mexico's Maya rainforest. But local communities are fighting back [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/86623/pig-waste-is-polluting-mexicos-maya-rainforest-but-local-communities-are-fighting-back/

25. Kippenberg J. Zambia's poisoned children have waited long enough. Africa needs to act [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from:

https://www.hrw.org/news/2026/10/20/zambias-poisoned-children-have-waited-long-enough-africa-needs-to-act

26. Children are being left behind in the current Ebola disease outbreak response [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.msf.org/children-are-being-left-behind-ebola-disease-response

27. Bergeron R. Kenya confirms second Ebola case as outbreak surpasses 9,000 [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/kenya-confirms-second-case-ebola-bulletin-care-2026/

28. People from Yemen's western coast are facing displacement again [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.msf.org/yemen-people-are-facing-displacement-again

29. Website [Internet]. Available from: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/qa-bringing-the-patient-voice-to-antimicrobial-resistance-discussions/

30. Fundación Huésped. 11.ª edición del Workshop Aging in HIV [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/a-edicion-del-workshop-aging-in-hiv

31. Wonca. World Organization of Family Doctors. Rural Family Medicine [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_familymedicine-socialprescribing-primarycare-activity-7518582183746531328-bikc

32. ICN asks WHO leadership candidates to turn support for nursing into action [Internet]. ICN — International Council of Nurses. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.icn.ch/news/icn-asks-who-leadership-candidates-turn-support-nursing-action

33. Global Health Council. 2025 Impact Report [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_2025-tested-the-global-health-community-like-activity-7517917673771642880-8vY8

34. European Public Health Alliance. While EU4Health operating grants return, funding and decision-making must improve — EPHA. [cited 2026 Oct 23]; Available from: https://epha.org/while-eu4health-operating-grants-return-funding-and-decision-making-must-improve/

35. After years of drought, flooding could now push parts of Somalia toward famine [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/somalia-flooding-famine-risk-2026/

36. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Health innovation doesn't happen in isolation [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_whs2026-activity-7516819048005812227-OvU0

37. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Co-Designing a Fit-for-Purpose Global Health Architecture, [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_whs2026-globalhealth-youthleadership-activity-7514960734288695296-UuuN

38. Website [Internet]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-10-19-with-only-three-%E2%80%98no%E2%80%99-votes,-un

39. Website [Internet]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-10-22-cutting-development-cooperation-wo

40. World Medical Association urges Nicaragua to restore its national medical association and stop silencing physicians [Internet]. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.wma.net/news-post/world-medical-association-urges-nicaragua-to-restore-its-national-medical-association-and-stop-silencing-physicians/

41. STOPAIDS. What do you think are the biggest opportunities to improve global health for all [...] [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/uk-consortium-on-aids-%26-international-development_what-do-you-think-are-the-biggest-opportunities-activity-7516116867925590016-WybB

42. SHEM. Join us for the webinar: Health Inequities in Latin America Health inequities remain a major challenge across Latin America, reflecting avoidable [...] [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_globalhealth-healthequity-latinamerica-activity-7519552463075692544-IEJu

43. IAP. InterAcademy Partnership. The IAP Young Physician Leaders 2026 [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_the-iap-young-physician-leaders-2026-workshop-activity-7514305873280729088-bsRU

44. Wonca. World Organization of Family Doctors. Aging and Geriatric Care in Africa [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_aging-and-geriatric-care-in-africa-join-activity-7518340548802490369-JAIu

45. IFA. International Federation on Ageing. The 4th Edition of the Age-friendly Environments [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_agefriendly-agefriendlyenvironments-agefriendlycommunities-activity-7519096025936990208-IzdQ

46. IFA. International Federation on Ageing. Congratulations to IFA members International Longevity Centre [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_congratulations-to-ifa-members-international-activity-7519044984789090305-ZwYO

47. IHF. International Hospital Federation. Plenary 2 just wrapped up [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_whc2026-worldhospitalcongress-ihfseoul-activity-7518547771419709440-HBCl

48. IAP. InterAcademy Partnership. 60 science educators from around the world gather in Erice, Italy [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_sciencediplomacy-activity-7516802261759643649-8pLe

49. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Diálogos Globais All.Can [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_literacy-cancer-cancerprotection-activity-7518951998327738368-Ftct

50. ACT. Outubro Rosa: Câncer de mama pede prevenção o ano inteiro [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://actbr.org.br/cancer-de-mama/9754/

51. ACT. Em dez anos de luta contra os ultraprocessados, a ACT comemora o Imposto Seletivo sobre refrigerantes e amplia o olhar para todo o sistema alimentar [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://actbr.org.br/sistema-alimentar/9749/

52. G2H2. Geneva Global Health Hub. See Geneva Global Health Hub (G2H2)'s activity on [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_activity-7519173524809318400-4TLG

53. Wellcome Trust. What is visceral leishmaniasis and can it be eliminated? [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/what-visceral-leishmaniasis-and-can-it-be-eliminated

54. News Releases [Internet]. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-10-23-global-fund-approves-usd3-47-million-lifesaving-tb-malaria-services-sudan/

55. Geddes L. Everything you need to know about the so-called "American COVID" variant [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/everything-you-need-know-about-so-called-american-covid-variant

56. Njogu AM, Federici C, Macharia PM. Millions of children aren't getting vaccinated: how mapping tools can help find them [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/millions-children-arent-getting-vaccinated-how-mapping-tools-can-help-find-them

57. Grop C. Caregiver Confidence in Polio Vaccines [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_poliovaccines-cameroon-ethiopia-activity-7517985534938624000-HakN

58. Rockefeller Foundation, OpenAI Foundation Announce $50 Million Partnership To Help Cities Improve Public Services Through AI [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-openai-50-million-partnership-cities-improve-public-services-ai/

59. New Global Coalition Calls for Action as Funding for Critical Food and Nutrition Security Data Systems Declines [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/global-coalition-calls-action-funding-food-nutrition-security-data-systems-declines/

60. Sikhakhane N. New TB vaccines are coming. How are countries preparing for the rollout? [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/study-gathers-evidence-inform-next-gen-tb-vaccine-strategies-africa

61. Wellcome Trust. An atlas of life: mapping the human body cell by cell [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/atlas-life-mapping-human-body-cell-cell

62. Wellcome Trust. Wellcome Global Monitor 2026: Trust in science has declined worldwide, but the picture varies sharply by region [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/wellcome-global-monitor-2026-trust-science-has-declined-worldwide-picture-varies

63. 49 976 Followers. Jutta Reinhard-Rupp at World Health Summit in Berlin [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-whs2026-diagnostics-activity-7516806661278433280-hKOg

64. Bah S. Sierra Leone races to drop maternal and child deaths to zero [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 22]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/sierra-leone-races-drop-maternal-and-child-deaths-zero

65. Suzman M. Principles Guiding Our Work with AI [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/artificial-intelligence-2026-principles

66. Website [Internet]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/one-data-ai-platform-transforms-international-development-sector/

67. Website [Internet]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/threats-to-global-food-production-small-farmers

68. How access to portable ultrasound (POCUS) devices can save lives [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/ai-ultrasound-pocus-kenya

Vozes do Sul Global

Voces del Sur Global

Voices of the Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro, Ana Luiza Moreno e Beatriz Araujo

Resumo: O UNOSSC destacou o relatório de 2026 do Secretário-Geral da ONU sobre o estado da cooperação Sul-Sul e triangular como eixos fundamentais, horizontais e complementares para os ODS. Para avançar com a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e triangular, o UNOSSC enfatizou avanços institucionais e alianças estratégicas no Sul Global, como o Marrocos que impulsiona a digitalização e governança de dados na administração pública; Portugal que fortalece a cooperação triangular focada na economia azul com o apoio do Camões, I.P.; a Índia que financia projetos de saúde materna em Ruanda e fortificação nutricional em Laos; enquanto China e Turquia vêm apoiando capacitações globais com a UNDRR e a OPAS para a redução do risco de desastres habitacionais sob o Marco de Sendai. O Brasil vem fortalecendo sua cooperação Sul-Sul por meio de parcerias estratégicas, intercâmbio técnico e soberania institucional. Em recursos hídricos, avançou na gestão transfronteiriça com o Peru (ANA/ABC) e assinou acordo com a China para segurança hídrica e adaptação climática. Na saúde, a Abrasco fechou parceria com a sul-africana PHASA, enquanto a Fiocruz sediou reunião na CPLP sobre saúde migratória, articulada ao fomento do CNPq (ProÁfrica). Em nutrição, o FNDE destacou o PNAE no Fórum Mundial da Alimentação em Roma junto ao Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Por fim, o MDHC e a União Africana firmaram acordo inédito de preservação da memória histórica e reparações. O G-77 e a China começaram ativamente os trabalhos na 81ª sessão da AGNU, reafirmando o compromisso com o multilateralismo, o direito internacional e o desenvolvimento sustentável. O Grupo cobrou o fim de sanções e medidas coercitivas unilaterais que afetam o Sul Global, defendeu a estabilidade financeira e orçamentária da ONU e exigiu recursos adequados para combater a pobreza e a crise climática. Na pauta econômica e social, destacaram a urgência de reformar a arquitetura financeira internacional, ampliar o financiamento para países em desenvolvimento e fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular. Além disso, reiteraram posições históricas sobre descolonização, incluindo a soberania das Ilhas Malvinas, o combate ao racismo e a defesa do Estado de Direito. O MNA e sua vertente jovem, NAMYO, lideraram articulações estratégicas no cenário multilateral. No 1º Comitê da AGNU, o MNA rejeitou a militarização do espaço sideral, criticou sanções unilaterais a satélites e cobrou o desarmamento nuclear definitivo, enfatizando as aplicações pacíficas das tecnologias espaço-atômicas na saúde e na telemedicina. Paralelamente, o Nepal defendeu a justiça climática e financiamentos por perdas e danos para fortalecer sistemas de saúde afetados por tragédias no Himalaia em agosto de 2026. Por fim, a NAMYO consolidou sua sede no Azerbaijão e impulsionou a liderança jovem no Fórum Mundial da Alimentação da FAO, articulando sustentabilidade agroalimentar, diplomacia econômica e resiliência climática para o Sul Global. O Centro Sul fortaleceu sua agenda alinhando prioridades estratégicas e cooperação técnica com governos do Paquistão, Filipinas e Angola, com foco na soberania sanitária, economia digital, migração e reforma da arquitetura tributária. Na esfera multilateral, o Centro Sul confirmou participação no Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos da ONU para debater

o direito à saúde e acompanhou a 33.ª sessão do Comitê de Peritos Tributários da ONU, defendendo a tributação justa da economia digital e a consolidação da Convenção-Quadro até 2027. Por fim, publicou uma nota técnica no GT III da UNCITRAL propondo maior rigor e previsibilidade na avaliação de danos em arbitragens internacionais (ISDS) para proteger o orçamento de países em desenvolvimento, além de receber estudantes da HTW Berlin para debates sobre governança global.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *La UNOSSC destacó el informe de 2026 del secretario general de la ONU sobre el estado de la cooperación Sur-Sur y triangular como ejes fundamentales, horizontales y complementarios para los ODS. Para avanzar con la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular, la UNOSSC enfatizó avances institucionales y alianzas estratégicas en el Sur Global, como Marruecos, que impulsa la digitalización y la gobernanza de datos en la administración pública; Portugal, que fortalece la cooperación triangular enfocada en la economía azul con el apoyo de Camões, I.P.; India, que financia proyectos de salud materna en Ruanda y fortificación nutricional en Laos; mientras que China y Turquía han venido apoyando capacitaciones globales con la UNDRR y la OPS para la reducción del riesgo de desastres habitacionales en el marco de Sendai. Brasil está fortaleciendo su cooperación Sur-Sur mediante alianzas estratégicas, intercambio técnico y soberanía institucional. En recursos hídricos, avanzó en la gestión transfronteriza con Perú (ANA/ABC) y firmó un acuerdo con China para la seguridad hídrica y la adaptación climática. En salud, la Abrasco cerró una alianza con la sudafricana PHASA, mientras que la Fiocruz albergó una reunión con la CPLP sobre salud migratoria, articulada con el fomento del CNPq (ProÁfrica). En nutrición, el FNDE destacó el PNAE en el Foro Mundial de la Alimentación en Roma junto con el Centro de Excelencia contra el Hambre del PMA. Por último, el MDHC y la Unión Africana firmaron un acuerdo inédito de preservación de la memoria histórica y reparaciones. El G-77 y China iniciaron activamente sus trabajos en el 81.º período de sesiones de la AGNU, reafirmando su compromiso con el multilateralismo, el derecho internacional y el desarrollo sostenible. El Grupo exigió el fin de las sanciones y medidas coercitivas unilaterales que afectan al Sur Global, defendió la estabilidad financiera y presupuestaria de la ONU y demandó recursos adecuados para combatir la pobreza y la crisis climática. En la agenda económica y social, destacaron la urgencia de reformar la arquitectura financiera internacional, ampliar el financiamiento para los países en desarrollo y fortalecer la cooperación Sur-Sur y triangular. Además, reiteraron posiciones históricas sobre descolonización, incluida la soberanía sobre las Islas Malvinas, la lucha contra el racismo y la defensa del Estado de Derecho. El MNA y su vertiente juvenil, NAMYO, lideraron articulaciones estratégicas en el escenario multilateral. En la Primera Comisión de la AGNU, el MNA rechazó la militarización del espacio ultraterrestre, criticó las sanciones unilaterales a satélites y exigió el desarme nuclear definitivo, enfatizando las aplicaciones pacíficas de las tecnologías espacio-atómicas en la salud y la telemedicina. Paralelamente, Nepal defendió la justicia climática y el financiamiento por pérdidas y daños para fortalecer los sistemas de salud afectados por las tragedias en el Himalaya en agosto de 2026. Por último, NAMYO consolidó su sede en Azerbaiyán e impulsó el liderazgo juvenil en el Foro Mundial de la Alimentación de la FAO, articulando sostenibilidad agroalimentaria, diplomacia económica y resiliencia climática para el Sur Global. El Centro Sur fortaleció su agenda alineando prioridades estratégicas y cooperación técnica con los gobiernos de Pakistán, Filipinas y Angola, con un enfoque en soberanía sanitaria, economía digital, migración y reforma de la arquitectura tributaria. En la esfera multilateral, el Centro Sur confirmó su participación en el Foro Social del*

Consejo de Derechos Humanos de la ONU para debatir el derecho a la salud y dio seguimiento al 33.º período de sesiones del Comité de Expertos Tributarios de la ONU, defendiendo la tributación justa de la economía digital y la consolidación de la Convención Marco para 2027. Finalmente, publicó una nota técnica en el Grupo de Trabajo III de la CNUDMI proponiendo mayor rigor y previsibilidad en la evaluación de daños en arbitrajes internacionales (ISDS) para proteger el presupuesto de los países en desarrollo, además de recibir a estudiantes de la HTW Berlín para debates sobre gobernanza global.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *UNOSSC highlighted the UN Secretary-General's 2026 report on the state of South-South and triangular cooperation as fundamental, horizontal, and complementary pillars for achieving the SDGs. To advance the Global Alliance for South-South and Triangular Cooperation, UNOSSC emphasized institutional progress and strategic alliances across the Global South. Examples include Morocco, which is driving digitalization and data governance in public administration; Portugal, which is strengthening triangular cooperation focused on the blue economy with the support of Camões, I.P.; India, which is funding maternal health projects in Rwanda and nutritional fortification in Laos; and China and Türkiye, which have been supporting global capacity-building with UNDRR and PAHO to reduce housing disaster risks under the Sendai Framework. Brazil has been strengthening its South-South cooperation through strategic partnerships, technical exchange, and institutional sovereignty. In water resources, it advanced transboundary management with Peru (ANA/ABC) and signed an agreement with China on water security and climate adaptation. In health, Abrasco established a partnership with South Africa's PHASA, while Fiocruz hosted a CPLP meeting on migrant health, linked to CNPq's funding mechanisms (ProÁfrica). In nutrition, FNDE highlighted the National School Feeding Program (PNAE) at the World Food Forum in Rome alongside the WFP Centre of Excellence against Hunger. Finally, MDHC and the African Union signed an unprecedented agreement on historical memory preservation and reparations. The G-77 and China actively launched their work at the 81st Sessions of the UNGA, reaffirming their commitment to multilateralism, international law, and sustainable development. The Group called for an end to unilateral coercive measures and sanctions affecting the Global South, defended the UN's financial and budgetary stability, and demanded adequate resources to combat poverty and the climate crisis. On the economic and social agenda, they stressed the urgency of reforming the international financial architecture, expanding funding for developing countries, and strengthening South-South and triangular cooperation. Furthermore, they reiterated historical positions on decolonization, including sovereignty over the Malvinas Islands, combating racism, and upholding the Rule of Law. NAM and its youth wing, NAMYO, led strategic diplomatic efforts on the multilateral stage. In the First Committee of the UNGA, NAM rejected the space weaponization, criticized unilateral sanctions targeting satellite systems, and demanded definitive nuclear disarmament, emphasizing the peaceful applications of space-atomic technologies in health and telemedicine. In parallel, Nepal advocated for climate justice and loss and damage financing to strengthen health systems severely affected by Himalayan tragedies in August 2026. Lastly, NAMYO consolidated its headquarters in Azerbaijan and boosted youth leadership at the FAO World Food Forum, connecting agrifood sustainability, economic diplomacy, and climate resilience for the Global South. The South Centre strengthened its agenda by aligning strategic priorities and technical cooperation with the governments of Pakistan, the Philippines, and Angola, focusing on health sovereignty, the digital economy, migration, and tax architecture reform. On the multilateral*

front, the South Centre confirmed its participation in the UN Human Rights Council Social Forum to discuss the right to health and monitored the 33rd Session of the UN Committee of Experts on International Cooperation in Tax Matters, advocating for fair taxation of the digital economy and the consolidation of the Framework Convention by 2027. Finally, it published a technical note in UNCITRAL's Working Group III proposing greater rigor and predictability in damage assessment in international arbitrations (ISDS) to safeguard the budgets of developing nations, in addition to hosting students from HTW Berlin for discussions on global governance.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques da UNOSSC

Relatório de 2026 do Secretário-Geral da ONU sobre o estado da cooperação Sul-Sul, apresentado anualmente ao 2º Comitê da Assembleia Geral.



O relatório foi apresentado em resposta à resolução 80/156 da Assembleia Geral, na qual a AGNU solicitou ao Secretário-Geral que lhe apresentasse, em sua octogésima primeira sessão, um relatório abrangente sobre o estado da cooperação Sul-Sul, incluindo a implementação das recomendações contidas no documento final de Buenos Aires (PABA) da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA + 40).

O relatório analisa o estado da cooperação Sul-Sul em 2025 e destacando o apoio das entidades das Nações Unidas aos Estados-membros no avanço da cooperação Sul-Sul como um pilar importante para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em meio aos desafios socioeconômicos globais.

O relatório inclui uma revisão do contexto global, das realizações, dos desafios e das respostas institucionais, e conclui com recomendações para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular.

As principais diretrizes e seções abordadas no relatório, incluem:

- **Contexto Global e Desafios:** Analisa os impactos persistentes de múltiplas crises (econômicas, climáticas e geopolíticas) sobre os países em desenvolvimento, com

destaque para o aumento do endividamento, o recrudescimento de conflitos e as vulnerabilidades estruturais no Sul Global.

- **O Papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular:** Reafirma que a cooperação Sul-Sul e a triangular servem como complementos vitais (e não substitutos) à cooperação Norte-Sul, baseando-se em princípios como soberania nacional, respeito mútuo, igualdade, horizontalidade e ausência de condicionalidades políticas.
- **Apoio do Sistema da ONU:** Destaca como as entidades e agências das Nações Unidas, sob a coordenação do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), têm ajudado os Estados-membros a integrar essa modalidade em suas estratégias nacionais, promovendo transferência de tecnologia, capacitação e a troca de boas práticas.
- **Medição e Transparência:** Examina avanços recentes relacionados a marcos conceituais e metodologias para a mensuração e coleta de dados voluntários sobre a cooperação Sul-Sul, ampliando a visibilidade e o impacto das contribuições dos países em desenvolvimento**.**
- **Conclusões e Recomendações:** Apresenta diretrizes voltadas para fortalecer a articulação institucional, otimizar o financiamento inovador e incentivar parcerias multissetoriais — com foco especial nos países menos desenvolvidos e em transições digitais e ecológicas sustentáveis.

  Para ler o relatório completo, clique aqui.



20 de outubro de 2026 — A experiência do Marrocos na transformação digital está ajudando outros países a melhorarem os serviços públicos.

O Ministério da Transição Digital e da Reforma Administrativa do Marrocos leva sua expertise em inteligência artificial, governança de dados e soluções digitais para a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Essa expertise oferece um ponto de partida para intercâmbios com países que buscam fortalecer suas capacidades digitais, moldadas de acordo com suas próprias prioridades.

O envolvimento do Marrocos nessa iniciativa possui grande relevância estratégica por três fatores principais:

1. **Liderança na Cooperação Sul-Sul —** O Marrocos tem se consolidado como um hub de excelência e um parceiro fundamental para o desenvolvimento de nações do Sul Global (particularmente na África e na América Latina), promovendo a troca de conhecimentos sem a dependência exclusiva de modelos tradicionais do Norte Global.
2. **Modernização Administrativa —** O Ministério da Transição Digital marroquino tem liderado iniciativas expressivas de digitalização de serviços públicos (*e-Government*), simplificação burocrática e integração de inteligência artificial na gestão pública.

3. **Cooperação Triangular —** Ao conectar-se com a Aliança Global, o país atua como uma ponte para disseminar tecnologias adaptáveis a realidades emergentes, permitindo que outros países em desenvolvimento implementem soluções digitais alinhadas às suas demandas soberanas e econômicas.

O embaixador do Marrocos junto à ONU é o presidente da 22ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul.

20 de outubro de 2026 – O Protagonismo de Portugal na Cooperação Triangular e no Desenvolvimento Sustentável



O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (**UNOSSC**) destacou o compromisso contínuo de Portugal com as parcerias globais de desenvolvimento. Ao exaltar a contribuição portuguesa para o avanço da Cooperação Triangular, a Diretora afirmou: *"O UNOSSC valoriza a ênfase de Portugal no fortalecimento dessas parcerias, refletida em seu engajamento proativo na Janela de Cooperação Triangular do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e na capacitação em economia azul voltada aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento."*

Com base nesse apoio e em colaboração com o Camões, I.P. no compartilhamento de conhecimento e na capacitação, O UNOSSC destaca a participação de Portugal na Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, e aguarda com expectativa os desdobramentos durante a 10ª Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular que ocorreu em 2025.

Contextualização e Impacto Geopolítico

A atuação portuguesa no âmbito da ONU e do desenvolvimento sustentável internacional fundamenta-se em três pilares estratégicos de elevado impacto diplomático e social:

1. **Ponte Diplomática e Técnica entre o Norte e o Sul Global:** Por meio do **Camões, I.P.** (*Instituto da Cooperação e da Língua*), Portugal consolida-se como um elo diplomático e técnico essencial. Ao canalizar recursos financeiros europeus e expertise institucional para projetos no Sul Global, o país reforça a eficácia da Cooperação Triangular de forma horizontal, respeitando as prioridades locais e evitando a imposição de modelos rígidos de governança.

2. **Foco Estratégico na Economia Azul e nos SIDS:** O apoio focado nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, alguns dos quais integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), ataca diretamente os desafios climáticos e oceânicos mais urgentes. A capacitação em economia azul promove o aproveitamento sustentável dos recursos marinhos, fortalecendo a resiliência costeira, a segurança alimentar e a transição ecológica dessas nações insulares.

3. **Liderança Multilateral e Aceleração da Agenda 2030:** A adesão formal de Portugal à *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular* consolida o país como uma

referência nos debates das Nações Unidas sobre financiamento e cooperação internacional.

14 de outubro de 2026 — O poder transformador da cooperação Sul-Sul na saúde materna

Investir em profissionais de obstetrícia é garantir partos mais seguros e salvar vidas. Em Ruanda, o projeto Aim4Change! está fortalecendo o sistema de saúde ao apoiar bolsas de estudo para 488 estudantes de obstetrícia e melhorar a capacitação técnica da categoria.

A iniciativa é um exemplo concreto de solidariedade global em ação, unindo o financiamento do Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia–ONU (gerenciado pelo UNOSSC) à execução especializada do UNFPA.



O Projeto Aim4Change atua diretamente na capacitação de profissionais de saúde em Ruanda, focando na redução da mortalidade materna e neonatal através de educação qualificada.

13 de outubro de 2026 – A resiliência começa em casa: protegendo vidas no Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres



Diante do aumento global da frequência e severidade dos eventos climáticos extremos, a segurança das nossas cidades depende diretamente da segurança de nossas moradias.

A resiliência não é um conceito abstrato; ela começa no lugar onde vivemos. Uma habitação segura, acessível e bem planejada é a primeira linha de defesa contra enchentes, tempestades, deslizamentos e outros riscos ambientais. Quando investimos em moradias resilientes e no planejamento urbano consciente, garantimos não apenas teto, mas proteção, estabilidade e dignidade para as comunidades mais vulneráveis.

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015–2030), adotado pelos Estados-membros da ONU, estabelece a necessidade urgente de migrar da gestão de crises para a gestão proativa de riscos. Uma moradia digna, estruturalmente segura e bem localizada é a primeira linha de defesa para evitar perdas humanas e patrimoniais, estando no centro da concretização dos objetivos globais de Sendai.

A construção da resiliência comunitária exige, fundamentalmente, compreender o risco de desastres ao reconhecer como a vulnerabilidade habitacional e a ocupação informal em áreas suscetíveis ampliam a exposição das populações a enchentes, deslizamentos e tempestades. A partir dessa análise, torna-se indispensável investir na redução dessas ameaças por meio do direcionamento estratégico de recursos públicos e privados para o fortalecimento de habitações sustentáveis, a adequação de infraestruturas existentes e a promoção de construções capazes de resistir a choques ambientais.

- **Meta A e Meta B de Sendai —** Reduzir substancialmente a mortalidade global por desastres e diminuir o número de pessoas afetadas até 2030, o que exige fundamentalmente a garantia de abrigos e lares seguros.

- **Meta C:** Redução dos danos diretos a infraestruturas críticas — Proteger os assentamentos humanos e garantir o conceito de *"Reconstruir Melhor"* (*Build Back Better*) durante a recuperação e restauração pós-desastre.

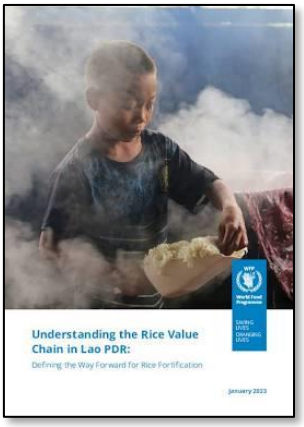
No Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres, reafirma-se que a verdadeira prevenção começa na garantia do direito a um lar seguro. Investir em habitações e comunidades resilientes é investir na preservação da vida, na dignidade humana e no desenvolvimento sustentável do Sul Global e de todo o planeta.

A cooperação Sul-Sul e a triangular auxiliam os países no compartilhamento de conhecimento, na adaptação de tecnologias e no fortalecimento de capacidades locais — desde sistemas de alerta precoce até ferramentas para a gestão dos riscos de calor extremo e inundações.

Com o apoio da China e da Turquia por meio do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, o Programa Conjunto de Capacitação e Certificação de 2026 reuniu o UNOSSC, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e o Banco de Tecnologia das Nações Unidas para os Países Menos Desenvolvidos, alcançando mais de 3.050 participantes ao vivo em 169 países e territórios.

Ao aprender uns com os outros e investir na prevenção, pode-se ajudar a proteger lares, meios de subsistência e comunidades antes que os desastres aconteçam.

13 de outubro de 2026 – Fortalecendo a segurança alimentar em Laos através da cooperação Sul-Sul



A garantia de uma nutrição adequada é a base para o desenvolvimento humano e para a construção de comunidades saudáveis e resilientes. Na República Democrática Popular do Laos, onde o arroz é o pilar da dieta nacional, o Programa Mundial de Alimentos (WFP) está liderando um projeto estratégico de fortificação do arroz para combater a deficiência de micronutrientes e a desnutrição crônica infantil.

A iniciativa demonstra a força da cooperação Sul-Sul ao contar com o financiamento do Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia–ONU, sob a gestão do UNOSSC. Ao enriquecer o arroz com vitaminas e minerais essenciais sem alterar seu sabor ou hábitos alimentares locais, a parceria fortalece a cadeia de valor agrícola de Laos, promove a saúde pública e avança na concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Brasil na cooperação Sul-Sul

Nesta quinzena, as iniciativas de cooperação internacional brasileira evidenciaram a diversidade de temas e instrumentos mobilizados, incluindo o intercâmbio técnico em políticas públicas, a segurança hídrica, a alimentação escolar e o aprofundamento das relações com países africanos, que incluíram tanto projetos de cooperação técnica de longa duração quanto novos acordos institucionais em áreas que vão além dos setores tradicionalmente associados à cooperação brasileira.

Na saúde, a aproximação entre a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a associação sul-africana PHASA aponta para o papel de entidades científicas e profissionais na construção de agendas internacionais compartilhadas. Já a participação brasileira na Coalizão para a Alimentação Escolar reforça a projeção internacional de políticas públicas nacionais e o intercâmbio de experiências sobre seu financiamento e implementação.

20 de outubro de 2026 – Brasil e Peru realizam missão técnica para intercâmbio em gestão de recursos hídricos



A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) recebeu uma comitiva da Autoridade Nacional da Água do Peru para uma missão técnica em Brasília, realizada entre 20 e 23 de outubro. Durante o encontro, os especialistas das duas instituições debateram metodologias e ferramentas para a análise de cenários de mudanças climáticas, o monitoramento de secas e a gestão compartilhada de aquíferos transfronteiriços.

A iniciativa integra o projeto bilateral *Fortalecimento Institucional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos Peru–Brasil*, coordenado em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). Iniciada em 2015, a cooperação já atingiu 85% de execução e tem conclusão prevista para o final de 2026.

A parceria se consolida como um modelo de cooperação técnica bilateral de longo prazo, focado no fortalecimento institucional e no intercâmbio de soluções práticas para a gestão pública de recursos hídricos.

14 de outubro de 2026 – Abrasco e Associação de Saúde Pública da África do Sul firmam acordo de cooperação internacional

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a *Public Health Association of South Africa* (PHASA) firmaram um memorando de entendimento para ampliar a cooperação científica e institucional entre o Brasil e a África do Sul. Anunciado durante o 18º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado em setembro na Cidade do Cabo, o acordo prevê atividades conjuntas e intercâmbio de conhecimento em atenção primária, mudanças climáticas, saúde digital e fortalecimento dos sistemas de saúde.

A parceria reforça a estratégia da Abrasco de consolidar redes internacionais de saúde pública. Em 2025, durante a COP30 no Brasil, a entidade participou de articulações globais sobre clima e saúde e estabeleceu cooperação com a Associação de Medicina Preventiva da China.

Além do termo assinado com a PHASA, a Abrasco avançou nas tratativas com a Associação Americana de Saúde Pública e outras organizações internacionais, buscando construir agendas comuns em defesa de sistemas universais, equidade e saúde digital.

Essa projeção internacional reflete também a liderança de seu presidente, Rômulo Paes de Sousa, epidemiologista, pesquisador sênior da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e coordenador do Centro de Estudos Estratégicos Antônio Ivo de Carvalho (CEE-Fiocruz).

Na esfera multilateral, Rômulo Paes de Sousa representa o Brasil na Força-Tarefa Conjunta da OMS para a Reforma da Arquitetura Global da Saúde (criada na 79ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2026), atuando na formulação de recomendações para uma governança sanitária internacional mais inclusiva, coordenada e alinhada às necessidades do Sul Global.

13 e 14 outubro de 2026 – FNDE participa de reunião ministerial da Coalizão para a Alimentação Escolar em Roma



A presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) liderou a delegação brasileira na 3ª Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para a Alimentação Escolar, realizada nos dias 13 e 14 de outubro, em Roma. A comitiva do Brasil contou também com representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

O financiamento sustentável dos programas de alimentação escolar foi o ponto central dos debates, concentrando-se em estratégias para assegurar recursos previsíveis e contínuos. Nesse cenário, os delegados destacaram a experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fundamentado em estrutura orçamentária própria e regras institucionais consolidadas. Paralelamente, as trajetórias do Quênia e da Guatemala foram apresentadas como modelos bem-sucedidos de mobilização de parceiros e consolidação de fundos públicos.

Durante o evento, os representantes também abordaram a transformação dos sistemas alimentares, o acesso universal às refeições e a articulação entre governos e organismos internacionais. Na ocasião, o Quênia assumiu a copresidência da Coalizão, juntamente com Brasil, França e Finlândia.

Como resultado, os Estados membros aprovaram uma Declaração Conjunta e um plano com as prioridades da Coalizão para os próximos dois anos, ambos disponíveis no site oficial da iniciativa.

Cooperação Sul-Sul e o Centro de Excelência

A participação brasileira reforça a atuação do Centro de Excelência contra a Fome, uma parceria estabelecida em 2011 entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos (PMA/WFP). A plataforma promove o diálogo de políticas públicas, o desenvolvimento de capacidades e a assistência técnica Sul-Sul, apoiando países parceiros na construção e no fortalecimento de programas próprios de alimentação escolar, adaptados às suas realidades e sustentados por suas próprias instituições nacionais.

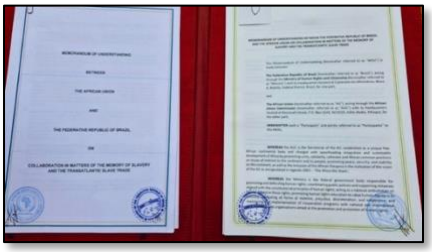
13 de outubro de 2026 – Brasil e China assinam memorando para ampliar a cooperação em gestão de recursos hídricos



O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Ministério dos Recursos Hídricos da China assinaram, em Pequim, um memorando de entendimento para cooperação técnica e institucional.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) participou da agenda e poderá contribuir com a implementação do acordo, que contempla segurança hídrica, monitoramento hidrológico, previsão de eventos extremos, gestão de bacias, adaptação às mudanças climáticas, transformação digital e capacitação. Também prevê a criação de mecanismos de governança conjunta e grupos de trabalho temáticos.

06 de outubro de 2026 – Brasil e União Africana firmam acordo sobre memória da escravidão e do tráfico transatlântico



O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a Comissão da União Africana firmaram, em 6 de outubro, em Adis Abeba, um memorando de entendimento voltado à preservação da memória histórica da escravidão e do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas.

Com vigência de três anos, a parceria estabelece ações conjuntas de cooperação educacional, cultural, artística e científica, além do compartilhamento de experiências na preservação de locais de memória e na pesquisa sobre a história da África e da diáspora.

A iniciativa começou a ser articulada em fevereiro de 2024, durante a 37ª Cúpula da União Africana. Ao formalizar esse compromisso, as instituições consolidam um marco de cooperação que insere temas como memória, verdade, reparações históricas e combate ao racismo no centro da agenda bilateral.

O acordo integra o esforço mais amplo de aprofundamento das relações entre o Brasil e o continente africano, fortalecendo a cooperação internacional voltada ao reconhecimento dos legados africanos e ao resgate da memória histórica

A Fiocruz e a Cooperação Internacional em Saúde: Articulação Institucional, Saúde Migratória e Fomento Científico Sul-Sul

A cooperação internacional em saúde tem se consolidado como uma dimensão estratégica para fortalecer sistemas nacionais de saúde, reduzir iniquidades e ampliar o acesso qualificado aos serviços públicos.



Foto: iStock/Divulgação/Educa SC

No espaço multipolar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a realização, em setembro de 2026, da primeira reunião presencial do comitê dedicado à saúde das populações migrantes — sediada pelo Escritório da Fiocruz em Portugal — marcou um avanço institucional decisivo. O encontro evidenciou a urgência de respostas coordenadas e solidárias entre os países de língua portuguesa para enfrentar determinantes sociais transversais e consolidar políticas públicas de proteção social universais e inclusivas.

Esse arranjo institucional na saúde migratória dialoga diretamente com o histórico de cooperação científica e acadêmica Sul-Sul impulsionado pelo Brasil.

Nesse cenário, ganha relevância a atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Por meio de instrumentos estruturantes como o **Programa ProÁfrica** (Programa Temático de Cooperação em Ciência e Tecnologia com Países da África), o CNPq vem desempenhando papel indutor na formação de redes colaborativas de pesquisa, no financiamento de projetos conjuntos e na mobilidade de pesquisadores brasileiros e africanos.

Ao integrar o fomento à pesquisa científica do CNPq com a expertise técnico-acadêmica e prospectiva da Fundação Oswaldo Cruz, a cooperação técnica Sul-Sul extrapola a transferência unidirecional de conhecimento. Essa convergência fortalece a capacitação de quadros científicos locais, a produção conjunta de evidências em saúde pública e a consolidação de alianças estruturantes, reafirmando o compromisso com a soberania sanitária e a autonomia dos países em desenvolvimento.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

[1] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

22 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China sobre o item 77 da ordem do dia "Programa das Nações Unidas de Assistência ao ensino, estudo, divulgação e maior compreensão do direito internacional" no 6º Comitê da AGNU em sua 81ª sessão. *O 6º Comitê da AGNU é responsável pelas considerações legais*

O G-77 e a China reafirmaram seu apoio ao Programa de Assistência das Nações Unidas para o Ensino, Estudo, Disseminação e Ampla Apreciação do Direito Internacional. Com mais de 60 anos de existência, o Programa é destacado por seu papel essencial no fortalecimento da paz e da cooperação internacional ao capacitar gerações de especialistas, sobretudo de países em desenvolvimento, aprimorando sua participação na arena multilateral. O Grupo defendeu a manutenção do financiamento do Programa por meio do orçamento regular da ONU, fundamental para a realização de bolsas de estudo, cursos regionais e o apoio à Biblioteca Audiovisual de Direito Internacional, alertando que a deterioração da liquidez da Organização tem impactado essas atividades. Diante desse cenário, incentivaram a busca por soluções práticas, como parcerias com instituições acadêmicas e doações voluntárias ao Fundo de Ajuste.

O G-77 e a China celebraram a realização bem-sucedida dos cursos regionais presenciais na América Latina e Caribe (em Santiago), na Ásia-Pacífico (em Bangkok) e na África (em Adis Abeba), além do programa de bolsas em Haia, reforçando a preferência pelo formato presencial tradicional.

Além disso, destacam a relevância da Biblioteca Audiovisual de Direito Internacional e do seu podcast, que oferecem treinamento virtual gratuito com alcance global, elogiando os esforços para expandir a representação geográfica e linguística das palestras gravadas.

Por fim, o Grupo ressaltou que as atividades de capacitação do Programa são cruciais para o alcance do ODS 16, em especial a meta 16.3, ao promover a difusão do direito e o fortalecimento do Estado de Direito nos âmbitos nacional e internacional.

A Meta 16.3 é: "Promover o Estado de Direito**,** em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos."

19 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China sobre as análises da Unidade comum de inspeção a respeito das taxas de custo de apoio a programas e serviços de saúde no sistema da ONU apresentada por ocasião da parte principal da 81ª sessão do 5º Comitê. *O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU*

O G-77 e a China destacaram o papel do Unidade de Inspeção Conjunta (JIU) como órgão externo e independente de supervisão do sistema Nações Unidas, cujas análises ajudam a identificar boas práticas, melhorar a coordenação e otimizar o uso de recursos.

Em relação aos custos de apoio a programas, o Grupo enfatizou que as diferenças de metodologias e taxas entre os órgãos refletem seus mandatos e estruturas específicas, devendo haver uma alocação justa desses custos para evitar que recursos regulares subsidiem atividades

financiadas por contribuições vinculadas. Além disso, defenderam maior transparência sobre custos diretos e indiretos, isenções, estimativas orçamentárias e uso de reservas acumuladas.

Em relação aos serviços de saúde, o Grupo reconheceu que o bem-estar e a saúde mental dos funcionários da ONU são essenciais para o cumprimento das obrigações da Organização, especialmente em ambientes de campo desafiadores. Defenderam a clareza nas responsabilidades operacionais, o respeito rigoroso à confidencialidade médica e à autonomia profissional, bem como a superação de lacunas no acesso à saúde em locais remotos.

Por fim, apoiaram a cooperação entre agências e o uso compartilhado de serviços médicos para evitar duplicidades, reforçando seu compromisso de atuar de forma construtiva para fortalecer a transparência, a prestação de contas e o apoio eficaz ao cumprimento dos mandatos da ONU.

19 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China sobre a melhoria da situação financeira da ONU por ocasião da parte principal da 81ª sessão do 5º Comitê. **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

Aqui está a tradução integral do discurso para o português do Brasil, seguida de um resumo em texto corrido com os principais pontos abordados.

Nesta declaração sobre a situação financeira das Nações Unidas, o G-77 e a China expressaram profunda preocupação com a persistente crise de liquidez da Organização, causada pelo acúmulo de bilhões de dólares em contribuições não pagas pelos Estados-Membros, incluindo dívidas no orçamento regular, nas operações de manutenção da paz e nos tribunais internacionais.

Embora reconheçam melhorias pontuais na arrecadação recente que permitiram quitar empréstimos internos, o Grupo enfatizou que a incerteza orçamentária permanece alta, forçando a ONU a adotar restrições de gastos e saques precoces em suas reservas financeiras.

Para resolver o problema estrutural, o G-77 e a China reafirmaram que a solução fundamental depende do pagamento integral, pontual e sem condições das contribuições devidas por todos os países, rejeitando o uso da retenção de verbas como instrumento de pressão política.

Destacaram ainda a decisão histórica sobre a revisão da metodologia de devolução de créditos orçamentários, o impacto negativo que os cortes operacionais e congelamentos de contratações causam na execução dos mandatos da ONU, e a urgência em garantir reembolsos em dia aos países que fornecem tropas e equipamentos para missões de paz, para que estes não sejam penalizados financeiramente pelos atrasos de outros membros.

Por fim, o Grupo reforçou o compromisso de buscar soluções equitativas para restabelecer a estabilidade financeira e a prestação de contas dentro da Organização.

15 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, por ocasião do item 21 da ordem do dia, referente a atividades operacionais para o desenvolvimento e seus subitens

O G-77 e China reafirmou seu compromisso com um sistema das Nações Unidas fortalecido, transparente, eficaz e orientado ao desenvolvimento, destacando que as atividades

operacionais constituem a função central desse sistema para apoiar os países em desenvolvimento na implementação da Agenda 2030 e de suas prioridades nacionais.

O Grupo enfatizou que a erradicação da pobreza em todas as suas formas permanece como objetivo principal dessas atividades, as quais devem manter caráter universal, voluntário, baseado em doações e guiado pelas demandas e pela liderança soberana dos países beneficiários.

Diante do alargamento do déficit de financiamento e de crises globais interconectadas, como vulnerabilidades de dívida, mudança do clima, insegurança alimentar e crescentes desigualdades, o Grupo manifestou profunda preocupação com os desafios financeiros do sistema, especialmente a queda dos recursos regulares (*core*) e a dependência de verbas direcionadas (*earmarked*). Nesse sentido, defendeu um financiamento adequado, previsível e flexível, frisando que o sistema de Coordenadores-Residentes e as equipes do sistema ONU no terreno devem dispor dos recursos e competências necessários para oferecer suporte coerente e alinhado às prioridades locais, redirecionando eventuais ganhos de eficiência para reforçar a capacidade operacional nos países.

Em relação à cooperação Sul-Sul, o Grupo reiterou que essa modalidade é um pilar vital e crescente da cooperação internacional para o desenvolvimento, fundamentado na solidariedade e no benefício mútuo por meio do intercâmbio de experiências, tecnologias e recursos entre países em desenvolvimento.

O Grupo manifestou expectativa quanto à revisão intergovernamental do Documento do Resultado de Buenos Aires (BAPA+40), a ser realizada em 2027, ressaltando que a cooperação Sul-Sul não substitui a cooperação Norte-Sul, mas a complementa.

Por fim, o Grupo defendeu o apoio institucional do sistema ONU para a cooperação Sul-Sul e triangular e anunciou a apresentação de dois projetos de resolução sobre os temas abordados.

14 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre o relatório de desempenho financeiro do orçamento-programa para 2025 apresentada na parte principal da 81ª sessão do 5º Comitê da AGNU. *O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU*

O Grupo dos 77 e a China destacaram a grande importância da revisão do desempenho financeiro da Organização, enfatizando que esse processo vai além do cálculo de créditos ao permitir avaliar se os recursos aprovados sustentaram o cumprimento dos mandatos de forma eficaz e eficiente. O Grupo observou que as despesas em 2025 somaram 3,485 bilhões de dólares, deixando um saldo não liquidado de 330,1 milhões de dólares em relação às dotações, e manifestou profunda preocupação com as restrições orçamentárias de até 600 milhões de dólares que limitaram atividades e contratações. O Grupo frisou que a subexecução decorrente de restrições de liquidez não deve ser apresentada como ganho de eficiência nem usada para justificar reduções orçamentárias futuras, pois a execução dos mandatos deve continuar sendo o motor do orçamento.

O Grupo exigiu transparência nos critérios de alocação de recursos e proteção ao pilar do desenvolvimento, alertando que cortes em verbas de viagem prejudicam a participação de especialistas e que o recorde de 1,6 bilhão de dólares em dívidas acumuladas por atrasos e retenções sobrecarrega os Estados que cumprem suas obrigações. Além disso, o Grupo destacou

a implementação da resolução 80/270 sobre créditos orçamentários — cobrando agilidade no sistema Umoja[7] e transparência na gestão de fundos, reafirmou a autoridade da Assembleia Geral na aprovação das dotações finais e reiterou o compromisso com o cumprimento integral dos mandatos da ONU.

13 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre o planejamento de programas e proposta de orçamento-programa para 2027, na parte principal da 81ª sessão do 5º Comitê da AGNU. *O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU*

As principais prioridades orçamentárias do G-77 e da China destacadas foram:

Pleno Financiamento dos Mandatos Aprovados: Garantia de recursos adequados para a execução integral de todas as atividades da ONU, ressaltando que a proposta orçamentária de US$ 3,302 bilhões representa uma redução de 4,3% em relação a 2026.

Fortalecimento do Pilar do Desenvolvimento: Preservação de recursos para entidades essenciais como o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (OHRLLS) e comissões regionais, além do apoio ao Programa Regular de Cooperação Técnica e à Conta de Desenvolvimento.

Transparência e Governança nas Reformas (ONU80): Exigência de que reformas operacionais sejam inclusivas, conduzidas pelos Estados-Membros e acompanhadas de critérios claros e mensuráveis para aferir economias e impactos na entrega de mandatos.

Apoio Incondicional à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (**UNRWA):** Garantia de financiamento previsível e suficiente para que a agência continue seu trabalho vital de assistência aos refugiados da Palestina.

Sustentabilidade das Operações de Paz: Alocação de recursos adequados para as entidades do Secretariado que apoiam as missões de manutenção da paz.

Equilíbrio no Quadro de Pessoal e Representação Geográfica: Preocupação com os cortes desproporcionais nos cargos de Serviços Gerais e exigência de medidas concretas para assegurar a representação geográfica equitativa no recrutamento, inclusive em cargos seniores.

Rigor nas Propostas de Reestruturação Administrativa: Análise detalhada de custo-benefício e governança transparente para eventuais relocações de serviços ou criação de plataformas administrativas comuns.

12 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, na adoção da Declaração política para comemorar o 25º aniversário da adoção da Declaração e do Programa de ação de Durban

O Grupo reafirmou o seu compromisso inabalável com a eliminação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas. A Declaração Política em questão não apenas reforça essa posição, mas também dedica especial atenção ao

[7] O **Umoja** é o sistema global de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP, na sigla em inglês) baseado em software SAP utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU)

enfrentamento das desigualdades e injustiças históricas decorrentes da escravidão, do tráfico transatlântico de escravizados, do colonialismo e do apartheid, ressaltando a conexão direta entre esses desafios, a erradicação da pobreza, a educação, o desenvolvimento socioeconômico e a cooperação internacional.

Ademais, a declaração reconhece os impactos das novas tecnologias e da inteligência artificial sobre os direitos humanos quando o seu desenvolvimento e aplicação não observam o direito internacional. O Grupo destacou a importância de fortalecer os arcabouços legislativos, garantir o acesso à justiça e promover a conscientização pública para assegurar a plena implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban.

Dada a natureza transversal do tema e suas implicações para o desenvolvimento sustentável, considerando que nenhum país está imune a esses problemas, o Grupo defendeu uma abordagem abrangente sob a ótica dos direitos humanos e do desenvolvimento, acima de divergências políticas e ideológicas.

12 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre o regime de conferências, apresentada ao 5º Comitê durante a parte principal da 81ª sessão da AGNU. *O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU*

O G-77 e a China destacaram o papel fundamental da equipe do Departamento de Gestão de Conferências na manutenção de serviços multilíngues de qualidade, mesmo sob restrições de liquidez. O Grupo defendeu a igualdade de tratamento para as seis línguas oficiais e ressaltou que eventuais reformas, como as da Iniciativa ONU80, dependem de aprovação intergovernamental e de consultas prévias aos Estados-Membros, sem comprometer a participação das delegações menores.

Diante do impacto financeiro nas reuniões, no recrutamento e na emissão de documentos oficiais, o Grupo cobrou recursos adequados para evitar atrasos, especialmente no envio da documentação para o 5º Comitê nas línguas oficiais. Sobre inovações tecnológicas como a inteligência artificial, enfatizaram que elas devem se submeter a um rigoroso controle humano, já que o trabalho dos profissionais de tradução e interpretação é insubstituível.

Por fim, o Grupo alertou para as dificuldades de recrutamento de linguistas em Nova York e Nairóbi, pedindo exames competitivos e maior diversidade geográfica para atrair talentos da África, América Latina e Caribe, defendeu prioridade e planejamento para as reuniões de grupos regionais, elogiou avanços na acessibilidade para pessoas com deficiência e nas instalações de Nairóbi, e reafirmou seu compromisso com a garantia de recursos para a preservação do multilinguismo.

12 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, por ocasião da discussão geral conjunta sobre o item 17 da ordem do dia (desenvolvimento sustentável) no 2º Comitê, durante a 81ª sessão da AGNU. *O 2º Comitê da AGNU é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras.*

O G-77 e a China reconheceram que os múltiplos desafios prejudicam a capacidade dos países em desenvolvimento de alcançar o desenvolvimento sustentável, reafirmando os princípios da Declaração do Rio, em especial o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e colocando a erradicação da pobreza no centro da Agenda 2030.

Destacaram as seguintes prioridades:

- **Consumo e Produção Sustentáveis:** Urgência de ações aceleradas e cooperativas, com liderança e apoio financeiro e técnico dos países desenvolvidos para fortalecer as capacidades do Sul Global.
- **Países em Situações Especiais:** Apoio integral à Agenda de Antígua e Barbuda para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), ao Programa de Ação de Awaza para Países Sem Litoral (LLDCs) e à criação de um Plano Estratégico para Países de Renda Média.
- **Mudança Climática e Biodiversidade:** Mobilização de recursos financeiros pelos países desenvolvidos para o Acordo de Paris, a Convenção de Combate à Desertificação e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, com foco na redução de riscos e resiliência.
- **Recursos Hídricos:** Participação de alto nível na Conferência da ONU sobre a Água de 2026, em Abu Dhabi, para combater o estresse hídrico global.
- **Redução de Riscos de Desastres e Eventos Extremos:** Abordagem multissetorial e preventiva integrada às políticas de financiamento, além de cooperação internacional para conter tempestades de areia e poeira mediante sistemas de alerta precoce.
- **Energia, Educação e Inclusão:** Garantia de educação inclusiva de qualidade e acesso universal a energias limpas e acessíveis para erradicar a pobreza energética.

Por fim, o Grupo anunciou o envio de projetos de resolução com medidas concretas para apoiar os países em desenvolvimento no alcance de suas metas sustentáveis.

9 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre a questão das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, por ocasião do debate sobre questões de descolonização no 4º Comitê da 81ª sessão da AGNU. *O 4º comitê é o Comitê especial sobre política e descolonização*.

Em declaração adotada pelos Ministros das Relações Exteriores do Grupo dos 77 e China em 25 de setembro de 2026, os membros do Grupo reiteraram sua posição histórica em relação à questão das Ilhas Malvinas, reafirmando a necessidade de os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomarem as negociações bilaterais.

O grupo destacou que o diálogo deve buscar uma solução pacífica e o mais rápida possível para a disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e as áreas marítimas circundantes, em conformidade com os princípios e objetivos da Carta da ONU e as resoluções da Assembleia Geral, valorizando a boa disposição da Argentina e recordando a missão de bons ofícios confiada ao Secretário-Geral.

Além disso, os Ministros reafirmaram o princípio da integridade territorial estabelecido na Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral e destacaram o direito dos Estados-Membros do grupo à soberania permanente sobre seus recursos naturais. Nesse sentido, reconheceram o direito da Argentina de tomar medidas legais, em pleno respeito ao direito internacional, contra atividades não autorizadas de exploração e aproveitamento de hidrocarbonetos na região disputada.

Por fim, o G-77 e a China recordaram a importância de que ambas as partes se abstenham de adotar decisões que impliquem modificações unilaterais na situação enquanto as ilhas atravessam o processo recomendado pela ONU, conforme determina a Resolução A/RES/31/49 da Assembleia Geral, cujo 50º aniversário de adoção será comemorado em 1º de dezembro de 2026.

9 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, durante o debate geral conjunto do 2º Comitê sobre o item 14 da agenda, "Tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento sustentável", e o item 19 da agenda, "Globalização e interdependência", durante a 81ª sessão da AGNU. *O 2º Comitê da AGNU é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras.*

O G-77 e a China reafirmaram que a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) constituem motores vitais para o alcance da Agenda 2030, devendo integrar de forma plena as estratégias nacionais de desenvolvimento dos países do Sul Global. O Grupo destacou que o fortalecimento dos ecossistemas científicos e a formação de talentos capacitados posicionam as nações de maneira mais eficaz para superar divisões, antecipar riscos e responder a desafios emergentes, fazendo um apelo pelo aumento da cooperação internacional, incluindo a pesquisa médica para a preparação contra futuras pandemias, transferência de tecnologia, capacitação e financiamento sustentável para fechar o fosso tecnológico entre e dentro dos países.

Além da dimensão tecnológica, enfatizaram a declaração a cultura como elemento central da sustentabilidade, por incorporar a identidade, o pertencimento e os valores compartilhados que sustentam os pilares econômico, social e ambiental. O grupo defendeu a integração da cultura e da economia criativa em todos os planos de desenvolvimento e políticas públicas, em consonância com o *Compromisso de Sevilla*, elogiando o trabalho conjunto da UNESCO, UNCTAD e ONU-Habitat na incorporação desses temas na cooperação e no financiamento internacional.

O G-77 e a China ressaltaram a necessidade de adotar métricas de progresso que vão além do Produto Interno Bruto (PIB), de modo a capturar a natureza multidimensional do desenvolvimento. O grupo reiterou a urgência de reformar a arquitetura financeira internacional e os bancos multilaterais de desenvolvimento para melhorar o acesso ao financiamento concessional, fortalecer a sustentabilidade da dívida e mobilizar investimentos. Nesse contexto, manifestaram preocupação com os obstáculos estruturais que mantêm diversos países presos na armadilha da renda média, defendendo a elaboração de uma Agenda Estratégica para Países de Renda Média no âmbito do sistema ONU que responda às suas especificidades, pobreza e desigualdades persistentes.

Por fim, ao recordar os 52 anos da Declaração sobre a Estabelecida Nova Ordem Econômica Internacional[8], o G-77 reafirmou a atualidade dos princípios de equidade, igualdade soberana, cooperação e solidariedade. O grupo enfatizou que a globalização não pode significar o aumento das desigualdades para o Sul Global nem penalizar países por heranças coloniais ou vulnerabilidades climáticas. Condenando os impactos devastadores de conflitos geopolíticos, medidas coativas unilaterais e a fragmentação do comércio, o G-77 e China reiteraram seu compromisso inabalável com o multilateralismo e o desenvolvimento sustentável.

[8] Adotada em 1º de maio de 1974, durante a 6ª Sessão Especial da Assembleia Geral

8 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, por ocasião do debate geral conjunto do 2º Comitê sobre o item 15 da pauta, "Questões de política macroeconômica", e o item 16 da pauta, "Seguimento e implementação dos resultados das conferências internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento", durante a 81ª sessão da AGNU. *O 2º Comitê da AGNU é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras.*

O G-77 e a China reafirmaram a importância crítica da estabilidade macroeconômica, da transformação estrutural e de estratégias de crescimento resilientes e inclusivas para apoiar os países em desenvolvimento na implementação da Agenda 2030 e de suas prioridades nacionais.

Enfatizaram que a cooperação internacional deve estar pautada na solidariedade, na equidade e no direito de cada nação para adotar políticas adaptadas às suas circunstâncias locais, defendendo o fortalecimento da coordenação de políticas macroeconômicas e a criação de um ambiente global pacífico, estável e inclusivo.

Para enfrentar os desequilíbrios sistêmicos, o grupo destacou a necessidade de combater o elevado custo do capital para os países em desenvolvimento, melhorar o acesso à liquidez internacional e fortalecer o sistema multilateral de comércio centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC), apoiando reformas que servissem a todas as economias.

O grupo ressaltou a urgência de assegurar espaço fiscal adequado para os países em desenvolvimento alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alertando que os altos custos do serviço da dívida e dos empréstimos continuam a restringir o orçamento nacional. Por isso, apoiou uma maior cooperação internacional para enfrentar as vulnerabilidades da dívida e defendeu a estruturação de uma arquitetura financeira de endividamento mais previsível e equitativa, capaz de facilitar o financiamento concessional e misto.

Reiteraram que a mobilização eficiente de recursos domésticos deve ser acompanhada por apoio internacional, incluindo Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), cooperação técnica, compartilhamento de conhecimento e cooperação tributária inclusiva, respeitando a soberania fiscal de cada país. Adicionalmente, o G-77 condenou novamente a imposição de medidas coativas unilaterais no Sul Global e a elaboração de listas arbitrárias de supostos Estados patrocinadores do terrorismo.

Em relação ao desenvolvimento inclusivo, o grupo destacou a inclusão financeira como pilar fundamental, promovendo o acesso a financiamentos acessíveis para micro, pequenas e médias empresas, especialmente as lideradas por mulheres e jovens e o fortalecimento da alfabetização digital. Pediram fortemente o aumento do financiamento de longo prazo, previsível e alinhado às estratégias nacionais.

Nesse contexto, o G-77 e China destacaram a adoção do *Compromisso de Sevilla*, resultado da 4ª FfD4, IV considerando-o essencial para fechar o déficit anual de financiamento de 4 trilhões de dólares e impulsionar reformas na arquitetura de cooperação financeira internacional.

Por fim, o grupo anunciou o envio de seis projetos de resolução com propostas concretas sobre esses temas e reafirmou sua disposição para engajar-se de forma construtiva nas negociações.

7 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, na reunião plenária do 2º Comitê da AGNU sobre o item 18 da ordem do dia "Acompanhamento a implementação da Nova Agenda Urbana e fortalecimento do programa da ONU para os assentamentos humanos (ONU-HABITAT)", e o item 20 da ordem do dia "Grupos de países em situações especiais".

O Grupo reafirmou que os Países Menos Desenvolvidos permanecem no centro das atenções para o alcance da Agenda 2030, enfrentando restrições estruturais profundas, infraestruturas frágeis e extrema vulnerabilidade a choques externos, mudanças climáticas e crises globais. O Grupo reiterou apoio total ao Programa de Ação de Doha (2022-2031) como diretriz para a transformação estrutural, inclusão social e resiliência, encorajando os parceiros internacionais a cumprirem os compromissos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) com a alocação de 0,15% a 0,20% da Renda Nacional Bruta a esses países, além de garantirem financiamento concessional, transferência de tecnologia e reformas urgentes na arquitetura financeira global.

O grupo também apoiou a Revisão de Meio Termo do Programa em 2027 e o fortalecimento do Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (OHRLLS).

Em relação aos Países em Desenvolvimento Sem Litoral, o G-77 e China destacaram os desafios decorrentes da ausência de acesso direto ao mar, como os elevados custos de transporte e a conectividade limitada aos mercados mundiais. O grupo reforçou seu apoio ao Programa de Ação de Awaza (2024-2034) e à necessidade de parcerias regionais e internacionais focadas no desenvolvimento de corredores de trânsito eficientes, expansão de infraestrutura física e digital, diversificação de exportações e alavancagem da ciência e inovação. Incentivaram os parceiros de desenvolvimento ao alívio da dívida e ao financiamento previsível, ressaltando a cooperação Sul-Sul como um complemento indispensável à cooperação Norte-Sul.

Quanto à implementação dos resultados do ONU-Habitat, o grupo sublinhou que as cidades e os assentamentos humanos são motores essenciais do desenvolvimento sustentável, frisando a importância do acesso à moradia adequada e acessível, além do acesso universal a serviços básicos como água potável, saneamento, nutrição e proteção social para a erradicação da pobreza e da fome. Expressando preocupação com os desafios urbanos, o G-77 convocou o fortalecimento da cooperação internacional e a mobilização de meios de implementação adequados e previsíveis para os países em desenvolvimento.

O grupo ressaltou o impacto negativo de medidas econômicas, financeiras e comerciais unilaterais contrárias ao direito internacional e alertou para as ameaças das mudanças climáticas, reafirmando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Por fim, o bloco saudou a realização da 13ª sessão do Fórum Urbano Mundial (WUF13) em Baku, em maio de 2026, reafirmando seu compromisso com a solidariedade e a ação coletiva para tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

6 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre as atividades do Escritório de Ética durante a parte principal da 81ª sessão da AGNU.

O G-77 e a China reafirmaram que a ética é essencial para o funcionamento, a credibilidade e a reputação da Organização das Nações Unidas, destacando que uma função

ética independente e eficaz é indispensável para promover a integridade, a transparência e a prestação de contas.

Reiteraram seu apoio à independência do Escritório de Ética, incluindo a apresentação de relatórios diretos à AGNU, ressaltando que os altos funcionários devem liderar pelo exemplo e defender os mais elevados padrões de eficiência, competência e integridade, além de reafirmar a importância da representação geográfica equitativa na composição do Secretariado.

Em relação às atividades operacionais, o grupo observou que o Escritório atendeu a 2.025 solicitações de serviços em 2025, das quais 923 foram pedidos de aconselhamento ético, valorizando o seu papel como recurso independente, imparcial e confidencial para funcionários e gestores na identificação e gestão precoce de conflitos de interesse. A declaração enfatizou a necessidade de orientação contínua sobre atividades externas, aceitação de presentes, integridade institucional e riscos pós-emprego, para que ex-funcionários não usem suas funções anteriores para influenciar indevidamente as decisões da Organização. Sobre o programa de declaração financeira, o G-77 saudou a adesão de 99,9% dos declarantes obrigatórios, mas ressaltou que a apresentação deve ser seguida pela conclusão de todas as etapas de análise e verificação, frisando a implementação tempestiva das 237 recomendações de mitigação emitidas para os 201 potenciais conflitos de interesse identificados.

O grupo destacou que todo o pessoal deve ter condições de denunciar má conduta e colaborar com auditorias e investigações sem receio de retaliação. Após observar que o Escritório realizou 49 análises preliminares e encaminhou 10 determinações de indícios concretos (*prima facie*) para investigação pelo OIOS, com a confirmação de retaliação em cinco casos, o G-77 destacou a relevância de medidas preventivas e corretivas eficazes, além de responsabilização célere.

Por fim, o grupo reconheceu os riscos específicos enfrentados pelas equipes no terreno, saudou a expansão das ações junto a missões de paz e sistemas de coordenadores-residentes, elogiou a atuação do Painel de Ética na harmonização de normas e reafirmou seu compromisso em fortalecer uma cultura ética contínua em todo o trabalho diário da ONU.

6 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre os relatórios do Escritório de serviços de supervisão interna e do Comitê Consultivo independente de auditoria durante a parte principal da 81ª sessão da AGNU.

O Grupo reafirmou o papel essencial do Escritório de Serviços de Supervisão Interna (OIOS) no fortalecimento da supervisão da ONU através de auditoria, inspeção, avaliação e investigação, reiterando apoio total à sua independência operacional. O grupo saudou a cooperação contínua entre o OIOS, a Junta de Auditores e a Unidade de Inspeção Conjunta para reforçar a cobertura de riscos, exortando as entidades da ONU a cooperarem plenamente com o OIOS e o Secretário-Geral a reportar e prevenir qualquer impedimento ao trabalho do órgão.

Em relação aos relatórios, o G-77 observou a emissão de 308 relatórios com 543 recomendações (das quais 99,4% foram aceites) e uma economia estimada de 2,8 milhões de dólares, enfatizando que a aceitação das recomendações deve ser traduzida na sua implementação integral e atempada por parte da administração. No entanto, expressaram preocupação com as restrições de recursos que afetaram a supervisão, como recursos de auditoria interna 14% abaixo do planejado e postos de investigação vagos, sublinhando que as lacunas na cobertura de riscos devem ser devidamente informadas aos Estados-Membros. No

âmbito da Iniciativa ONU80, o grupo destacou a necessidade de avaliar rigorosamente os impactos das reduções de recursos e reformas nos controlos internos e na prestação de mandatos.

O grupo agradeceu a redução do tempo médio de conclusão das investigações para 10,1 meses, reforçando a política de tolerância zero contra fraude, corrupção e má conduta, além da importância da proteção contra retaliações a quem denuncie irregularidades. Observou a conclusão da avaliação externa global do OIOS, apelando à implementação das recomendações restantes. Contudo, manifestou preocupação com a sub-representação geográfica na equipa do OIOS, exigindo medidas concretas para recrutar candidatos qualificados de países não representados ou sub-representados.

Por fim, o G-77 e a China valorizaram o aconselhamento do Comitê Consultivo Independente de Auditoria (IAAC) e sublinhou a necessidade de corrigir deficiências persistentes nas áreas de compras, gestão de combustível e ativos, bem como de padronizar os critérios de notificação de fraudes.

O grupo solicitou ainda um controle mais rigoroso sobre a ocupação das instalações da Sede e o cumprimento das disposições de trabalho flexível para evitar abusos, reafirmando o seu compromisso com uma supervisão transparente, independente e eficiente para assegurar a prestação de contas na Organização.

5 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre o escritório da ONU para parcerias por ocasião da parte principal da 81ª sessão da AGNU.

O G-77 agradeceu à Diretora-Executiva do Escritório das Nações Unidas para Parcerias, Annemarie Hou, pela apresentação do relatório e registrou com apreço as atividades desenvolvidas pelo órgão ao longo de 2025, reiterando a relevância do seu papel na mobilização e sustentação de parcerias multisetoriais para o avanço dos ODS.

O grupo enfatizou que parcerias eficazes e inclusivas deveriam estar ancoradas no multilateralismo, no respeito à soberania nacional e nas prioridades dos países em desenvolvimento, alinhando-se aos planos nacionais de desenvolvimento com o envolvimento ativo das partes interessadas locais em todas as etapas de concepção, execução e avaliação dos projetos.

Em relação à questão financeira, o G-77 observou o repasse de 25,1 milhões de dólares realizado pela Fundação das Nações Unidas por meio do Fundo das Nações Unidas para Parcerias Internacionais (UNFIP) em 2025, que foram divididos entre doações diretas para projetos e arranjos fiduciários, incentivando iniciativas que convertessem recursos em melhorias sustentáveis para as populações.

Em contrapartida, manifestaram preocupação com a acentuada queda nas contribuições financeiras destinadas ao Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF), que reduziram de cerca de 6,78 milhões de dólares em 2024 para 1,95 milhão em 2025, ressaltando que, mesmo diante da forte demanda (com mais de 2,2 mil propostas recebidas de 130 países), apenas 30 projetos puderam ser aprovados em sua décima nona rodada. Diante desse cenário, o grupo apelou aos Estados-Membros e doadores para que ampliassem as contribuições voluntárias a ambos os fundos.

O G-77 e a China também destacaram iniciativas voltadas ao fortalecimento da liderança feminina e ao engajamento de jovens, mencionando ações do projeto "Mulheres se levantam por todas" (*Women Rise for All)* e programas de participação jovem na educação, defendendo que tais esforços fossem expandidos para ampliar oportunidades e capacidade decisória nos países em desenvolvimento. Além disso, foram observados os apoios prestados à área da saúde, imunização e cuidados psicossociais, incluindo ações para crianças no leste do Chade, encorajando parcerias que fortalecessem as instituições locais e atendessem a comunidades vulneráveis e refugiados.

Por fim, ressaltaram a urgência de melhorar o acesso dos países em desenvolvimento a recursos, tecnologias e capacitação digital e estatística, além do suporte à adaptação climática e à transição energética.

O grupo reiterou que a transparência, a prestação de contas, o rigor nos critérios de seleção de projetos e a supervisão interna continuavam sendo pilares fundamentais para a credibilidade das parcerias, conclamando o reforço e a coordenação com os Coordenadores-Residentes e equipes da ONU no terreno para evitar duplicidade de esforços e garantir resultados concretos no desenvolvimento sustentável.

5 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre a escala de contribuições para as despesas da ONU durante a parte principal da 81ª sessão da AGNU.

O G-77 & China reafirmaram que a ONU deve dispor dos recursos financeiros necessários para cumprir integralmente seus mandatos, destacando que todos os Estados-Membros têm o dever de quitar suas contribuições calculadas no prazo, sem condições e de forma completa.

Rejeitaram de forma contundente a retenção unilateral e persistente de recursos como instrumento de pressão ou influência política, classificando essa atitude como contrária à igualdade soberana prevista na Carta da ONU. Por outro lado, reconheceram que determinados países em desenvolvimento enfrentam dificuldades extraordinárias e alheias ao seu controle que inviabilizam temporariamente o pagamento de seus compromissos, defendendo a análise urgente de pedidos de isenção sob o Artigo 19 para esses casos.

Em relação às pendências financeiras, o grupo observou que não havia planos de pagamento plurianuais ativos no final de 2025, elogiaram os países que os concluíram e encorajaram os Estados com grandes atrasos a adotarem planos voluntários junto ao Secretariado. O G-77 também manifestou solidariedade aos quatro países-membros privados do direito de voto na Assembleia Geral e apoiou a recomendação para que São Tomé e Príncipe possa votar até o término da 81ª sessão.

Sobre as escalas de contribuição, o Grupo reiterou que a "capacidade de pagamento" deve ser o critério fundamental para a partilha das despesas da ONU. Embora a metodologia atual já tenha elevado significativamente a fatia proporcional cobrada dos países em desenvolvimento devido às mudanças econômicas globais, o grupo rejeitou alterações metodológicas voltadas a aumentar ainda mais esse encargo, frisando que a revisão prevista na resolução 79/249 deve respeitar o princípio da capacidade de pagamento. Para o G-77, os elementos centrais da metodologia, como Renda Nacional Bruta, período de base, taxas de conversão, teto para os Países Menos Desenvolvidos e os reajustes por baixa renda per capita e

endividamento são inegociáveis para refletir a real situação econômica dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, devendo ser amparados por dados estatísticos confiáveis e imparciais.

Por fim, a declaração aponta que o teto máximo de contribuição de 22% resulta de um compromisso político que distorce o princípio da capacidade de pagamento ao beneficiar um único Estado-Membro. Recordando que essa concessão feita em 2000 visava facilitar a quitação de dívidas passadas, o grupo ressalta que as recentes crises de liquidez da ONU foram causadas justamente por atrasos acumulados por esse mesmo Estado, convocando uma revisão dessa regra pela AGNU. Além disso, defenderam que organizações com status de observador ampliado, que gozam de direitos semelhantes aos dos Estados observadores, passem a arcar com obrigações financeiras correspondentes.

5 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, sobre a organização dos trabalhos do 5º Comitê durante a parte principal da 81ª sessão da AGNU*. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU*

Esta declaração teve seu foco principal na proposta do orçamento-programa para 2027. O Grupo destacou a necessidade imperativa de emissão de todos os relatórios nos seis idiomas oficiais da ONU, garantindo prazos adequados para deliberações e coordenação entre as delegações. Reafirmaram que o 5º como é o único encarregado de assuntos administrativos, financeiros e orçamentários, ressaltando o caráter intergovernamental da ONU, as prerrogativas dos Estados-Membros e a responsabilidade do Secretariado na execução dos mandatos aprovados, com ênfase no pilar de desenvolvimento e na representação geográfica equitativa da equipe das Nações Unidas.

No que tange às reformas orçamentárias, o Grupo enfatizou que a iniciativa ONU80 deve ser transparente, inclusiva e conduzida pelos Estados-Membros, distinguindo eficiências sustentáveis de meros cortes decorrentes de crises de liquidez. Medidas com impacto nos mandatos ou no funcionamento da Organização das Nações Unidas não devem ser implementadas antes da consideração e decisão da AGNU.

Adicionalmente, o G-77 & China expressaram preocupação com a ausência de consenso na 66ª Sessão do Comitê de Programa e Coordenação e destacaram a atenção que darão a temas como a Conta de Desenvolvimento, o sistema de Coordenadores-Residentes, o Fundo de Consolidação da Paz, projetos de infraestrutura (como no Escritório das Nações Unidas em Nairóbi e comissões regionais), além do trabalho dos órgãos de auditoria, inspeção e controle interno.

Por fim, embora tenham reconhecido a decisão histórica adotada na 80ª Sessão sobre a nova metodologia para devolução de créditos para aliviar pressões de liquidez, o Grupo reforçou que essa medida não substitui a obrigação legal de todos os Estados-Membros de pagarem suas contribuições obrigatórias em dia, integralmente e sem condições. A retenção unilateral e persistente de contribuições, os pagamentos em atraso e os arrolados acumulados comprometem a execução dos mandatos e sobrecarregam desproporcionalmente os países cumpridores de suas obrigações.

5 de outubro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 & China, na reunião plenária do Debate Geral do 2º Comitê da AGNU. *O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras*

Esta declaração aborda a necessidade urgente de fortalecer a cooperação internacional para resgatar a Agenda 2030 e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A mensagem enfatiza que os países em desenvolvimento enfrentam desafios estruturais simultâneos e mutuamente reforçados, como espaço fiscal limitado, alto endividamento, impactos das mudanças climáticas, insegurança alimentar e energética, além de profundos hiatos tecnológicos e digitais. Para o Grupo, a erradicação da pobreza em todas as suas formas permanece como o maior desafio global e o requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O G-77 e a China mais do que necessário, a mobilização de recursos e financiamento para o desenvolvimento. Eles defenderam a implementação do Compromisso de Sevilha (fruto da 4ª FfD4) e insistiram no financiamento previsível, adicional e acessível. Reforçaram a necessidade do cumprimento dos compromissos históricos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) por parte dos países desenvolvidos (meta de 0,7% da RNB), a capacitação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e a reforma da arquitetura financeira internacional para torná-la mais inclusiva e representativa.

O G-77 e China também destacaram a sustentabilidade da dívida, o acesso à liquidez (incluindo o redirecionamento de Direitos Especiais de Saque e o engajamento construtivo nas negociações da Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional para combater a evasão fiscal e fluxos financeiros ilícitos.

Em relação ao comércio internacional, eles reafirmaram o compromisso com um sistema multilateral aberto, transparente, não discriminatório e centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC), no qual o tratamento especial e diferenciado deve ser preservado. O Grupo rejeitou medidas restritivas e condenaram o uso de medidas coercitivas unilaterais que prejudicam o desenvolvimento socioeconômico.

No âmbito ambiental e de inovação, destacaram a necessidade de financiamento climático adicional, transferência de tecnologia em termos equitativos, apoio à adaptação e perdas e danos, além de acesso universal a energias sustentáveis e sistemas alimentares resilientes.

Abordaram ainda a governança inclusiva da inteligência artificial, o fortalecimento do sistema de desenvolvimento da ONU (pautado na liderança e prioridades nacionais) e reafirmaram o papel complementar da Cooperação Sul-Sul em relação à Cooperação Norte-Sul.

Por fim, o Grupo ressaltou a urgência de apoiar países em situações especiais (países menos desenvolvidos, sem litoral, pequenos estados insulares em desenvolvimento e países de renda média), defenderam o direito à autodeterminação de povos sob ocupação colonial e estrangeira, e a necessidade de transformar compromissos políticos em ações concretas de implementação.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques do MNA

20 de outubro de 2026 — MNA rejeita o espaço como "domínio de combate" e condena medidas coercitivas unilaterais contra atividades espaciais do Sul Global



Na 15ª sessão do 1º Comitê da Assembleia Geral da ONU (AGNU) — fórum dedicado ao desarmamento e à segurança internacional —, a Indonésia abriu o debate sobre o uso do espaço sideral em nome do MNA. Historicamente, o país atua como coordenador do Grupo de Trabalho do MNA sobre Desarmamento.

Em seu posicionamento, o MNA rejeitou categoricamente a classificação do espaço como "domínio de combate" (diretriz adotada pelos Estados Unidos em 2018).

O Grupo defendeu que a Conferência sobre o Desarmamento, que é o órgão multilateral sediado em Genebra que se reúne em sessões anuais contínuas, negocie com urgência um instrumento juridicamente vinculante para a Prevenção de uma Corrida Armamentista no Espaço Sideral. Para o MNA, medidas voluntárias de transparência entre os Estados são insuficientes para substituir um tratado formal e não podem ser impostas como pré-condição para o avanço das negociações.

O MNA apelou ainda que as potências globais se abstenham de aplicar medidas coercitivas unilaterais, sanções econômicas ou tecnológicas impostas sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, que limitem o acesso dos países em desenvolvimento a atividades espaciais pacíficas.

A pauta é de elevada relevância estratégica para o Sul Global, já que os sistemas de satélites sustentam infraestruturas essenciais como telemedicina, vigilância epidemiológica, monitoramento climático e redes de alerta precoce para desastres naturais. Restrições ao acesso a tais tecnologias aprofundam a dependência e a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento.

20 de outubro de 2026 — Da Tragédia do Himalaia à Ação Global: Nepal Lidera Ofensiva por Justiça Climática no MNA e na ONU

Durante a semana de alto nível da 81ª Sessão da AGNU, o chanceler nepalês, Shisir Khanal, levou a pauta da justiça climática às reuniões ministeriais do MNA, do G-77 e China, dos Países Menos Desenvolvidos e dos Países em Desenvolvimento Sem Litoral.

O engajamento marcou o primeiro registro público da realização da tradicional reunião ministerial do MNA à margem da AGNU neste ciclo.

A intensa articulação diplomática do Nepal responde a uma tragédia recente: em 26 de agosto de 2026, uma avalanche de gelo e rocha no Himalaia — provocada pelo aquecimento global — desencadeou inundações severas ao longo do Corredor Trisuli, também conhecido com Vale do Rio Trisuli. Esta é uma região geográfica, socioeconômica e de infraestrutura estratégica no Nepal, articulada ao longo do leito do Rio Trisuli (Trishuli), um dos principais afluentes do sistema do Rio Gandaki no Himalaia.



Thulagi glacial lake.
Photo: DURGA RANA MAGAR

O desastre de agosto causou milhares de vítimas, destruiu infraestruturas críticas e gerou um custo de reconstrução estimado em US$ 5 bilhões.

Diante do impacto da crise, o primeiro-ministro do Nepal, dedicou seu pronunciamento na AGNU integralmente à justiça climática, reiterando o argumento central de que as nações com as menores taxas de emissão de gases de efeito estufa são as que sofrem as consequências mais devastadoras. Em apoio a essa visão, o ex-Diretor Executivo Adjunto do UNICEF e ex-Secretário-Geral Assistente da ONU propôs uma estratégia de 10 anos para o país, articulada em três eixos principais:

- **Cooperação Regional:** Criação de um Mecanismo de Resiliência Climática do Himalaia, integrando sistemas de alerta precoce entre China, Índia e Nepal;
- **Articulação Multilateral:** Formação de uma aliança estratégica entre países montanhosos e a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS);
- **Liderança Global:** Apresentação da candidatura do Nepal para sediar a COP38 em 2033, marco de 80 anos da primeira escalada do Monte Everest.

A dimensão sanitária dessa agenda já integra o Plano Nacional de Adaptação do Nepal (2021–2050), que coloca a saúde humana como setor prioritário.

A cobrança por financiamento de perdas e danos climáticos — bandeira que o Nepal levará à COP31 em Antália, está diretamente relacionado com a capacidade dos países em desenvolvimento de reconstruir e fortalecer seus sistemas de saúde após desastres climáticos extremos.

16 de outubro de 2026 —MNA e a Agenda Nuclear na ONU: Controle de Armamentos, TPNW e Cooperação em Saúde



Na 11ª sessão do 1º Comitê da Assembleia Geral da ONU (AGNU) — fórum encarregado dos temas de desarmamento e segurança internacional —, a Indonésia abriu o debate temático sobre armas nucleares em nome do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), grupo do qual é coordenadora histórica no tema do desarmamento.

Em seu pronunciamento, o MNA lamentou o encerramento, em fevereiro de 2026, do Tratado *New START* — último acordo bilateral de controle de armas nucleares entre Estados Unidos e Rússia — sem a repactuação de um instrumento sucessor. O grupo defendeu categoricamente o desmantelamento total dos arsenais nucleares de forma transparente, irreversível, com prazos definidos e sob verificação internacional, cobrando a interrupção imediata dos programas de modernização dessas armas.

O MNA anunciou que seus Estados-membros e signatários do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW) vêm se mobilizando para a 1ª Conferência de Revisão do acordo, que será realizada entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 2026, sob a presidência da África do Sul. Paralelamente, os integrantes do MNA que fazem parte do Tratado de Não Proliferação (TNP) lamentaram o impasse histórico que levou ao fracasso de três Conferências de Revisão consecutivas (a 9ª, a 10ª e a 11ª), todas encerradas sem a adoção de um documento final consensual.

O MNA reiterou o apoio à criação de uma zona livre de armas nucleares e de destruição em massa no Oriente Médio e saudou a decisão da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), de 9 de setembro, de retirar de pauta a questão das salvaguardas nucleares da Síria.

Por fim, o MNA reafirmou o direito inalienável das nações em desenvolvimento ao uso pacífico da energia nuclear, pauta que reflete diretamente na saúde pública. Na mesma sessão, a AIEA destacou as ações de cooperação técnica na África, voltadas à expansão da radioterapia e da medicina nuclear no tratamento do câncer, além de aplicações estratégicas em segurança alimentar e gestão de recursos hídricos.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

Destaques

21 de outubro de 2026 — Azerbaijão ratifica o Acordo de Sede do Secretariado da NAMYO em Baku



O presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, sancionou a lei de ratificação do Acordo de Sede com a Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO), assinado em Baku em 10 de setembro de 2026.

Os Acordos de Sede (*host country agreements*) são os instrumentos jurídicos que estabelecem o estatuto legal de uma entidade internacional no país anfitrião, assegurando a base necessária para o funcionamento permanente do seu Secretariado.

Com a ratificação, a NAMYO, criada originalmente por iniciativa da gestão do Azerbaijão à frente do MNA (2019–2024), consolida formalmente sua sede na capital do país.

O ato fortalece a continuidade institucional da organização, acompanhando a eleição do nigeriano Muhammad Bello Bala-Shagari como seu primeiro presidente eleito, em 30 de setembro de 2026. Dessa forma, enquanto a liderança política passa para o continente africano, a estrutura administrativa e o Secretariado da NAMYO permanecem ancorados em Baku.

17 de outubro de 2026 — NAMYO recebe diretora da chancelaria azerbaijana para debate sobre diplomacia econômica



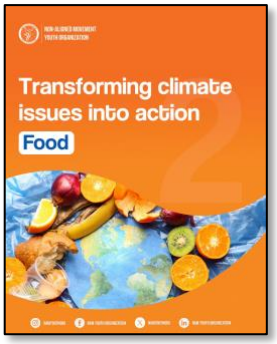
A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) recebeu em sua sede, em Baku, a Embaixadora Nargiz Gurbanova, Diretora do Departamento de Assuntos Econômicos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão.

O encontro integrou um ciclo de palestras promovido pela entidade para aproximar os jovens dos países membros do MNA do debate diplomático e da prática multilateral.

Com foco na diplomacia econômica do Azerbaijão, a palestra abordou a negociação e o uso de instrumentos de política externa para atrair investimentos, impulsionar o comércio internacional, promover a cooperação financeira e fortalecer a inserção em cadeias produtivas globais, que são atribuições do Departamento de Assuntos Econômicos Multilaterais, que coordena também a atuação do país em fóruns como a Organização Mundial do Comércio (OMC), os bancos de desenvolvimento e as instituições de Bretton Woods.

A iniciativa reflete a missão central da NAMYO de capacitar e formar novas gerações de diplomatas e gestores públicos no Sul Global. Ao conectar jovens líderes com especialistas e diplomatas de carreira, a organização fortalece o pensamento crítico sobre desenvolvimento econômico, soberania e cooperação Sul-Sul, pilares históricos indispensáveis para a atuação autônoma dos países em desenvolvimento no cenário internacional.

15 e 16 de outubro de 2026 — NAMYO mobiliza jovens do Sul Global para sistemas alimentares sustentáveis e participa do Fórum Mundial da Alimentação, em Roma[9,10,11]





[9] X — NAMYO — Transforming climate issue into action: food.
[10] X — NAMYO — WFF Intergenerational Panel Discussion.
[11] FAO — Dia Mundial da Alimentação 2026.

Na semana do Dia Mundial da Alimentação — celebrado em 16 de outubro, data que marca a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 1945, a NAMYO direcionou suas ações para a transformação dos sistemas alimentares.

Alinhada ao tema adotado pela FAO em 2026, **"Inovar hoje para alimentar amanhã***"*, a iniciativa enfatizou a urgência de soluções que ampliem o acesso a dietas saudáveis, combatam o desperdício e preservem os ecossistemas globais.

Como parte dessa agenda, a NAMYO lançou uma campanha global direcionada aos jovens dos países membros do MNA, ressaltando que a transição para sistemas alimentares sustentáveis depende da redução do desperdício, do consumo consciente e do fomento à agricultura sustentável.

Fundamentada em diretrizes da ONU e em dados do Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos (PNUMA/2024*)*, a campanha chamou a atenção para dois diagnósticos alarmantes, tais como:

- **Impacto Climático:** Os sistemas alimentares, desde a produção agrícola e o uso da terra até o transporte e o descarte, respondem por cerca de um terço de todas as emissões globais de gases de efeito estufa originadas pela ação humana;
- **Dimensão do Desperdício:** Somente em 2022, mais de 1,05 bilhão de toneladas de alimentos foram descartadas por domicílios, serviços de alimentação e pelo setor varejista.

Diante desse cenário, a NAMYO convocou os jovens a adotarem práticas cotidianas de impacto direto, como o planejamento de compras, o armazenamento correto de insumos, o combate ao desperdício de refeições, o reaproveitamento de sobras e a compostagem.

Para a organização, a transformação dos sistemas alimentares globais começa no engajamento individual e nas escolhas conscientes da juventude.

16 de outubro de 2026 — Sistemas Alimentares e Justiça Climática: A Atuação da NAMYO no WFF 2026

No encerramento do Fórum Mundial da Alimentação (WFF 2026), realizado de 8 a 16 de outubro na sede da FAO, em Roma, a NAMYO integrou o painel intergeracional **"Da evidência à ação: promovendo a liderança jovem nas respostas a perdas e danos".** O evento principal do WFF reuniu debates focados em ação jovem global, ciência e inovação, e investimentos pela iniciativa "de mãos dadas".



A participação da NAMYO teve o objetivo de conectar os jovens a uma das agendas mais sensíveis para o Sul Global na Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

No âmbito multilateral, o termo "perdas e danos" refere-se às consequências climáticas que ultrapassam a capacidade de mitigação ou adaptação, a exemplo de colheitas destruídas, meios de subsistência devastados e deslocamentos forçados.

Para subsidiar o debate técnico e de financiamento na UNFCCC, a Assembleia jovem do WFF promoveu uma chamada global por estudos de caso locais sobre o impacto climático nos sistemas agroalimentares. Essa mobilização ganhou peso estratégico às vésperas da COP31 (que ocorrerá em novembro, na Turquia) e está alinhada às demandas de justiça climática apresentadas pelo Nepal na reunião ministerial do MNA.

A questão reflete diretamente na saúde pública dos países em desenvolvimento, já que a insegurança alimentar decorrente de eventos climáticos extremos atua como um determinante social crítico, gerando desnutrição, vulnerabilidade a doenças e sobrecarga estrutural sobre os sistemas de saúde.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS. O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário.

Notícias de destaque

23 de outubro de 2026 – Centro Sul e Paquistão identificam novas frentes de cooperação



O Diretor-Executivo do Centro Sul se reuniu com o Embaixador Tahir Hussain Andrabi, novo Representante Permanente do Paquistão junto às Nações Unidas e outros Organismos Internacionais em Genebra.

O encontro teve como propósito central avaliar a agenda multilateral de desenvolvimento, examinar as prioridades estratégicas para o governo paquistanês e para o bloco dos países em desenvolvimento, além de mapear áreas concretas para o fortalecimento do trabalho conjunto no médio e longo prazo.

Durante o encontro, o Embaixador Andrabi destacou o papel singular do Centro Sul como um *think tank* intergovernamental independente voltado à defesa dos interesses do Sul Global, especialmente:

- **Cooperação Sul-Sul e Triangular:** O fortalecimento do intercâmbio de conhecimentos, boas práticas e capacidades técnicas entre nações em desenvolvimento;

- **Financiamento para o Desenvolvimento e Arquitetura Financeira Internacional:** A busca por mecanismos de financiamento previsíveis, justiça climática, alívio e reestruturação de dívidas soberanas para países vulneráveis;
- **Saúde Global e Acesso a Insumos:** A promoção da soberania sanitária, a equidade no acesso a medicamentos e a revisão das regras globais de preparação e resposta a pandemias;
- **Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia:** A defesa do uso de flexibilidades do Acordo TRIPS para salvaguardar o direito à saúde pública e ao desenvolvimento tecnológico do Sul;
- **Cooperação Tributária Internacional:** O apoio à formulação de regras fiscais globais mais equitativas, inclusivas e que combatam a evasão e os fluxos financeiros ilícitos.

22 de outubro de 2026 – Centro Sul anuncia participação no Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos da ONU



O Centro Sul participará do Fórum Social de 2026, que será realizado nos dias 29 e 30 de outubro. Convocado pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, o encontro abordará *"a contribuição da cooperação e da solidariedade internacionais, incluindo a cooperação Sul-Sul, para a realização do direito de todos ao mais alto nível possível de saúde física e mental"*.

A participação consolida a presença contínua do Centro Sul na agenda do direito à saúde junto ao CDH. Essa atuação inclui a declaração em apoio ao relatório da Relatora Especial sobre o Direito à Saúde, apresentada em junho de 2026, e a parceria com o Centro de Diplomacia da Saúde e Inclusão (CeHDI) — iniciada em 2025 com o objetivo de fortalecer a equidade e a perspectiva do Sul Global na saúde internacional.

21 de outubro de 2026 – Centro Sul e Filipinas discutem negociações em andamento em Genebra



O Diretor-Executivo do Centro Sul se reuniu com o Embaixador Eric Gerardo E. Tamayo, Representante Permanente Adjunto das Filipinas junto às Nações Unidas em Genebra. O encontro teve como objetivo examinar o andamento das negociações multilaterais e explorar novas oportunidades de cooperação técnica e institucional com o governo filipino.

A reunião reafirmou a sólida trajetória de parceria entre as Filipinas e o Centro Sul, da qual o país é Estado-membro desde a fundação.

Ao longo dos últimos anos, as Filipinas têm incentivado o Centro Sul a expandir seu apoio técnico em áreas estratégicas para as nações em desenvolvimento, como migração, desarmamento, economia digital, conectividade global, direito ao desenvolvimento e a elaboração do Acordo de Pandemias da OMS.

A pauta da economia digital, em particular, destaca-se como prioridade histórica para o governo filipino e alinha-se diretamente às contribuições que o Centro Sul apresentou ao Comitê Tributário da ONU.

21 de outubro – **Centro Sul e Angola revisam áreas de cooperação estratégica**

O Diretor-Executivo do Centro Sul se reuniu em Genebra com a Embaixadora Ana Maria de Oliveira, Representante Permanente de Angola junto às Nações Unidas e demais organizações internacionais. O encontro de trabalho teve como propósito examinar as áreas de cooperação bilateral e avaliar os processos de negociação multilateral prioritários para o governo angolano e para o bloco dos países em desenvolvimento.



Angola integra o Centro Sul desde a sua fundação, com destaque recente para o adensamento da cooperação técnica na área tributária. Nesse âmbito, a Iniciativa Tributária do Centro Sul e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, via iniciativa *Tax for SDGs*) promoveram, em Luanda, em 2024, uma capacitação sobre a tributação da economia digitalizada voltada a cerca de 25 técnicos da Administração Geral Tributária (AGT) e do Ministério das Finanças de Angola.

A formação contou com a participação da especialista angolana Elisangela Rita, membro do Comitê de Peritos Tributários da ONU. Na ocasião, as instituições reafirmaram o compromisso de prestar apoio contínuo à AGT, inclusive na implementação de normas sobre preços de transferência — mecanismo essencial para evitar a evasão fiscal e a transferência artificial de lucros corporativos entre jurisdições.

20 a 23 de outubro de 2026 – **Centro Sul participa da 33.ª sessão do Comitê de Peritos da ONU sobre Cooperação Tributária**



O Centro Sul acompanhou a 33ª sessão do Comitê de Peritos da ONU sobre Cooperação Internacional em Matéria Tributária, realizada de 20 a 23 de outubro no *Palais des Nations*, em Genebra.

Durante os trabalhos, a instituição reafirmou a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento na reforma da fiscalidade global. Para o Centro Sul, a revisão das regras de nexo e de atribuição de lucros na economia digital permanece como prioridade estratégica para o Sul Global, por definir as condições sob as quais uma corporação transnacional pode ser tributada no país onde gera receita.

Como órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), o Comitê é composto por 25 especialistas independentes nomeados pelo Secretário-Geral António Guterres para o mandato 2025–2029 (com apoio técnico do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas — UN DESA).

Os peritos avaliaram as primeiras entregas técnicas da gestão, abordando temas como:

- A tributação de grandes fortunas;

- A aplicação de impostos ambientais;
- A valoração de minerais críticos;
- O uso de inteligência artificial pelas administrações tributárias;
- A tributação de serviços digitais e prestados sem presença física.

Essa atuação se alinha diretamente ao posicionamento defendido pelo Centro Sul durante a Reunião de Ministros e Governadores do G-24, ocorrida em 13 de outubro, em Bangkok. Na ocasião, o Diretor-Executivo Carlos Correa ressaltou que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC) representa um forte potencial de arrecadação para o Sul Global.

Carlos Correa defendeu a conclusão do texto da Convenção e de seus dois protocolos, focados em serviços transfronteiriços e resolução de controvérsias, até o prazo final de julho de 2027, propondo ainda que a futura Conferência das Partes disponha de mecanismos para proteger os países de coerções unilaterais ao implementarem essas regras.

14 de outubro – **Centro Sul recebe estudantes da HTW Berlin para diálogo sobre governança global**



O Centro Sul recebeu estudantes do Mestrado em Economia Internacional e do Desenvolvimento (MIDE) da Universidade de Ciências Aplicadas de Berlim (HTW Berlin).

O diálogo serviu para apresentar o trabalho da organização no apoio aos países em desenvolvimento, com vistas a um sistema de governança global mais justo e a uma voz mais ampla do Sul Global na arena multilateral.

O MIDE é um mestrado de 18 meses, ministrado em inglês, com turmas anuais de cerca de 40 estudantes de mais de 20 nacionalidades. O curso forma profissionais para a cooperação internacional e para organismos multilaterais. A visita de estudo a Genebra aproxima futuros quadros técnicos, muitos deles oriundos do próprio Sul Global, do debate sobre desenvolvimento conduzido pelo Centro Sul.

Nota Informal

14 de outubro de 2026 – Centro Sul publica nota informal sobre cálculo de danos no Grupo de Trabalho III da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL)


SOUTH CENTRE

CAUSATION, STANDARDS OF PROOF AND VALUATION UNDER UNCITRAL WORKING GROUP III: Reducing Uncertainty and Decisional Subjectivity

Informal Note, 14 October 2026

By José Manuel Alvarez Zárate, Universidad Externado de Colombia

ABSTRACT

The assessment of damages has been one of the areas in which States participating in UNCITRAL Working Group III have expressed concerns about inconsistency, unpredictability and the correctness of ISDS awards. The successive versions of the draft provision on damages were intended to address those concerns. The revised Draft Provision 20 in WP.288 have incorporated a but-for test, requires loss or damage to be directly caused by the breach, replaces the former requirement of satisfactory evidence with a reasonable degree of certainty, and, for certain future damages, proposes a clear and convincing evidence standard. These developments, however, do not fully resolve the evidentiary and causal problem. Identifying who bears the burden of proof does not determine how much uncertainty that party must overcome before a factual proposition may be treated as established. Nor does reasonable degree of certainty, without further criteria, explain how the

José Manuel Alvarez Zárate.

O Centro Sul lançou uma nota informal sobre causalidade e padrões de prova no Grupo de Trabalho III da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), com o objetivo de conferir maior previsibilidade e rigor técnico às decisões do sistema de Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado (ISDS).

A publicação ocorreu paralelamente à 55ª sessão do Grupo de Trabalho, em Viena entre 12 e 16 de outubro de 2026, que examinou o texto revisado do Projeto de Disposição 20 sobre avaliação de danos e compensação.

O documento valoriza avanços no projeto do texto, mas enfatiza que os tribunais arbitrais precisam diferenciar com precisão a existência da perda, a causalidade factual, a fundamentação jurídica e a quantificação do prejuízo. A iniciativa dá continuidade aos estudos da instituição (como o *Research Paper 207,* de 2024) para coibir subjetividades na fixação de indenizações.

Para os países em desenvolvimento, o rigor nessas normas é urgente: indenizações de grande porte impostas via arbitragem internacional — a exemplo da condenação do Paquistão a mais de US$ 5,8 bilhões em 2019 — reduzem drasticamente os recursos estatais destinados a políticas de saúde, clima e infraestrutura.

G20, G7 e OCDE

G20, G7 y OCDE

G20, G7 and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Deliberações de Comércio do G20 em Milwaukee Antecipam Desafios para a Cúpula de Líderes

Las deliberaciones sobre comercio del G-20 en Milwaukee anticipan desafíos para la Cumbre de Líderes

G20 Trade Discussions in Milwaukee Foreshadow Challenges for the Leaders' Summit

Resumo: O presente informe analisa os desdobramentos da Reunião Ministerial de Comércio do G20 em Milwaukee, etapa preparatória para a Cúpula de Líderes na Flórida. O documento examina as fricções que marcaram o encontro sob a presidência norte-americana, destacando a ausência de consenso em temas como sobrecapacidade industrial, cláusula da Nação Mais Favorecida e trabalho forçado, em contraste com a aprovação consensual da declaração contra a instrumentalização dos alimentos. O texto detalha a firme oposição da delegação brasileira à proliferação de fóruns paralelos em defesa da centralidade da OMC, articulando esse posicionamento aos atritos tarifários bilaterais entre Brasília e Washington, e conclui com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo discurso em favor do multilateralismo e as repercussões internacionais antecipam um cenário de resistência política à agenda norte-americana na Cúpula dos Líderes.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe analiza los resultados de la Reunión Ministerial de Comercio del G-20 celebrada en Milwaukee, etapa preparatoria para la Cumbre de Líderes en Florida. El documento examina las tensiones que marcaron la reunión bajo la presidencia estadounidense, destacando la falta de consenso en temas como el exceso de capacidad industrial, la cláusula de la nación más favorecida y el trabajo forzoso, en contraste con la aprobación por consenso de la declaración contra la weaponización de los alimentos. El texto detalla la firme oposición de la delegación brasileña a la proliferación de foros paralelos en defensa de la centralidad de la OMC, relacionando esta postura con los roces arancelarios bilaterales entre Brasilia y Washington, y concluye con la reelección de Luiz Inácio Lula da Silva, cuyo discurso a favor del multilateralismo y cuyas repercusiones internacionales anticipan un escenario de resistencia política a la agenda estadounidense en la Cumbre de Líderes.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.*

Abstract: *This report analyzes the developments of the G20 Trade Ministerial Meeting in Milwaukee, a preparatory step for the Leaders' Summit in Florida. The document examines the*

tensions that marked the meeting under the U.S. presidency, highlighting the lack of consensus on issues such as industrial overcapacity, the Most-Favored-Nation clause, and forced labor, as opposed to the unanimous approval of the declaration against the weaponization of food. The text details the Brazilian delegation's firm opposition to the proliferation of parallel forums in defense of the WTO's central role, linking this stance to the bilateral tariff disputes between Brasília and Washington, and concludes with the reelection of Luiz Inácio Lula da Silva, whose advocacy for multilateralism and the resulting international repercussions foreshadow a scenario of political resistance to the U.S. agenda at the Leaders' Summit.

Keywords: *G20; USA.*

Em continuidade às deliberações que antecedem a realização da Cúpula de Líderes, realizou-se em Milwaukee, no estado de Wisconsin, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2026, a Reunião Ministerial de Comércio do G20. A programação oficial articulou sessões formais de negociação, fóruns temáticos paralelos, visitas técnicas e compromissos institucionais. O calendário de atividades teve início na véspera do encontro, com uma recepção de boas-vindas oferecida conjuntamente pela *Business Roundtable* e pela *National Association of Manufacturers*. Durante os dias do evento, os temas discutidos giraram em torno de quatro eixos prioritários de trabalho: a instrumentalização e a armamentização dos alimentos, o excesso de capacidade e de produção estruturais, a revisão do princípio da Nação Mais Favorecida (MFN, na sigla em inglês)[1] e a erradicação do trabalho forçado nas cadeias globais de suprimento. Para além dessas discussões, os membros contaram com uma visita técnica guiada às instalações da *Rockwell Automation*, oportunidade em que os ministros do G20 conversaram com dirigentes industriais sobre o fortalecimento das cadeias de suprimento e as estratégias voltadas à reindustrialização; além de um jantar oferecido em conjunto pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) e pelo Departamento de Agricultura (USDA).

O discurso de abertura foi proferido pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, no salão principal do Pfister Hotel. Na ocasião, Greer resgatou o título histórico da cidade como a oficina mecânica do mundo para simbolizar a base produtiva, industrial e agrícola que o governo norte-americano busca incentivar. No plano histórico, o embaixador recordou que, naquele mesmo espaço, em novembro de 1959, o então senador John F. Kennedy proferiu o discurso intitulado "*The Years the Locusts Have Eaten*", alertando para a perda de competitividade industrial e agrícola da nação e criticando a inércia política e a fidelidade cega às regras multilaterais. Greer estabeleceu uma ponte direta com a atualidade ao sustentar que a economia global padece há mais de uma década de desequilíbrios macroeconômicos, excesso de capacidade estrutural e coerção econômica sem respostas efetivas, ressaltando que os compromissos assumidos pelo G20 em 2016 para conter a superprodução industrial converteram-se, dez anos depois, em distorções ainda mais acentuadas no comércio internacional.

[1] Estabelecido no GATT em 1994, o Princípio da Nação Mais Favorecida (NMF) é uma regra de não discriminação no comércio internacional que determina que se um país concede uma vantagem comercial a um Estado, deve estender o mesmo benefício de forma automática a todos os demais membros da Organização Mundial do Comércio.

Assim, em sua intervenção, o embaixador defendeu a estratégia comercial da administração de Donald Trump, enfatizando a combinação de tarifas e acordos bilaterais como ferramentas para reduzir o déficit comercial, fortalecer a resiliência das cadeias produtivas e restabelecer o equilíbrio e a reciprocidade no comércio global. Ao detalhar os quatro pilares da conferência, Greer condenou o uso de ações comerciais coercitivas envolvendo produtos agrícolas pelos graves prejuízos humanitários e econômicos decorrentes, denunciou as políticas não orientadas pelo mercado que geram superprodução e transbordam para os mercados mundiais sufocando empresas e trabalhadores locais, defendeu a reavaliação da aplicação incondicional do princípio da Nação Mais Favorecida sob o argumento de que a regra atual limita a capacidade dos Estados de responder a práticas distorcidas, e qualificou o trabalho forçado como uma violação humanitária e uma forma de concorrência desleal que introduz mercadorias a preços artificialmente reduzidos no mercado.

Figura 1: Ministros e autoridades reunidos na Reunião de Comércio do G20 em Milwaukee.



Fonte: G20, 2026.

Para ilustrar a necessidade de reformar o sistema multilateral herdado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1947 e da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1995, Greer recorreu a metáforas da arquitetura internacional. Mencionando uma experiência brasileira, o embaixador citou a arquiteta Lina Bo Bardi e a conversão de uma fábrica abandonada de tambores de aço em São Paulo no centro cultural Sesc Pompeia, além de mencionar o arquiteto chinês Wang Shu pelo reaproveitamento de materiais de edificações históricas para erguer estruturas contemporâneas. A dimensão processual e de longo prazo da reconstrução do sistema internacional foi comparada à Basílica da Sagrada Família de Antoni Gaudí, em Barcelona, momento em que dirigiu uma menção descontraída ao ministro do comércio da Índia, Piyush Goyal, qualificando-o como ministro vitalício. Por fim, Greer invocou o legado do arquiteto local de Wisconsin, Frank Lloyd Wright, para reforçar a premissa de que a política comercial norte-americana procura conectar o passado, a comunidade e o futuro de forma sustentável.

A despeito da tentativa da administração norte-americana de destacar consensos pontuais, a cobertura da imprensa internacional, incluindo apurações da *Reuters* e da *Associated*

Press, revelou que o encontro em Milwaukee terminou com escassos avanços práticos e sob um clima de tensão diplomática entre as maiores economias do mundo. As negociações foram marcadas por divergências, pela incapacidade de fechar acordos multilaterais sobre temas centrais para Washington e por embates diretos entre grandes blocos econômicos. A principal prioridade dos Estados Unidos consistia em obter uma condenação coletiva do G20 à sobrecapacidade industrial. O governo norte-americano acusou abertamente a China de conceder subsídios massivos a setores como aço, automóveis, baterias, papel e semicondutores, gerando uma produção que excede em muito a demanda interna e inunda os mercados internacionais com produtos vendidos abaixo do custo de produção, desestruturando indústrias e empregos nos Estados Unidos e em outros países.

A iniciativa dos EUA esbarrou na veemente oposição de Pequim, que rejeitou as acusações de superprodução industrial, qualificando a narrativa ocidental como um artifício retórico destinado a justificar práticas protecionistas contrárias às normas da OMC. Diante do bloqueio a uma declaração conjunta do bloco sobre o tema, Greer declarou à imprensa que quase todos os países reconhecem a necessidade de agir e concordam que o sistema atual de reparações comerciais é insuficiente para resolver a questão, usando essa alegada ineficácia multilateral para justificar a imposição de tarifas unilaterais pelos Estados Unidos. Esse embate contrasta com o precedente da reunião de Finanças do G20, realizada em meados de setembro na Carolina do Norte, na qual todos os membros do fórum, à exceção da China, concordaram em adotar medidas contra políticas econômicas "não mercadológicas" e distorções comerciais que geram dependência excessiva das exportações. A preocupação norte-americana foi publicamente respaldada pela União Europeia, por meio do Comissário de Comércio, Maros Sefcovic, que alertou para a ameaça direta das exportações chinesas aos segmentos industriais europeus vitais, como a siderurgia e o setor automotivo, advertindo que o transbordamento da superprodução global atingiu um patamar crítico, capaz de colocar setores inteiros em perigo no prazo de poucas semanas ou meses.

A impossibilidade de consenso no fórum, no entanto, impulsionou a fragmentação dos debates em arranjos paralelos e restritos a parceiros alinhados. No âmbito do Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Aço da OCDE, estrutura que não conta com a participação da China e da Índia, um grupo composto por 28 países ocidentais concordou em articular o aumento de tarifas contra o aço chinês e em combater subsídios governamentais. Semanas após a reunião de Milwaukee, os Estados Unidos articularam uma declaração externa assinada por doze membros do G20 juntamente com a União Europeia e a Polônia, congregando Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, França, Itália, Japão, México, Reino Unido, Turquia e Índia na condenação explícita de sobrecapacidades produtivas não orientadas pelo mercado. Essa iniciativa paralela deixou de fora potências emergentes e parceiros tradicionais, como China, Brasil, Indonésia, Rússia, Arábia Saudita e África do Sul, o que ensejou declarações de Greer no sentido de que, diante de um sistema comercial global disfuncional, a administração norte-americana avançaria com correções estruturais ao lado de parceiros que compartilham de sua visão.

O ambiente de animosidade multilateral refletiu-se igualmente na relação bilateral entre os Estados Unidos e o Canadá ao longo de todo o evento. As delegações reuniram-se no ápice de uma severa escalada tarifária iniciada recentemente, quando o governo norte-americano impôs tarifas de 50% sobre cerca de 20 bilhões de dólares em produtos canadenses, deflagrando retaliações imediatas por parte de Ottawa e levando a Casa Branca a proibir, na

própria semana da reunião em Milwaukee, a importação de quase 1 bilhão de dólares em bebidas alcoólicas, laticínios e motocicletas do Canadá. Em meio a esse impasse, o ministro canadense responsável pelo comércio com os Estados Unidos, Dominic LeBlanc, ausentou-se do encontro. Coube ao ministro encarregado do comércio exterior para mercados não norte-americanos, Maninder Sidhu, comparecer a Milwaukee para acelerar a diversificação comercial do país, mantendo negociações bilaterais com o ministro indiano Piyush Goyal e destacando um crescimento de 17%, equivalente a 33 bilhões de dólares, no intercâmbio comercial canadense fora dos Estados Unidos. Em declarações públicas, Sidhu fez um apelo direto aos anfitriões pela retomada da cooperação mútua, apontando que ambos os países compartilham desafios semelhantes, ao passo que Greer sustentou em entrevista à *Fox Business* que as portas norte-americanas continuam abertas a um acordo, embora tenha reconhecido a complexidade dos temas pendentes.

A resistência de parte expressiva do G20 manifestou-se também em torno das pautas de trabalho forçado e da revisão do princípio da Nação Mais Favorecida. Os ministros não alcançaram consenso para incluir compromissos de fiscalização e proibições de importação vinculadas a alegações de trabalho forçado, agenda que tem servido de sustentação jurídica para a aplicação de tarifas pela administração Trump contra 59 países e a União Europeia, alcançando 99% das importações norte-americanas após a Suprema Corte ter invalidado, em fevereiro de 2026, as tarifas universais instituídas no ano anterior. A recusa gerou frustração em Greer, que denunciou a falta de disposição dos membros do bloco em banir bens produzidos sob essas condições. No tocante ao princípio da Nação Mais Favorecida, os Estados Unidos defenderam formalmente o fim de sua aplicação incondicional, sustentando que a regra enfraquece a reciprocidade e permite a existência de participantes que se beneficiam do sistema comercial sem cumprir obrigações equivalentes. A representação norte-americana optou por não demandar um posicionamento conjunto imediato sobre o MFN, caracterizando a iniciativa como o início de um debate estrutural de longo prazo. Em conversas reservadas de bastidor, Greer tratou ainda com homólogos da França e da Alemanha sobre a liberação coordenada de estoques estratégicos de diesel para amenizar pressões sobre a oferta e os preços internacionais, evitando pronunciar-se sobre apurações da imprensa acerca de eventuais advertências de Washington sobre restrições às exportações norte-americanas de combustível caso os governos europeus não liberassem suas reservas.

Em meio a esse cenário de divisões e bloqueios, o único resultado formal chancelado por todos os integrantes do fórum foi a Declaração dos Ministros de Comércio do G20 sobre a Instrumentalização dos Alimentos por meio de Ações Comerciais Coercitivas (*G20 Trade Ministers' Statement on the Weaponization of Food through Coercive Trade Actions).* Em texto conciso, o documento estabelece uma condenação clara contra governos que adotam medidas destinadas a desacelerar, interromper, bloquear ou canalizar o comércio internacional de alimentos, produtos agrícolas e insumos, com a finalidade de exercer pressão coercitiva e obter concessões geopolíticas não relacionadas ao setor. O texto assinala que essas condutas ameaçam o sustento das populações, corroem a confiança nos mercados internacionais, distorcem a livre concorrência entre produtores e consumidores e impactam severamente a segurança alimentar de populações vulneráveis. A declaração manifesta profunda preocupação com o uso de barreiras formais ou informais que utilizam falsas alegações regulatórias ou sanitárias para disfarçar objetivos de coerção política, estabelecendo salvaguarda expressa para medidas transparentes e em conformidade com as regras internacionais voltadas a cumprir metas legítimas de política interna, como a segurança alimentar nacional. Essa convergência

humanitária foi reiterada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, que confirmou o entendimento de que restrições comerciais não podem ser instrumentalizadas de modo a vulnerabilizar o abastecimento básico de alimentos.

A despeito dessa adesão pontual ao documento voltado à instrumentalização de alimentos, a atuação da delegação brasileira em Milwaukee caracterizou-se por uma oposição abrangente às quatro prioridades comerciais apresentadas pela presidência norte-americana, conforme relatado em reportagem do Valor Econômico. Representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e por Márcio Elias Rosa, o governo brasileiro rejeitou a adesão a mecanismos bilaterais e plataformas paralelas, sustentando a premissa de que qualquer revisão estrutural nas regras do comércio internacional deve ser conduzida formalmente no âmbito do processo de reforma da OMC. No tocante à flexibilização da cláusula da Nação Mais Favorecida, o Brasil classificou a iniciativa como inadequada, defendendo que o princípio constitui a espinha dorsal da ordem multilateral e não pode ser objeto de flexibilização por meio de entendimentos pontuais no G20, interpretação que encontra respaldo no próprio relatório mundial da OMC de 2026 ao qualificar a regra como alicerce indispensável da cooperação global. No debate sobre a superprodução, voltado a conter setores industriais e de transição energética não guiados pelo mercado com foco explícito na China, Brasília reconheceu os reflexos do avanço da competitividade asiática sobre a indústria nacional, mas recusou a criação de estruturas regulatórias fora da OMC, advogando que eventuais medidas de salvaguarda e contenção devem permanecer vinculadas aos instrumentos multilaterais de defesa comercial preexistentes.

A mesma postura crítica orientou o posicionamento brasileiro sobre o trabalho forçado e a segurança alimentar. Diante da proposta norte-americana de instituir mecanismos de intercâmbio de dados e de fiscalização no G20 para banir mercadorias associadas ao trabalho compulsório, a diplomacia brasileira manifestou profunda apreensão com o risco de que o dispositivo seja instrumentalizado como barreira protecionista disfarçada para restringir mercados, opondo-se à iniciativa enquanto o tema continuar a ser utilizado como mecanismo de tarifação unilateral. Essa desconfiança decorreu da recente imposição de uma sobretaxa de 12,5% sobre produtos brasileiros, sob a justificativa de fiscalização do trabalho forçado. Já no que tange à instrumentalização dos alimentos, apesar de ter aceito a declaração sobre o tema, o Brasil inicialmente avaliou que a formulação apresentada pelos Estados Unidos era restritiva por não contemplar a totalidade dos bloqueios que vitimam populações civis, defendendo um enquadramento integralmente alicerçado no Direito Internacional e no Direito Humanitário que incorporasse, obrigatoriamente, episódios críticos como os bloqueios impostos à Faixa de Gaza, até convergir para o consenso final centrado no suprimento alimentar.

Por fim, como desdobramento das eleições presidenciais brasileiras, em seu primeiro discurso após a confirmação de sua reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um breve aceno ao G20 e a outros fóruns internacionais de articulação política, como o BRICS e o G7. Ao qualificar o resultado eleitoral como uma vitória contra o negacionismo e a mentira, Lula invocou sua rotina de reuniões anuais para destacar a diversidade de espaços que frequenta e a seriedade com que se debatem os grandes temas globais, contrapondo essa trajetória multilateral ao que definiu como uma completa ausência de humanismo no confronto eleitoral doméstico.

O resultado das urnas repercutiu imediatamente entre as lideranças internacionais e nos próprios polos que disputam a governança do G20. No bloco europeu, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, figuraram entre os primeiros a felicitar Lula, resgatando a estreita colaboração mantida para a conclusão do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Em sua mensagem, Von der Leyen sustentou que a democracia e o multilateralismo saíram vitoriosos no Brasil, sublinhando a continuidade da parceria bilateral em prol de um comércio livre e aberto, de uma ordem global baseada em regras e de fortes ambições para a agenda do clima. António Costa, que conversou diretamente com Lula, pontuou que o povo se pronunciou de forma soberana, reiterando o compromisso de aprofundar os laços mútuos, enfrentar os desafios globais e construir um cenário internacional mais pacífico e próspero. Donald Trump, por sua vez, ao ser questionado por jornalistas sobre uma eventual reação ao resultado, declarou que não governa o Brasil, mas sim os Estados Unidos, assinalando que mantém apreço por Lula e que se relaciona muito bem com ele, embora tenha qualificado como "muito estranha" a prorrogação concedida durante o processo eleitoral. No âmbito regional, líderes de direita do continente e aliados de Washington, como o presidente colombiano Abelardo de la Espriella e a peruana Keiko Fujimori, reconheceram formalmente a vitória de Lula, enquanto o presidente argentino, Javier Milei, não se manifestou até o fechamento dessas informações.

A validação dessa liderança nas urnas e o respaldo das mensagens europeias e regionais projetam um quadro de tensões e incertezas para a Cúpula de Líderes do G20, prevista para os dias 14 e 15 de dezembro na Flórida. As divergências substantivas registradas em Houston, durante o encontro do GT de Abundância Energética, abordado no informe anterior, e, recentemente, em Milwaukee, demonstram que as propostas da presidência norte-americana enfrentarão oposição no plenário de chefes de Estado. Longe de encontrar um ambiente de chancela passiva para a sua agenda econômica, os preparativos para o encerramento do mandato dos Estados Unidos indicam que o encontro na Flórida será palco de confrontos sobre a governança global, a segurança energética e o papel das instituições multilaterais.

Referências

Alma Preta. (2026, outubro). Confira a íntegra do discurso de Lula após vitória eleitoral. Alma Preta Jornalismo. https://almapreta.com.br/sessao/politica/integra-discurso-lula-quarto-mandato/

Associated Press. (2026, outubro). G20 trade ministerial marked by disputes over tariffs, Canada and China. AP News. https://apnews.com/article/trade-trump-canada-china-a49cd9e6132e9ad7937b7b35f08e0470

G1. (2026, 26 de outubro). Trump fala sobre eleição no Brasil: 'Pareceu mais uma eleição fraudada'. G1. https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/10/26/trump-fala-sobre-eleicao-no-brasil-pareceu-mais-uma-eleicao-fraudada.ghtml

G20. (2026, 1 de outubro). G20 Trade Ministers' statement on the weaponization of food through coercive trade actions. Office of the United States Trade Representative. https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/Final%20G20%20Statement%20Weaponization%20of%20Food%20for%20Members.pdf

Moreira, A. (2026, outubro). Brasil se opõe às quatro propostas dos EUA no G20 de comércio. Valor Econômico. https://valor.globo.com/google/amp/opiniao/assis-moreira/coluna/brasil-se-opoe-as-quatro-propostas-dos-eua-no-g20-de-comercio.ghtml

Office of the United States Trade Representative. (2026a, outubro). Ambassador Greer issues statement on G20 trade ministers reaching consensus condemning weaponization. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/october/ambassador-greer-issues-statement-g20-trade-ministers-reaching-consensus-condemning-weaponization

Office of the United States Trade Representative. (2026b, setembro). Ambassador Greer to travel to Milwaukee, Wisconsin to host G20 Trade Ministerial. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/september/ambassador-greer-travel-milwaukee-wisconsin-host-g20-trade-ministerial

Office of the United States Trade Representative. (2026c, setembro). Ambassador Greer's opening remarks at the G20 Trade Ministerial. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/speeches-and-remarks/2026/september/ambassador-greers-opening-remarks-g20-trade-ministerial

Reuters. (2026a, 1 de outubro). G20 trade chiefs denounce food trade coercion, not excess factory capacity. https://www.reuters.com/world/china/g20-trade-chiefs-denounce-food-trade-coercion-not-excess-factory-capacity-2026-10-01/

Reuters. (2026b, 1 de outubro). Greer urges G20 to back Trump tariff agenda, takes aim at China. https://www.reuters.com/world/china/greer-urges-g20-back-trump-tariff-agenda-takes-aim-china-2026-10-01/

Reuters. (2026c, 7 de outubro). Some G20 trade ministers sign US-led statement denouncing excess factory capacity. https://www.reuters.com/business/some-g20-trade-ministers-sign-us-led-statement-denouncing-excess-factory-2026-10-07/

G7: resultados técnicos em Bangkok e o consenso rompido sobre a Rússia

G7: resultados técnicos en Bangkok y la falta de consenso sobre Rusia

G7: technical results in Bangkok and the lack of consensus on Russia

Resumo: Entre 12 e 25 de outubro de 2026, os ministros de Finanças e de Desenvolvimento do G7 se reuniram em Bangkok e anunciaram recursos para Chernobyl e para a segurança alimentar. Não houve comunicado conjunto. No mesmo período, os Estados Unidos flexibilizaram as sanções à Rússia, contrariando o compromisso assumido pelo grupo dias antes, e os países europeus reagiram.

Palavras-chave: G7; sanções à Rússia; segurança energética.

Resumen: *Entre el 12 y el 25 de octubre de 2026, los ministros de Finanzas y de Desarrollo del G7 se reunieron en Bangkok y anunciaron fondos para Chernóbil y para la seguridad alimentaria. No hubo comunicado conjunto. En el mismo período, Estados Unidos flexibilizó las sanciones a Rusia, en contra del compromiso asumido por el grupo días antes, y los países europeos reaccionaron.*

Palabras clave: *G7; sanciones a Rusia; seguridad energética.*

Abstract: *Between October 12 and 25, 2026, G7 finance and development ministers met in Bangkok and announced funding for Chornobyl and for food security. No joint communiqué was*

issued. In the same period, the United States eased sanctions on Russia, contrary to the commitment the group had made days earlier, and European countries pushed back.

Keywords: *G7; sanctions on Russia; energy security.*

Na última quinzena, dois eventos no âmbito chamaram a atenção. Primeiramente, a agenda técnica da presidência francesa avançou com duas reuniões ministeriais em Bangkok, à margem das reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Segundo, houve uma fratura entre os Estados Unidos e os membros europeus sobre as sanções à Rússia, apenas duas semanas depois da declaração de líderes de 2 de outubro reafirmando o compromisso do grupo com sua manutenção (ELYSÉE, 2026a).

A reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais ocorreu em 15 de outubro e foi copresidida pelo ministro francês Roland Lescure e pelo governador do Banque de France, Emmanuel Moulin. Também contou com Brasil, Egito, Índia, Coreia do Sul e Quênia como países convidados, além de FMI, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Conselho de Estabilidade Financeira. O ministro de finanças e o presidente do banco central da Ucrânia participaram da sessão sobre o país. Não houve comunicado conjunto, apenas uma nota da presidência (FRANCE, 2026a). O secretário do Tesouro, Scott Bessent, não compareceu, alegando "compromissos internos", em meio a pressões domésticas pela guerra com o Irã e pelos juros elevados; a delegação norte-americana foi chefiada pelo vice-secretário Francis Brooke, o que chamou a atenção, pois os Estados Unidos ocupam a presidência do G20, e a reunião de ministros das Finanças do grupo será essa semana (MALAY MAIL, 2026).

Os resultados foram de alcance limitado, mas com algumas medidas: os membros manifestaram preocupação com a segurança nuclear após o ataque de drone russo à usina de Chernobyl e anunciaram a intenção de contribuir com € 260 milhões para os reparos urgentes do Novo Confinamento Seguro, cujo custo é estimado em pelo menos € 500 milhões. Os demais parceiros foram convidados a contribuir em uma conferência de doadores em Paris, em 9 de novembro, copresidida por França, Ucrânia e Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (FRANCE, 2026a). Os ministros também discutiram os efeitos dos modelos de inteligência artificial de fronteira sobre os riscos cibernéticos no setor financeiro. Segundo a ministra japonesa Satsuki Katayama, foi aprovada em nível ministerial a realização de exercícios de simulação de ataques cibernéticos conduzidos com inteligência artificial, que reunirão ministérios de Finanças, bancos centrais e, eventualmente, instituições privadas (REUTERS, 2026b). A sessão com os países convidados tratou dos desequilíbrios macroeconômicos globais, um dos eixos da presidência francesa (FRANCE, 2026a).

No dia seguinte, os ministros do desenvolvimento se reuniram sob a presidência da ministra delegada Éléonore Caroit, com Índia, Quênia e Coreia do Sul como convidados. A reunião marcou a publicação do relatório de prestação de contas de Évian, que acompanha a nova abordagem de "parcerias mutuamente benéficas" adotada na cúpula de junho. Desde o início da crise no Oriente Médio, o G7 mobilizou US$ 2,5 bilhões para o plano sobre fertilizantes e resiliência dos sistemas alimentares, cerca de 95% em doações e em grande parte destinados à África. Na saúde, os ministros saudaram 16 pactos nacionais de saúde firmados no marco da soberania sanitária adotado em abril, com outros 14 previstos até o fim do ano, com foco em saúde materna, neonatal e infantil, e discutiram a resposta ao Ebola na República Democrática

do Congo, de forma a manter o compromisso político de evitar a propagação da doença na região. Também reafirmaram a meta da Parceria para Infraestrutura e Investimento Global de mobilizar US$ 600 bilhões até 2027 e mencionaram a transição para a presidência norte-americana do G7 em 2027 (FRANCE, 2026b).

O principal acontecimento político da quinzena, porém, ocorreu fora das reuniões formais. Em 9 de outubro, após um telefonema entre Donald Trump e Vladimir Putin, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Tesouro norte-americano emitiu uma licença geral que autoriza a compra e a importação de diesel de origem russa até 7 de abril de 2027 (CLYDE & CO, 2026a). Volodymyr Zelensky classificou o acordo como "um presente de aniversário para Putin" e afirmou que ele "mostra fraqueza do mundo" (AXIOS, 2026). No dia seguinte, Trump respondeu que a Ucrânia deveria "arranjar um novo líder que consiga fazer um acordo" e culpou os ataques ucranianos às refinarias russas pela alta do diesel nos Estados Unidos (EURONEWS, 2026a). O primeiro-ministro britânico, Andy Burnham, telefonou a Zelensky para expressar sua "total solidariedade" (CTV NEWS, 2026).

Na quinzena, a divergência se aprofundou. Em 12 de outubro, o chanceler alemão, Friedrich Merz, declarou que o acordo sobre o diesel estava "fora de questão" para a Alemanha e a Europa e reafirmou a manutenção das sanções (MORUNG EXPRESS, 2026). No mesmo dia, a União Europeia incluiu 1.569 pessoas e entidades ligadas à indústria militar russa em sua lista de sanções, a maior rodada de designações desde 2022 (EEAS, 2026). Em 16 de outubro, Trump assinou ordem executiva que suspendeu, dois dias antes de entrarem em vigor, a maior parte das sanções e tarifas previstas na Lei Graham, entre elas tarifas de 500% sobre produtos russos e de até 100% sobre bens de grandes compradores de petróleo russo, como Índia e China (CLYDE & CO, 2026b; NEWSWEEK, 2026). A medida foi criticada inclusive por republicanos; o senador Thom Tillis a chamou de "mais do que irresponsável" (NEWSWEEK, 2026). No mesmo dia, o Conselho Europeu registrou em suas conclusões que "lamenta" a decisão norte-americana de suspender temporariamente as sanções ao diesel russo (CONSELHO EUROPEU, 2026).

O episódio expõe mais uma vez o limite dos compromissos e do multilateralismo a que o G7 se propõe. Em 2 de outubro, uma declaração foi emitida, sendo a primeira conjunta desde Évian, que incluiu a reafirmação das sanções para ancorar a resposta coletiva à crise do diesel. Uma semana depois, os EUA optam por uma solução bilateral com Moscou para o mesmo problema.

Na energia, os desdobramentos da declaração de 2 de outubro confirmaram que a crise do diesel é estrutural. Em 14 de outubro, o relatório mensal da Agência Internacional de Energia (AIE) estimou que o mercado de diesel seguirá apertado até 2027 e que os estoques perdidos só devem ser recompostos no segundo semestre daquele ano; o Brent oscilava em torno de US$ 106 o barril (EURONEWS, 2026b). No dia seguinte, o Conselho de Governadores da agência decidiu acelerar as liberações pendentes da ação coletiva de março, incluindo mais de 20 milhões de barris de diesel "o quanto antes"; dos mais de 400 milhões de barris prometidos em março, cerca de 330 milhões já haviam sido liberados (REUTERS, 2026a). O relatório de acompanhamento que o G7 pediu à AIE em até 20 dias, com prazo por volta de 22 de outubro, não havia sido divulgado publicamente até o fechamento deste informe. Quanto a Ormuz, o chanceler iraniano, Abbas Araghchi, afirmou em 20 de outubro que a reabertura plena do estreito depende dos Estados Unidos cumprirem o memorando de Islamabad (KHAAMA PRESS, 2026), e, em 24 de outubro, o embaixador iraniano no Paquistão disse que Teerã reabriria o estreito se Washington suspendesse o bloqueio naval (IRAN INTERNATIONAL, 2026).

Por fim, o segundo turno da eleição presidencial brasileira, em 25 de outubro, vencido por Luiz Inácio Lula da Silva, gerou reações já tratadas em nosso informe sobre o G20. No âmbito do G7, destacam-se as manifestações dos líderes do grupo. Emmanuel Macron, que exerce a presidência do G7, escreveu: "Meus parabéns, Lula, pela sua reeleição. A França e o Brasil têm muito a construir juntos. Diante dos grandes desafios do nosso tempo, reforcemos nossa parceria estratégica e façamos viver a amizade entre nossos dois países a serviço de um mundo mais justo" (BRANDÃO, 2026). Friedrich Merz disse esperar aprofundar a parceria estratégica entre Alemanha e Brasil (MERZ, 2026), e Giorgia Meloni cumprimentou Lula e o povo brasileiro pela "extraordinária prova de participação eleitoral" (ANSA, 2026). Mark Carney destacou a relação comercial entre os dois países: "A relação entre o Canadá e o Brasil floresceu sob nossa parceria. Vamos aproveitar essa oportunidade para torná-la ainda mais forte, juntos – para criar novas grandes oportunidades de comércio, proteger o meio ambiente e construir maior prosperidade para os povos de ambos os países" (BRANDÃO, 2026). A primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, disse esperar que Lula "continue a guiar o Brasil com sua forte liderança" e afirmou querer estreitar "ainda mais a parceria estratégica global numa gama ampla de áreas", entre elas um acordo entre Japão e Mercosul (BRANDÃO, 2026). Destoando dos demais, Donald Trump não se manifestou oficialmente e, em entrevista a jornalistas, afirmou que a eleição "pareceu outra eleição fraudada" (G1, 2026).

A agenda das próximas semanas inclui a conferência de doadores para Chernobyl, em Paris, e a segunda reunião de chanceleres do G7, em Marselha, ambas em 9 e 10 de novembro; o Fórum de Paris sobre a Paz, em 10 de novembro; e a reunião de ministros do Interior, em Lyon, em 20 e 21 de novembro (ELYSÉE, 2026b).

Referências

ANSA. Meloni, congratulazioni a Lula e ai brasiliani per la straordinaria partecipazione. Roma, 26 out. 2026. Disponível em: https://www.ansa.it/sito/notizie/topnews/2026/10/26/meloni-congratulazioni-a-lula-e-ai-brasiliani-per-la-straordinaria-partecipazione_417e76cf-024a-4477-a4f8-3c3b4b299c4b.html. Acesso em: 26 out. 2026.

AXIOS. Exclusive: Zelensky tells Axios Trump's diesel deal with Putin "not fair and not honest". Arlington, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.axios.com/2026/10/09/exclusive-zelensky-putin-trump-diesel-deal. Acesso em: 26 out. 2026.

BRANDÃO, Marcelo. Líderes estrangeiros reconhecem vitória e parabenizam Lula. Agência Brasil, Brasília, 26 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/lideres-estrangeiros-reconhecem-vitoria-e-parabenizam-lula. Acesso em: 26 out. 2026.

CLYDE & CO. Sanctions alert: OFAC authorizes US imports of Russian diesel, but beware of limitations. Londres, out. 2026a. Disponível em: https://www.clydeco.com/en/insights/2026/10/ofac-authorizes-us-imports-of-russian-diesel. Acesso em: 26 out. 2026.

CLYDE & CO. President Trump waives new Russia sanctions and tariffs under the Lindsey O. Graham Sanctioning Russia & Iran Act. Londres, out. 2026b. Disponível em: https://www.clydeco.com/en/insights/2026/10/trump-waives-new-russia-sanctions-and-tariffs-unde. Acesso em: 26 out. 2026.

CONSELHO EUROPEU. European Council meeting (15 and 16 October 2026): conclusions. EUCO 14/26. Bruxelas, 16 out. 2026. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/4tglqede/en-20261016-european-council-conclusions.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

CTV NEWS. U.K. PM reiterates “complete solidarity” for Zelensky after Trump clash. Toronto, 10 out. 2026. Disponível em: https://www.ctvnews.ca/world/article/uk-pm-reiterates-complete-solidarity-for-zelensky-after-trump-clash/. Acesso em: 26 out. 2026.

EEAS. EU adopts its largest-ever package of sanctions listings, targeting the industry behind Russia’s war. Bruxelas, 12 out. 2026. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-adopts-its-largest-ever-package-sanctions-listings-targeting-industry-behind-russias-war_en. Acesso em: 26 out. 2026.

ELYSÉE. Videoconference with G7 leaders on the global energy situation. Paris, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2026/10/02/videoconference-with-g7-leaders-on-the-global-energy-situation. Acesso em: 26 out. 2026.

ELYSÉE. G7 agenda. Paris: Présidence de la République, 2026b. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/diary. Acesso em: 26 out. 2026.

EURONEWS. Trump says Ukraine needs new president after Zelenskyy condemns Russia fuel deal. Lyon, 10 out. 2026a. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/10/trump-says-ukraine-needs-new-president-after-zelenskyy-condemns-russia-fuel-deal. Acesso em: 26 out. 2026.

EURONEWS. IEA warns diesel prices in Europe could rise as global crunch lasts into 2027. Lyon, 14 out. 2026b. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/14/iea-warns-diesel-prices-in-europe-could-rise-as-global-crunch-lasts-into-2027. Acesso em: 26 out. 2026.

EURONEWS. “Democracy has won”: Europe celebrates Lula’s surprise victory in Brazil. Lyon, 26 out. 2026c. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/26/democracy-has-won-europe-celebrates-lulas-surprise-victory-in-brazil. Acesso em: 26 out. 2026.

FRANCE. Ministère de l’Économie et des Finances. Roland Lescure et Emmanuel Moulin ont coprésidé une réunion des ministres des finances et gouverneurs de banques centrales du G7 à Bangkok en marge des Assemblées annuelles du FMI et de la Banque mondiale. Communiqué de presse n. 1127. Paris, 15 out. 2026a. Disponível em: https://presse.economie.gouv.fr/french-finance-minister-roland-lescure-and-governor-of-the-banque-de-france-emmanuel-moulin-chaired-a-meeting-of-g7-finance-ministers-and-central-bank-governors-in-bangkok-on-the-sidelines-of-the-ann/. Acesso em: 26 out. 2026.

FRANCE. Ministère de l’Europe et des Affaires étrangères. Réunion des ministres du développement des pays du G7 à Bangkok. Paris, 16 out. 2026b. Disponível em: https://jp.diplomatie.gouv.fr/fr/reunion-des-ministres-du-developpement-des-pays-du-g7-bangkok. Acesso em: 26 out. 2026.

G1. Trump fala sobre eleição no Brasil: “pareceu mais uma eleição fraudada”. Rio de Janeiro, 26 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/10/26/trump-fala-sobre-eleicao-no-brasil-pareceu-mais-uma-eleicao-fraudada.ghtml. Acesso em: 26 out. 2026.

IRAN INTERNATIONAL. Iran sends conflicting signals on US deal as Trump raises prospect of strikes. Londres, 25 out. 2026. Disponível em: https://www.iranintl.com/en/202610252197. Acesso em: 26 out. 2026.

KHAAMA PRESS. Strait of Hormuz reopening depends on US, Iran says. Cabul, 21 out. 2026. Disponível em: https://www.khaama.com/strait-of-hormuz-reopening-iran/. Acesso em: 26 out. 2026.

MALAY MAIL. US Treasury chief Bessent to skip IMF annual meetings in Bangkok. Kuala Lumpur, 10 out. 2026. Disponível em: https://www.malaymail.com/news/money/2026/10/10/us-treasury-chief-bessent-to-skip-imf-annual-meetings-in-bangkok/238532. Acesso em: 26 out. 2026.

MERZ, Friedrich. Brasilien, die größte Demokratie Lateinamerikas, hat gewählt. Berlim, 26 out. 2026. X: @bundeskanzler. Disponível em: https://x.com/bundeskanzler/status/2114668450312310829. Acesso em: 26 out. 2026.

MIDIAMAX. Trump comenta eleições no Brasil: “não tomei partido, mas pareceu terrível para o mundo”. Campo Grande, 26 out. 2026. Disponível em: https://midiamax.com.br/mundo/2026/trump-comenta-eleicoes-brasil-nao-tomei-partido-pareceu-terrivel-mundo/. Acesso em: 26 out. 2026.

MORUNG EXPRESS. Diesel deal with Russia “out of the question”: Merz. Dimapur, 12 out. 2026. Disponível em: https://morungexpress.com/diesel-deal-with-russia-out-of-the-question-merz. Acesso em: 26 out. 2026.

NEWSWEEK. List of Republicans breaking with Trump on Russia sanctions waiver. Nova York, out. 2026. Disponível em: https://newsweek.com/list-republicans-breaking-trump-russia-sanctions-waiver-12590802. Acesso em: 26 out. 2026.

REUTERS. IEA to speed up oil stocks release including over 20 million barrels of diesel. Paris, 15 out. 2026a. Disponível em: https://live.euronext.com/en/financial-news/iea-speed-oil-stocks-release-including-over-20-million-barrels-diesel. Acesso em: 26 out. 2026.

REUTERS. G7 plans tabletop exercises to counter AI-driven cyber attacks. Bangkok, 16 out. 2026b. Disponível em: https://www.globalbankingandfinance.com/g7-launch-exercises-guard-against-ai-cyber-attacks/. Acesso em: 26 out. 2026.

Investimentos em saúde como consumidor e como Estado, acesso à informação e qualificação de carreiras: a última quinzena da OCDE e seus avanços no diálogo entre indivíduo e coletivo no âmbito da saúde pública

Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre cuatro estudios sobre diversos temas relacionados con la salud y otro sobre la pobreza, las desigualdades y la cooperación para el desarrollo

Healthcare investments from the perspectives of consumers and the government, access to information, and career development: the latest OECD report and its contributions to the dialogue between individuals and the collective in the realm of public health.

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre quatro estudos de temas variados sobre saúde e outro sobre pobreza, desigualdades e cooperação para o desenvolvimento.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre cuatro estudios sobre diversos temas relacionados con la salud y otro sobre la pobreza, las desigualdades y la cooperación para el desarrollo.*

Palabras clave*: OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD’s highlights include the four studies on various health-related topics and another on poverty, inequality, and development cooperation.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

Durante a primeira metade do mês de outubro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu uma série de interessantes acréscimos em seu já robusto acervo e biblioteca virtual. Assim, o presente informe ressalta brevemente alguns desses avanços e pontua suas contribuições individuais para o escopo geral dos debates e análises de seus respectivos temas.

O primeiro deles é o relatório *"Economic Valuation of Chemicals-Related Health Effects: A Practical Guide to Quantifying Morbidity Effects in Environmental Cost-Benefit Analysis"*, que compila e apresenta sinteticamente os resultados da iniciativa da organização intergovernamental em compreender e investigar a possibilidade de contribuições monetárias por parte da sociedade civil (de forma individual) para evitar e escapar de efeitos negativos à saúde relacionados a produtos químicos (*SWACHE*, na sigla em inglês). A análise busca estabelecer valores internacionalmente comparáveis para esse investimento material, seus parâmetros, limites e alcances. O relatório abrange estimativas harmonizadas de dez efeitos não fatais à saúde: perda de QI em crianças, doença renal crônica, asma em adultos e crianças, infertilidade, peso muito baixo ao nascer, hipertensão, hipotireoidismo, câncer não fatal, aborto espontâneo e sensibilização cutânea.

A pesquisa atenta como, embora muitos produtos químicos desempenhem um papel importante na vida cotidiana, os mesmos não só podem, como devem ser gerenciados de forma adequada para limitar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. O recorte de custo-benefício é utilizado então como lente central para comparar os benefícios sociais da regulamentação desses produtos químicos com os custos da implementação das políticas públicas, preenchendo a lacuna de dados comparáveis e quantificáveis sobre o benefício monetário da redução do ônus físico, emocional, social e econômico de consumidores comuns decorrente dos efeitos à saúde resultantes da exposição a tais produtos químicos.

A informação derivada da iniciativa pode também ser incorporada em análises de praticidade e equilíbrio financeiro de políticas e regulamentações, assim como em outras análises de efeitos relevantes na saúde para além de produtos químicos e contextos políticos-econômicos, como na regulamentação de políticas sobre poluição do ar ou da água, programas de prevenção ou o estabelecimento de padrões de saúde em conexão a questões mais ligadas ao meio-ambiente. Ademais, o documento sugere que os resultados obtidos e o escopo geral da pesquisa, especialmente na profundidade, abrangência e escala de suas entrevistas e enquetes, podem ser de utilidade e interesse para a transposição dessas análises feitos em países pesquisados para então países ainda não pesquisados. Isto é, servindo como exemplo e fonte de estudo para possíveis implementações de soluções.

Na esteira da discussão, o documento *"Improving estimates of spending on prevention and public health in the European Union"* se preocupa em avaliar a qualidade e a integridade dos relatórios dos países integrantes da União Europeia sobre promoção da saúde pública e prevenção de doenças generalizadas, buscando, de modo eficaz, como desenvolver métodos para quantificar as lacunas identificadas. Os resultados iniciais do estudo sugerem que os gastos relatados podem subestimar os gastos com prevenção em cerca de um quarto, sendo as maiores lacunas observadas nos programas de monitoramento do estado de saúde e na vigilância epidemiológica. O documento também explora a possibilidade de aumentar o nível de detalhamento para fins de formulação de políticas mais eficientes em termos econômicos, identificando gastos direcionados a fatores de risco, grupos populacionais e doenças específicas. A solução mais viável parece ser desagregar os gastos com imunização por tipo de vacina e

identificar os custos de programas individuais de rastreamento de câncer. Por outro lado, a elaboração de relatórios detalhados sobre atividades coletivas, como a própria promoção da saúde e a vigilância epidemiológica, é mais desafiadora para os países, uma vez que as informações agregadas sobre os programas frequentemente carecem de detalhes, dificultando a atribuição a atividades específicas de saúde pública.

Já no *policy brief "Determining public interest in the secondary use of health data"*, a atenção principal recai ao tema de acesso a dados de saúde para usos secundários e o interesse público em sua discussão. Se por um lado o acesso a tais dados pode, por exemplo, melhorar diversos e abrangentes resultados em saúde, aprimorar a tomada de decisões, fortalecer o desempenho do sistema de saúde e apoiar a inovação na área quando combinados com inteligência artificial responsáveis e confiáveis, por outro a viabilização do acesso e a sua reutilização, ao mesmo tempo que se protege a privacidade, exige uma governança robusta e uma análise cuidadosa por órgãos autorizados para reduzir riscos que afetem diretamente e indiretamente a sociedade civil. No entanto, o cenário atual confere uma falta de definições claras no assunto e também múltiplas e distintas abordagens entre os órgãos de revisão, gerando barreiras ao acesso aos dados e dificultando a colaboração dentro e entre países.

Diante disso, o documento da organização internacional econômica identifica e sinaliza cinco categorias amplas de critérios relevantes para a avaliação do interesse público: saúde populacional e planejamento; pesquisa e inovação; considerações éticas e de risco; equidade em saúde; e comunicação pública e transparência. Também descreve as abordagens recomendadas pela organização a fim de auxiliar os formuladores de políticas a viabilizar uma governança de dados de saúde mais consistente, confiável, segura e eficaz.

Outro destaque da quinzena foi o *policy brief "Guidance note for implementing flexible learning pathways into healthcare occupations"*, fruto de uma parceria entre a OCDE e a Organização Internacional do Trabalho, que lança luz sobre as carreiras de profissionais no setor de saúde, mais especificamente como os países podem vir a fortalecer seus sistemas de qualificação técnica a fim de ampliar o acesso de trabalhadores em tal área. Desse modo, são sinalizados cinco pilares fundamentais para o desenvolvimento de percursos de aprendizagem flexíveis que permitam que indivíduos de origens diversas ingressem e progridam em ocupações na área da saúde. Ademais, o documento destaca alavancas práticas para que os formuladores de políticas apoiem um desenvolvimento da força de trabalho mais inclusivo e responsivo. Também é frisado como percursos de especialização e aprofundamento técnico e teórico mais flexíveis e responsivos podem ajudar a ampliar o ingresso de profissionais na área da saúde, desbloquear talentos adicionais e, principalmente, abordar a escassez de mão de obra no setor. Ao promover percursos de formação mais adaptáveis e inclusivos, é esperado a criação de oportunidades de carreira significativas, contribuindo de modo simultâneo para sistemas de saúde mais fortes e resilientes.

Em paralelo, a organização divulgou o documento intitulado *"OECD Guidance on Reducing Poverty and Inequalities through Development Co-operation"*, publicação guia que funciona como um recurso para fortalecer o impacto da cooperação para o desenvolvimento, buscando tornar claro e conciso como a pobreza e as desigualdades estão profundamente interligadas, analisando o modo como a redução de uma frente acelera o progresso na outra. O guia reconhece as causas estruturais e a natureza multidimensional dessas questões, bem como a forma como elas moldam os recursos, os direitos, as oportunidades e a resiliência das pessoas, abrangendo aspectos relacionados à renda, gênero, raça e outros. Posto isso, são apresentadas

ações para que os parceiros de desenvolvimento intensifiquem o foco no combate à pobreza e na desigualdade e, assim, aumentem consideravelmente as suas contribuições e as forças de suas cooperações, sempre com base em evidências e boas práticas de toda a comunidade de desenvolvimento.

O documento ainda delineia abordagens recomendadas pela OCDE para integrar essas metas no planejamento estratégico, a fim de, ao mesmo tempo, direcionar e mobilizar recursos para aqueles que mais precisam, promover parcerias equitativas e ainda fortalecer os sistemas de dados, monitoramento e avaliação, visando maior prestação de contas e melhores resultados verificáveis e auditáveis.

Referências

OECD. Economic Valuation of Chemicals-Related Health Effects: A Practical Guide to Quantifying Morbidity Effects in Environmental Cost-Benefit Analysis. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/b58b7451-en.

Morgan D, Mueller M, Ramachandran N. Improving estimates of spending on prevention and public health in the European Union. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23];199. Available from: https://doi.org/10.1787/2bdddb5d-en.

OECD. Determining public interest in the secondary use of health data. OECD Policy Briefs [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23];70. Available from: https://doi.org/10.1787/5105c8dc-en.

OECD, ILO. Guidance note for implementing flexible learning pathways into healthcare occupations. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/cc0d82b6-en.

OECD. OECD Guidance on Reducing Poverty and Inequalities through Development Co-operation. Best Practices in Development Co-operation [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/d6690bba-en.

O que os candidatos pensam sobre política externa? Lula defende o Sul Global e o BRICS, enquanto o opositor quer proximidade com EUA

¿Qué opinan los candidatos sobre la política exterior? Lula defiende el Sur Global y los BRICS, mientras que su oponente busca un acercamiento con EE. UU.

What do the candidates think about foreign policy? Lula supports the Global South and BRICS, while his opponent wants closer ties with the U.S.

Claudia Hoirisch

> *Faremos firme oposição a qualquer tentativa de subordinar o Brasil a interesses estrangeiros ou de reduzir nosso país a uma posição de dependência geopolítica. Rejeitamos a visão daqueles que aceitam, com servilismo, a renúncia à soberania nacional em nome de alinhamentos automáticos e ideologias fracassadas[1].*
>
> ***Presidente Lula***

> *Assim que eu me sentar na cadeira de presidente, vou reavaliar se o Brasil deve ficar em um bloco que, hoje, é muito ideológico, usado pelo presidente Lula para provocar, inclusive, os EUA e o presidente Trump, propondo que dólar não seja mais moeda para transações internacionais […] Vamos considerar deixar o bloco[2].*
>
> ***Flávio Bolsonaro***

Resumo: A política externa ganhou destaque na campanha presidencial brasileira deste ano e aparece em capítulos próprios nos planos de governo: Lula dedica quase seis páginas ao tema, e seu adversário, Flávio Bolsonaro, cerca de três. O plano de Lula valoriza o Sul Global, defende uma política externa "universalista" com todas as regiões do mundo para diversificar parcerias comerciais, promete aprofundar os laços com a África e menciona o BRICS três vezes. Ele condena os ataques ao Irã e a intervenção na Venezuela, pedindo diálogo e respeito ao direito internacional. Flávio propõe maior aproximação com EUA, Israel e Argentina, defende as ações do governo Trump, deseja a saída do Brasil do BRICS (sem citá-lo diretamente no plano) e vê a

[1] Citação extraída da proposta de governo, eleições presidenciais 2026. https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/08/08/plano-governo-lula-pt-soberania-emendas.ghtml

[2] Entrevista do candidato da oposição, a partir do minuto 34:23, sobre a permanência ou saída do Brasil do BRICS, em entrevista à organização Prager "University", fundada em 2009, não é uma universidade acadêmica, mas uma organização de mídia e ativismo que produz e distribui conteúdos de mídia digital com forte orientação conservadora e pró-capitalista. https://www.prageru.com/videos/brazils-next-president-flavio-bolsonaro-on-why-brazil-matters-to-americas-future.

soberania como abrir mercados e atrair investimentos. Os dois também divergem sobre minerais críticos: o Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo (cerca de 23%), e Lula quer uma política específica para agregar valor e evitar a mera exportação de matérias-primas, enquanto Flávio quer atrair capital e tecnologia estrangeiros e posiciona o Brasil como alternativa à dependência dos EUA em relação à China.

Palavras-chave: Planos de governo. Política externa. Sul Global. EUA. Trump. Tarifaço. BRICS. G20. África. China. Minerais críticos. Terras raras.

***Resumen**: La política exterior ocupa un lugar destacado en la campaña presidencial brasileña de este año y aparece en capítulos específicos de los planes de gobierno: Lula le dedica casi seis páginas y su adversario, Flávio Bolsonaro, cerca de tres. El plan de Lula valora el Sur Global, defiende una política exterior "universalista" con todas las regiones del mundo para diversificar los socios comerciales, promete profundizar los vínculos con África y menciona tres veces al BRICS. Condena los ataques militares contra Irán y la intervención en Venezuela, y pide diálogo y respeto al derecho internacional. Flávio propone un mayor acercamiento a EE. UU., Israel y Argentina, defiende las acciones del gobierno de Trump, desea que Brasil salga del BRICS (aunque no lo menciona directamente en su plan) y entiende la soberanía como abrir mercados y atraer inversiones. También divergen en minerales críticos: Brasil posee la segunda mayor reserva de tierras raras del mundo (cerca del 23 %), y Lula plantea una política específica para agregar valor y evitar la simple exportación de materias primas, mientras que Flávio quiere atraer capital y tecnología extranjeros y presenta a Brasil como una vía para reducir la dependencia de EE. UU. respecto de China.*

***Palabras-clave:** Planes gubernamentales. Política exterior. Sur Global. EE. UU. Trump. Aumento de aranceles. BRICS. G20. África. China. Minerales críticos. Tierras raras.*

***Abstract:** Foreign policy is a prominent theme in this year's Brazilian presidential campaign, with dedicated chapters in both government platforms: Lula devotes nearly six pages to it, while his opponent, Flávio Bolsonaro, devotes about three. Lula's plan emphasizes the Global South, a "universalist" foreign policy engaging all regions of the world to diversify trade partnerships, deeper ties with Africa, and mentions BRICS three times. He condemns the military attacks on Iran and the intervention in Venezuela, calling for dialogue and respect for international law. Flávio favors closer ties with the US, Israel, and Argentina, defends the Trump administration's actions, wants Brazil to leave BRICS (though his plan doesn't mention it directly), and frames sovereignty as opening markets and attracting investment. They also differ on critical minerals: Brazil holds the world's second-largest rare earth reserves (about 23%), and Lula proposes a specific policy to add value and avoid merely exporting raw materials, while Flávio wants to attract foreign capital and technology and presents Brazil as a way for the US to reduce its dependence on China.*

***Keywords**: Government plans. Foreign policy. Global South. USA. Trump. Tariff hikes. BRICS. G20. Africa. China. Critical minerals. Rare earths.*

Destaque na campanha deste ano, a **política externa do Brasil** é abordada pelos candidatos em capítulos específicos dentro dos planos de governos: Lula reservou quase seis

páginas para o tema e o opositor, cerca de três. O plano de governo do candidato Lula[3] para política externa destaca o fortalecimento das relações do Sul Global e, ao mesmo tempo, defende estimular as relações "com todas as regiões do mundo".

Figura 1: Principais pontos da política externa nos planos de governo



O plano do adversário político Flávio[4] para política externa apoia uma aproximação maior com Estados Unidos, Israel e Argentina.

Lula vem defendendo o **BRICS** na campanha, menciona o bloco 3 vezes no plano de governo, enquanto Flávio, que deseja a saída do Brasil do grupo, não menciona o BRICS diretamente em seu plano de governo.

O plano de Lula destaca que o mundo vive "conflitos sem precedentes" desde a 2ª Guerra Mundial, com ataques ao direito internacional e à tentativa de "imposição de uma ordem mundial predatória".

Lula adota uma postura de condenação aos **ataques militares** contra o Irã e à intervenção militar na Venezuela com a captura de Nicolás Maduro, combinada com apelos por diálogo diplomático, respeito ao direito internacional e contenção das partes.

Flávio, por sua vez, tem defendido as agressões bélicas do governo de Donald Trump no mundo, como a guerra contra o Irã e a invasão da Venezuela, além de criticar a política do BRICS de estimular o comércio entre países sem a necessidade do dólar.

Em relação ao **Sul Global**, países majoritariamente localizados no Hemisfério Sul do planeta, no plano de Lula, é previsto uma política externa "universalista" por meio de relações com "todas as partes do mundo" para **diversificar as parcerias comerciais** do Brasil, de modo a continuar enfrentando **agressões comerciais** e a defender os interesses do país. Isso porque

[3] https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt/@@display-file/file/proposta-pt.pdf

[4] https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pl/@@display-file/file/proposta-pl.pdf

desde o ano passado, o Brasil tem sido alvo da política de tarifas do governo Trump, que afeta outros aliados históricos dos EUA, como Canadá e Índia.

O **G20** é o grupo de países com as maiores economias do planeta, incluindo União Europeia e União Africana, que reúne ainda EUA, França, Alemanha, Japão e Coreia do Sul.

Já o **BRICS** reúne Rússia, Índia, China, África do Sul, Árabia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã.

O plano de Lula promete ainda o **aprofundamento das relações com a África**, "reconhecendo sua crescente importância na ordem internacional e os laços históricos e culturais que unem o Brasil ao continente africano".

Flávio Bolsonaro, por sua vez, afirma que defender a soberania é abrir mercados para quem produz no Brasil e atrair investimentos.

No que diz respeito a **China**, o governo de Bolsonaro pai, foi marcado por atritos com a China, entre eles, a sugestão de Eduardo Bolsonaro de que a pandemia de Covid-19 seria de responsabilidade do governo de Pequim, o que levou a Embaixada da China no Brasil a pedir retratação pela "provocação flagrante".

Os **minerais críticos, incluindo as terras raras**, estão no centro da disputa comercial e tecnológica entre China e EUA por serem os insumos fundamentais das indústrias de tecnologia, defesa e transição energética.

Atrás apenas da China, o Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo, com cerca de 21 milhões de toneladas, cerca de 23%. Os EUA concentram apenas 1,9 milhão de toneladas, algo em torno dos 2% das reservas conhecidas.

Devido a importância dos minerais críticos e das terras raras, o plano de Lula prevê o desenvolvimento de uma política específica com o intuito de organizar cadeias produtivas, diferenciar seus usos tecnológicos e evitar a simples exportação de matérias-primas estratégicas. Para tanto, pretende promover uma estratégia regional de mapeamento, beneficiamento e agregação de valor, para inserir o país de forma soberana nas cadeias globais de valor desses recursos.

Flávio que vem abordando o assunto terras raras em encontros no exterior, diz que vai trabalhar para atrair o capital estrangeiro e a tecnologia já existente no mundo, transferindo esse conhecimento ao Brasil.

Em março deste ano, em evento com conservadores nos Estados Unidos, afirmou que o Brasil é a solução para "quebrar" a dependência que os EUA têm da China em relação aos minerais críticos.

Considerações finais

Os planos dos dois candidatos à presidência revelam duas visões distintas de inserção internacional.

De um lado, uma estratégia de diversificação de parcerias e de autonomia diante das grandes potências, com ênfase no multilateralismo e no Sul Global.

Lula argumenta que o Brasil ficou isolado geopoliticamente durante o governo de Jair Bolsonaro com rebaixamento do prestígio diplomático e desidratação de acordos regionais. Em seu governo está previsto a aproximação geopolítica com o BRICS e o Sul Global, bem como com o G20, que são espaços fundamentais para a afirmação dos interesses da maioria da humanidade.

De outro lado, Flávio B., com um alinhamento mais explícito com os Estados Unidos e seus aliados, apostando na abertura de mercados e na atração de investimentos como caminho para fortalecer o país.

Apesar dos prejuízos para parte da cadeia econômica brasileira, os irmãos Eduardo e Flávio Bolsonaro comemoraram a adoção de tarifas pelos Estados Unidos. Nas redes sociais, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro, defende uma “faxina” no Itamaraty contra servidores que supostamente teriam “sabotado” o governo do pai.

O tema dos minerais críticos aponta visões opostas: apesar de ambos os lados reconhecerem seu valor estratégico, divergem sobre como transformá-lo em desenvolvimento.

Em um cenário de disputa tecnológica entre China e EUA e de tarifas que atingem o Brasil, a política externa tende a pesar na escolha do eleitor e nos rumos econômicos do país.

Manifestações sociais movimentam a rua latino-americana e pressionam por mudanças na política: o caso brasileiro, argentino e colombiano

Las manifestaciones sociales agitan las calles de América Latina y ejercen presión para que se produzcan cambios políticos: los casos de Brasil, Argentina y Colombia

Latin America in 2026: Geopolitical Competition, Social Vulnerabilities and Challenges for Regional Autonomy

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: As manifestações sociais têm movimentado a política da região. No Brasil, grandes manifestações mudaram o cenário eleitoral e pavimentaram a eleição de Lula da Silva. Na Colômbia e na Argentina, as manifestações contrárias às políticas implementadas pelos governos têm buscado pressionar por mudanças. Na perspectiva econômica, a região ainda tem previsão de combinação entre crescimento moderado e restrições fiscais. Na saúde, dengue, chikungunya e El Niño. No seguimento das organizações regionais, destacamos a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) participou de agenda sobre alfabetização em saúde; o Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) cumpriu agenda nas áreas de prevenção ao HIV e saúde e mudança climática; a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de gestão de recursos hídricos, serviços meteorológicos e segurança e a Organização dos Estados Americanos (OEA) encaminhou missões de observação eleitoral e elaborou um estudo sobre o tráfico de drogas.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Las manifestaciones sociales han marcado la política de la región. En Brasil, las grandes manifestaciones cambiaron el panorama electoral y allanaron el camino para la elección de Lula da Silva. En Colombia y en Argentina, las manifestaciones en contra de las políticas aplicadas por los gobiernos han tratado de ejercer presión para lograr cambios. Desde el punto de vista económico, se prevé que la región siga experimentando una combinación de crecimiento moderado y restricciones fiscales. En materia de salud, el dengue, el chikungunya y El Niño. Em cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica y la República Dominicana (SE-COMISCA) participo en una agenda sobre alfabetización sanitaria; el Organismo Andino de Salud – Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) abordó temas relacionados con la prevención del VIH y la salud y el cambio climático; la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) cumplió con su agenda en materia de gestión de recursos hídricos, servicios meteorológicos y seguridad, y la Organización de los Estados Americanos (OEA) envió misiones de observación electoral y elaboró un estudio sobre el tráfico de drogas.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud*

Abstract: *Social protests have been shaping politics in the region. In Brazil, large-scale protests changed the electoral landscape and paved the way for Lula da Silva's election. In Colombia and Argentina, protests against government policies have sought to pressure authorities to make changes. From an economic perspective, the region is still expected to experience a combination of moderate growth and fiscal constraints. In the area of health: dengue, chikungunya, and El Niño. Regarding regional organizations, we highlight that the Executive Secretariat of the Council of Ministers of Health of Central America and the Dominican Republic (SE-COMISCA) participated in a meeting on health literacy; the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-CONHU) addressed issues in the areas of HIV prevention and health and climate change; the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) carried out activities on water resource management, meteorological services, and security; and the Organization of American States (OAS) dispatched election observation missions and prepared a study on drug trafficking.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Durante o período analisado, destacamos cinco processos na região:

1. Reconfiguração política e disputa pela orientação internacional. A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, no último domingo, interrompe a tendência regional de vitórias eleitorais conservadoras e mantém em aberto a disputa sobre a relação com Washington, a China e os BRICS.

2. Protesto social e conflito institucional. A Colômbia registrou movimentos em nível nacional contra o governo, enquanto a Argentina foi palco de uma nova marcha universitária federal contra o ajuste orçamentário.

3. Crescimento econômico moderado e restrições fiscais. O FMI projeta um crescimento de 2,3% para a América Latina e o Caribe em 2026 e de 2,5% em 2027. A dívida pública, a baixa produtividade e as dificuldades para manter o investimento constituem obstáculos centrais.

4. A persistência das desigualdades sociais. As tensões em torno da educação, do emprego, da mobilidade urbana e do acesso aos serviços públicos evidenciam os limites de um crescimento que não se traduz, necessariamente, em melhorias equitativas no bem-estar.

5. Por fim, alertas sanitários e vulnerabilidade climática. A OPAS alertou para o recente aumento de casos de dengue e chikungunya, o risco de propagação do sarampo e a necessidade de preparar os serviços de saúde diante da prevista intensificação do fenômeno El Niño.

A análise transversal indica que a disputa política regional não se limita a uma oposição entre direita e esquerda. Ela também expressa conflitos sobre a distribuição dos custos do ajuste, o papel do Estado, a segurança, a autonomia nacional e a capacidade dos sistemas públicos de garantir direitos.

DIMENSÃO GEOPOLÍTICA

Brasil: uma eleição com consequências regionais

Sem dúvida, o acontecimento político mais importante do período foi o segundo turno da eleição presidencial brasileira, no dia 25 de outubro. Luiz Inácio Lula da Silva derrotou o senador Flávio Bolsonaro e conquistou um quarto mandato presidencial, não consecutivo. O

resultado contrariou as expectativas geradas pelo primeiro turno e pelas previsões de uma nova vitória conservadora na região[1]. A maioria dos presidentes da América Latina reconheceu a vitória de Lula no segundo turno no Brasil. Entre eles, presidentes de direita alinhados aos Estados Unidos, como o chileno José Antonio Kast, o equatoriano Daniel Noboa, o paraguaio Santiago Peña, o boliviano Rodrigo Paz e a peruana Keiko Fujimori. Também aqueles mais próximos, como a mexicana Claudia Sheinbaum.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarava-se amigo pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro, e a possível vitória de seu filho, Flávio, era vista como um indício da adesão do maior país da América Latina à iniciativa do Escudo das Américas. O impacto da vitória de Lula afetará as próximas eleições nos Estados Unidos e a estratégia de Trump em nível hemisférico. Contudo, seu impacto sobre as eleições legislativas norte-americanas de 3 de novembro será indireto e, por si só, não permite antecipar os resultados[2].

As eleições de meio de mandato renovarão toda a Câmara dos Representantes e aproximadamente um terço do Senado dos Estados Unidos. Sua importância reside no fato de que determinarão a margem de manobra de Trump durante os dois últimos anos de seu mandato. Os democratas precisam de um ganho líquido de quatro cadeiras em cada casa para reverter as maiorias republicanas. As pesquisas favorecem os democratas na Câmara dos Representantes, enquanto a disputa pelo Senado permanece em aberto[3]. *A vitória de Lula pode influenciar o clima político, mas não é o fator decisivo.* Os temas centrais da campanha norte-americana são o custo de vida, a inflação, a energia, a imigração e a avaliação da gestão de Trump.

A vitória de Lula assegurará a continuidade de uma política externa autônoma, preservando a possibilidade de manter os laços com a China, a participação brasileira nos BRICS e uma política externa que busca evitar o alinhamento automático com Washington. Contudo, isso não elimina os incentivos para negociar com os Estados Unidos nas áreas comercial, energética e de minerais estratégicos.

A vitória de Lula frustra a possibilidade de contar com um Brasil politicamente alinhado à Casa Branca e disposto a acompanhar, sem grandes reservas, suas iniciativas regionais. O Brasil é a maior economia da América Latina e um ator com peso diplomático global.

Embora tenha perdido a presidência, Flávio Bolsonaro e o bloco conservador mantêm uma capacidade significativa de influência legislativa. A polarização política, as demandas por

---

[1] O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva conquistou um histórico quarto mandato no domingo, segundo informou o tribunal eleitoral do país, em um resultado surpreendente que desafiou as pesquisas, os precedentes e o sentimento global contrário aos ocupantes de cargos — freando, assim, uma onda de vitórias eleitorais da direita em toda a América Latina. https://www.reuters.com/world/americas/brazil-heads-polls-runoff-between-leftist-lula-bolsonaro-jr-2026-10-25/

[2] Para a administração Trump, que tem empregado tarifas severas, sanções rigorosas e força militar para reafirmar seu domínio na região, a vitória de Lula complica sua campanha para recrutar o Brasil para sua coalizão militar contra os cartéis e obter acesso preferencial aos minerais críticos do país, segundo analistas. https://apnews.com/article/brazil-election-lula-bolsonaro-trump-sheinbaum-minerals-03308034b03be5e3dd1ee65b9fc9e90d

[3] A eleição brasileira oferece aos democratas um argumento para questionar a ideia de que a liderança conservadora associada a Trump avança inevitavelmente no continente. Também mostra que as pressões externas sobre um país podem se tornar uma questão de soberania nacional.

segurança e as preocupações com o custo de vida continuarão a condicionar a governabilidade brasileira.

A eleição no Brasil e a vitória de Lula trazem, pelo menos, três implicações geopolíticas:

I. **Para os Estados Unidos**: representa um revés para a estratégia de ampliar a influência de governos ideologicamente alinhados a Donald Trump.

II. **Para a China e os BRICS**: mantém o Brasil como um ator relevante para a cooperação econômica e diplomática não exclusivamente ocidental.

III. **Para a América Latina:** oferece um contrapeso à tendência de governos conservadores, mas não resolve a fragmentação dos mecanismos regionais de concertação.

A questão central é se o Brasil conseguirá transformar seu peso econômico e diplomático em uma maior capacidade de coordenação regional, ou se as diferenças ideológicas continuarão a limitar as respostas conjuntas[4].

Estados Unidos, China e a autonomia regional

Como apontamos nestes Cadernos, a competição entre Washington e Pequim continua estruturando as opções de política externa latino-americanas. O Brasil constitui um caso central, pois combina recursos estratégicos, capacidade industrial, produção agroalimentar e participação em instituições multilaterais.

A continuidade de suas relações com a China, aliada à busca por investimentos e acordos comerciais com os Estados Unidos e a União Europeia, demonstra que o alinhamento regional não implica, necessariamente, uma ruptura econômica com outros parceiros.

No que tange aos processos de integração — MERCOSUL, Comunidade Andina, SICA e CARICOM —, o desafio consiste em manter margens de negociação coletiva nas áreas de comércio, energia, infraestrutura, saúde e tecnologias críticas.

A vitória de Lula[5] preserva um espaço para a autonomia estratégica, embora a capacidade de exercê-la dependa da situação fiscal brasileira, da política interna e da disposição dos demais governos em reconstruir mecanismos de cooperação.

Para a administração Trump, que tem empregado tarifas severas, sanções rigorosas e força militar para reafirmar seu domínio na região, a vitória de Lula complica sua campanha para

[4] Se os democratas obtiverem o controle de uma ou de ambas as casas, a combinação de um Congresso mais opositor e uma América Latina menos alinhada a Washington poderá reduzir a margem política de Trump para implementar sua agenda hemisférica. Se os republicanos mantiverem o controle, a Casa Branca conservará maiores facilidades legislativas, embora continue enfrentando limites diplomáticos e econômicos. De qualquer forma, o Brasil adquire uma relevância especial: sua capacidade de manter relações com os Estados Unidos e a China, defender sua autonomia e negociar a partir do Mercosul e dos BRICS será uma prova concreta de até onde pode chegar a estratégia norte-americana de reorganizar as relações hemisféricas. A questão central não é, portanto, se Lula determina o resultado das eleições norte-americanas, mas se sua vitória contribui para evidenciar os limites da capacidade de Washington de traduzir seu poder econômico e político em alinhamento regional.

[5] O povo brasileiro, por meio do voto no último domingo, no segundo turno, negou à direita em ressurgimento na América Latina o seu prêmio máximo, pondo fim a uma sequência de sete vitórias presidenciais conservadoras consecutivas nos últimos 18 meses. https://apnews.com/article/brazil-election-lula-bolsonaro-trump-sheinbaum-minerals-03308034b03be5e3dd1ee65b9fc9e90d

recrutar o Brasil para sua coalizão militar contra os cartéis e obter acesso preferencial aos minerais críticos do país do seu Escudo para as Américas.

DIMENSÃO POLÍTICA

Colômbia: primeiras mobilizações nacionais contra o novo governo

No dia 14 de outubro, ocorreram mobilizações em Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e outras cidades colombianas contra o governo de Abelardo de la Espriella, que havia assumido em agosto. Participaram sindicatos, estudantes, organizações indígenas, coletivos feministas e setores da oposição ligados ao ex-presidente Gustavo Petro.

Os protestos questionaram as políticas trabalhistas, educacionais e sociais da administração. Segundo informações divulgadas pela Reuters Connect, o presidente informou uma participação de aproximadamente 62.000 pessoas, e as manifestações foram, em sua maioria, pacíficas.

O episódio levanta três questões:

I. A capacidade de um novo governo de construir legitimidade para além de sua base eleitoral.

II. A relação entre reformas econômicas, direitos trabalhistas e políticas educacionais.

III. O risco de que a polarização política reduza os espaços de negociação entre governo, oposição e organizações sociais.

A essas tensões soma-se a dimensão fiscal. No dia 20 de outubro, o Congresso aprovou um orçamento para 2027 de 634,9 trilhões de pesos colombianos, com um déficit projetado de 9,4% do PIB. O orçamento também reduz verbas destinadas a instituições ligadas ao acordo de paz de 2016, entre elas a Jurisdição Especial para a Paz e a unidade de busca de pessoas desaparecidas[6].

A Colômbia enfrenta, simultaneamente, um problema de governabilidade, uma pressão fiscal significativa e uma discussão sobre as prioridades relativas entre segurança, gastos públicos e consolidação da paz.

Argentina: tensão entre ajuste fiscal, direitos sociais e legalidade institucional

No último dia 15 de outubro, foi realizada a quinta Marcha Federal Universitária, com mobilizações em Buenos Aires e em outras cidades. Estudantes, docentes e trabalhadores reivindicaram o cumprimento da Lei de Financiamento Universitário, a recomposição salarial e mais recursos para as universidades públicas. O dia terminou com incidentes em frente ao Congresso.

Chequeado, uma organização argentina sem fins lucrativos dedicada à verificação de informações e ao fortalecimento do debate público por meio de dados confiáveis na Argentina, aponta, em sua análise publicada no dia 16 de outubro[7]:

[6] https://www.reuters.com/world/americas/colombian-congress-approves-2011-billion-budget-2027-2026-10-20/

[7] https://chequeado.com/el-explicador/marcha-federal-universitaria-del-15-de-octubre-de-2026-el-gasto-cayo-253-desde-2023-y-los-salarios-un-242/

- O orçamento universitário de 2026 era 25,3% inferior, em termos reais, ao de 2023.
- Os salários dos docentes situavam-se 24,2% abaixo dos níveis de novembro de 2023.
- O orçamento proposto para 2027 mantinha o financiamento universitário praticamente sem variações reais em relação a 2026.

A mobilização vai além da questão orçamentária. Coloca em discussão o papel da universidade pública na mobilidade social, na formação profissional, na pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico. Também levanta uma controvérsia institucional: a relação entre as decisões do Poder Executivo, as leis aprovadas pelo Congresso e as decisões judiciais relacionadas ao seu cumprimento. As tensões em torno do financiamento universitário mostram que o ajuste fiscal continua sendo um fator de mobilização social e de confronto entre o governo, as instituições de ensino e setores da sociedade civil.

Tendências políticas regionais

Os casos do Brasil, da Colômbia e da Argentina refletem dinâmicas diferentes, mas conectadas por alguns problemas comuns.

O caso do Brasil, com a reeleição do presidente Lula diante de Flávio Bolsonaro, evidencia a persistência da polarização e a continuidade de uma política externa autônoma.

Na Colômbia, observam-se mobilizações contra o novo governo de direita de Abelardo de la Espriella, refletindo conflitos em torno de reformas sociais e trabalhistas, além de tensões fiscais e relacionadas à paz. A mobilização de 14 de outubro incorporou organizações trabalhistas, estudantis, indígenas e feministas. Essa composição mostra que o conflito não se limita a uma oposição partidária, mas envolve diferentes grupos que buscam influenciar a orientação das políticas públicas.

Na Argentina, as manifestações universitárias e a disputa orçamentária revelam um confronto entre ajuste fiscal, direitos sociais e o cumprimento da legislação. A controvérsia diz respeito à capacidade do sistema educacional de manter condições de acesso, qualidade e continuidade do ensino superior.

A educação também está vinculada à estrutura produtiva. A falta de investimento em formação, pesquisa e inovação pode limitar a produtividade e a criação de empregos de maior qualidade, justamente quando os países da região precisam superar as restrições de um crescimento econômico moderado.

Embora não seja adequado interpretar esses casos como uma única onda regional, o Brasil mostra que uma candidatura conservadora pode ser derrotada mesmo em um contexto de avanço da direita; a Colômbia expressa a conflitividade de uma nova administração de direita; e a Argentina ilustra a persistência de disputas sociais em torno do programa econômico de austeridade que vem sendo impulsionado pelo governo Milei.

A dinâmica política latino-americana e caribenha não pode ser explicada unicamente como uma guinada à direita ou como uma disputa entre governos progressistas e conservadores. Trata-se de uma transformação mais complexa, na qual convergem:

1. Uma ***crise de representação*****:** os partidos tradicionais perdem a capacidade de canalizar demandas e sustentar identidades políticas estáveis.

2. A ***centralidade da segurança:*** a violência e o crime organizado modificam as agendas eleitorais e a relação entre o Estado e a cidadania.

3. A ***tensão entre mercado e proteção social:*** as restrições fiscais coexistem com demandas persistentes por bem-estar, igualdade e serviços públicos.

4. A ***competição entre potências***: as relações com os Estados Unidos e a China condicionam decisões econômicas, diplomáticas e de segurança.

5. A ***dificuldade de construir respostas regionais***: a fragmentação política reduz a capacidade de coordenar estratégias comuns diante de problemas transnacionais.

DIMENSÃO SOCIAL

Como informamos nestes Cadernos, nos últimos anos ocorreram protestos e manifestações na América Latina — fenômeno que, como observamos, também se estende por todo o continente europeu. Nesta seção, analisaremos brevemente essas manifestações e protestos, tanto no cenário latino-americano quanto no europeu, buscando caracterizá-los e identificar suas semelhanças e diferenças.

Como vimos documentando nos Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, na **América Latina** também foram registradas mobilizações ao longo de todo o ano e em períodos recentes, as quais refletem, também, as particularidades econômicas, sociais e políticas de cada país. Diferentemente da onda europeia, em que a habitação e o custo de vida ocupam um lugar de destaque, ***na América Latina também têm um peso importante os conflitos territoriais, a desigualdade, a violência, a corrupção, as reformas estatais e a relação entre os governos e os movimentos populares***.

É preciso distinguir entre os protestos que buscam modificar uma política específica, os que exigem a renúncia de autoridades e os que expressam uma crise mais ampla de representação. Embora possam compartilhar causas, não constituem um movimento regional coordenado.

Na **Argentina**, a principal mobilização social observada em outubro foi a Marcha Federal Universitária de 15 de outubro, centrada na defesa do financiamento das universidades públicas. As reivindicações incluíram a ampliação dos recursos destinados ao ensino superior, a valorização dos salários docentes e o cumprimento da legislação relativa ao financiamento universitário, refletindo preocupações com a sustentabilidade e a qualidade do sistema público de educação superior[8].

Na **Colômbia**, os protestos nacionais realizados em 14 de outubro foram motivados por insatisfações relacionadas às políticas econômicas e trabalhistas, aos cortes em programas sociais e ao financiamento da educação pública. Além disso, manifestantes expressaram preocupações quanto às novas regras de intervenção policial, consideradas por diferentes setores da sociedade como potencialmente limitadoras de direitos e liberdades civis[9].

[8] https://www.reutersconnect.com/item/massive-university-protest-in-buenos-aires/dGFnOnJldXRlcnMuY29tLDIwMjY6bmV3c21sX09XTFRBQzdFT1RNRllYUlMyMUFWSkhHSjVPSzJNUVI

[9] Grupos opositores colombianos iniciam protestos contra os cortes de la Espriella. https://www.aljazeera.com/news/2026/10/14/colombia-opposition-groups-launch-protest-against-de-la-espriellas-cuts

No **México**, destacaram-se os protestos ocorridos em Guadalajara em torno da qualidade da água. As mobilizações evidenciaram demandas por maior acesso à água potável, investimentos em infraestrutura hídrica, controle da contaminação ambiental e esclarecimentos sobre a atuação das forças policiais durante as manifestações, revelando a crescente relevância das questões ambientais e de saúde pública na agenda social do país[10].

No **Chile**, as mobilizações estudantis e sociais registradas ao longo de outubro estiveram associadas a preocupações com o orçamento destinado à educação, as condições do mercado de trabalho e os possíveis impactos dos cortes nos gastos públicos. Esses protestos refletiram o receio de diferentes grupos sociais quanto ao enfraquecimento das políticas públicas e dos mecanismos de proteção social em um contexto de restrições fiscais[11].

As manifestações sociais na América Latina e no Caribe refletem problemas estruturais que afetam amplos setores da população. Entre os fatores mais recorrentes está a *deterioração das condições materiais de vida, marcada por salários insuficientes, inflação acumulada, precarização do trabalho, pobreza e dificuldades de acesso à moradia, alimentos, energia e transporte*. Em muitos casos, as reivindicações econômicas constituem o *ponto de partida dos protestos e posteriormente se ampliam para questionamentos mais abrangentes sobre a atuação dos governos*.

Outro eixo central das mobilizações é a *defesa dos serviços públicos*. Educação, universidades, saúde, aposentadorias e sistemas de proteção social são áreas frequentemente associadas a disputas políticas e orçamentárias. Os protestos universitários na Argentina e as mobilizações estudantis no Chile exemplificam a *preocupação com o financiamento público e com as prioridades definidas pelos governos na alocação de recursos*.

As manifestações também expressam *conflitos relacionados à representação e à legitimidade política*. Em países como Colômbia e Venezuela, diversos protestos incorporaram críticas diretas ao governo e demandas de natureza política, enquanto na Bolívia alguns setores chegaram a exigir a renúncia presidencial. No entanto, nem todas as mobilizações possuem caráter antigovernamental, nem compartilham uma mesma orientação ideológica.

Questões territoriais, ambientais e de gestão dos recursos naturais constituem outro importante foco de conflito. O acesso à água, à terra, aos recursos minerais e energéticos, bem como a proteção dos ecossistemas, mobiliza comunidades locais, povos indígenas, organizações ambientalistas e sindicatos. Esses debates envolvem disputas sobre quem controla os recursos naturais, quem se beneficia de sua exploração e quem assume os custos ambientais decorrentes dessas atividades.

A *segurança pública, a repressão estatal e o direito à manifestação também influenciam significativamente a dinâmica dos protestos*. A violência policial, a insegurança cidadã e as restrições ao espaço cívico podem funcionar simultaneamente como causas de mobilização e como fatores que condicionam sua organização e desenvolvimento. Por isso, a análise da

---

[10] O agravamento da crise hídrica provoca protestos em Guadalajara, no México. https://www.reuters.com/business/environment/worsening-water-crisis-sparks-protests-mexicos-guadalajara-2026-10-16

[11] Estudantes chilenos marcham em defesa da educação pública enquanto o Congresso debate o orçamento de 2027. https://www.reutersconnect.com/item/chilean-students-march-to-defend-public-education-as-congress-to-debate-2027-budget/dGFnOnJldXRlcnMuY29tLDIwMjY6bmV3c21sX1ZBNjg4OTAxMTAyMDI2UlAx

conflitividade social na região exige considerar não apenas a quantidade de manifestações, mas também as condições institucionais que permitem sua realização.

Por fim, observa-se uma *crescente convergência entre diferentes atores sociais. Estudantes, sindicatos, povos indígenas, trabalhadores informais, organizações feministas e coletivos territoriais frequentemente participam das mesmas mobilizações, ampliando sua capacidade de mobilização e visibilidade*. Contudo, essa convergência não implica necessariamente a existência de um programa político comum ou de uma estrutura organizacional unificada.

Da mesma forma, nos últimos tempos, observamos manifestações na Europa — como protestos por causa dos aluguéis na Espanha e mobilizações estudantis na França, entre outras —, bem como diversos eventos no cenário latino-americano.

As manifestações que ocorrem na Europa em outubro de 2026 e as mobilizações sociais na América Latina apresentam pontos de convergência em suas causas econômicas, sociais e políticas, embora se desenvolvam em contextos institucionais diferentes. O encarecimento da vida, o aumento dos combustíveis, a crise de acesso à moradia, a deterioração dos serviços públicos, a precarização do trabalho e os baixos salários, além da desconfiança em relação aos governos, aparecem como fatores recorrentes.

A questão central é se *estamos diante de protestos isolados, vinculados a problemas nacionais, ou se nos deparamos com um ciclo internacional de conflito social que expressa tensões mais profundas no modelo de desenvolvimento, na distribuição de riqueza e na legitimidade dos sistemas políticos*.

O que está acontecendo na Europa e quais são as características do protesto?

As mobilizações iniciadas na França durante o mês de setembro/outubro estenderam-se à Espanha, Bélgica, Itália, Portugal e Albânia, com manifestações relacionadas à habitação, aos salários, à educação, aos serviços públicos e às políticas de ajuste. Em alguns locais, registraram-se confrontos, danos materiais e detenções; contudo, essa violência pontual não deve ser confundida com o conjunto das mobilizações[12].

Na ***França***, os protestos têm sido impulsionados principalmente pelos cortes orçamentários, pela insuficiência de recursos destinados à educação, pelo aumento do custo de vida e pela percepção de deterioração dos serviços públicos[13].

---

[12] Os protestos estão varrendo a Europa, com centenas de milhares de pessoas indo às ruas em dezenas de cidades por todo o continente.https://www.abc.net.au/news/2026-10-20/europe-protests-explained-as-demonstrations-grow/107285508. Acesso 22 de outubro.

[13] Os protestos caracterizam-se pela transformação de um movimento inicialmente estudantil em uma mobilização social mais ampla, com demandas relacionadas à educação pública, ao custo de vida, aos salários, à desigualdade e à deterioração dos serviços públicos. A mobilização expressa também um mal-estar político mais geral e um distanciamento crescente entre parte da cidadania e seus representantes. O Ministério do Interior registrou, no dia 6 de outubro, cerca de 266.000 manifestantes em toda a França, incluindo 56.000 em Paris. Por outro lado, organizadores estudantis do ensino médio e universitário afirmaram que 450.000 pessoas participaram das marchas, sendo 100.000 em Paris. https://www.lemonde.fr/en/france/article/2026/10/07/high-school-students-movement-protests-grow-and-draw-widespread-support_6758337_7.html. No dia 24 de outubro, o governo francês contabilizou 410.000

Na ***Espanha***, as manifestações concentram-se sobretudo nos elevados preços dos aluguéis, nas dificuldades de acesso à moradia e no aumento dos despejos, questões que afetam especialmente os jovens e as famílias de menor renda[14].Mais recentemente, o protesto se espalhou — supostamente contra a precária situação da educação pública —, o que, na verdade, tem incentivado roubos e saques a estabelecimentos comerciais na cidade. Convocações semelhantes foram detectadas em outros países europeus, como Itália, Bélgica, Alemanha e Países Baixos[15]. Os protestos espanhóis de outubro de 2026 mostram como uma demanda concreta — o acesso à moradia — pode se transformar em um questionamento mais amplo das prioridades econômicas e da capacidade das instituições de garantir direitos sociais.

Na ***Bélgica***, os protestos na Bélgica caracterizam-se por uma mobilização sindical contínua contra as políticas de austeridade, à qual se juntaram estudantes, docentes, funcionários públicos e organizações sociais[16]. O conflito expressa uma disputa sobre quem deve arcar com o custo do ajuste fiscal e qual lugar as pensões, os salários e os serviços públicos devem ocupar no modelo social belga[17].

Em ***Portugal,*** as mobilizações de outubro de 2026 têm dois eixos principais: a crise de acesso à habitação[18] e a deterioração do poder aquisitivo[19]. A isso somam-se as greves de servidores públicos, as demandas dos estudantes e as reivindicações salariais e previdenciárias. O descontentamento manifesta-se tanto em marchas multitudinárias quanto em acampamentos urbanos e paralisações de trabalho.

O governo de centro-direita de **Luís Montenegro** enfrenta crescente pressão dos sindicatos e de movimentos sociais em um contexto de debates sobre o orçamento nacional. As mobilizações refletem preocupações relacionadas aos impactos do aumento do custo de vida

---

manifestantes. O dia transcorreu, em grande parte, de forma pacífica, embora tenham ocorrido incidentes em Paris, Marselha e outras cidades. https://www.reuters.com/world/europe/french-protest-groups-demand-more-rallies-macron-faces-tough-choices-2026-10-25/ Acesso 26 de outubro.

[14] ***"Blocus"***, uma palavra francesa que significa bloqueio, tornou-se a etiqueta utilizada nas redes sociais para mobilizar os jovens que protagonizaram distúrbios em Barcelona, na Espanha, no último sábado, 24 de outubro, quando saquearam cerca de trinta estabelecimentos comerciais e provocaram 33 incêndios.

[15] https://elpais.com/espana/catalunya/2026-10-26/que-es-blocus-la-etiqueta-en-redes-que-desato-los-disturbios-en-barcelona.html. Acesso 26 de outubro.

[16] Trabalhadores ferroviários, professores, estudantes universitários e do ensino médio, grupos de defesa de refugiados, artistas, funcionários públicos — 30 mil pessoas, segundo estimativas policiais, e 50 mil, segundo os sindicatos — marcharam pela capital belga para protestar contra as políticas socioeconômicas do governo de Bart De Wever. Com o governo prestes a apresentar seu orçamento no dia 13 de outubro, os manifestantes pretendiam fazer ouvir a sua voz. Em 24 de outubro de 2026, novos confrontos ocorreram em Bruxelas, no contexto de protestos estudantis. Centenas de jovens participaram; houve choques com a polícia e detenções. https://www.reuters.com/world/belgian-protesters-police-skirmish-anti-government-demonstrations-brussels-2026-10-24 . Acesso 26 de outubro.

[17] Os sindicatos opõem-se aos cortes orçamentários promovidos pelo governo federal do primeiro-ministro Bart De Wever. O Executivo argumenta que precisa reduzir o déficit e conter o crescimento da dívida pública; os manifestantes sustentam que o ajuste recai de forma desproporcional sobre os trabalhadores e setores vulneráveis. https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/10/10/in-brussels-thousands-protest-against-the-federal-government-s-policies_6758441_4.html. Acesso 26 de outubro.

[18] https://www.reuters.com/world/europe/portuguese-police-clear-lisbon-housing-protest-camp-make-arrests-2026-10-25. Acesso 26 de outubro.

[19] https://efe.com/mundo/2026-10-17/portugal-protestas-carestia-vida/. E Portugal los manifestantes de la vivienda vuelven a las plazas, prometen seguir adelante — Internazionale Acesso 26 de outubro.

sobre a população, especialmente diante da percepção de que salários e aposentadorias não acompanham a elevação dos preços dos bens essenciais e da habitação.

Outro ponto central do conflito diz respeito ao modelo de política habitacional. De um lado, o governo defende reformas voltadas para o funcionamento do mercado imobiliário; de outro, sindicatos e organizações sociais reivindicam maior regulação dos aluguéis, proteção aos inquilinos e ampliação da oferta de moradias a preços acessíveis.

Além disso, os despejos e as detenções ocorridos durante manifestações alimentaram um debate sobre a legitimidade dos protestos, envolvendo questões relacionadas ao uso do espaço público, à manutenção da ordem pública e ao direito à mobilização social.

Em paralelo, até 22 de outubro, organizações sindicais da Espanha e de Portugal mantinham conversas sobre a possibilidade de coordenar uma greve geral ibérica para 11 de novembro. Contudo, a adesão portuguesa ainda dependia de uma decisão formal de suas próprias centrais sindicais, não podendo, portanto, ser considerada confirmada naquele momento.

Na ***Itália,*** a inflação, a estagnação dos salários e as preocupações com a qualidade e o financiamento dos serviços públicos figuram entre os principais fatores que alimentam os protestos. A Itália combina um protesto econômico e trabalhista com uma disputa política sobre as prioridades do Estado. A inflação percebida, os salários, o preço dos combustíveis e a precariedade conectam-se à oposição aos gastos militares e às demandas por investimentos em educação, saúde e serviços públicos.

A grande questão é se a convergência desses setores resultará em uma mobilização nacional sustentada ou se os protestos continuarão a ocorrer de forma fragmentada. As greves previstas para o final de outubro e novembro permitirão avaliar o alcance dessa articulação e a capacidade do governo de responder às demandas, sem reduzir o conflito exclusivamente a uma questão de segurança.

Na ***Albânia***, A Albânia atravessa uma escalada de mobilizações contra o governo do primeiro-ministro Edi Rama, que começou com protestos ambientais contra um projeto turístico de luxo e se expandiu para demandas por transparência, combate à corrupção, melhorias na educação e oportunidades de emprego.

Diferentemente dos protestos centrados principalmente no custo de vida ou na habitação, observados em outros países europeus, na Albânia o conflito assumiu um caráter mais abertamente político: parte dos manifestantes exige a renúncia do primeiro-ministro e questiona o funcionamento das instituições. Desde meados de outubro, têm sido registrados confrontos graves entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e prisões.

Os protestos registrados durante o outono europeu revelam um *descontentamento social generalizado, mas não constituem um movimento único nem decorrem de uma convocação comum*. Trata-se de *mobilizações que surgiram a partir de conflitos nacionais distintos, os quais compartilham problemas estruturais: o encarecimento do custo de vida, as dificuldades de acesso à moradia, a precariedade laboral, a percepção de deterioração dos serviços públicos e a desconfiança em relação às instituições*.

Segundo um levantamento publicado pelo ***El País***[20], entre 15 de setembro e 23 de outubro, foram registrados pelo menos **177 protestos** em **12 países europeus**; França, Espanha, Itália, Portugal e Bélgica concentraram cerca de 80% das mobilizações contabilizadas. Moradia, educação e custo de vida foram as principais pautas, somadas a demandas específicas contra a corrupção e o rearmamento.

Um elemento importante que podemos destacar nestes protestos no continente europeu é *a convergência entre setores sociais: estudantes, sindicatos, trabalhadores, organizações de inquilinos e cidadãos afetados pelo encarecimento de bens essenciais.* No entanto, as demandas e as consequências políticas variam de acordo com cada país[21].

A análise sintética dos protestos e mobilizações na América Latina e na Europa nos permite permitem identificar *semelhanças ou paralelismos entre a Europa e a América Latina, onde as demandas não se limitam à renda, mas abrangem a capacidade do Estado de garantir direitos, prestar serviços essenciais e responder às necessidades da população*.

A mobilização ou os protestos em torno do *custo de vida e da perda de poder aquisitivo:* na Europa, o aumento do custo de vida combina-se com a pressão sobre os salários, as pensões e os gastos públicos. Na América Latina, a questão relaciona-se também com a informalidade no trabalho, a desigualdade e as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.

Em relação à crise de acesso a direitos sociais: a habitação ocupa um lugar especialmente visível na Espanha e em Portugal. Na América Latina, além da habitação, ganham destaque a educação pública, a saúde, a água e a proteção social. *O denominador comum é a dificuldade de satisfazer necessidades básicas por meio da renda familiar ou da oferta pública.*

Em relação aos *conflitos distributivos e à legitimidade política*, observa-se que*, quando os governos aplicam medidas de austeridade ou realocam recursos públicos, intensificam-se as disputas sobre quem deve arcar com os custos do ajuste*. Os protestos podem, assim, transformar-se em questionamentos mais amplos das prioridades governamentais e da representação política.

Tanto na Europa quanto na América Latina, observam-se *tensões entre a manutenção da ordem pública e as garantias de reunião e manifestação*. As restrições, as detenções e o uso da força podem se tornar novos motivos de mobilização quando são percebidos como desproporcionais.

Sob uma perspectiva geopolítica, *os protestos sociais observados em diferentes países podem ser interpretados como indicadores relevantes de tensões econômicas, sociais e políticas que influenciam diretamente a governabilidade*. As manifestações públicas expressam demandas relacionadas ao custo de vida, ao acesso a serviços essenciais, à educação, ao emprego e à proteção social, revelando *desafios para a capacidade dos governos de responder*

---

[20] Estudantes, sindicatos e moradores convocaram mais de 170 manifestações em pouco mais de um mês em todo o continente. Suas motivações frequentemente coincidem. https://elpais.com/internacional/europa/informada/2026-10-24/donde-y-por-que-se-protesta-en-europa-las-reivindicaciones-de-los-jovenes-de-cada-pais.html. Acesso 26 de outubro.

[21] Na França, o protesto combina preocupações com os serviços públicos, a tensão fiscal e o custo de vida. Na Espanha e em Portugal, a habitação ocupa um lugar central. Na Bélgica, sindicatos e estudantes questionam medidas orçamentárias. Essas diferenças mostram que não existe um movimento europeu único com uma orientação política homogênea.

às expectativas da população. Nesse contexto**,** *a persistência ou intensificação dessas mobilizações pode afetar a formulação de políticas públicas, a definição de prioridades orçamentárias e a dinâmica da competição política entre diferentes atores e partidos*.

Além disso, *a evolução desses movimentos dependerá, em grande medida, da capacidade dos governos de estabelecer mecanismos eficazes de diálogo e negociação com os diversos grupos sociais envolvidos***.** A preservação dos canais democráticos de participação e representação constitui um elemento central para a gestão dos conflitos sociais, reduzindo o risco de que disputas relacionadas à distribuição de recursos e oportunidades resultem em processos de polarização ou fragmentação social mais profundos. Dessa forma, a resposta institucional às reivindicações sociais torna-se um fator determinante para a estabilidade política e a coesão social.

Embora os acontecimentos analisados permitam levantar a hipótese de uma possível convergência internacional da conflitualidade social, a comprovação da existência de um ciclo transregional articulado requer evidências adicionais. Para sustentar essa interpretação, seria necessário verificar a continuidade temporal das mobilizações, a presença de vínculos organizacionais entre os diferentes movimentos e a circulação transnacional de agendas, discursos e repertórios de ação coletiva. Em outras palavras, embora existam temas comuns que atravessam distintos contextos nacionais, ainda é necessário aprofundar a análise empírica para determinar se tais manifestações representam fenômenos essencialmente locais ou se configuram uma dinâmica mais ampla de mobilização social em escala internacional.

Nesse sentido, futuras pesquisas deverão considerar não apenas as causas imediatas dos protestos, mas também os fatores estruturais que contribuem para sua emergência, tais como desigualdades socioeconômicas, transformações no mercado de trabalho, pressões inflacionárias e mudanças nas expectativas da população em relação ao papel do Estado. Essa abordagem permitirá compreender de forma mais abrangente as conexões entre processos domésticos e tendências globais, contribuindo para o entendimento da evolução contemporânea dos movimentos sociais e de suas implicações para a estabilidade política e a governança internacional.

As manifestações sociais observadas na Europa e na América Latina constituem oportunidades políticas que podem ser aproveitadas por atores de diferentes orientações ideológicas, incluindo partidos de direita, de esquerda, forças de centro, movimentos antissistema e grupos críticos às formações políticas tradicionais. Entretanto*, a simples existência de descontentamento social não garante benefícios eleitorais automáticos para nenhum desses atores*.

A transformação das demandas sociais em apoio político efetivo depende da capacidade de interpretar adequadamente as preocupações da população, elaborar narrativas capazes de explicar as causas dos problemas percebidos e apresentar propostas consideradas viáveis e credíveis pelos cidadãos. Dessa forma, o impacto político dos protestos não está determinado por sua origem ou intensidade, mas pela habilidade dos diferentes atores em canalizar as reivindicações sociais para projetos políticos capazes de obter legitimidade e apoio junto ao eleitorado.

A conflitividade social pode abrir oportunidades tanto para as esquerdas quanto para as direitas, mas o sentido de sua capitalização depende da organização política, da interpretação

pública das causas do conflito e da capacidade das forças em disputa de oferecer respostas concretas. Não existe uma relação automática entre protesto social e guinada ideológica.

A situação social da América Latina e do Caribe em outubro de 2026 apresenta uma combinação de avanços parciais e problemas estruturais persistentes. A redução da pobreza registrada em 2024 e a evolução favorável do emprego ao longo de 2025 são sinais positivos, mas coexistem com uma elevada vulnerabilidade econômica, informalidade laboral, desigualdades multidimensionais e sistemas de proteção social com capacidades desiguais.

A questão central é se o crescimento econômico poderá se traduzir em melhorias sustentáveis no bem-estar e em uma maior mobilidade social. A resposta dependerá da geração de emprego formal, da proteção da renda, da qualidade dos serviços públicos e da capacidade dos Estados de sustentar políticas sociais inclusivas em um contexto de restrições fiscais.

Sob uma perspectiva regional, o principal risco é a consolidação de um ciclo de baixo crescimento, desigualdade persistente, enfraquecimento da confiança institucional e polarização política. Superá-lo exige combinar políticas de segurança com inclusão social, desenvolvimento produtivo, sistemas universais de proteção e mecanismos de diálogo democrático.

A The Economist publica um artigo que apresenta o aumento das vendas de motocicletas nas cidades latino-americanas, o que pode ser interessante para analisar a situação social vivida pelas famílias na região.

Segundo o artigo The Economist, as vendas anuais de motocicletas na região passaram de cerca de três milhões em 2019 para quase seis milhões em 2025. Essa expansão está ligada a atividades de entrega, transporte informal, congestionamento urbano e dificuldades de acesso ao transporte público.

O fenômeno apresenta uma dupla dimensão:

- **Oportunidade social e econômica**: facilita o acesso a empregos geograficamente dispersos e gera renda para trabalhadores com poucas alternativas de trabalho.
- **Custo social e sanitário:** aumenta a exposição a acidentes de trânsito, especialmente entre trabalhadores de plataformas submetidos à pressão pelos prazos de entrega.

O artigo cita estimativas do BID segundo as quais as mortes por acidentes de trânsito na América Latina e no Caribe aumentaram cerca de 10% entre 2021 e 2024, chegando a aproximadamente 100.000 óbitos anuais. Destaca também o peso dos motociclistas na mortalidade no trânsito na Colômbia.

A resposta exige políticas integradas de transporte público, segurança viária, proteção trabalhista e planejamento urbano — e não apenas restrições ao uso de motocicletas.

Com um crescimento regional projetado de 2,2% para 2026, a criação de empregos de qualidade e a redução sustentada da pobreza continuam sendo desafios centrais.

A preocupação com o crime não pode deslocar do debate público questões como o emprego de qualidade, a educação, a saúde, as pensões e a desigualdade, ainda que estas últimas influenciem as condições de vida e a confiança nas instituições.

Além disso, a CEPAL identifica uma combinação de alta desigualdade, baixa mobilidade social, polarização e capacidades institucionais insuficientes. Quando as pessoas percebem que o esforço individual não se traduz em oportunidades e que as instituições não respondem às suas demandas, a desconfiança e a fragmentação social podem aumentar[22].

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Perspectivas regionais: crescimento moderado e restrições fiscais

O FMI reduziu suas projeções de crescimento para a América Latina e o Caribe para 2,3% em 2026 e 2,5% em 2027. Entre os fatores que condicionam as perspectivas estão o *encarecimento da energia, associado ao conflito no Oriente Médio, o endividamento público e o aumento limitado da produtividade*.

O Fundo alertou que as condições financeiras favoráveis podem não se manter e recomendou aproveitá-las para reduzir a dívida e melhorar a produtividade[23]. Ao mesmo tempo, reconheceu que o ajuste fiscal estagnou em vários países.

Os principais desafios econômicos são:

- ✓ Manter a estabilidade macroeconômica sem aprofundar as desigualdades.
- ✓ Melhorar a produtividade e a diversificação das exportações.
- ✓ Financiar infraestrutura, educação, saúde e inovação.
- ✓ Reduzir a vulnerabilidade em relação aos preços internacionais de energia e de outras matérias-primas.

Como se pode observar, em sua tradicional receita de austeridade fiscal, o Fundo Monetário Internacional instou os governos latino-americanos a aproveitar as condições globais ainda favoráveis para reduzir a dívida pública e aumentar a produtividade, ao mesmo tempo em que alertou que o ajuste fiscal estagnou em muitos países[24].

Paraguai: atrativo para investidores e limites estruturais

O Paraguai busca consolidar-se como plataforma manufatureira e exportadora por meio de incentivos fiscais, simplificação administrativa e aproveitamento de sua integração ao MERCOSUL.

---

[22] https://www.cepal.org/es/publicaciones/89773-cohesion-social-desarrollo-social-inclusivo-america-latina-caribe-segundo

[23] O Fundo Monetário Internacional reduziu suas previsões de crescimento para a América Latina e o Caribe para este ano e o próximo, e apontou que a maior parte da região está recebendo pouco impulso do avanço da inteligência artificial — um fenômeno que ajudou outras economias a absorver o choque energético decorrente da guerra no Oriente Médio. Em seu relatório *Perspectiva Econômica Mundial*, o Fundo projetou um crescimento regional de 2,3% para este ano. Isso representa uma redução em relação ao crescimento de 2,5% previsto para 2025 e à estimativa de 2,4% feita em julho para 2026. O FMI também revisou a previsão para 2027, reduzindo-a de 2,7% para 2,5%. https://www.marketscreener.com/news/imf-cuts-latin-america-caribbean-growth-forecasts-on-energy-shock-little-ai-boost-ce785dddda88fe27

[24] https://www.reuters.com/markets/us/imf-urges-latin-america-cut-debt-lift-productivity-while-tailwinds-last-2026-10-16/

O país apresenta um crescimento econômico de 6,6% no ano, com um aumento de 25% nas exportações de bens como autopeças, vestuário e têxteis em relação a 2019; uma carga tributária equivalente a 16% do PIB e a persistência de déficits significativos em infraestrutura e capital humano.

A oportunidade consiste em aproveitar a estabilidade macroeconômica, a energia hidrelétrica e a integração comercial para atrair investimentos. O risco é que os benefícios se concentrem em determinadas atividades, sem gerar uma transformação produtiva suficientemente ampla.

A geração abundante de eletricidade por Itaipu e Yacyretá constitui uma vantagem para indústrias eletrointensivas, centros de processamento de dados e atividades industriais. O desafio é ampliar a infraestrutura de transmissão e o uso produtivo dessa energia.

Paraguai oferece um ambiente tributário relativamente favorável e regimes específicos para investimentos. A Lei nº 7.548/2025 atualizou os incentivos ao investimento nacional e estrangeiro, enquanto a Lei nº 7.547/2025 reformulou o regime de maquila[25].

O país apresenta recursos naturais e exportações, como a soja, a carne bovina, os cereais e a energia elétrica, que sustentam a inserção internacional do país. Há oportunidades de agregar valor por meio da agroindústria, da transformação de matérias-primas e da integração às cadeias produtivas regionais.

Paraguai apresenta estabilidade macroeconômica, com crescimento econômico e a consolidação da credibilidade financeira fortaleceram a imagem do Paraguai como destino de investimentos. Em 2025, o PIB real cresceu 6,6%, e o FMI projetou expansão de 4,4% para 2026[26].

Embora o Paraguai possa ser atraente para o capital, isso não significa, automaticamente, um desenvolvimento inclusivo. O país enfrenta desafios que podem limitar sua capacidade de transformar investimentos em ganhos duradouros de produtividade, emprego e bem-estar.

Um dos dois principais dilemas do Paraguai é a distância entre o desempenho macroeconômico e a capacidade de universalizar oportunidades e direitos sociais.

O resultado do desenvolvimento do Paraguai dependerá menos da quantidade de investimentos atraídos, isoladamente, e mais da qualidade desses investimentos, de seus efeitos

[25] https://www.mic.gov.py/ley_7548_25/

[26] Paraguai também possui importância estratégica no contexto sul-americano. Sua localização entre Brasil, Argentina e Bolívia, sua inserção no MERCOSUL e sua disponibilidade de energia hidrelétrica ampliam seu potencial para atrair investimentos industriais e logísticos. Ao mesmo tempo, a relação econômica com os países vizinhos cria interdependências: o Paraguai depende de corredores de transporte regionais, das condições de navegabilidade dos rios e dos acordos energéticos com Brasil e Argentina. O principal desafio é evitar que a concorrência fiscal e os custos reduzidos se tornem as únicas bases de sua competitividade. Uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo exigiria: a)Diversificar a estrutura produtiva e ampliar o conteúdo tecnológico das exportações; b) Fortalecer fornecedores nacionais e encadeamentos industriais regionais; c) Investir em infraestrutura logística, educação e formação profissional; d) Ampliar a formalização do trabalho e a cobertura da proteção social; e)Melhorar a capacidade fiscal e institucional do Estado, e f) Incorporar a sustentabilidade ambiental e a adaptação climática ao planejamento econômico

sobre a estrutura produtiva e da capacidade do Estado de converter crescimento em desenvolvimento social.

A região não enfrenta uma crise econômica uniforme, mas sim uma combinação de crescimento moderado, restrições fiscais e elevadas necessidades de investimento social e produtivo.

O dilema não deve ser colocado exclusivamente em termos de ajuste versus expansão dos gastos. Também são relevantes a composição do orçamento, a eficiência do investimento público, a capacidade tributária e a distribuição dos custos e benefícios do crescimento.

SITUAÇÃO DE SAÚDE

A agenda sanitária desta quinzena combina ameaças epidemiológicas, efeitos das mudanças climáticas, desigualdades no acesso e dificuldades para sustentar as capacidades de resposta dos sistemas de saúde.

Dengue e chikungunya: alerta regional diante da intensificação do El Niño

No dia 21 de outubro, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pediu o reforço da vigilância epidemiológica e da preparação dos serviços de saúde diante do aumento recente de casos de dengue e do ressurgimento da transmissão de chikungunya em áreas onde não se registrava circulação há vários anos. O alerta coincide com a proximidade da temporada de maior transmissão na América do Sul e com a intensificação prevista do fenômeno El Niño.

Tabela – América Latina e Caribe 2026: Indicadores epidemiológicos regionais da dengue e da chikungunya

Indicador epidemiológico	Casos / fallecimientos	Período o alcance
Suspeita de dengue	1.690.000 casos	Acumulados hasta mediados de setembro de 2026
Mortes por dengue	571 falecimentos	Mesmo período
Suspeita de chikungunya	213.919 casos	Região das Américas
Suspeita de chikungunya	88 falecimentos	20 países e territórios

Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), atualização epidemiológica de 20 de outubro de 2026. Os dados correspondem a períodos acumulados até meados de setembro e não representam o fechamento da quinzena. https://www.paho.org/en/news/21-10-2026-paho-calls-strengthened-surveillance-and-preparedness-amid-increases-dengue-and

Embora os casos acumulados de dengue estivessem 58% abaixo dos registrados no mesmo período de 2025, a OPAS identificou aumentos recentes em países das sub-regiões andina, centro-americana e caribenha. Em relação à chikungunya, apontou uma expansão geográfica e períodos de transmissão mais prolongados.

As ***prioridades sanitárias*** são:

- ✓ Reforçar a atenção primária para identificar precocemente sinais de alerta.
- ✓ Melhorar a vigilância epidemiológica, virológica e entomológica.
- ✓ Fortalecer o diagnóstico e a capacidade hospitalar.

- ✓ Intensificar o controle do mosquito Aedes por meio de intervenções ambientais e comunitárias.
- ✓ Integrar a vigilância climática ao planejamento dos serviços de saúde.

A relação com o fenômeno El Niño exige atenção especial: a variabilidade climática pode modificar as condições de transmissão, mas a magnitude do impacto depende também do saneamento, da urbanização, do controle vetorial e da capacidade de resposta dos sistemas de saúde

Sarampo: lacunas na vacinação e risco de expansão

A OPAS alertou, no dia 9 de outubro, que o risco de propagação do sarampo nas Américas era muito alto, diante da persistência de surtos, das lacunas na vacinação e do aumento da mobilidade de pessoas. No dia 22 de outubro, publicou uma nova atualização sobre a situação regional.

Segundo o balanço divulgado em 9 de outubro, entre 4 de janeiro e 3 de outubro de 2026, foram notificados 55.792 casos confirmados e 77 mortes em 17 países e territórios, o que representava 4,8 vezes o número de casos registrados no mesmo período de 2025. Guatemala, México, Estados Unidos, Peru e Canadá figuravam entre os países com o maior número de casos.

Esse cenário apresenta **três problemas**:

I. O acúmulo de pessoas suscetíveis devido a coberturas vacinais insuficientes.

II. A dificuldade de detectar e conter surtos em territórios com acesso limitado aos serviços de saúde.

III. A necessidade de coordenar a vacinação, a vigilância e a resposta rápida entre os países.

O *sarampo é, também, um indicador da capacidade dos sistemas públicos de sustentar políticas preventivas de alcance universal*. A resposta não pode se limitar ao atendimento dos casos: é preciso recuperar as coberturas vacinais, identificar lacunas territoriais e garantir esquemas vacinais completos.

Sistemas de salud: calidad, equidad y fuerza de trabajo

O relatório "***Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026***[27]", publicado pela OCDE, oferece uma estrutura complementar para interpretar os problemas da quinzena e analisa o desempenho dos sistemas de saúde de 33 países da América Latina e do Caribe, com atenção especial a dois desafios centrais: melhorar a qualidade do atendimento e reduzir as desigualdades na saúde. O documento destaca que *a expansão da cobertura universal de saúde nas últimas décadas permitiu avanços significativos nos indicadores de saúde; contudo, esse progresso desacelerou e já não está reduzindo a disparidade em relação aos países da OCDE*. A expectativa de vida aumentou para 74,6 anos em 2024, embora permaneça bem abaixo da média de 81,3 anos observada na OCDE. Da mesma forma, a mortalidade infantil e a de menores de cinco anos apresentaram uma redução expressiva, mas continuam sendo consideravelmente mais altas do que nos países mais desenvolvidos.

[27] https://www.oecd.org/en/publications/health-at-a-glance-latin-america-and-the-caribbean-2026_445b3259-en/full-report/executive-summary_9a8e0b53.html

O relatório aponta que a *persistência de altas taxas de mortalidade evitável evidencia limitações na qualidade, na oportunidade e na continuidade da assistência à saúde*. Embora muitos países disponham de estratégias, regulamentações e indicadores voltados à promoção da qualidade assistencial, ainda faltam ferramentas eficazes para traduzir essas políticas em melhores resultados. Além disso, as desigualdades socioeconômicas continuam a condicionar o acesso, a proteção financeira e os resultados em saúde. A OCDE conclui que a região precisa evoluir, indo além da simples ampliação da cobertura, em direção a sistemas mais eficientes, equitativos e preparados para o envelhecimento populacional, as doenças crônicas e futuras crises sanitárias.

Entre os seus indicadores regionais, destacam-se:

Indicador	América Latina y el Caribe	Referência OCDE
Expectativa de vida, 2024	74,6 años	81,3 anos
Médicos por 1.000 habitantes	2,4	3,6
Enfermagem e obstetrícia por 1.000 habitantes	3,9	10,3
Mortalidade evitável, 2023	297 por 100.000 habitantes	162 por 100.000

Fonte: OCDE, Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026. Os universos de países podem variar de acordo com o indicador.

Estes dados mostram que a expansão da cobertura de saúde não garante, por si só, resultados equivalentes em termos de qualidade, segurança e continuidade da assistência.

Para a região, as prioridades de médio prazo incluem o planejamento da força de trabalho, a distribuição territorial de profissionais, o fortalecimento da enfermagem, a integração dos níveis de atenção e a capacidade de resposta diante de doenças transmissíveis e crônicas.

Nesse contexto, *a migração internacional de trabalhadores da saúde também deve ser incorporada às políticas de planejamento: os fluxos de profissionais entre países podem ajudar a suprir déficits locais, mas também podem aprofundar desigualdades quando não existem mecanismos adequados de formação, reconhecimento de títulos, retenção e cooperação.*

Saúde, mudança climática e cooperação regional

A situação epidemiológica reforça a necessidade de integrar saúde e meio ambiente nas políticas públicas. O risco associado ao fenômeno El Niño, a circulação de arbovírus e a expansão do sarampo exigem capacidades que transcendem as fronteiras nacionais.

Uma ***resposta regional*** deveria articular:

- ✓ Sistemas de alerta precoce e vigilância epidemiológica interoperáveis.
- ✓ Cooperação para o diagnóstico e o intercâmbio de informações.
- ✓ Abastecimento oportuno de vacinas, medicamentos e insumos.
- ✓ Fortalecimento da atenção primária e das capacidades locais.

- ✓ Financiamento estável para prevenção, preparação e resposta a emergências.

A OPAS, os ministérios da saúde e os mecanismos sub-regionais de integração podem contribuir para coordenar essas capacidades. No entanto, a cooperação sanitária requer recursos, acordos operacionais e continuidade institucional para não depender exclusivamente de respostas de emergência.

América Central

Talvez a América Central mereça uma seção específica, pois combina vulnerabilidades climáticas, dependência do comércio exterior e de remessas, desigualdades sociais, problemas de segurança e uma crescente importância geopolítica devido à sua posição entre a América do Norte e a América do Sul[28]. Nesta quinzena, as informações sanitárias da OPAS permitem identificar um sinal epidemiológico relevante: embora a dengue registre uma redução regional em comparação com 2025, observam-se aumentos recentes na sub-região centro-americana. Além disso, a emergência decorrente do terremoto no Panamá exige atenção diferenciada.

O cenário regional combina oportunidades ligadas ao comércio, ao turismo e às remessas com vulnerabilidades associadas à desigualdade, à informalidade no trabalho, à exposição a desastres naturais e a restrições fiscais.

O Banco Mundial projetou, em outubro, um crescimento de 2,2% para a América Latina e o Caribe em 2026. Esse número é regional e não deve ser interpretado como uma estimativa específica para a América Central[29].

Para a América Central, as principais questões sociais e econômicas que requerem acompanhamento são:

- ✓ O poder aquisitivo das famílias e o custo dos alimentos e da energia.
- ✓ A qualidade do emprego, a informalidade e a proteção social.
- ✓ A dependência de remessas e das condições econômicas dos Estados Unidos.
- ✓ As necessidades de investimento em infraestrutura, educação, água e saneamento.
- ✓ Os efeitos dos fenômenos climáticos sobre a agricultura, o transporte e os meios de subsistência.

Essas questões são especialmente relevantes para o planejamento em saúde: as dificuldades econômicas das famílias podem reduzir a capacidade de arcar com despesas de transporte, medicamentos e assistência médica, ao passo que as restrições orçamentárias limitam o investimento público preventivo.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) participou de agenda sobre alfabetização em saúde[30].

---

[28] A região centro-americana mantém uma importância estratégica devido à sua proximidade com os Estados Unidos, ao seu papel nas rotas migratórias e comerciais e à sua exposição a disputas por infraestrutura, energia e recursos naturais.

[29] https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099100526213531870

[30] https://www.sica.int/noticias/el-autocuidado-y-la-alfabetizacion-en-salud-se-consolidan-como-ejes-estrategicos-de-la-politica-regional-de-salud-durante-el-ii-foro-de-alto-nivel-de-ilar_1_139933.html

A SE-COMISCA participou do II Fórum de Alto Nível “25 Anos Impulsionando o Autocuidado na América Latina”, realizado na Cidade do México, com foco no fortalecimento do autocuidado responsável e da alfabetização em saúde. Durante o encontro, o secretário executivo, José Renán De León, destacou a aprovação da Política Regional de Saúde, em junho de 2026, que incorpora esses temas como eixos transversais das prioridades regionais e favorece a articulação entre os oito países membros do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

O evento também marcou o lançamento da Coalizão Latino-Americana pela Alfabetização em Saúde (CLAPAS) e a reafirmação da Declaração de São Paulo como referência estratégica para a cobertura universal de saúde. Os debates ressaltaram a necessidade de ampliar a capacidade da população de tomar decisões informadas sobre sua saúde, especialmente diante da desinformação digital e do uso crescente de ferramentas de inteligência artificial para consultas relacionadas à saúde.

O Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) cumpriu agenda nas áreas de prevenção ao HIV e saúde e mudança climática.[31][32]

Em 14 de outubro, o ORAS-CONHU anunciou a elaboração do Plano Sub-regional Andino de Prevenção do HIV, envolvendo os seis países andinos. A iniciativa busca articular estratégias regionais de prevenção, ampliar o acesso a medidas preventivas e fortalecer a participação comunitária e as abordagens baseadas nos direitos humanos. Segundo o secretário executivo do Organismo, Fernando Dattoli, a criação do Plano é estratégica e necessária para concentrar e direcionar, com base em evidências e liderança política, os esforços na região.

Em 22 de outubro, o organismo, em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), apresentou oficialmente o Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2026–2031. O documento estabelece uma agenda regional para reduzir os impactos da crise climática sobre a saúde e fortalecer a resiliência dos sistemas sanitários. Entre os próximos passos estão a elaboração de uma carteira de projetos, a definição de indicadores de impacto e a mobilização de recursos para transformar as prioridades regionais em ações concretas.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de gestão de recursos hídricos, serviços meteorológicos e segurança [33][34][35]

A OTCA avançou na articulação regional para a gestão dos recursos hídricos e o monitoramento ambiental da Amazônia. Em 14 de outubro, divulgou a adoção do *Livro Branco da Água*, marco estratégico destinado a orientar a implementação gradual de um mecanismo permanente de cooperação para a gestão integrada dos recursos hídricos da Bacia Amazônica. Para implementação, foram estabelecidas cinco diretrizes estratégicas: governança e cooperação regional, informação e monitoramento, uso sustentável e restauração de ecossistemas

[31] https://orasconhu.org/index.php/es/nuevo-reto-regional-los-seis-paises-andinos-asumen-el-desafio-de-crear-el-plan-subregional-de

[32] https://orasconhu.org/es/paises-andinos-presentan-el-plan-de-salud-y-cambio-climatico-al-2031-para-blindar-los-sistemas

[33] https://orasconhu.org/es/paises-andinos-presentan-el-plan-de-salud-y-cambio-climatico-al-2031-para-blindar-los-sistemas

[34] https://otca.org/pt/paises-amazonicos-estabelecem-rede-de-cooperacao-meteorologica-e-elegem-o-peru-para-sua-primeira-presidencia/

[35] https://otca.org/pt/otca-e-unodc-assinam-carta-de-intencao-para-fortalecer-a-cooperacao-contra-a-criminalidade-organizada-que-afeta-a-amazonia/

vinculados à água, capacitação, educação e participação e projetos e financiamento sustentáveis. A proposta articula instrumentos e capacidades já existentes, tendo a Rede Amazônica de Autoridades da Água como núcleo de coordenação.

Na agenda ambiental, boletim publicado em 15 de outubro apontou que 69% da Bacia Amazônica registrou chuvas abaixo da média histórica em setembro, enquanto os focos de calor aumentaram 38% em relação a agosto. Os dados reforçam a importância do monitoramento regional para identificar mudanças nas condições ambientais e subsidiar ações de prevenção e resposta.

Em 21 de outubro, os países membros instalaram oficialmente a Rede Amazônica de Autoridades de Serviços Meteorológicos (RASEM), aprovaram seu regulamento e elegeram o Peru para a primeira Presidência Pro Tempore. A iniciativa pretende fortalecer o intercâmbio de dados e previsões meteorológicas, a integração dos sistemas de observação e o desenvolvimento de capacidades técnicas conjuntas, contribuindo para a gestão de riscos de desastres e a adaptação às mudanças climáticas.

Por fim, em 23 de outubro, a OTCA e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) assinaram uma Carta de Intenção para fortalecer a cooperação em segurança pública e no enfrentamento de atividades ilícitas transfronteiriças e transnacionais na Amazônia. O instrumento prevê apoio técnico aos oito países amazônicos na implementação do plano de trabalho da Comissão Especial de Segurança Pública e Atividades Ilícitas Transfronteiriças e Transnacionais na Região Amazônica (CESPIT), com foco no combate à criminalidade organizada e aos crimes ambientais. Além disso, a Carta também traz itens sobre proteção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) encaminhou missões de observação eleitoral e elaborou um estudo sobre o tráfico de drogas[36][37][38].

A OEA deu continuidade a iniciativas relacionadas à democracia, aos direitos humanos e à segurança regional. Em 20 de outubro, anunciou o desdobramento de uma Missão de Observação Eleitoral para o segundo turno das eleições no Brasil, previsto para 25 de outubro. Em 23 de outubro, também formalizou um acordo com Granada para o envio de uma missão de observação às eleições gerais previstas para 5 de novembro.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio da CICAD, divulgou estudo baseado em 386 entrevistas no Peru e na Espanha sobre o recrutamento de pessoas utilizadas como transportadoras de drogas por via aérea. A pesquisa identificou que cerca de uma em cada cinco foi recrutada por ameaça, coação ou engano, frequentemente em contextos de vulnerabilidade financeira e social. O relatório recomenda diferenciar pessoas exploradas por redes criminosas dos responsáveis pela organização do tráfico, fortalecer medidas de proteção e saúde mental e ampliar alternativas ao encarceramento e programas de reinserção profissional. As recomendações ressaltam a importância de políticas baseadas em evidências, nos direitos humanos e na cooperação internacional.

[36] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-107%2F26
[37] https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-145136
[38] https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-105/26

Conclusões e perspectivas

O período recente confirma que a América Latina e o Caribe atravessam uma fase de *intensa competição política e geopolítica, com diferenças entre os países, mas com problemas estruturais compartilhados*.

Primeira conclusão: a *autonomia regional continua sendo uma questão estratégica.* A eleição brasileira demonstra que a *orientação internacional da região não está definida de antemão*. *A capacidade de manter relações diversificadas e negociar coletivamente dependerá da solidez das instituições e da cooperação entre os governos*.

Segunda conclusão: *a estabilidade econômica não resolve automaticamente os conflitos sociais*. *Os protestos na Colômbia e na Argentina evidenciam que o emprego, a educação, os salários e a proteção de direitos continuam sendo dimensões centrais da legitimidade política*.

Terceira conclusão: *o espaço fiscal deve ser analisado em conjunto com as capacidades estatais. A redução de gastos pode melhorar certos indicadores macroeconômicos, mas também comprometer recursos humanos, educação, pesquisa, prevenção e serviços públicos, caso seus efeitos distributivos e de longo prazo não sejam avaliados*.

Quarta conclusão: *a saúde deve ocupar um lugar central nas estratégias de integração*. *As ameaças epidemiológicas e climáticas exigem cooperação contínua em vigilância, vacinação, força de trabalho, produção e abastecimento de tecnologias em saúde*.

Quinta conclusão: *a fragmentação regional reduz a capacidade de resposta coletiva*. *A diversidade de orientações políticas não impede, necessariamente, a cooperação, mas exige acordos pragmáticos que permitam sustentar objetivos comuns em áreas como saúde, infraestrutura, segurança alimentar e preparação para emergências*.

Em suma, *o principal desafio regional consiste em articular a estabilidade macroeconômica, a legitimidade democrática, a proteção dos direitos sociais e a autonomia estratégica*. A *saúde pública pode funcionar como um campo de cooperação concreta, mesmo em um cenário de divergências ideológicas, desde que existam financiamento, instituições e compromissos políticos sólidos*.

Saúde Pública em África: Governança, Soberania e Resposta a Emergências

Salud Pública en África: Gobernanza, Soberanía y Respuesta a Emergencias

Public Health in Africa: Governance, Sovereignty and Emergency Response

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este informe analisa os principais acontecimentos de saúde pública em África entre 14 e 26 de outubro de 2026. O CDC África apresentou um quadro continental de acreditação para a formação em saúde pública, avançou o Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta e defendeu transparência no financiamento da resposta ao Ebola na República Democrática do Congo. Também apoiou o controlo do surto no Quénia, validou um quadro continental de governação de dados de saúde e defendeu a remoção de barreiras que afetam serviços essenciais no Zimbabué. A OMS África informou sobre um acordo entre dez países para cooperação transfronteiriça em emergências, progressos rumo a um stock global de vacinas contra a mpox e investimentos em contramedidas contra a doença pelo vírus Bundibugyo. O informe acompanha ainda casos importados e relacionados de Ebola na Nigéria e no Quénia, enfatizando vigilância, rastreio de contactos, prevenção de infeções, envolvimento comunitário e preparação regional sustentada. Em conjunto, essas iniciativas evidenciam uma agenda continental centrada no fortalecimento institucional, na soberania sanitária, no acesso equitativo a produtos médicos, na governação segura de dados e em respostas coordenadas a ameaças transfronteiriças.

Palavras-chave: Saúde Pública; Segurança Sanitária; Governança Sanitária; Cooperação Regional; Ebola.

Resumen: *Este informe examina los principales acontecimientos de salud pública en África entre el 14 y el 26 de octubre de 2026. El CDC de África presentó un marco continental de acreditación para la formación en salud pública, impulsó el Mecanismo Africano de Adquisición Conjunta y reclamó transparencia en la financiación de la respuesta al Ebola en la República Democrática del Congo. También apoyó el control del brote en Kenia, validó un marco continental de gobernanza de datos sanitarios y defendió la eliminación de barreras que afectan a los servicios esenciales de salud en Zimbabue. La OMS para África informó sobre un acuerdo de diez países para la cooperación transfronteriza en emergencias, avances hacia una reserva mundial de vacunas contra la mpox e inversiones en contramedidas frente a la enfermedad por el virus Bundibugyo. El informe acompaña además los casos importados y vinculados de Ebola en Nigeria y Kenia, destacando la vigilancia, el rastreo de contactos, la prevención de infecciones, la participación comunitaria y la preparación regional sostenida. En conjunto, estas iniciativas reflejan una agenda continental orientada al fortalecimiento institucional, la soberanía sanitaria, el acceso equitativo a productos médicos, la gobernanza segura de datos y la respuesta coordinada a amenazas transfronterizas.*

Palabras clave: *Salud Pública. Seguridad Sanitaria. Gobernanza Sanitaria. Cooperación Regional. Ebola.*

Abstract: *This report reviews major African public health developments from 14 to 26 October 2026. Africa CDC introduced a continental accreditation framework for public health training, advanced the African Pooled Procurement Mechanism, and called for transparent accounting of Ebola-response financing in the Democratic Republic of Congo. It also supported outbreak control in Kenya, validated a continental health data governance framework, and advocated removing barriers that affect essential health services in Zimbabwe. WHO Africa reported a ten-country agreement on cross-border emergency cooperation, progress toward a global mpox vaccine stockpile, and continued investment in countermeasures against Bundibugyo virus disease. The report also follows imported and linked Ebola cases in Nigeria and Kenya, emphasizing surveillance, contact tracing, infection prevention, community engagement and sustained regional preparedness. Together, these initiatives highlight a continental agenda centred on stronger institutions, health sovereignty, equitable access to medical products, secure data governance and coordinated responses to cross-border threats.*

Keywords: *Public Health. Health Security. Health Governance. Regional Cooperation. Ebola.*

CDC África

Novo sistema de acreditação para a formação em saúde pública

Com cerca de 30% do seu orçamento dedicado à formação, o CDC África está implementando um novo marco de acreditação para melhorar a qualidade, credibilidade e reconhecimento profissional da formação em saúde pública ministrada pela organização e seus parceiros.

Desenvolvido com a *Association of Schools of Public Health in Africa* (ASPHA), uma rede regional de instituições acadêmicas de saúde pública que abrange 35 países africanos, o Quadro de Acreditação da Unidade de Educação Continuada (CEU, *Continuing Education Unit*) introduz padrões comuns para avaliação e credenciamento de programas de formação em saúde pública.

Por anos, o CDC África e seus parceiros investiram significativamente no desenvolvimento das competências da força de trabalho africana em saúde pública por meio de diversos programas de formação. No entanto, sem um mecanismo padronizado, transparente e verificável de garantia de qualidade e acreditação, tais iniciativas nem sempre foram formalmente reconhecidas para o desenvolvimento profissional contínuo nos Estados-Membros. O novo marco visa suprir essa lacuna estabelecendo um sistema credível de garantia de qualidade e reconhecimento da aprendizagem.

A necessidade de tal sistema é particularmente urgente, considerando os desafios da força de trabalho na África. O continente enfrenta uma projeção de escassez de 5,85 milhões de profissionais de saúde, enquanto uma revisão regional constatou que apenas 39% dos países possuem estruturas de desenvolvimento profissional contínuo, com apenas 26% operando tais sistemas. Essas lacunas ressaltam a importância de garantir que os investimentos no desenvolvimento da força de trabalho se traduzam em qualificações e competências reconhecidas.

O portfólio de formação do CDC África abrange liderança em saúde pública, gestão de emergências, epidemiologia de campo, diplomacia da saúde, saúde comunitária, fortalecimento dos sistemas de saúde e saúde digital.

> *A formação é um dos nossos maiores investimentos porque a segurança em saúde da África depende de uma força de trabalho qualificada. Mas os números sozinhos são insuficientes. Devemos garantir que o treinamento atenda aos padrões reconhecidos, desenvolva competências relevantes e entregue resultados mensuráveis*.
>
> **Dr. Raji Tajudeen,** Vice-Diretor-Geral do CDC África.

O quadro introduz uma abordagem padronizada para o Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC/CPD, *Continuing Professional Development*), abrangendo treinamentos presenciais e *online*, bolsas, mentoria, conferências e outras atividades de aprendizagem. Por meio de um processo estruturado de acreditação, os programas serão avaliados segundo padrões comuns de qualidade para garantir rigor científico, relevância para as necessidades da força de trabalho e resultados de aprendizagem mensuráveis, ao mesmo tempo em que possibilitam o reconhecimento formal das competências adquiridas.

A acreditação será apoiada por uma revisão técnica independente, em colaboração com a ASPHA, para promover transparência, credibilidade e consistência no reconhecimento dos programas de treinamento.

Participantes que completarem atividades de aprendizagem credenciadas receberão reconhecimento verificável de seu desenvolvimento profissional, apoiado por certificação digital e um sistema para registro de conquistas de aprendizagem. Inicialmente abrangendo programas do CDC África, o quadro foi projetado para uma adoção mais ampla entre os Estados-Membros da União Africana.

“Os profissionais de saúde pública devem ser capazes de demonstrar o valor de seu aprendizado onde quer que trabalhem. Esse arcabouço fornece uma base comum para reconhecer o desenvolvimento profissional, respeitando os sistemas regulatórios nacionais”, disse a Dra. Margaret Kaseje, Presidente da ASPHA.

A Divisão de Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde do CDC África coordenará a implementação, apoiada por um Comitê Diretor Conjunto e revisores independentes. A iniciativa também apoiará a melhoria contínua do portfólio de formação do CDC África, fortalecendo o monitoramento da qualidade do treinamento, dos resultados de aprendizagem e da contribuição do desenvolvimento profissional para as competências da força de trabalho.

Mecanismo de aquisição conjunta dos produtos médicos

O Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta (APPM, *African Pooled Procurement Mechanism*) passou da sua fase piloto para um programa continental completo, com oito Estados-Membros da União Africana a assinarem o Memorando de Entendimento (MoU) para participar na iniciativa.

Outros 15 países manifestaram intenção de aderir à iniciativa, e o CDC África está a visar que todos os 55 Estados-Membros da União Africana participem na APPM.

O anúncio foi feito no final do terceiro *Workshop* Consultivo dos Estados-Membros da APPM realizado em Adis Abeba, marcando uma mudança do compromisso político para a implementação, em linha com as diretivas da União Africana.

Criada por uma decisão da Assembleia da União Africana em fevereiro de 2024, a APPM é liderada pelo CDC África para reforçar a compra coletiva de produtos essenciais de saúde em todo o continente.

Ao unir a procura dos Estados-Membros, a APPM visa melhorar o acesso a produtos de saúde acessíveis e de qualidade assegurada, reforçar a segurança do abastecimento, reduzir custos de aquisição e criar mercados previsíveis e sustentáveis para os fabricantes africanos.

Esta função de moldação de mercado é central para a visão defendida por S.E. Dr. William Samoei Ruto, Presidente do Quénia e Defensor da União Africana para a Fabricação Local de Produtos de Saúde: que a manufatura sustentável em África deve ser acompanhada por mercados sustentáveis para produtos fabricados no continente.

Assim, o APPM, juntamente com os Mecanismos Regionais de Aquisição Conjunta (PPMs, *Regional Pooled Procurement Mechanisms*), oferece uma plataforma importante para agregar a procura, reforçar oportunidades de mercado e apoiar o crescimento e a competitividade dos fabricantes africanos.

Guiada pelos princípios de compromisso, credibilidade, conformidade, colaboração e sustentabilidade, a APPM está alinhada com a meta da União Africana de produzir localmente 60% dos produtos de saúde do continente até 2040.

Até ao momento, a APPM tem envolvido fabricantes africanos e está a estabelecer uma base de fornecedores competitiva para a aquisição continental através de processos de concurso abertos e transparentes. Já 89 fabricantes de 15 países africanos registaram-se na APPM, refletindo o crescente interesse e confiança no acesso ao mercado continental.

O passo seguinte é estabelecer acordos-quadro que definam especificações de produtos, volumes e preços competitivos, proporcionando um caminho mais previsível para os fabricantes africanos abastecerem o mercado continental.

"Isto não é uma iniciativa do CDC África. É a nossa iniciativa. Se tivermos sucesso, ou falhamos, é nosso", disse a Dra. Mariatou Tala Jallow, Diretora do APPM no CDC África.

Ela enfatizou que o mecanismo foi concebido para complementar os sistemas nacionais e regionais de aquisição existentes, em vez de os substituir, ajudando ao mesmo tempo a moldar um mercado continental mais forte e previsível para produtos de saúde.

> *Através da aquisição coordenada, não estamos apenas a agregar a procura e a alcançar economias de escala; estamos a moldar o mercado. Temos de criar as condições que deem confiança aos fabricantes para investir, escalar a produção e abastecer o continente. Se queremos que os fabricantes africanos invistam em África, temos de lhes dar um mercado em troca desses investimentos.*
>
> **Dra. Mariatou Tala Jallow**, Diretora do APPM no CDC África

O Dr. Skhumbuzo Ngozwana, Diretor de Fabrico do Africa CDC, descreveu o APPM como a alavanca necessária para escalar e construir a produção africana competitiva de produtos de saúde. "África pode construir as fábricas, mas também deve criar a procura para as sustentar. A produção aumenta a capacidade, a APPM cria o mercado", disse o Dr. Ngozwana.

Acrescentou: "Sem o APPM, os produtos de saúde fabricados em África continuam a ser um potencial de fornecimento. Com a APPM, esse potencial torna-se um fornecimento fiável – apoiando a produção sustentável, a segurança na saúde e a soberania em toda a África."

O MoU da APPM estabelece um quadro flexível que acomoda os diferentes requisitos nacionais de aquisição, pagamento e regulamentação dos Estados-Membros.

As Autoridades Nacionais de Regulamentação (NRA, *National Regulatory Authorities*) manterão a responsabilidade pela aprovação e supervisão regulatória dos produtos de saúde nos seus respetivos mercados, enquanto a APPM trabalhará em estreita colaboração com as NRAs e a Agência Africana de Medicamentos (AMA) para reforçar a colaboração regulatória e apoiar a garantia de qualidade consistente em todo o continente. Isto inclui o avanço da implementação da Política de Garantia de Qualidade da UA e a promoção de uma maior dependência e alinhamento entre os sistemas regulatórios nacionais, ajudando a facilitar o acesso a produtos de saúde com garantia de qualidade e apoiar um mercado continental mais previsível.

O Dr. Jallow salientou que uma governação sólida, uma gestão financeira transparente e sistemas de pagamento fiáveis serão fundamentais para a credibilidade e sustentabilidade do mecanismo.

"Não se pode ter um mecanismo de aquisição agrupada bem-sucedido se não houver credibilidade financeira", afirmou. "O sucesso do APPM dependerá não só da eficácia que agregamos a procura, mas também da nossa capacidade de construir confiança entre os Estados-Membros, fabricantes e outros parceiros através de sistemas transparentes e fiáveis."

Declaração sobre o financiamento da resposta ao surto de Ebola na RDC

Após a conferência de imprensa realizada a 14 de outubro em Kinshasa pelo seu Diretor-Geral, Dr. Jean Kaseya, o CDC África deseja reafirmar e clarificar as mensagens que expressou claramente sobre a transparência e responsabilidade no financiamento da resposta ao surto de Ebola na República Democrática do Congo (RDC).

Na conferência de imprensa, o Dr. Jean Kaseya afirmou que os doadores internacionais desembolsaram quase 962 milhões de dólares diretamente a várias organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONG) responsáveis pela implementação das atividades de resposta ao Ebola.

Deixou claro e publicamente que os 962 milhões de dólares não tinham sido entregues ao Governo da RDC, mas diretamente aos parceiros executores. Qualquer interpretação que sugira que estes recursos foram transferidos para o Governo congolês é, portanto, contrária às declarações feitas pelo Diretor-Geral do CDC África.

O Dr. Jean Kaseya indicou ainda que, durante uma reunião organizada pelo Diretor-Geral do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), com o apoio do Dr. Hyppolite Kalambay, Diretor Nacional do CDC África na RDC, apenas 30% das organizações envolvidas participaram e partilharam as suas informações financeiras. Estas organizações reportaram ter recebido cerca

de 220 milhões de dólares americanos, dos quais 120 milhões já foram usados em atividades de resposta e 100 milhões de dólares ainda por usar.

Assim, dos 962 milhões de USD distribuídos pelos doadores, mais de 700 milhões de USD permanecem desconhecidos para as autoridades nacionais da RDC. Esta é uma grande falta de transparência e comunicação financeira por parte destas organizações, que não permite ao Governo ter uma visão completa dos recursos mobilizados, da sua utilização e dos resultados obtidos.

O CDC África lamenta profundamente a falta de cooperação das organizações que, apesar dos reiterados pedidos, ainda não forneceram as informações necessárias. É inaceitável que organizações recebam centenas de milhões de dólares para responder a um país que enfrenta uma grande emergência de saúde sem uma responsabilidade transparente perante as autoridades nacionais responsáveis pela coordenação da resposta.

O CDC africano recorda que a soberania nacional traz responsabilidades, mas que também exige que os parceiros respeitem os mecanismos nacionais de coordenação, transparência e responsabilização.

Neste sentido, o CDC África trabalhará em estreita colaboração com o Governo da RDC para alcançar uma reconciliação total do financiamento, identificar os recursos recebidos por cada organização, documentar as despesas realizadas, os montantes disponíveis, as atividades financiadas e os resultados alcançados em benefício das populações afetadas.

O CDC África apoiará as medidas administrativas e regulatórias que o Governo da RDC considerar necessárias, de acordo com a sua legislação e procedimentos aplicáveis, contra organizações que persistem em recusar as suas obrigações de transparência e responsabilização. Estas medidas poderiam ir ao ponto de suspender ou retirar a sua acreditação ou autorização para operar no território nacional.

O CDC africano pode também chamar a atenção das autoridades competentes de outros países africanos para os nomes das organizações que não respeitam os governos africanos.

O CDC África reafirma o seu compromisso total, juntamente com o Governo e o povo da República Democrática do Congo, com uma resposta liderada a nível nacional baseada na coordenação, transparência, responsabilidade e responsabilização de todos os intervenientes, sem exceção.

Apoio ao Quênia após confirmação de mais quatro casos de Ebola

O CDC África reconhece o anúncio do Ministério da Saúde do Quénia que confirmou mais quatro casos da Doença do Vírus Ebola (vírus Bundibugyo), elevando o número total de casos confirmados no país para sete, incluindo uma morte.

Segundo o Ministério da Saúde, foram detectados todos os quatro novos casos entre indivíduos já em quarentena após exposição ao caso inicial. Incluem três profissionais de saúde e um familiar. As quatro pessoas estão a receber cuidados de apoio numa unidade de tratamento designada. A sua identificação precoce demonstra o papel crítico do rastreio de contatos, da vigilância e do isolamento atempado na interrupção da transmissão e na proteção das comunidades.

O CDC África elogia o Governo do Quénia, através do seu Ministério da Saúde e das instituições nacionais de saúde pública, pela sua liderança, medidas rápidas de saúde pública e comunicação transparente em toda a resposta.

As autoridades quenianas relatam que 128 dos 130 contatos identificados (98,5%) foram localizados e colocados em quarentena, com esforços em curso para localizar os dois restantes. O Ministério não reportou qualquer evidência de transmissão comunitária nesta fase.

CDC África continua a trabalhar em conjunto com o Governo do Quénia e os seus parceiros em apoio à resposta liderada a nível nacional, com especial atenção à vigilância, coordenação técnica, comunicação de risco e envolvimento comunitário.

A evolução do surto de Ebola na República Democrática do Congo reforça a urgência de uma forte preparação regional. O CDC africano continua a envolver os Estados-Membros e parceiros para reforçar a vigilância transfronteiriça, a partilha de informação, a deteção precoce e a ação coordenada de saúde pública em todo o continente.

Os profissionais de saúde são centrais na resposta e enfrentam riscos significativos ao cuidar dos doentes afetados. CDC África sublinha a importância das medidas de prevenção e controlo de infeções, equipamento de proteção adequado, formação e apoio contínuo ao pessoal de saúde da linha da frente.

CDC África incentiva as comunidades a manterem-se vigilantes, a seguirem as orientações das autoridades nacionais de saúde e a reportarem os sintomas rapidamente. O Ebola espalha-se por contacto direto com o sangue ou fluidos corporais de uma pessoa infetada, ou através de materiais contaminados. A deteção precoce e o acesso a cuidados adequados melhoram as hipóteses de sobrevivência e ajudam a prevenir novas transmissões.

CDC África está firmemente ao lado do Governo e do povo do Quénia, dos profissionais de saúde e de todos os afetados por este surto. Proteger vidas exige vigilância sustentada, confiança pública, envolvimento comunitário e ação coordenada.

Validação do quadro de governança de dados de saúde

Esta validação representa um passo importante para uma abordagem continental partilhada à governação segura, ética e soberana dos dados de saúde, antes da finalização e consideração através dos processos políticos da União Africana.

Os Estados-Membros da União Africana validaram o Quadro de Governação dos Dados de Saúde Continentais Africanos, abrindo caminho para a primeira abordagem continental comum de África sobre a governação legal, segura, ética e soberana dos dados de saúde.

O quadro visa estabelecer um ecossistema integrado de dados de saúde africanos, no qual os Estados-Membros governem, protegem e utilizam os dados de saúde. Também orientará os países no desenvolvimento de legislação nacional, políticas e sistemas de governação, permitindo ao mesmo tempo a partilha segura de dados para melhorar a vigilância das doenças, as respostas de saúde pública e a prestação de cuidados de saúde.

Desenvolvido através de sucessivas consultas com os Estados-Membros e partes interessadas da UA desde 2025, o Quadro permitiu aos países avaliar as suas disposições em contextos legais, institucionais e de saúde digital diversos.

A sua validação surge à medida que os sistemas de saúde africanos se tornam cada vez mais digitais. Registos eletrônicos de saúde, trocas de informação de saúde e inteligência artificial (IA) oferecem novas oportunidades para melhorar os cuidados de saúde, reforçar a vigilância de doenças e fazer melhor uso dos recursos limitados num contexto de diminuição da assistência ao desenvolvimento.

No entanto, lacunas na proteção da privacidade, cibersegurança e salvaguardas legais aumentam o risco de uso indevido de dados, viés algorítmico e diminuição da confiança pública. O quadro aborda estes desafios estabelecendo salvaguardas comuns, permitindo que os países mantenham o controlo sobre os seus dados de saúde.

O Quénia está entre os países que promovem a saúde digital através de legislação, reformas institucionais e investimento em sistemas digitais. A sua Lei de Saúde Digital de 2023 e a Lei de Proteção de Dados fornecem uma base legal para a gestão da informação de saúde, enquanto a Agência de Saúde Digital está a desenvolver um sistema integrado para a troca segura de dados de saúde. Estas reformas estão a apoiar a transição dos registos em papel para serviços digitais, incluindo um processamento mais rápido dos pagamentos de seguros de saúde – facilitado pelo uso generalizado do dinheiro móvel.

“A nossa experiência mostra como a saúde digital pode melhorar a prestação de cuidados de saúde. Este quadro proporcionará salvaguardas comuns e permitirá que os países partilhem dados de saúde de forma segura, mantendo o controlo sobre eles”, disse o Dr. Ayub Manya, Diretor Adjunto Sénior de Serviços Médicos (Saúde Digital) no Ministério da Saúde do Quénia.

A Diretora-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, afirmou que o Quadro marca uma mudança para a propriedade e governação africana dos dados de saúde, colocando os Estados-Membros no centro das decisões sobre como os seus dados são geridos, protegidos e partilhados.

“Durante demasiado tempo, os dados de saúde de África estiveram fragmentados em sistemas desconectados. Este Quadro coloca os governos na liderança e os Estados-Membros no centro das decisões sobre como os dados de saúde são governados, protegidos e utilizados. A soberania em saúde começa por possuir, proteger e usar os nossos próprios dados”, afirmou.

O Quadro baseia-se nos instrumentos existentes da UA, incluindo a Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais (Convenção de Malabo), o Quadro de Política de Dados da UA (2022) e a Estratégia de Transformação Digital para África (2020–2030).

Uma característica chave é a abordagem federada proposta, que permitiria aos países partilhar informação de forma segura através das fronteiras sem abdicar da supervisão dos seus sistemas nacionais de dados de saúde. Isto permitiria respostas mais coordenadas a surtos de doenças e outras ameaças à saúde pública.

Com a validação já assegurada, o CDC África finalizará o quadro com base nas alterações acordadas e avançará através dos processos políticos relevantes da União Africana, com consideração prevista para 2027. Os Estados-Membros liderarão então a sua implementação, com assistência técnica do CDC África e da *Transform Health*, um parceiro que apoia o processo de desenvolvimento e validação.

"Quadros legislativos e regulatórios robustos que garantem a recolha e utilização responsáveis e equitativas dos dados de saúde são a base de uma transformação confiável em saúde digital e IA", afirmou Mathilde Forslund, Diretora Executiva da *Transform Health*. "A validação deste Quadro pelos Estados-Membros da UA demonstra uma liderança regional inspiradora."

Acrescentou: "Ao cocriar regras que protegem direitos, garantem equidade e defendem a soberania dos dados, África está a estabelecer salvaguardas para uma governação responsável dos dados de saúde que podem orientar a governação global da saúde."

Judith Nguimfack, Chefe da Divisão de Saúde Digital e Sistemas de Informação do CDC África, disse que a próxima prioridade é traduzir o quadro continental em ação nacional. "Este Quadro pertence aos Estados-Membros. Países de todo o continente examinaram-no face às suas próprias realidades legais, institucionais e digitais e chegaram a um terreno comum sobre os princípios que devem orientar a governação dos dados de saúde em África", afirmou.

"Com a validação concluída, a prioridade é agora finalizar as alterações acordadas, avançar com o Quadro através dos processos políticos relevantes da UA e, mais importante ainda, preparar-se para a implementação a nível nacional", acrescentou a Sra. Nguimfack.

Levantamento imediato e incondicional das sanções unilaterais contra o Zimbabué

O CDC África apoia o apelo emitido a 23 de outubro pelo Presidente da Comissão da União Africana, Mahmoud Ali Youssouf, para o levantamento imediato e incondicional das sanções unilaterais impostas a instituições e indivíduos do Zimbabué. O CDC África apoia o povo do Zimbabué e junta-se à União Africana e à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) no apoio a este apelo.

Como agência de saúde pública da União Africana, a posição do CDC africano assenta no seu mandato de fortalecer as instituições de saúde pública, prevenir e controlar doenças, e reforçar a preparação e resposta a emergências. Barreiras que afetam o financiamento da saúde e transações legítimas podem complicar a aquisição, aumentar custos e minar o acesso a produtos e serviços essenciais de saúde.

> *A saúde nunca deve ser dano colateral em disputas políticas. Nenhum paciente deve ser privado de cuidados que salvam vidas, e nenhum profissional de saúde deve carecer de suprimentos essenciais devido a barreiras ao financiamento ou à aquisição. Proteger o sistema de saúde do Zimbabué faz parte da proteção da segurança da saúde em África.*
>
> **Dr. Jean Kaseya**, Diretora-Geral do CDC.

O CDC africano apela ao acesso ininterrupto a medicamentos, vacinas, diagnósticos e cuidados essenciais, especialmente para crianças, grávidas e pessoas que necessitam de tratamento contínuo. Proteger estes serviços não deve aguardar a resolução de diferenças políticas.

Avançar a Agenda africana de Segurança em Saúde e Soberania (AHSS, *Africa Health Security and Sovereignty*) exige que todos os Estados-Membros mobilizem recursos, reforcem as suas instituições e acedam a tecnologias essenciais. Apoiar a capacidade do Zimbabué para

cumprir estas prioridades fortalece a preparação coletiva em toda a África Austral e no continente.

O CDC África insta os governos envolvidos a responderem ao apelo da União Africana. Apela aos parceiros internacionais, instituições financeiras e fornecedores para facilitarem o financiamento legítimo da saúde, a aquisição e a cooperação técnica, e para eliminarem barreiras desnecessárias que afetem os serviços essenciais, em apoio às prioridades lideradas a nível nacional, a Agenda 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O CDC África reafirma o seu compromisso em apoiar o Ministério da Saúde e Cuidados Infantis do Zimbabué e as instituições nacionais de saúde pública no reforço da vigilância, dos laboratórios, da força de trabalho de saúde e da preparação e resposta a emergências. Trabalhando com a União Africana, a SADC e parceiros, o CDC africano continuará a apoiar os esforços liderados a nível nacional para proteger o povo do Zimbabué.

OMS AFRO

Acordo para a cooperação transfronteiriça em emergências de saúde

Os Ministros da Saúde de 10 países assinaram um Memorando de Entendimento de colaboração transfronteiriça (MoU) para reforçar a coordenação, a partilha de informação e a preparação e resposta conjuntas a emergências de saúde pública. O acordo fornece um quadro para que os países trabalhem em conjunto antes, durante e após emergências, reforcem a deteção e resposta precoces, clarifiquem papéis e responsabilidades e apoiem ações coordenadas em áreas fronteiriças de alto risco.

A assinatura do Memorando de Entendimento e o anúncio do *stock* global da vacina contra a mpox ocorreram durante um evento paralelo de alto nível à margem do último Comité Regional da OMS para África (RC76), a 27 de agosto passado, em Adis Abeba. Organizado pelo Escritório Regional da OMS para África (OMS AFRO), pelo Banco Mundial, pelo CDC África e pela GAVI, o evento realizou-se sob o tema "Fortalecer a preparação e resposta a todos os perigos transfronteiriços em África: de ações fragmentadas à resiliência coletiva."

"Fortalecer a colaboração transfronteiriça é essencial para proteger as populações de emergências de saúde pública", disse o Dr. Mohamed Janabi, Diretor Regional da OMS para África. "Os países precisam de trabalhar em conjunto antes que ocorram emergências, garantindo que os sistemas, capacidades e parcerias existentes para apoiar a deteção atempada e a resposta eficaz."

O MoU baseia-se em compromissos transfronteiriços anteriores, incluindo uma reunião de alto nível realizada em Bangui, República Centro-Africana, que reuniu cinco países que enfrentam riscos partilhados da Doença do Vírus Bundibugyo. A reunião proporcionou uma plataforma para trocar experiências e promover mecanismos práticos de preparação, deteção precoce e resposta.

Os parceiros também reafirmaram a importância de um investimento sustentado na preparação e no desenvolvimento de contramedidas médicas.

A Coligação para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI, *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations)* destacou o seu investimento contínuo de 16,5 milhões de dólares na produção de vacinas contra a Doença do Vírus Bundibugyo, contribuindo para os esforços de desenvolvimento de contramedidas médicas contra ameaças emergentes à saúde.

O Banco Mundial enfatizou a importância de investir na preparação antes de ocorrerem emergências, incluindo através de sistemas de saúde mais fortes, vigilância e coordenação transfronteiriça.

"A preparação é um investimento na resiliência. Ao reforçar os sistemas e a coordenação antes que ocorram emergências, os países podem detectar ameaças mais cedo, responder de forma mais eficaz e reduzir os custos humanos, sociais e económicos dos surtos", disse a Dra. Linda Mobula, Especialista Sénior em Saúde do Banco Mundial.

Os resultados da reunião demonstram um compromisso partilhado em passar de respostas ad hoc para uma preparação sustentada, com uma coordenação transfronteiriça mais forte e um acesso mais equitativo a contramedidas médicas, ajudando a reforçar a segurança da saúde em toda a África.

Durante o evento, parceiros da OMS e do Grupo Internacional de Coordenação (ICG, *International Coordinating Group*), incluindo a UNICEF, Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC, *International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*), com apoio financeiro da GAVI, a Aliança da Vacina, anunciaram o lançamento de um stock global de vacinas contra o mpox ao abrigo do ICG para a Provisão de Vacinas. O stock deverá iniciar operações ainda este mês e fornecerá um mecanismo a longo prazo para apoiar o acesso atempado e equitativo às vacinas contra o mpox para resposta a surtos, com a OMS a servir como Secretaria do ICG.

Esta iniciativa baseia-se nas lições da resposta global à mpox, incluindo barreiras persistentes ao acesso às vacinas contra a mpox durante a resposta à mpox em África em 2024. A propagação do clado *Ib* através das fronteiras nacionais demonstrou ainda mais a importância da vigilância coordenada, da partilha atempada de informação e de mecanismos que possam tornar as vacinas rapidamente disponíveis à medida que surtos surgem e se expandem, incluindo em contextos transfronteiriços.

O Mecanismo de Acesso e Alocação estabelecido durante a Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional mpox de 2024 ajudou a coordenar o acesso aos fornecimentos de vacinas disponíveis. Com base nesta experiência, o novo arsenal global estabelece um mecanismo de longo prazo para apoiar o acesso rápido e equitativo às vacinas para futuros esforços de resposta a surtos de mpox.

Surtos de Ebola (atualizações)

Nigéria e Quênia

A Nigéria confirmou um caso importado do vírus Ebola Bundibugyo no território da capital Federal (FCT, *Federal Capital Territory*), tornando-se o quinto país a detectar o vírus desde que foi declarado um surto da doença na República Democrática do Congo a 15 de maio de 2026.

De acordo com o Ministério Federal da Saúde e Bem-Estar Social, a paciente é uma mulher com histórico recente de viagens ao Uganda. Os sintomas começaram a 7 de outubro, quatro dias após a sua chegada à Nigéria, e procurou cuidados numa unidade de saúde privada em Abuja a 11 de outubro. Testes laboratoriais confirmaram o vírus Bundibugyo a 20 de outubro. Está atualmente em isolamento e a receber cuidados médicos. Estão em curso

investigações para determinar a provável origem da infeção e reconstruir todo o seu histórico de viagens e exposição.

Até agora, o Ministério relata que 44 contatos foram identificados e estão a ser monitorizados, à medida que se intensificam os esforços para encontrar outras pessoas que possam ter sido expostas. As medidas de prevenção e controlo de infeções estão a ser intensificadas na unidade privada de saúde onde o paciente procurou assistência.

O Centro Nigeriano de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC da Nigéria) ativou o seu sistema de gestão de incidentes para coordenar a resposta. A identificação rápida dos casos, o acompanhamento atempado dos contatos e a prevenção e controlo eficazes da infeção são fundamentais para conter a propagação do vírus.

Em apoio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros estão a trabalhar em estreita colaboração com as autoridades de saúde para reforçar as medidas de controlo, incluindo investigação de casos, rastreio de contatos, prevenção e controlo de infeções, e fornecimento de suprimentos essenciais, incluindo equipamento de proteção individual para os profissionais de saúde.

A OMS insta todos os países da região a manterem um elevado nível de prontidão, à medida que o surto na República Democrática do Congo continua a evoluir.

O Quénia reportou nove casos ligados a um caso importado nas últimas semanas. Um total de 98 contatos permanece em quarentena. Os contatos que receberam alta permaneceram assintomáticos durante a quarentena. Passaram por protocolos padrão, incluindo uma avaliação final de saúde, aconselhamento sobre precauções pós-alta e acompanhamento quando necessário antes de serem libertados.

“Pedimos às comunidades que os recebam calorosamente em casa”, disse o Dr. Patrick Amoth, Diretor-Geral da Saúde no Quénia. “Tendo completado 21 dias sem sintomas, não representam risco de infeção para ninguém.”

Após a confirmação do primeiro caso de Ebola a 6 de outubro de 2026, o Ministério da Saúde realizou um rastreio rigoroso de contatos de todos os que possam ter sido expostos. Até 22 de outubro, todos os contatos foram rastreados, tanto no Quénia como internacionalmente, e colocados em quarentena.

A 26 de outubro, oito contatos tinham desenvolvido sintomas e foram confirmados positivos para Ebola através de testes laboratoriais. Todos os oito casos já estavam em quarentena na altura e foram imediatamente transferidos para o centro de tratamento do Ebola em Nairobi. No total, o Quénia reportou nove casos confirmados e duas mortes. Todos os nove casos fazem parte de um grupo interligado e não há evidências de que o vírus se tenha espalhado para a comunidade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) continua a apoiar as autoridades de saúde no Quénia em todos os aspetos da resposta, incluindo coordenação de respostas, vigilância de doenças, rastreio de contatos, testes laboratoriais, gestão de casos, prevenção e controlo de infeções, rastreio de saúde nos pontos de entrada, comunicação de risco e envolvimento comunitário.

“As pessoas que completam a quarentena ajudaram a proteger as suas famílias, as suas comunidades e todo o país”, disse a Dra. Neema Rusibamayila Kimambo, Representante da OMS

no Quénia. “A OMS elogia o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Saúde do Quénia, as equipas nacionais e de condado de saúde pelo seu trabalho na resposta rápida a cada novo caso.”

Os países devem manter uma vigilância rigorosa da doença e uma investigação de alerta rápido, garantir que os laboratórios podem testar em segurança casos suspeitos, manter equipas de resposta rápida e clínicas prontas para ativação imediata, reforçar a prevenção e controlo de infeções em instalações de saúde públicas e privadas, e pré-posicionar suprimentos essenciais, ao mesmo tempo que se envolvem ativamente com as comunidades. Devem também intensificar a monitorização nos pontos de entrada, com planos de resposta definidos. A preparação sustentada é essencial para detectar os casos precocemente, prevenir a transmissão e proteger os profissionais de saúde e as comunidades.

A OMS aconselha contra qualquer restrição de viagens ou comércio com os países afetados, e continua a monitorizar de perto e, quando necessário, verificar as medidas de viagem e comércio relacionadas com este evento. A avaliação de risco da OMS está a ser regularmente reavaliada, para incorporar os desenvolvimentos mais recentes relacionados com este evento.

Brasil, Europa e a Disputa pelo Futuro da Democracia

Brasil, Europa y la Disputa por el Futuro de la Democracia

Brazil, Europe, and the Struggle for the Future of Democracy

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: Para Freire, a vitória de Lula reforça a relevância do Brasil na defesa da democracia, do multilateralismo e na geopolítica global, além de fortalecer as relações com a União Europeia. Na Europa, protestos motivados pelo custo de vida, pela crise habitacional e pela precariedade dos serviços públicos evidenciam a insatisfação social e o desgaste dos governos centristas. As guerras, a crise energética e o aumento dos gastos militares agravam esse cenário. O principal desafio é conciliar segurança, proteção social e estabilidade política, evitando que o descontentamento amplie a polarização e fortaleça forças antissistema.

Palavras-chave: União Europeia; Eleições brasileiras 2026; Democracia; Manifestações na Europa.

***Resumen**: La victoria de Lula refuerza el papel de Brasil en la defensa de la democracia y el multilateralismo, así como su posición en la geopolítica mundial, y fortalece las relaciones con la Unión Europea. En Europa, las protestas motivadas por el costo de vida, la crisis de la vivienda y la precariedad de los servicios públicos reflejan el creciente descontento social y el desgaste de los gobiernos centristas. Las guerras, la crisis energética y el aumento del gasto militar agravan aún más esta situación. El principal desafío consiste en conciliar la seguridad, la protección social y la estabilidad política, evitando que el descontento popular profundice la polarización y fortalezca a las fuerzas antisistema.*

***Palabras clave:** Unión Europea; Elecciones brasileñas de 2026; Democracia; Manifestaciones en Europa.*

***Abstract:** Lula's victory reinforces Brazil's role in defending democracy, multilateralism, and its position in global geopolitics, while strengthening relations with the European Union. In Europe, protests driven by the cost of living, the housing crisis, and inadequate public services reveal growing social discontent and the weakening of centrist governments. Wars, the energy crisis, and increased military spending further aggravate this situation. The main challenge is to reconcile security, social protection, and political stability, preventing public dissatisfaction from deepening polarization and strengthening anti-establishment forces.*

***Keywords:** European Union; 2026 Brazilian elections; Democracy; Protests in Europe.*

Apesar deste informe ser dedicado à Europa, o assunto da quinzena é a vitória da democracia e da soberania brasileiras, que guarda grande potencial de impacto na geopolítica global. As eleições brasileiras foram acompanhadas de perto pelo mundo inteiro, que percebe ser possível derrotar o fascismo e conter o avanço da extrema direita. O Brasil era uma importante peça faltante no plano de Donald Trump de dominar a América Latina,

transformando-a em quintal dos EUA. No entanto, o país respondeu nas urnas que é a maior democracia do mundo, se consolidando como verdadeiro bastião da democracia.

Temos acompanhado a evolução do plano de segurança de Donald Trump para as Américas e o consequente aumento de governos extremistas de direita na região da América Latina, sempre com disputas acirradas. Foi assim no Peru, na Colômbia, no Chile, na Costa Rica, em Honduras e no Equador. Não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre o retorno de Trump e a expressiva ascensão de governos conservadores em nosso continente. No entanto, não faltaram acusações de interferência estadunidense no processo eleitoral brasileiro, inclusive por parte de congressistas dos EUA. A vitória de Lula na América Latina é a primeira desde que Trump voltou ao poder e conteve a onda conservadora laranja no continente. Muitos dos governos conservadores acima citados já reconheceram a eleição de Lula e o parabenizaram, colocando-se à disposição para prosseguir com as cooperações bilaterais.

Para a Europa, a vitória de Lula é um alívio e um sinal. Um sinal esperançoso e estrondoso de que a extrema direita pode ser contida. Um alívio por saber que o Brasil segue firme no multilateralismo, na defesa da democracia e dos direitos humanos — o Brasil segue firme na ONU e, em especial, na OMS. Os europeus rapidamente reconheceram o resultado das urnas brasileiras, com entusiasmo diplomático e alívio político, especialmente por parte das instituições da União Europeia. A vitória foi interpretada sob as perspectivas democrática, geopolítica, econômica e ambiental.

Úrsula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, disse que a democracia e o multilateralismo venceram no Brasil, revelando um significado que ultrapassa a política doméstica brasileira e alcança a visão do Brasil como um parceiro importante na defesa de instituições multilaterais, do comércio internacional e da cooperação climática. A declaração traz uma dimensão pragmática: a UE busca parceiros confiáveis em um cenário de tensões comerciais e de questionamentos à ordem internacional. Antônio Costa, presidente do Conselho Europeu, ligou para Lula, afirmando querer seguir trabalhando em parceria com o Brasil para enfrentar os desafios globais e construir um mundo mais próspero e pacífico.

Emmanuel Macron, presidente francês defendeu o fortalecimento da parceria estratégica e a amizade entre os dois países para construir um mundo mais justo. Em Portugal, Luis Montenegro destacou os vínculos entre os dois países e a importância da cooperação. Friederich Merz, primeiro-ministro alemão, também focou sua mensagem no aprofundamento das relações bilaterais. O primeiro-ministro espanhol Pedro Sanchez, que convocou antecipação das eleições espanholas para novembro, em meio a uma nova crise, afirmou que a Espanha vai repetir o feito brasileiro e que “a retomada do progressismo global acaba de começar”. A declaração de Sanchez procurou apresentar a vitória de Lula como um sinal de que o avanço eleitoral da extrema direita é evitável.

A reação europeia demonstra que a eleição brasileira foi interpretada simultaneamente como um acontecimento democrático nacional e como um evento com repercussões internacionais. Para a UE, em particular, a reeleição de Lula representa a continuidade de uma importante parceria estratégica nas áreas de comércio, clima e governança global. A mensagem de von der Leyen não deixa dúvida: ao associar a vitória de Lula à democracia e ao multilateralismo, ela sintetiza a expectativa europeia de que o Brasil continue sendo um parceiro relevante na defesa de uma ordem internacional baseada em regras.

Como vimos observando, a Europa atravessa um período de profundas transformações políticas e geopolíticas. Movimentos independentistas dentro do Reino Unido, a vitória histórica da esquerda em Berlim, o avanço da extrema direita em partes da Alemanha e da França, a aproximação entre Canadá e União Europeia, a discussão sobre o fim do veto na política externa europeia e a crescente disputa pelo Ártico revelam um continente em processo de reacomodação. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia continua a produzir efeitos que ultrapassam as fronteiras do conflito, enquanto Rússia, Estados Unidos, China e países europeus disputam influência sobre segurança, energia, comércio, tecnologia e recursos estratégicos.

É com este pano de fundo, que assistimos às grandes manifestações que vêm ocorrendo no outono europeu. Elas têm como causa principal o agravamento do custo de vida, a crise habitacional, a insatisfação com os serviços públicos e o aumento da insegurança econômica, sobretudo entre os jovens e as classes trabalhadoras. Embora os protestos estejam acontecendo simultaneamente em vários países, eles não constituem um movimento único: cada país tem reivindicações específicas, que se conectam a um sentimento mais amplo de insatisfação social e política.

Os preços dos alimentos, da energia, dos combustíveis e de outros bens essenciais, pressionam os orçamentos familiares, enquanto os salários não acompanham o aumento das despesas. Para quem tem alta dependência energética, a situação só se agravou com a alta dos preços internacionais do petróleo (associada à guerra envolvendo EUA, Israel e Irã) e com alta do preço do gás (consequência da guerra na Ucrânia). A dificuldade de acesso à moradia é outro elemento central, especialmente para os jovens e as famílias de baixa renda. Este é um problema que afeta, em especial, Portugal e Espanha, ainda que atinja outros países europeus. A insatisfação com a educação e serviços públicos também é pauta dos protestos. Em vários países, estudantes, professores e famílias protestam contra a falta de investimentos na educação, a precariedade de instalações escolares, a escassez de professores e o aumento dos custos de formação.

Na França, as manifestações estudantis começaram no final de setembro, motivadas por problemas como a falta de docentes, as condições precárias de algumas escolas e as dificuldades no sistema de ingresso nas universidades. Na Grécia, milhares de estudantes foram as ruas para exigir mais recursos para as escolas, melhores instalações e turmas menores. Na Bélgica e na Itália, estudantes também se mobilizaram contra problemas semelhantes, associando as reivindicações educacionais ao aumento do custo de vida.

Nesta pauta, a Sérvia merece destaque, por vivenciar uma histórica virada política: depois de quase dois anos de protestos liderados por estudantes contra a corrupção, um movimento apoiado pelos manifestantes venceu as eleições parlamentares de 2026, derrotando o partido do então presidentes Aleksandar Vučić. O país entra agora em uma fase de transição política, cujo desfecho dependerá da formação do novo governo. A mudança política na Sérvia também tem uma dimensão geopolítica importante, pois o país ocupa uma posição estratégica nos Balcãs Ocidentais e é candidato à adesão à UE. Ao mesmo tempo, mantém relações históricas, políticas, energéticas e culturais com a Russia. Durante seu governo, Vučić procurou preservar relações com Moscou, enquanto mantinha a perspectiva de integração europeia. Essa política de equilíbrio gerou tensões com a UE, particularmente em questões relacionadas à democracia, ao Estado de direito e ao alinhamento com a política externa europeia. O caso da Sérvia se distingue dos demais, pelo fato das mobilizações terem assumido um caráter predominantemente anticorrupção, democrático e de responsabilização política. A Sérvia

passou de uma onda de protestos contra a corrupção para uma mudança política histórica nas urnas.

Toda essa movimentação é particularmente importante, porque os protestos ocorrem em um contexto no qual vários governos europeus enfrentam dificuldades fiscais e procuram controlar os déficits públicos, o que intensifica o conflito entre a necessidade de conter as despesas estatais e a pressão social por mais investimentos em serviços públicos. Em diversos países, as manifestações ultrapassam reivindicações pontuais e expressam uma crise de confiança nas instituições políticas – o que é especialmente perigoso num cenário de polarização política e avanço de partidos de direita e extrema direita em diversos países europeus. Parte dos manifestantes considera que os governos não estão respondendo adequadamente às dificuldades econômicas e às necessidades da população. Também há críticas à distribuição dos recursos públicos, às prioridades orçamentárias e à capacidade dos partidos tradicionais oferecerem soluções concretas.

A este respeito, a The Economist publicou o editorial analítico "The agony of liberal Europe" (A agonia da Europa Liberal), analisando a crise política sob a ótica dos governos centristas europeus, que segundo a revista, perdem apoio popular diante da insatisfação econômica, da deterioração dos serviços públicos e da crescente polarização política. O subtítulo resume a tese central: os governantes centristas ficaram perigosamente aquém do esperado e agora estão pagando o preço. Partindo desta onda de protestos, argumenta-se que o centro político europeu está perdendo a capacidade de responder às expectativas da população.

Na parte final, o artigo amplia o argumento para o plano europeu e internacional, identificando três riscos principais: no âmbito da política interna, a derrota eleitoral dos partidos centristas, com fortalecimento das forças radicais; no âmbito econômico, a instabilidade financeira caso a desconfiança dos mercados em relação aos governos se agrave; e no âmbito geopolítico, o enfraquecimento da União Europeia e a redução de sua capacidade de responder à desafios externos. Este último ponto é particularmente importante. Na avaliação da revista, uma Europa politicamente fragmentada e absorvida por crises internas terá mais dificuldades para atuar como potência econômica e política num cenário internacional de competitividade acirrada.

A (perigosa) tese central do artigo é que a crise da Europa liberal não decorre apenas da ascensão da direita radical, mas também da incapacidade dos governos centristas de responder às demandas econômicas e sociais que alimentam o descontentamento popular. A revista considera que esses governos perderam parte de sua credibilidade porque não conseguem combinar crescimento econômico, proteção social e estabilidade política. Nesse contexto, as forças radicais encontram espaço para transformar a frustração dos eleitores em apoio político.

O artigo, no entanto, falha em desconsiderar a dimensão das guerras sobre o cenário econômico, social e político da Europa. O impacto das guerras sobre a economia não é considerado. A guerra na Ucrânia é mencionada ao se advertir que a perda da coesão europeia possa favorecer a Rússia, permitindo que Vladimir Putin adote uma postura ainda mais agressiva diante de uma UE fortalecida. A revista omite o recente e crescente aumento de gastos com defesa e segurança por parte do todos os países europeus, após uma pública pressão exercida por Donald Trump em conferência da Otan. Aqui cabe uma pergunta relevante: a quem interessa uma desestabilização social, política e econômica na Europa?

A dimensão geopolítica, que a matéria da The Economist não considera, não só importa, como é relevante. As guerras e suas consequências sobre crise energética europeia não podem ser desconsideradas. A guerra na Ucrânia levou ao rompimento do abastecimento da Europa com gás barato russo e os obrigou a importar GNL caro dos EUA. Por outro lado, a guerra envolvendo EUA, Israel e Irã, com perturbações no abastecimento internacional de petróleo, acrescentou pressão aos preços de energia e de combustíveis. Isso contribui para agravar dificuldades econômicas já existentes e intensificar a insatisfação popular. Também não se pode perder de vista o maciço investimento que os países europeus estão fazendo na indústria da guerra, drenando recursos de programas sociais para a pauta da defesa. O aumento dos gastos com segurança imposto por Donald Trump sob o manto da Otan, não pode ser desconsiderado neste contexto de turbulência social.

Do ponto de vista político, a questão central é saber se os governos vão conseguir transformar as manifestações em negociações e respostas concretas ou se a insatisfação continuará alimentando a polarização, a instabilidade governamental e o fortalecimento de forças políticas "antissistema".

Considerações finais

O cenário analisado nesta quinzena evidencia que a democracia, a soberania nacional e a capacidade de resposta dos governos às demandas sociais estão no centro das disputas políticas contemporâneas. A vitória de Lula no Brasil, a mobilização popular em diferentes países europeus e a mudança política na Sérvia demonstram, cada uma a seu modo, que os resultados eleitorais e os movimentos sociais continuam sendo instrumentos fundamentais de contestação e transformação política. Esses acontecimentos, entretanto, não apontam para uma direção única: enquanto representam oportunidades de fortalecimento democrático, também revelam a profundidade das tensões que atravessam as sociedades e as instituições políticas.

Na Europa, o agravamento do custo de vida, a crise habitacional, a precarização dos serviços públicos e a insatisfação com as prioridades orçamentárias expõem os limites dos modelos de governança adotados nos últimos anos. A perda de confiança nos partidos tradicionais não pode ser compreendida apenas como resultado do avanço da extrema direita, mas também como consequência da dificuldade dos governos em oferecer respostas concretas às necessidades da população. Quando as instituições democráticas deixam de ser percebidas como capazes de promover segurança econômica, justiça social e perspectivas de futuro, abre-se espaço para discursos autoritários e soluções simplificadoras que exploram o descontentamento popular.

Entretanto, atribuir essa crise exclusivamente a fatores domésticos significa ignorar a dimensão geopolítica que condiciona as decisões econômicas e políticas europeias. As guerras, a instabilidade dos mercados de energia, a reorganização das cadeias de abastecimento e a pressão pelo aumento dos gastos militares impõem custos crescentes às economias nacionais e restringem a margem de atuação dos governos. Nesse contexto, torna-se indispensável questionar a distribuição dos recursos públicos e as prioridades estratégicas da União Europeia: até que ponto o fortalecimento da defesa e da segurança pode ocorrer sem comprometer os investimentos sociais necessários à sustentação da coesão democrática? E quais interesses são favorecidos por uma Europa enfraquecida por divisões internas, dependências estratégicas e crises recorrentes?

Para o Brasil, esse cenário reforça a importância de preservar uma política externa autônoma, comprometida com o multilateralismo, a cooperação internacional e a defesa das instituições democráticas. A aproximação com a União Europeia representa uma oportunidade de aprofundar parcerias comerciais, ambientais, científicas e tecnológicas, mas também exige capacidade de negociação diante de interesses nem sempre convergentes. A soberania brasileira não se limita à independência formal do país: manifesta-se igualmente na capacidade de definir prioridades próprias, diversificar parcerias e participar ativamente da construção de respostas aos desafios globais.

Em última análise, a questão que conecta o Brasil à Europa é a capacidade das democracias de transformar a vontade popular em políticas públicas efetivas, sem abrir mão dos direitos fundamentais, da justiça social e da soberania. A defesa da democracia não se esgota nas urnas, assim como a estabilidade política não pode ser sustentada apenas pelo controle fiscal, pela segurança ou pelo crescimento econômico dissociado da distribuição de seus benefícios. É necessário reconstruir a confiança nas instituições por meio de respostas concretas às demandas sociais e de escolhas políticas transparentes, legítimas e socialmente responsáveis.

Os próximos desdobramentos dependerão, portanto, da capacidade dos governos de conciliar estabilidade econômica, proteção social e autonomia estratégica em um ambiente internacional cada vez mais conflituoso. Se as manifestações forem tratadas apenas como problemas de ordem pública, sem o enfrentamento de suas causas estruturais, a tendência será a ampliação da polarização e o fortalecimento de forças que questionam os próprios fundamentos da democracia liberal. Se, ao contrário, forem reconhecidas como expressão legítima de demandas por participação, direitos e melhores condições de vida, poderão abrir caminho para a renovação democrática. O desafio que se impõe à Europa, ao Brasil e à comunidade internacional é fazer com que a democracia seja mais do que um princípio institucional: que ela se traduza em soberania, dignidade, justiça social e capacidade efetiva de decidir os rumos do próprio futuro.

A área da saúde na Organização para a Cooperação Islâmica e na Liga Árabe

El sector de la salud en la Organización para la Cooperación Islámica y en la Liga Árabe

Health Care in the Organization of Islamic Cooperation and the Arab League

Laura Tavares Soares

Resumo: Este Informe complementa um informe anterior sobre Saúde na região MENA publicado no Caderno 15, "*Saúde na região do MENA e seus determinantes: os impactos nas Zonas de conflito"*, analisando situação de Saúde na região como um todo, bem como analisando as consequências para a Saúde e seus determinantes em países em situações de conflito e guerra: Palestina, Irã, Síria, Iêmen, Líbano e Líbia. Também dá continuidade ao Informe 18 sobre a Liga Árabe e a Organização da Cooperação Islâmica. Aqui, o Informe 19 trata especificamente da Saúde nessas duas Organizações. A saúde é uma das áreas prioritárias de cooperação da Organização da Cooperação Islâmica (OIC). Embora a OIC seja predominantemente conhecida por sua atuação política e econômica, ela desenvolveu ao longo dos anos uma estrutura institucional e programática específica para o setor da saúde, através da *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde (ICHM).* um *espaço permanente de diálogo e coordenação entre ministros de saúde de 57 países*. Houve avanços reais em indicadores básicos de saúde e maior consciência coletiva sobre a importância da cooperação. No entanto, persistem uma grande disparidade de capacidades entre os países e uma dependência excessiva do financiamento de doadores e instituições externas. A Saúde na *Liga Árabe* é uma área de cooperação relativamente estruturada, embora menos institucionalizada e menos ambiciosa do que na OIC. O principal órgão responsável é o *Conselho de Ministros Árabes da Saúde*, criado em 1975 e que realizou sua 64ª Sessão em maio deste ano (2026). Sua Secretaria Técnica é ligada ao *Setor de Assuntos Sociais da Liga Árabe*. Possui vários Comitês Técnicos, com destaque para o de *prontidão e resposta a emergências*, com uma *Estratégia Árabe sobre Serviços de Saúde Pública no Contexto de Refugiados e Deslocados.* Há esforços concretos de coordenação em temas sensíveis como Palestina, refugiados e situações de emergência. Existe uma grande heterogeneidade entre os países-membros (Estados do Golfo vs. países em conflito ou de baixa renda). A vertente saúde da Liga Árabe é funcional no plano político e de coordenação, especialmente em crises humanitárias e posições comuns perante a OMS. No entanto, ainda carece de um marco estratégico unificado, de mecanismos robustos de financiamento e de maior capacidade de implementação conjunta. Os esforços recentes de atualização de estratégias na área da saúde (cuidados primários, diáspora médica e "One Health") mostram uma tentativa de modernização.

Palavras-chave: Saúde na Organização da Cooperação Islâmica; Saúde na Liga Árabe; Estratégias de Saúde em situações de conflito na região do MENA.

Resumen*: Este informe complementa un informe anterior sobre la salud en la región MENA, publicado en el número 15, titulado «La salud en la región MENA y sus determinantes: los impactos en las zonas de conflicto», que analiza la situación sanitaria en la región en su conjunto, así como las consecuencias para la salud y sus determinantes en países en situación de conflicto*

y guerra: Palestina, Irán, Siria, Yemen, Líbano y Libia. También da continuidad al Informe 18 sobre la Liga Árabe y la Organización para la Cooperación Islámica. En este caso, el Informe 19 aborda específicamente la salud en estas dos organizaciones. La salud es una de las áreas prioritarias de cooperación de la Organización para la Cooperación Islámica (OCI). Si bien la OCI es conocida principalmente por sus actividades políticas y económicas, a lo largo de los años ha desarrollado una estructura institucional y programática específica para el sector de la salud a través de la Conferencia Islámica de Ministros de Salud (ICHM), un espacio permanente para el diálogo y la coordinación entre los ministros de salud de 57 países. Se han logrado avances significativos en los indicadores básicos de salud y una mayor conciencia colectiva sobre la importancia de la cooperación. Sin embargo, persiste una gran disparidad de capacidades entre los países y una excesiva dependencia de la financiación de donantes e instituciones externas.La salud dentro de la Liga Árabe es un área de cooperación relativamente estructurada, aunque menos institucionalizada y ambiciosa que dentro de la OIC. El principal organismo responsable es el Consejo de Ministros de Salud Árabes, creado en 1975, que celebró su 64.ª sesión en mayo de este año (2026). Su Secretaría Técnica está vinculada al Sector de Asuntos Sociales de la Liga Árabe. Cuenta con varios Comités Técnicos, en particular el de preparación y respuesta ante emergencias, con una Estrategia Árabe sobre Servicios de Salud Pública en el Contexto de Refugiados y Desplazados. Existen esfuerzos concretos de coordinación en temas delicados como Palestina, los refugiados y las situaciones de emergencia. Existe una heterogeneidad significativa entre los países miembros (Estados del Golfo frente a países en conflicto o de bajos ingresos). El aspecto sanitario de la Liga Árabe es funcional políticamente y en términos de coordinación, especialmente en crisis humanitarias y posiciones comunes ante la OMS. Sin embargo, aún carece de un marco estratégico unificado, mecanismos de financiación sólidos y una mayor capacidad para la implementación conjunta. Los recientes esfuerzos por actualizar las estrategias en el ámbito de la atención sanitaria (atención primaria, diáspora médica y "Una sola salud") demuestran un intento de modernización.

***Palabras clave**: Salud en la Organización para la Cooperación Islámica; Salud en la Liga Árabe; Estrategias de salud en situaciones de conflicto en la región MENA.*

***Abstract:** This report complements a previous report on health in the MENA region published in Issue 15, "Health in the MENA region and its determinants: the impacts in conflict zones," analyzing the health situation in the region as a whole, as well as analyzing the consequences for health and its determinants in countries in conflict and war situations: Palestine, Iran, Syria, Yemen, Lebanon, and Libya. It also continues the work of Report 18 on the Arab League and the Organization of Islamic Cooperation. Here, Report 19 specifically addresses health in these two organizations. Health is one of the priority areas of cooperation of the Organization of Islamic Cooperation (OIC). Although the OIC is predominantly known for its political and economic activities, it has developed over the years a specific institutional and programmatic structure for the health sector through the Islamic Conference of Ministers of Health (ICHM), a permanent space for dialogue and coordination among health ministers from 57 countries. There has been real progress in basic health indicators and greater collective awareness of the importance of cooperation. However, a large disparity in capabilities between countries and an excessive dependence on funding from external donors and institutions persist. Health within the Arab League is a relatively structured area of cooperation, although less institutionalized and less ambitious than within the OIC. The main body responsible is the Council of Arab Ministers of Health, created in 1975, which held its 64th Session in May of this year (2026). Its Technical Secretariat is linked to the Social Affairs Sector of the Arab League. It has several Technical Committees, notably the one on preparedness and response to emergencies, with an Arab*

Strategy on Public Health Services in the Context of Refugees and Displaced Persons. There are concrete coordination efforts on sensitive issues such as Palestine, refugees, and emergency situations. There is significant heterogeneity among member countries (Gulf States vs. countries in conflict or low-income countries). The health aspect of the Arab League is functional politically and in terms of coordination, especially in humanitarian crises and common positions before the WHO. However, it still lacks a unified strategic framework, robust financing mechanisms, and greater capacity for joint implementation. Recent efforts to update strategies in the healthcare field (primary care, medical diaspora, and "One Health") demonstrate an attempt at modernization.

***Keywords**: Health in the Organization of Islamic Cooperation; Health in the Arab League; Health strategies in conflict situations in the MENA region.*

I A área da saúde na Organização para a Cooperação Islâmica (OCI/OIC)

A saúde é uma das áreas prioritárias de cooperação da Organização para a Cooperação Islâmica (OIC). Embora a OIC seja predominantemente conhecida por sua atuação política e econômica, ela desenvolveu ao longo dos anos uma estrutura institucional e programática específica para o setor da saúde.

1. *Marco institucional e estratégico*

O principal instrumento de coordenação é a *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde (ICHM)*, que se reúne periodicamente. A 8ª sessão ocorreu em Amã (Jordânia), de 7 a 9 de outubro de 2025, sob o tema *A Saúde é Nossa Responsabilidade Compartilhada* ("Health is Our Shared Responsibility").

O documento central de planejamento é o *Programa de Ação Estratégica de Saúde da OIC* ("OIC Strategic Health Programme of Action" — OIC-SHPA 2014–2023). Em outubro de 2025, os ministros decidiram *prorrogar o programa por mais dois anos (2025–2027)* para consolidar avanços e preparar um novo marco de longo prazo.

O SHPA organiza a cooperação em seis áreas temáticas:

1ª) Fortalecimento dos sistemas de saúde

2ª) Prevenção e controle de doenças

3ª) Saúde materna, neonatal, infantil e nutrição

4ª) Medicamentos, vacinas e tecnologias médicas

5ª) Resposta a emergências sanitárias

6ª) Informação, educação, pesquisa e advocacia

2. *Principais avanços* (segundo o "OIC Health Report 2025")

O relatório lançado pela SESRIC — *Centro de Pesquisa e Treinamento Estatístico, Econômico e Social para Países Islâmicos* (do inglês, *Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries*) [https://www.sesric.org/publications-detail.php?id=606] em outubro de 2025 destaca progressos relevantes nas duas últimas décadas.

Indicador	2000	2023	Evolução
Expectativa de vida	62,2 anos	68,9 anos	+6,7 anos
Mortalidade materna	502/100 mil	299/100 mil	Redução significativa
Mortalidade infantil (<5 anos)	101/1.000	52/1.000	Queda de quase 50%
Produção científica em ciências da vida	—	+149% (2015–2024)	Participação global próxima de 10%

Alguns países (Egito, Indonésia, Nigéria, Senegal, Arábia Saudita e Turquia) avançaram na capacidade regulatória de medicamentos e vacinas.

3. *Principais desafios*

Apesar dos progressos, a situação permanece desigual e frágil.

- *Financiamento baixo*: o gasto médio com saúde nos países da OIC é de apenas 3,9% do PIB (média global: 9,8%). O gasto per capita é de US$ 171, contra US$ 1.237 da média mundial.
- Persistência de doenças transmissíveis (pólio, malária, tuberculose, HIV).
- Crescimento das doenças não transmissíveis (NCDs) e problemas de saúde mental.
- Baixa capacidade de produção própria de vacinas e medicamentos em muitos países.
- *Sistemas de saúde vulneráveis a crises* (pandemias, *conflitos* e mudanças climáticas).
- *Grande heterogeneidade entre os 57 países-membros* (países ricos do Golfo vs. países menos desenvolvidos da África e Ásia).

4. *Prioridades atuais* (*2025–2027*)

A Declaração de Amã e as resoluções da 8ª *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde* (ICHM) em outubro de 2025 enfatizam:

- Fortalecimento da atenção primária à saúde
- Autossuficiência em produção de vacinas
- Preparação e resposta a pandemias
- *Saúde mental e prevenção do suicídio*
- Combate às doenças não transmissíveis
- Abordagem “One Health” (saúde humana, animal e ambiental)
- Maior uso de financiamento islâmico (Zakat, Waqf, Sukuk) para a **saúde**

5. *Atores principais*

- O SESRIC (“*Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries*”) prepara os relatórios técnicos e monitora o SHPA.
- O IsDB (Banco Islâmico de Desenvolvimento) é a principal fonte de financiamento de projetos de saúde.
- O COMSTECH *Comitê Permanente para a Cooperação Científica e Tecnológica* (do inglês, “*Ministerial Standing Committee on Scientific and Technological Cooperation”)* apoia a ciência e a tecnologia em saúde.
- A *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde (ICHM)* possui parcerias com a OMS, a UNICEF, o “Global Fund” e outras organizações internacionais.

Avaliação crítica

A *vertente **saúde** da OIC* tem o mérito de criar um *espaço permanente de diálogo e coordenação entre ministros de saúde de 57 países*. Houve avanços reais em indicadores básicos e *maior consciência coletiva sobre a importância da cooperação*.

No entanto, sua implementação continua limitada por:

- Baixo investimento público em saúde na maioria dos países-membros;
- Falta de mecanismos vinculantes de financiamento e "accountability";
- Grande disparidade de capacidades entre os países;
- *Dependência excessiva de doadores e instituições externas*.

Em síntese, a OIC conseguiu construir uma arquitetura de cooperação em saúde relativamente estruturada, mas ainda está longe de transformar essa arquitetura em resultados consistentes e equitativos para os quase 2 bilhões de pessoas que vivem em seus países-membros. O período 2025–2027 será decisivo para definir se o próximo ciclo estratégico (pós-2027) será mais ambicioso e orientado a resultados concretos.

Principais indicadores de saúde nos países da OIC

Os dados mais recentes e oficiais, tal como se viu acima, vêm do "OIC Health Report 2025", publicado pela SESRIC (órgão estatístico da OIC) e apresentado na 8ª Conferência Islâmica de Ministros da Saúde (Amã, outubro de 2025).

1*. Indicadores de resultado* (*saúde da população*)

Indicador	OIC (2000)	OIC (mais recente)	Média mundial (aprox.)	Observação
Expectativa de vida ao nascer	62,2 anos	68,9 anos (2023)	~73 anos	Aumento de +6,7 anos
Mortalidade materna	502/ 100 mil	299/100 mil (2023)	Mais baixa	Redução significativa, mas continua em patamares elevados
Mortalidade infantil (< 5 anos)	101/1.000	52/1.000 (2023)	~37/1.000	Queda de quase 50%, porém acima da média global
Desnutrição crônica ("stunting") em crianças < 5 anos	33,4%	26,1%	—	Melhora, mas ainda alta
Sobrepeso em crianças < 5 anos	6,0%	5,5%	—	Leve redução

2. *Indicadores do sistema de saúde e do financiamento*

Indicador	OIC	Média mundial
Gasto com saúde (% do PIB)	3,9%*(2022)	US$ 1.237
Gasto per capita com saúde	US$ 171	US$ 1.237
Participação média dos governos no gasto total com saúde	8,9%	16,6%
Pagamentos diretos do bolso ("out-of-pocket")	35,3%	17,2%
Densidade de médicos, enfermeiros e parteiras	30,6/10.000 habitantes	57,5/10.000
Leitos hospitalares	14/10.000 habitantes	Mais elevado

3. Outros indicadores relevantes

- Cobertura vacinal DTP3(tríplice bacteriana): cerca de 80% em 2024 (abaixo da média global de 85% e do nível pré-pandemia de 83%).
- Doenças não transmissíveis (NCDs): já são responsáveis por mais de 7 milhões de mortes anuais nos países da OIC (doenças cardiovasculares, obesidade e sedentarismo em alta).
- Obesidade em adultos: subiu de 9,2% (2000) para 19,7% (2022) — acima da média global.
- Inatividade física: 29,3% da população adulta (2022).
- Pesquisa científica em ciências da vida: crescimento de +149% entre 2015 e 2024 (participação global próxima de 10%).

Resumo da Situação em Saúde da OIC

Houve progressos reais nas últimas duas décadas (expectativa de vida, mortalidade materna e infantil).

No entanto, os países da OIC ainda ficam significativamente atrás das médias mundiais em quase todos os indicadores de sistema de saúde e financiamento.

O *baixo investimento público* e a *alta dependência de pagamentos diretos do bolso* continuam sendo os maiores obstáculos para o acesso equitativo à saúde.[1]

II A área da saúde na Liga Árabe

A saúde é uma área de cooperação relativamente estruturada na Liga Árabe, embora menos institucionalizada e menos ambiciosa do que na OIC *em termos de programas de longo prazo com indicadores detalhados*.

O principal órgão responsável é o ***Conselho de Ministros Árabes da Saúde*** ("Council of Arab Health Ministers") [https://archive.unescwa.org/council-arab-ministers-health] , criado em 1975.

[1] Fonte principal dos Indicadores em Saúde: "OIC Health Report 2025" (SESRIC) [https://www.sesric.org/publications-detail.php?id=606]

1. *Estrutura institucional*

O Conselho de Ministros Árabes da Saúde é o órgão ministerial permanente que se reúne regularmente (sessões ordinárias e extraordinárias). As reuniões mais recentes incluem a 63ª sessão (Trípoli, dezembro de 2025) e a *64ª (Genebra, maio de 2026*).

A Secretaria Técnica do Conselho é ligada ao *Setor de Assuntos Sociais da Liga Árabe*[2] [https://www.social.gov.tn/en/league-arab-states-0]

Órgãos e instituições afiliadas importantes

- Conselho Árabe de Especializações de Saúde ("Arab Board of Health Specializations"), responsável pela formação e certificação de médicos especialistas.
- Autoridade Árabe de Serviços de Transfusão de Sangue.
- Centro Árabe de Autoria e Tradução de Ciências da Saúde.
- Comitês técnicos (cuidados primários; *prontidão e resposta a emergências*; enfermagem e obstetrícia; entre outros).

2. *Principais estratégias e programas*

A Liga Árabe trabalha mais com *estratégias temáticas* do que com um único programa abrangente como o SHPA da OIC. As principais são:

Estratégia/Iniciativa	Período	Foco principal
Estratégia Árabe de Cuidados Primários de Saúde e Medicina de Família	Em atualização para 2026–2030	Fortalecimento da atenção primária e modelo de medicina de família
Estratégia Árabe de Saúde e Meio Ambiente	2017–2030	Abordagem "One Health" (saúde humana, animal e ambiental)
Estratégia Multissetorial Árabe de Saúde Materna, Infantil e do Adolescente	2019–2030	Redução da mortalidade materna e infantil

[2] O **Setor de Assuntos Sociais** da Liga Árabe (Liga dos Estados Árabes) é a divisão do Secretariado-Geral responsável por coordenar as políticas de desenvolvimento social, direitos humanos e cooperação humanitária entre os 22 Estados-membros. Atualmente sob a liderança da Embaixadora Dra. Haifa Abu Ghazaleh (Secretária-Geral Adjunta e Chefe do Setor), o órgão atua diretamente ligado ao **Conselho de Ministros Árabes de Assuntos Sociais**, que se reúne anualmente para definir a agenda social do bloco. Suas frentes de atuação e principais diretorias compreendem: **Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza:** Formulação de estratégias regionais para inclusão socioeconômica, proteção social e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU no mundo árabe; **Empoderamento e Família:** Coordenação de comitês voltados aos direitos da infância, da juventude e ao fortalecimento do papel das mulheres na sociedade (frequentemente em parcerias internacionais com a ONU Mulheres e o UNFPA); **Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos:** Formulação de políticas de acessibilidade e reabilitação (como a *Segunda Década Árabe para Pessoas com Deficiência*), além do fomento ao empreendedorismo inclusivo; **Diretoria de Direitos Humanos:** Esta diretoria técnica fica subordinada diretamente ao Setor de Assuntos Sociais e atua como o braço administrativo que organiza as sessões, agendas e relatórios da Comissão Árabe de Direitos Humanos. O Setor de Assuntos Sociais serve como a estrutura técnica permanente que transforma as resoluções ministeriais em programas de ação práticos aplicados nos países árabes. [https://www.social.gov.tn/en/league-arab-states-0]

Estratégia/Iniciativa	Período	Foco principal
Estratégia Árabe sobre Serviços de Saúde Pública no Contexto de Refugiados e Deslocados	Em vigor	Acesso à saúde para populações deslocadas
Estratégia Árabe de Orçamento Amigável à Saúde	Lançada em 2023	Integração da saúde nos orçamentos nacionais
Estratégia sobre aproveitamento de competências de saúde árabes emigrada	2026–2030 (em elaboração)	Mobilização da diáspora médica

3. *Prioridades atuais (2025–2026)*

- Apoio urgente ao sistema de saúde da Palestina (especialmente Gaza) e do Iêmen.
- Atualização da estratégia de cuidados primários e medicina de família (2026–2030).
- Aproveitamento da diáspora médica árabe para reforçar os sistemas de saúde nacionais.
- Abordagem "One Health" e ligação entre saúde e meio ambiente.
- Fortalecimento da prontidão e resposta a emergências sanitárias.
- Investimento em recursos humanos de saúde e formação especializada (via "Arab Board").
- Coordenação de posições comuns na Assembleia Mundial da Saúde (OMS).

4. Avaliação crítica

Pontos positivos

- Existe uma estrutura ministerial permanente e regular.
- Há esforços concretos de coordenação em temas sensíveis (Palestina, refugiados, emergências).
- O Conselho Árabe de Especializações de Saúde tem papel relevante na formação de profissionais.
- Crescente atenção a temas contemporâneos ("One Health"[3], orçamentos saudáveis, diáspora).

Limitações

- Ausência de um programa estratégico único, abrangente e com metas mensuráveis claras (diferente do SHPA da OIC).

[3] O "**One Health"** (conhecido em português como **Uma Só Saúde** ou **Saúde Única**) é uma abordagem integrada que reconhece que a saúde humana, a saúde animal, a saúde vegetal e a saúde do meio ambiente estão profundamente interconectadas e são interdependentes. Em vez de tratar essas áreas de forma isolada, o conceito defende que a solução para problemas de saúde complexos exige cooperação, coordenação e comunicação entre diferentes disciplinas e setores (como medicina, medicina veterinária, biologia, ecologia e engenharia sanitária). A abordagem baseia-se na atuação conjunta de três eixos principais: **Saúde Humana**, prevenção e controle de doenças transmissíveis e crônicas, bem como o bem-estar físico e mental das populações; **Saúde Animal, c**uidados com a saúde de animais domésticos, de produção e silvestres, visando evitar surtos que possam saltar entre espécies; **Saúde Ambiental e dos Ecossistemas:** Preservação de habitats, qualidade da água e do solo, controle da poluição e mitigação das mudanças climáticas.

- Baixa capacidade de implementação conjunta e de financiamento regional próprio.
- Grande heterogeneidade entre os países-membros (Estados do Golfo vs. países em conflito ou de baixa renda).
- A cooperação permanece mais declaratória e de coordenação política do que de execução de projetos conjuntos de grande escala.
- Dependência elevada de iniciativas nacionais e de parcerias externas (OMS, UNFPA etc.).

Comparação rápida com a OIC

Aspecto	Liga Árabe	OIC
Órgão principal	Várias estratégias temáticas	Conferência Islâmica de Ministros da Saúde
Documento estratégico	Várias estratégias temáticas	SHPA (2014–2023, prorrogado até 2027)
Monitoramento	Mais limitado	Relatórios periódicos da SESRIC
Foco geográfico	22 países árabes	57 países muçulmanos
Capacidade de financiamento	Mais fraca	Apoio mais estruturado do IsDB

Em síntese, a **vertente saúde da Liga Árabe** é funcional no plano político e de coordenação, especialmente em crises humanitárias e posições comuns perante a OMS. No entanto, ainda carece de um marco estratégico unificado, de mecanismos robustos de financiamento e de maior capacidade de implementação conjunta. Os esforços recentes de atualização de estratégias (cuidados primários, diáspora médica e "One Health") mostram tentativa de modernização, mas os resultados práticos dependem fortemente da vontade política e dos recursos dos Estados-membros individuais.

Considerações Finais

A área da saúde da OIC — *Organização da Cooperação Islâmica* — tem o mérito de criar um *espaço permanente de diálogo e coordenação entre ministros de saúde de uma vasta região que comporta 57 países*. Destaca-se uma maior consciência coletiva sobre a importância da cooperação em saúde.

No entanto, ainda persiste a situação de desigualdade entre os países islâmicos e a fragilidade de alguns deles. Na média, o financiamento – sobretudo o investimento público — para a saúde é insuficiente. Não existem mecanismos vinculantes de financiamento e persiste uma dependência excessiva de doadores e instituições externas.

Os Sistemas de Saúde são extremamente vulneráveis a crises, sobretudo para as situações de conflito persistentes. A Saúde mental e a prevenção do suicídio foram destaque na 8ª *Conferência Islâmica de Ministros da Saúde* (ICHM).

Essa Conferência é o principal órgão para a Saúde na OIC, estabelecendo parcerias com a OMS – a Liga Árabe trabalha na coordenação de posições comuns na *Assembleia Mundial da Saúde (OMS)*; o UNICEF; o "Global Fund" e outras organizações internacionais.

A OIC conseguiu construir uma arquitetura de cooperação em saúde relativamente estruturada, mas ainda está longe de transformar essa arquitetura em resultados consistentes e

equitativos para os quase 2 bilhões de pessoas que vivem em seus países-membros. O período 2025–2027 será decisivo para definir se o próximo ciclo estratégico (pós-2027) será mais ambicioso e orientado a resultados concretos.

Na *Liga Árabe*, a Saúde é uma área de cooperação relativamente estruturada, embora menos institucionalizada e menos ambiciosa do que na OIC. O principal órgão responsável é o *Conselho de Ministros Árabes da Saúde*, criado em 1975.

Existem órgãos filiados ao Conselho e Comitês Técnicos, com destaque para o de *prontidão e resposta a emergências.* A Liga Árabe trabalha mais com estratégias temáticas do que com um único programa abrangente como o SHPA da OIC, destacando-se a *Estratégia Árabe sobre Serviços de Saúde Pública no Contexto de Refugiados e Deslocados*, que permite o acesso à saúde para populações deslocadas. Existe também uma estratégia central denominada Estratégia Árabe de *Orçamento Amigável à Saúde* que permite a *integração da saúde nos orçamentos nacionais*.

Entre as prioridades atuais (2025–2026) destaca-se o a*poio urgente ao sistema de saúde da Palestina (especialmente de Gaza) e do Iêmen*; bem como o *fortalecimento da prontidão e resposta a emergências sanitárias*.

Os pontos críticos da área da saúde na Liga Árabe são a ausência de um programa estratégico único, abrangente e com metas mensuráveis claras (diferente do SHPA da OIC); a b*aixa capacidade de implementação conjunta e de financiamento regional próprio;* a g*rande heterogeneidade entre os países-membros (Estados do Golfo vs. países em conflito ou de baixa renda*); e o fato da cooperação permanecer mais declaratória e de coordenação política do que de execução de projetos conjuntos de grande escala. Existe ainda uma dependência elevada de parcerias externas (OMS, UNFPA, etc.).

Dessa forma, a vertente saúde da Liga Árabe é funcional no plano político e de coordenação, especialmente em *crises humanitárias e posições comuns perante a OMS*. No entanto, ainda carece de um marco estratégico unificado, de mecanismos robustos de financiamento e de maior capacidade de implementação conjunta.

Os esforços recentes de atualização de estratégias (cuidados primários, diáspora médica e “One Health”) mostram uma tentativa de modernização, mas os resultados práticos dependem fortemente da vontade política e dos recursos dos Estados-membros individuais; bem como da cooperação e ajuda externas.

Referências

1. **SESRIC.** *The Arab Health Ministers Council*. Ankara: Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries (SESRIC), [s.d.]. Disponível em: <https://www.sesric.org/publications-detail.php?id=606>. Acesso em: 27 out. 2026.

2. **TUNISIA. Ministry of Social Affairs.** *League of Arab States*. Tunis: Ministry of Social Affairs, [s.d.]. Disponível em: <https://www.social.gov.tn/en/league-arab-states-0>. Acesso em: 27 out. 2026.

3. **ORGANISATION OF ISLAMIC COOPERATION (OIC).** *Official website*. Jeddah: OIC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.oic-oci.org/en>. Acesso em: 27 out. 2026.

4. **ORGANISATION OF ISLAMIC COOPERATION (OIC).** *Arab Health Ministers Council discusses strengthening cooperation in health sector*. Jeddah: OIC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.oic-oci.org/en/news/2172>. Acesso em: 27 out. 2026.

5. **SHAW, Malcolm N.** *League of Arab States*. In: Max Planck Encyclopedia of Public International Law. Oxford: Oxford University Press, [s.d.]. Disponível em: <https://opil.ouplaw.com/display/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e812>. Acesso em: 27 out. 2026.

6. **UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR WESTERN ASIA (ESCWA).** *Council of Arab Ministers of Health*. Beirut: ESCWA, [s.d.]. Disponível em: <https://archive.unescwa.org/council-arab-ministers-health>. Acesso em: 27 out. 2026.

7. **ARAB.ORG.** *League of Arab States*. [S.l.]: Arab.org, [s.d.]. Disponível em: <https://arab.org/directory/league-of-arab-states/>. Acesso em: 27 out. 2026.

8. **TUNISIA. Ministry of Social Affairs.** *Health Care and Occupational Safety*. Tunis: Ministry of Social Affairs, [s.d.]. Disponível em: <https://www.social.gov.tn/en/health-care-and-occupational-safety>. Acesso em: 27 out. 2026.

9. **UNION OF INTERNATIONAL ASSOCIATIONS (UIA).** *Council of Arab Ministers of Health*. Brussels: UIA, [s.d.]. Disponível em: <https://uia.org/s/or/en/1100041480>. Acesso em: 27 out. 2026.

10 **OMAN. Ministry of Health.** *Sultanate takes part in Arab Health Ministers Council meeting*. Muscat: Ministry of Health, [s.d.]. Disponível em: <https://moh.gov.om/en/media-center/news/sultanate-takes-part-in-arab-health-ministers-council-meeting/>. Acesso em: 27 out. 2026.

Comunidade de Saúde Compartilhada para Todos

Comunidad de salud compartida para todos

Community of Shared Health for All

André Costa Lobato, Anabela Rodrigues Santiago, Amanda Ribeiro Lopes, Fernanda Pinheiro Filgueiras, Julia Santos Soares e Rafael Aguilar-Zamudio

Resumo: A edição analisa os principais movimentos da China e da Ásia em diplomacia, saúde pública, integração econômica e desenvolvimento tecnológico, com atenção às implicações para o Brasil e o Sul Global. No campo diplomático, a abertura da ponte entre China e Coreia do Norte sinaliza a retomada da integração econômica fronteiriça, enquanto as sanções chinesas contra autoridades do Paraguai e de Belize reforçam a pressão sobre países que mantêm relações com Taiwan. O Japão, por sua vez, enfrenta críticas chinesas diante de sua agenda de reforço militar. Na saúde, a China realiza uma nova Conferência Nacional de Saúde após dez anos, priorizando prevenção, atenção básica, inovação farmacêutica e integração dos serviços médicos. A cooperação internacional em medicina tradicional e o acordo científico entre Portugal e China também destacam saúde, envelhecimento e tecnologias médicas como áreas estratégicas. Na economia, a ASEAN avança na integração digital, o comércio Brasil–China alcança recorde histórico e Pequim propõe novos controles sobre tecnologias estratégicas de inteligência artificial, biomedicina e energia fotovoltaica. Paralelamente, os investimentos chineses em pesquisa e desenvolvimento continuam crescendo.

Palavras-chave: China; Coreia do Norte; Japão; União Europeia; saúde pública; ASEAN; comércio Brasil–China; controles de exportação; P&D.

Resumen: *Esta edición analiza los principales avances de China y Asia en materia de diplomacia, salud pública, integración económica y desarrollo tecnológico, con especial atención a las implicaciones para Brasil y el Sur Global. En el ámbito diplomático, la inauguración del puente entre China y Corea del Norte marca la reanudación de la integración económica fronteriza, mientras que las sanciones chinas contra autoridades de Paraguay y Belice refuerzan la presión sobre los países que mantienen relaciones con Taiwán. Japón, por su parte, enfrenta críticas de China ante su agenda de refuerzo militar. En materia de salud, China celebra una nueva Conferencia Nacional de Salud después de diez años, dando prioridad a la prevención, la atención primaria, la innovación farmacéutica y la integración de los servicios médicos. La cooperación internacional en medicina tradicional y el acuerdo científico entre Portugal y China también destacan la salud, el envejecimiento y las tecnologías médicas como áreas estratégicas. En el ámbito económico, la ASEAN avanza en la integración digital, el comercio entre Brasil y China alcanza un récord histórico y Pekín propone nuevos controles sobre tecnologías estratégicas de inteligencia artificial, biomedicina y energía fotovoltaica. Paralelamente, las inversiones chinas en investigación y desarrollo siguen creciendo.*

Palabras clave: *China; Corea del Norte; Japón; Unión Europea; salud pública; ASEAN; comercio entre Brasil y China; controles de exportación; I+D.*

Abstract: *This edition examines key developments in China and Asia across diplomacy, public health, economic integration, and technological development, with a focus on their implications for Brazil and the Global South. In diplomacy, the opening of the bridge between China and North Korea signals the resumption of cross-border economic integration, while Chinese sanctions against officials from Paraguay and Belize reinforce pressure on countries maintaining relations with Taiwan. Japan, meanwhile, faces Chinese criticism over its military buildup agenda.In healthcare, China convenes a new National Health Conference after a decade, prioritizing prevention, primary care, pharmaceutical innovation, and the integration of medical services. International cooperation in traditional medicine and the scientific agreement between Portugal and China also highlight health, aging, and medical technologies as strategic areas. In the economic sphere, ASEAN advances digital integration, Brazil–China trade reaches a historic record, and Beijing proposes new export controls on strategic technologies in artificial intelligence, biomedicine, and photovoltaics. Meanwhile, Chinese investment in research and development continues to grow.*

Keywords: *China; North Korea; Japan; European Union; public health; ASEAN; Brazil–China trade; export controls; R&D.*

Diplomacia

Coreia do Norte abre ponte sobre o rio Yalu após mais de uma década

A Nova Ponte do Rio Yalu, entre Dandong (Liaoning) e Sinuiju (Coreia do Norte), foi oficialmente aberta ao tráfego em 15 de outubro, mais de dez anos após a conclusão das obras pelo lado chinês. A estrutura estaiada de 3 km possui quatro pistas e capacidade para navios de até 3.000 toneladas. Na cerimônia conjunta, o premiê Li Qiang classificou a obra como um "novo marco da amizade tradicional" e defendeu a otimização do desembaraço portuário e da cooperação fronteiriça. A abertura é o sinal mais concreto de reativação econômica da fronteira sino-norte-coreana desde a pandemia e indica que Pequim busca ancorar Pyongyang por meio da integração econômica em meio às tensões no Nordeste Asiático[1]. Em setembro, uma outra ponte norte-coreana foi inaugurada, conectando a península à Rússia.

Sanções seletivas e dissuasão: a lógica chinesa por trás das medidas contra Paraguai e Belize

As sanções chinesas contra ministros do Paraguai e de Belize, anunciadas em 12 de outubro de 2026, inserem-se numa estratégia mais ampla de Pequim para consolidar o princípio de **uma só China** na América Latina e no Caribe. Do ponto de vista académico, estas medidas configuram um instrumento de dissuasão seletiva: ao visar individualmente figuras como Gustavo Villate (ministro das Tecnologias de Informação e Comunicação do Paraguai) e Francis Fonseca (ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize), com congelamento de ativos e proibição de entrada, Pequim não apenas pune os visados, mas envia um sinal claro aos países que ainda mantêm laços com Taipé[1]. Em coletiva de imprensa, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Mao Ning, apresentou a versão oficial de Pequim. Ela acusou políticos paraguaios e belizenhos de agirem como "peões" das autoridades taiwanesas na busca por "independência" com apoio externo, de visitarem a ilha e receberem "separatistas" taiwaneses,

[1] 刘小卓. China sanctions Paraguay, Belize officials over Taiwan-related actions [Internet]. [citado 26 de outubro de 2026]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202610/12/WS6acca849e4b06d4aa0562589.html

além de difundirem “informação falsa sobre ciberataques chineses” e atacarem e difamarem a China, gerando um “impacto internacional negativo”[2]. Segundo a porta-voz, as contramedidas foram adotadas conforme a Lei contra as Sanções Estrangeiras chinesa. As sanções incluem o congelamento de bens móveis, imóveis e outros ativos na China continental, a proibição de entrada na China, Hong Kong e Macau, e restrições à cooperação com organizações chinesas.

A perspetiva chinesa sobre a região é explicitada por responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que descrevem a América Latina como um espaço de cooperação “ganha-ganha”, sem “cálculos geopolíticos” e aberto a todos os países que reconheçam o princípio de uma só China[3]. A lógica subjacente é a de que a manutenção de relações com Taipé acarreta custos concretos — como dificuldades de visto para os cidadãos desses países — e fecha portas a oportunidades de investimento e comércio no mercado chinês. O académico mexicano Eduardo Tzili-Apango, em entrevista à Xinhua, corrobora esta leitura ao afirmar que cada vez mais países latino-americanos reconhecem o princípio de uma só China como uma “base inviolável” das relações internacionais e uma aspiração legítima de reunificação nacional[4].

Paraguai e Belize estão entre os doze países do mundo que reconhecem Taiwan. Belize, por exemplo, reafirmou publicamente a sua intenção de manter os laços, sinalizando que a pressão externa pode reforçar resistências internas em economias pequenas e dependentes de apoios alternativos[5]. A questão que se coloca, portanto, é qual será o impacto do novo arcabouço jurídico chinês na contenção ao apoio aos independentistas da ilha de Taiwan.

Takaichi defende austeridade e reforço militar na Dieta; China alerta para “rinoceronte cinzento”

Em discurso na sessão extraordinária da Dieta, a primeira-ministra japonesa Sanae Takaichi defendeu uma política fiscal “responsável e proativa”, com gastos públicos previsíveis para atrair investimento privado e redução temporária do imposto sobre alimentos. No campo da segurança, anunciou a intenção de revisar os três documentos de segurança nacional até o fim do ano e avaliar a introdução de submarinos de propulsão nuclear. O Ministério da Defesa da China reagiu classificando o “neomilitarismo japonês” como um “rinoceronte cinzento” — ameaça evidente, provável e de alto impacto — e acusou Tóquio de acelerar a remilitarização e comprometer os Três Princípios Não Nucleares.[3]

China e UE fecham entendimento sobre carros híbridos e evitam escalada comercial

A segunda reunião do mecanismo de consulta comercial China–UE, realizada em Pequim em 8–9 de outubro, produziu uma declaração conjunta com 16 resultados e um entendimento

[2] China says countermeasures against Paraguayan, Belizean ministers meant to “punish and warn others” [Internet]. [citado 20 de outubro de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-10-12/China-says-countermeasures-on-two-ministers-meant-to-warn-others-1RbI3N0bc9q/share_amp.html#1

[3] 董欣怡. China restates commitment to building Latin America, Caribbean links [Internet]. [citado 16 de outubro de 2026]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202606/05/WS6a2279cea310d6866eb4ca90.html

[4] (Voces del Sur) Entrevista: Círculo de amistad de China en América Latina crece sobre base del principio de una sola China [Internet]. [citado 18 de outubro de 2026]. Disponível em: http://spanish.news.cn/20260519/f3d311d6eb72488d927dc31302615ac3/c.html

[5] China’s Sanctions On Taiwan Allies Project Its Power, But With Limited Effect — Analysis — Eurasia Review [Internet]. 2026 [citado 25 de outubro de 2026]. Disponível em: https://www.eurasiareview.com/24102026-chinas-sanctions-on-taiwan-allies-project-its-power-but-with-limited-effect-analysis/

sobre veículos híbridos. Segundo o comissário Maroš Šefčovič, a China teria aceitado reduzir mais da metade das exportações de HEV/PHEV à UE em quatro anos, com teto anual reportado de 350 mil unidades a partir de dezembro de 2026; Pequim, porém, não confirmou cifras e reservou seus direitos na OMC. Em contrapartida, a China manteria o "canal verde" de licenças de terras raras e ímãs permanentes para a Europa, enquanto a UE facilitaria casos prioritários de licenciamento de produtos de alta tecnologia, e duplo uso. Entre eles, as máquinas de produção de microchips avançados. O arranjo reduz o risco imediato de escalada, mas permanece frágil por não publicar linha de base, cronograma ou mecanismo de execução.[4]

Sanitário

Doença de Newcastle no Brasil: restrições regionais e de todo território brasileiro

Em 18 de outubro, o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil confirmou um foco de Doença de Newcastle (DNC) em uma granja comercial de perus em Nova Itaberaba, Santa Catarina. Em 25 de outubro, um segundo foco foi confirmado em Coronel Freitas, dentro da área de restrição de movimentação de animais delimitada pelas autoridades sanitárias para conter a disseminação do vírus[6]. Os parceiros comerciais bilaterais e a Organização Mundial de Saúde Animal foram notificados[7]. A gama de produtos avícolas e a extensão territorial das restrições para movimentação dos produtos avícolas dependem de cada acordo bilateral.

O Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo[8] e a Ásia concentra 4 dos principais compradores: Japão, Filipinas, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita[9]. Cerca de 70% da carne de frango importada pelo Japão é brasileira[10] e a exigência é de que as aves sejam criadas em área sem foco de DNC num raio de 50 km por pelo menos 90 dias antes do abate[11]. A Arábia Saudita restringiu as importações de carne e produtos cárneos de aves oriundos de Santa Catarina. A Malásia, por sua vez, suspendeu a compra de carne, produtos cárneos e miúdos de aves de todo o Brasil[12]. Com a China, o protocolo prevê a suspensão provisória da certificação em todo país para que depois seja definida a regionalização[13]. Após articulação com

---

[6] Ministério da Agricultura e Pecuária. (s.d.). *Síndrome respiratória e nervosa das aves (SRN)* [Painel de dados]. Acessado em 26 out 2026. https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/SRN/SRN.html

[7] Ministério da Agricultura e Pecuária. *Mapa atualiza ações de resposta ao foco da doença de Newcastle em Santa Catarina*. https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-atualiza-acoes-de-resposta-ao-foco-da-doenca-de-newcastle-em-santa-catarina

[8] Associação Brasileira de Proteína Animal. (2026, 28 de abril). *Relatório anual (2026)*. https://abpa-br.org/noticias/abpa-lanca-relatorio-anual-2026-com-dados-oficiais-da-avicultura-e-da-suinocultura-do-brasil/

[9] Ministério da Agricultura e Pecuária. *Mapa atualiza ações de resposta ao foco da doença de Newcastle em Santa Catarina*. https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-atualiza-acoes-de-resposta-ao-foco-da-doenca-de-newcastle-em-santa-catarina

[10] Jiji Press. (2025, 17 de maio). *鶏肉最大産地で鳥インフル＝日本向け輸出に影響も－ブラジル* [Gripe aviária no maior polo de frango do Brasil pode afetar as exportações ao Japão]. Risk Taisaku.com. https://www.risktaisaku.com/articles/-/102573

[11] Ministry of Health, Labour and Welfare. *ブラジルから輸入される家きん肉等の取扱いについて* [Sobre o tratamento da carne de aves importada do Brasil]. https://www.mhlw.go.jp/content/11135200/000736648.pdf

[12] Ministério da Agricultura e Pecuária. *Doença de Newcastle: nova atualização sobre as restrições às exportações*. https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/doenca-de-newcastle-nova-atualizacao-sobre-as-restricoes-as-exportacoes

[13] Yang, J. (2026, 20 de outubro). *巴西南部出现新城疫疫情 对华鸡肉出口面临受限风险* [Surto de doença de Newcastle no sul do Brasil coloca em risco as exportações de frango para a China]. 中国金融信息网. https://www.cnfin.com/dz-lb/detail/20261020/4483496_1.html

o governo brasileiro, a restrição também foi limitada a Santa Catarina e abrangeu carne e produtos cárneos de aves.

Após dez anos, nova Conferência Nacional de Saúde na China

A Conferência Nacional de Saúde realizou-se em Pequim nos dias 12 e 13 de outubro de 2026, com discurso central de Xi Jinping e pronunciamento de encerramento do premiê Li Qiang. Foi a segunda edição do evento — o de mais alto escalão do setor — após a reunião de agosto de 2016 que consolidou a estratégia "China Saudável". Xi definiu o período do 15º Plano Quinquenal (2026-2030) como fase decisiva para alcançar a meta de construir uma "China Saudável" até 2035.[14]

A estratégia foi organizada em seis capacidades: gestão de saúde, prevenção e controle de doenças, serviços médicos, seguro-saúde, inovação farmacêutica e formação de talentos. A prevenção foi apresentada como a estratégia sanitária "mais econômica e eficaz", com meta explícita de impedir epidemias de grande escala. Em 2025, a expectativa de vida média na China chegou a 79,25 anos; mais de 90% dos residentes acessam atendimento em até 15 minutos, e instituições de atenção primária respondem por mais da metade dos atendimentos do país.[15]

No plano interno, Xi designou a coordenação entre serviços médicos, seguro-saúde e medicamentos como direção principal da reforma, com fortalecimento da atenção básica e contenção da expansão dos grandes hospitais. Esta perspetiva implica uma maior articulação entre os cuidados de saúde primários, os hospitais, as estruturas de saúde pública e os mecanismos de proteção social, bem como uma distribuição territorial mais equilibrada dos profissionais e equipamentos médicos. Xi Jinping destacou a prevenção e o autocuidado como uma das formas mais eficazes e economicamente sustentáveis de melhorar a saúde da população, defendendo o reforço dos serviços comunitários, da vigilância epidemiológica e da capacidade de resposta a emergências sanitárias. A melhoria da acessibilidade aos cuidados, sobretudo nas regiões com menor disponibilidade de recursos especializados, foi igualmente identificada como uma prioridade.[16]

No plano externo, defendeu a "comunidade global de saúde para todos", a cooperação sanitária no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota e a inovação da ajuda externa em saúde. Para o Brasil e o Sul Global, a sinalização é de expansão da cooperação chinesa em vacinas, medicamentos tradicionais, infraestrutura hospitalar e assistência médica.[17]

Conferência Mundial de Medicina Tradicional Chinesa

Também nos dias 18 e 19 de outubro, ocorreu em Pequim a Conferência Mundial de Medicina Tradicional, que reuniu responsáveis políticos, investigadores, profissionais de saúde e representantes de organizações internacionais em torno de desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais: o envelhecimento da população, a prevenção das doenças crónicas, o acesso equitativo aos cuidados de saúde, a valorização do conhecimento científico e a

[14] CGTN. (2026). Xi Jinping discursa na Conferência Nacional de Saúde e Bem-Estar. https://portuguese.cri.cn/2026/10/13/ARTI1791874426289516

[15] Jornal Tribuna de Macau. (2026). Xi apela a progressos decisivos na iniciativa China Saudável. https://jtm.com.mo/actual/xi-apela-progressos-decisivos-na-iniciativa-china-saudavel/

[16] Xinhua Português. (2026). Xi pede progressos decisivos na promoção da China Saudável. https://portuguese.xinhuanet.com/20261014/7a20f9e478564370a401c2020d2961ee/c.html

[17] Agência Brasil-China. (20236). China define prioridades para ampliar acesso à saúde até 2030. https://china.org.br/china-define-prioridades-para-ampliar-acesso-a-saude-ate-2030/

incorporação de novas tecnologias na prática médica. O evento reuniu cerca de 1200 participantes no Centro Nacional de Convenções de Pequim, numa iniciativa organizada por entidades governamentais chinesas em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS).[18]

A conferência inseriu-se na Estratégia Mundial da OMS para a Medicina Tradicional 2025-2034, que estabelece como prioridades o desenvolvimento da investigação científica, a avaliação da eficácia e segurança das intervenções, o reforço dos mecanismos de regulamentação e a promoção de decisões clínicas sustentadas pela melhor evidência disponível.[19]

O programa incluiu sessões plenárias, um fórum governamental e oito fóruns académicos, abrangendo matérias como a investigação baseada em evidência, a formação de profissionais, a regulamentação dos medicamentos tradicionais, a segurança dos produtos de origem vegetal, a harmonização de normas internacionais e a aplicação da inteligência artificial. A participação anunciada de 154 especialistas chineses e estrangeiros como oradores refletiu a intenção de proporcionar um espaço de debate científico e de partilha de experiências entre instituições e países.[20]



Fonte: Portal do Governo da RAEM

Na abertura do encontro, Li Qiang defendeu o aprofundamento da cooperação internacional em medicina tradicional e a utilização das novas tecnologias como instrumentos de modernização deste setor. Entre as orientações apresentadas destacou-se a aposta na transformação digital e inteligente da medicina tradicional chinesa, envolvendo universidades, centros de investigação, instituições de saúde e empresas tecnológicas.[21]

---

[18] CGTN. (2026). Chinese premier calls for global cooperation on traditional medicine. https://portuguese.cri.cn/2026/10/17/ARTI1792242864541965 ·

[19] OPAS. (2026). OMS publica agenda global de pesquisa em medicinas tradicionais complementares e integrativas.https://www.paho.org/pt/noticias/21-9-2026-oms-publica-agenda-global-pesquisa-em-medicinas-tradicionais-complementares-e

[20] CGTN. (2026). Chinese premier calls for global cooperation on traditional medicine. https://portuguese.cri.cn/2026/10/17/ARTI1792242864541965 ·

[21] Xinhua Português. (2026). Premiê chinês pede cooperação global na medicina tradicional. https://portuguese.xinhuanet.com/20261018/12063856d1ae4d6c9109ee78ddbee374/c.html

A inteligência artificial ocupou um lugar relevante na agenda científica, sobretudo pelas possibilidades que oferece na análise de grandes volumes de dados, na organização de informação sobre práticas terapêuticas e no desenvolvimento de instrumentos de apoio à investigação e à decisão clínica.

Estas aplicações colocam, contudo, exigências acrescidas em matéria de qualidade dos dados, validação científica e segurança, reforçando a importância de uma articulação entre o desenvolvimento tecnológico e os critérios de avaliação utilizados na medicina contemporânea.

A dimensão internacional esteve igualmente presente nos debates, nomeadamente através da discussão de projetos de cooperação associados à iniciativa Cinturão e Rota e à conservação de recursos medicinais.[22]

Dando continuidade ao processo iniciado na primeira edição da conferência, em 2024, que culminou com a adoção da Declaração de Pequim, o encontro de 2026 reforçou a intenção de promover uma maior aproximação entre tradição, ciência e inovação.

Uma das questões centrais que emergiram desta discussão foi a necessidade de distinguir o valor histórico e cultural das práticas tradicionais da demonstração científica da sua eficácia e segurança. A eventual integração destas abordagens nos sistemas de saúde exige investigação rigorosa, regulamentação adequada, profissionais qualificados e mecanismos de avaliação capazes de proteger os doentes.[23]

Neste sentido, a conferência evidenciou que o futuro da medicina tradicional, no plano internacional, estará estreitamente relacionado com a capacidade de produzir evidência científica robusta e de estabelecer padrões de qualidade e segurança reconhecidos.

Portugal e China assinam acordo de cooperação em C&T

Apesar de apresentarem enfoques distintos, os dois encontros revelaram uma orientação comum: a intenção de construir sistemas de saúde mais acessíveis, preventivos e tecnologicamente avançados, capazes de responder às transformações demográficas e epidemiológicas das próximas décadas. A saúde surge, neste enquadramento, não apenas como uma dimensão da política social, mas também como um fator de desenvolvimento econômico, de inovação científica e de cooperação entre países.

Foi precisamente neste contexto que, em 19 de outubro, Portugal e a China anunciaram um novo entendimento para aprofundar a cooperação científica e tecnológica até 2030, elegendo a saúde, o envelhecimento saudável e as tecnologias médicas entre as áreas prioritárias. Embora a reunião bilateral tenha tido um enquadramento institucional autónomo, a proximidade temporal e a convergência temática entre os acontecimentos permitem identificar oportunidades de colaboração num setor que assume importância crescente para ambos os países.[24]

---

[22] Agência Brasil-China. (2026). China defende cooperação global em medicina tradicional e aposta em ciência e inovação. https://china.org.br/china-defende-cooperacao-global-em-medicina-tradicional-e-aposta-em-ciencia-e-inovacao/

[23] Xinhua Português. (2026). Premiê chinês pede cooperação global na medicina tradicional. https://portuguese.xinhuanet.com/20261018/12063856d1ae4d6c9109ee78ddbee374/c.html

[24] Health News. (2026). Saúde entre as prioridades da cooperação científica entre Portugal e China. https://healthnews.pt/2026/10/19/saude-entre-as-prioridades-da-cooperacao-cientifica-entre-portugal-e-china/

A reunião, que assinalou a retoma de um mecanismo institucional que não se reunia desde 2019, culminou com a assinatura de uma declaração conjunta pelo ministro português da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, e pelo ministro chinês da Ciência e Tecnologia, Yin Hejun.



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China

O documento estabelece cinco grandes domínios prioritários de cooperação: saúde, envelhecimento saudável e tecnologias médicas; oceano e economia azul; energia, clima, baterias e hidrogénio; agricultura, bioeconomia e alimentação; e aplicação da ciência à conservação do património cultural.[25]

A inclusão da saúde entre estas prioridades adquire particular significado no contexto das orientações debatidas nos encontros de Pequim.

Socioeconômico

ASEAN avança com Acordo-Quadro de Economia Digital

O Acordo-Quadro de Economia Digital da ASEAN (DEFA) deve ser assinado em novembro, durante a 49ª Cúpula da ASEAN e Cúpulas Relacionadas, em Manila[26]. A cúpula está prevista para os dias 16 a 18 daquele mês[27]. Apresentado como o primeiro acordo abrangente de alcance regional dedicado exclusivamente à economia digital, o DEFA busca conectar os

[25] Governo da República Portuguesa. (2026). Portugal e China definem cinco áreas prioritárias de cooperação em investigação e inovação. https://portugal.gov.pt/gc25/comunicacao/comunicados/portugal-e-china-definem-cinco-areas-prioritarias-de-cooperacao-em-investigacao-e-inovacao-

[26] PHILIPPINE NEWS AGENCY. Digital economy framework pact to boost ease of doing business in ASEAN [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://www.pna.gov.ph/article/digital-economy-framework-pact-to-boost-ease-of-doing-business-in-asean

[27] THE WORLD DATA. ASEAN Summit 2026: dates, venue and schedule [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://theworlddata.com/asean-summit/

mercados digitais dos 11 membros do bloco. A iniciativa nasceu na presidência indonésia de 2023 e seguiu em frente com Laos e Malásia, em 2024 e 2025. Foi concluída apenas este ano, já sob a presidência filipina, depois de mais de dois anos e quatorze rodadas de negociação[28]. O desfecho veio na segunda reunião da 57ª Reunião de Altos Funcionários Econômicos da ASEAN (SEOM), realizada em Manila entre 27 e 29 de maio de 2026. Agora, os Estados-membros fazem a revisão jurídica interna do texto, etapa necessária antes da assinatura[29].

Em termos de conteúdo, o acordo estabelece regras comuns para áreas como comércio digital, comércio eletrônico transfronteiriço, governança e privacidade de dados, identidade digital, pagamentos eletrônicos e cooperação em cibersegurança[30]. Além disso, o texto inclui política de concorrência, inteligência artificial e mobilidade de talentos digitais[31], e avança sobre temas ainda pouco regulados, como tecnologia financeira e proteção de código-fonte. Vale notar que o DEFA não parte do zero: ele se apoia em iniciativas já em curso, como o ASEAN Single Window, a conectividade de pagamentos digitais e o número único de identificação empresarial (UBIN). Com isso, espera-se que empresas, sobretudo as de pequeno e médio porte, tenham mais facilidade para aproveitar as oportunidades da economia digital regional, enquanto os consumidores ganham mais segurança nas transações online[32].

Para o setor privado, o principal ganho está na harmonização dos fluxos do comércio. Segundo Jay Yuvallos, presidente do Conselho Consultivo Empresarial do Leste Asiático em 2026, o comércio se organiza em três fluxos: o de bens e serviços, o de dados e informação e o financeiro. Ele destacou que digitalizar e harmonizar o fluxo financeiro representa uma grande oportunidade, pois acelera as operações e reduz o custo de fazer negócios na região. A declaração foi dada em 14 de outubro, em painel da 52ª Philippine Business Conference and Expo, em Manila. Por outro lado, analistas lembram que o acordo ainda não está em vigor e que seu impacto real dependerá dos compromissos finais e da implementação em cada país. Até lá, as empresas continuam sujeitas às regras nacionais de alfândega, proteção ao consumidor, licenciamento e tributação de serviços digitais[33].

A relevância da agenda fica clara quando se observa o tamanho do mercado. Hoje, a economia digital do bloco vale cerca de US$ 300 bilhões e deve chegar a US$ 1 trilhão até 2030,

---

[28] CSIS INDONESIA. The two trillion dollar question: is Southeast Asia ready to realize DEFA's promise? [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://www.csis.or.id/publication/the-two-trillion-dollar-question-is-southeast-asia-ready-to-realize-defas-promise

[29] GNA; TV BRICS. ASEAN Secretary-General: Association's digital economy to reach US$2 trillion by 2030 [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://gna.org.gh/2026/10/asean-secretary-general-associations-digital-economy-to-reach-us2-trillion-by-2030/

[30] ASEAN. Statement of the Chairperson of the ASEAN Senior Economic Officials (SEOM) on the conclusion of ASEAN DEFA negotiations [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://asean.org/wp-content/uploads/2026/06/THE-CHAIRPERSON-OF-THE-ASEAN-SEOM-ON-THE-CONCLUSION-OF-ASEAN-DEFA-NEGOTIATIONS.pdf

[31] BERNAMA. ASEAN wraps up talks on digital economy deal, targets November signing [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://asean.bernama.com/news.php?id=2563178

[32] ALLEN & GLEDHILL. ASEAN member states conclude negotiations on landmark Digital Economy Framework Agreement [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://www.allenandgledhill.com/sg/publication/articles/33129/asean-member-states-conclude-negotiations-on-landmark-digital-economy-framework-agreement

[33] ASEAN BRIEFING. ASEAN's Digital Economy Framework Agreement (DEFA): what foreign businesses should know [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://www.aseanbriefing.com/news/asean-digital-economy-framework-agreement-defa/

mantido o ritmo atual de crescimento[34]. Já a ASEAN estima que, com a implementação bem-sucedida do DEFA, esse valor possa dobrar e alcançar até US$ 2 trilhões no mesmo ano

Comércio Brasil–China atinge recorde de US$ 143,3 bilhões entre janeiro e setembro de 2026

Entre janeiro e setembro de 2026, o comércio bilateral Brasil-China atingiu US$ 143 bilhões, recorde histórico. A China se configura como a principal parceira comercial brasileira desde 2009, e essa relação foi impulsionada no presente período principalmente, do lado brasileiro, por meio das exportações de petróleo e soja, e do lado chinês, pelas exportações de veículos elétricos e produtos industriais[35].

Com relação aos saldos comerciais, as exportações do Brasil para o mercado chinês aumentaram 12%, somando US$ 84,7 bilhões, enquanto as importações de produtos chineses cresceram em 9,9%, somando US$ 58,6 bilhões. Por conta disso, o cenário foi favorável para a economia brasileira, que registrou um superávit de US$ 26,1 bilhões com a China. A respeito da diversidade da pauta exportadora, o principal produto exportado pelo Brasil continuou sendo a soja, que registrou US$ 30 bilhões — cerca de 35% do total de exportações para a China e cerca de 70% do total das exportações brasileiras de soja, o que mostra o peso do mercado chinês para o agronegócio brasileiro —, seguida pelo petróleo bruto — com seus US$ 21,8 bilhões que aumentaram 49% em relação ao mesmo período do ano passado —, e pelo minério de ferro em terceiro lugar. A carne bovina se situou no quarto lugar das exportações, mas com uma queda de 8,5% devido a cota anual estabelecida pela China em 2026. Por sua vez, tanto as exportações de aves quanto de minério de ferro também tiveram cenários positivos: enquanto o comércio de carne e miúdos de aves aumentaram 113% em valor e 86% em volume, o minério de cobre registrou um aumento de 7,8% nas exportações.

Outras exportações também merecem destaque: relacionado com a assinatura de um protocolo entre Brasil-China em 2025, o DDG, usado na alimentação animal, e essencial para a China, teve sua venda expandida a partir disso — o que representou, em 2026, em 53% do total de US$ 204 milhões exportado pelo Brasil do produto para o mundo todo. DDG é a sigla para Dried Distillers Grains (Grãos Secos de Destilaria), um coproduto de alto valor nutricional obtido através da fabricação de etanol de milho. Ainda, as exportações de sorgo, também impulsionadas por um acordo fitossanitário entre os países em 2025, marcaram US$ 170 milhões este ano. No cenário de alta demanda pelos minerais críticos, é interessante observar a exportação do mineral espodumênio, que serve para extrair lítio: o Brasil exportou US$ 172,3 milhões do mineral para a China, gerando um impressionante aumento de 339% em relação ao período passado, com as importações chinesas dominando quase toda essa pauta, adquirindo 97% das vendas brasileiras desse mineral[36].

---

[34] WORLD ECONOMIC FORUM. ASEAN DEFA digital economy pact negotiations [Internet]. 2026 [citado 2026 out 27]. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/economic-growth/asean-defa-digital-economy-pact-negotiations/

[35] XINHUA Português. Comércio Brasil-China atinge recorde de US$ 143 bilhões entre janeiro e setembro de 2026 [internet]. 20 out. 2026 [citado 2026 out 23]. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20261020/659526ce2be1402cab5ff2a44ce13180/c.html

[36] VALOR. O comércio entre Brasil e China atinge um recorde histórico até setembro [internet]. 2026 15 out. [acesso em 2026 15 out.]. Disponível em: https://valorinternational.globo.com/economy/news/2026/10/15/brazil-china-trade-hits-record-high-through-september.ghtml

Quanto às importações, um dos segmentos que mais cresceram foi o dos veículos elétricos e híbridos: o mercado brasileiro importou US$ 5,9 bilhões desses produtos chineses de janeiro a setembro deste ano — representando cerca de 10% do total das importações brasileiras. Em julho, o Brasil aumentou a tarifa de importação de veículos para 35%, mas as importações continuaram em níveis significativos. Outros produtos incluem máquinas industriais, produtos químicos — como os herbicidas, que estão em terceiro lugar entre os produtos mais importados da China, e que também indica a forte relação com o agronegócio brasileiro —, e componentes tecnológicos[37]. Nesse sentido, observa-se uma grande integração entre o Brasil e a China no nível comercial e a importância da parceria econômica. Ao mesmo tempo em que o mercado chinês é o destino de grande parte da nossa pauta exportadora, a China também é a líder das importações brasileiras.

China propõe controles de exportação para 40 tecnologias estratégicas

Em 16 de outubro, os ministérios chineses do Comércio e da Ciência e Tecnologia abriram consulta pública para revisar o catálogo de tecnologias sujeitas a proibições ou restrições de exportação. A proposta abrange 40 tecnologias — 23 de inteligência artificial, cinco de biomedicina e 12 da cadeia fotovoltaica — incluindo grandes modelos, agentes inteligentes, clusters computacionais, terapias celulares e gênicas, ácidos nucleicos, microrganismos patogênicos, polissilício, lâminas e células fotovoltaicas. A consulta fica aberta até 15 de novembro de 2026. A medida amplia o controle de Pequim sobre capacidades tecnológicas estratégicas e pode afetar transferência internacional de tecnologia, cooperação científica e empresas estrangeiras.[10]

A obrigação de registro para exportação de tecnologias de inteligência artificial, biomedicina e fotovoltaica entrou em vigor em 16 de outubro, mas a lista de proibições e restrições ainda aguarda consulta pública até 15 de novembro. Desde 16 de outubro de 2026, empresas que exportem 40 tecnologias relacionadas à inteligência artificial, biomedicina e energia fotovoltaica da China devem realizar registro prévio no sistema do Ministério do Comércio38, antes de concretizar a transação. Esta é uma medida de gestão transitória já implementada, que se aplica inclusive a transações de exportação que já foram iniciadas mas ainda não foram concluídas. No entanto, as medidas de proibição ou restrição de exportação que circulam amplamente em reportagens midiáticas ainda não entraram em vigor. De acordo com anúncio do Ministério do Comércio e do Ministério da Ciência e Tecnologia da China, a revisão do "Catálogo de Tecnologias Proibidas e Restritas para Exportação da China" está em fase de consulta pública desde 16 de outubro, com prazo até 15 de novembro de 2026. O catálogo propõe incluir 40 tecnologias, das quais 14 são planejadas para proibição de exportação e 26 para restrição de exportação. A confusão na percepção do público sobre "já estar em vigor" tem origem precisamente na implementação síncrona de duas medidas com naturezas e momentos distintos. O registro prévio é uma medida transitória de coleta de informações, cuja função é permitir que as autoridades dominem a situação das exportações relacionadas durante o período de consulta pública; enquanto a proibição ou restrição formal só entrará em vigor

[37] GLOBAL TIMES. Brazil-China trade hits record $143.3 billion as bilateral economic ties expand [internet]. 2026 16 out. [acesso em 2026 23 out.]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202610/1372415.shtml

[38] Ministério do Comércio da República Popular da China. Porta-voz do Ministério do Comércio responde a perguntas de repórteres sobre a revisão do "Catálogo de Tecnologias Proibidas e Restritas para Exportação da China". mofcom.gov.cn. 2026 Oct 16 [cited 2026 Oct 27]. Available from: https://www.mofcom.gov.cn/zwgk/zcjd/art/2026/art_b11d5c1e9374421e93e85dc87eba6e38.html

após o término da consulta pública e a publicação oficial do catálogo revisado. Em relação ao escopo regulatório, o lado chinês adota uma abordagem de “gestão estratificada”. O porta-voz do Ministério do Comércio afirmou que tecnologias de inteligência artificial que já entraram no domínio público por meio de código aberto ou publicação de artigos acadêmicos não serão incluídas no escopo de gestão; para tecnologias de modelos restritos, formas como chamadas de API, interação em páginas web ou aplicativos e aplicações SaaS fornecidas ao exterior não são consideradas exportação de tecnologia. No setor biomédico, modelos de licenciamento externo que não envolvem transferência de propriedade aplicam-se a medidas de facilitação como licenciamento automático.

Investimento chinês em P&D cresce 8,2% em 2025

O gasto total da China em pesquisa e desenvolvimento atingiu 3,93 trilhões de yuans — cerca de US$ 584,5 bilhões — em 2025, crescimento de 8,2% sobre 2024. A intensidade de P&D chegou a 2,8% do PIB, 0,11 ponto percentual acima do ano anterior e, pela primeira vez, superior à média da OCDE. As empresas responderam por 77,4% do total, com gasto superior a 3 trilhões de yuans. Por tipo de atividade, a pesquisa básica cresceu 13,3%, para 283,46 bilhões de yuans, ritmo 5,1 pontos acima do crescimento total. Pequim–Tianjin–Hebei, o delta do Yangtzé e Guangdong concentraram 58,8% do investimento nacional.[11]

Referências

[1] CHINA DAILY. Li calls for closer China-DPRK ties at bridge opening [Internet]. Beijing: China Daily; 2026 out 15 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202610/15/WS6ad0eed5e4b06d4aa05630b8.html

[2] MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Mao Ning’s Regular Press Conference on October 12, 2026 [Internet]. 2026 out 12 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://ir.china-embassy.gov.cn/eng/fyrth/202610/t20261012_12038810.htm

[3] YOSHIDA, K. Takaichi lays out “proactive fiscal policy” as new session of parliament begins. The Japan Times [Internet]. 2026 out 5 [citado 2026 out 19]. Disponível em: https://www.japantimes.co.jp/news/2026/10/05/japan/politics/prime-minister-speech-autumn-diet/; MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DA CHINA. Rampaging Gray Rhino of Japanese Neo-militarism Threatens Regional Peace and Stability: Defense Spokesperson [Internet]. 2026 out 10 [citado 2026 out 19]. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/2025xb/P/16491936.html

[4] GLOBAL TIMES. China, EU reach 16-point consensus on areas including trade, investment, export controls in second trade consultation mechanism meeting in Beijing: MOFCOM [Internet]. Beijing: Global Times; 2026 out 8 [citado 2026 out 17]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202610/1371904.shtml; REUTERS. China, EU reach hybrid vehicle trade understanding, keep talks alive on EV dispute [Internet]. Beijing: Reuters; 2026 out 9 [citado 2026 out 17]. Disponível em: https://live.euronext.com/en/financial-news/china-eu-reach-hybrid-vehicle-trade-understanding-keep-talks-alive-ev-dispute; XINHUA. China, EU agree to keep bilateral trade ties stable, hold next meeting in March 2027 [Internet]. Beijing: The State Council of the PRC; 2026 out 10 [citado 2026 out 17]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202610/10/content_WS6ac9aa0fc6d00ca5f9a0d98c.html

[5] XINHUA. 习近平出席全国卫生与健康大会并发表重要讲话 [Internet]. Beijing: Xinhua News Agency; 2026 out 13 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://www.news.cn/politics/leaders/20261013/460054a36ae44f399b0dc6c2fa6ba010/c.html

[6] CGTN. China steps up efforts to build a Healthy China by 2035 [Internet]. Beijing: CGTN; 2026 out 16 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-10-15/China-steps-up-efforts-to-

build-a-Healthy-China-by-2035-1RgfktmALK0/p.html; CHINA DAILY. Xi urges push for Healthy China [Internet]. Hong Kong: China Daily Asia; 2026 out 17 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://www.chinadailyasia.com/article/641250

[7] XINHUA. 习近平出席全国卫生与健康大会并发表重要讲话 [Internet]. Beijing: Xinhua via Renmin Wang; 2026 out 13 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://cpc.people.com.cn/n1/2026/1013/c435113-40813925.html; HKSAR GOVERNMENT. Secretary for Health attends World Conference on Traditional Medicine 2026 in Beijing [Internet]. Hong Kong: Information Services Department; 2026 out 17 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://www.info.gov.hk/gia/general/202610/17/P2026101600456.htm

[8] PHILIPPINE NEWS AGENCY. Digital economy framework pact to boost ease of doing business in ASEAN [Internet]. 2026 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://www.pna.gov.ph/article/digital-economy-framework-pact-to-boost-ease-of-doing-business-in-asean

[9] VALOR INTERNATIONAL. Brazil-China trade hits record high through September [Internet]. 2026 out 15 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://valorinternational.globo.com/economy/news/2026/10/15/brazil-china-trade-hits-record-high-through-september.ghtml; GLOBAL TIMES. Brazil-China trade hits record $143.3 billion as bilateral economic ties expand [Internet]. 2026 out [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202610/1372415.shtml

[10] XINHUA. China mulls banning, restricting export of some AI, biomedicine, photovoltaic technologies [Internet]. 2026 out 16 [citado 2026 out 18]. Disponível em: https://global.chinadaily.com.cn/a/202610/16/WS6ad1fcece4b06d4aa05633ae.html

[11] XINHUA. China’s R&D spending up 8.2% in 2025 [Internet]. China.org.cn; 2026 out 17 [citado 2026 out 18]. Disponível em: http://www.china.org.cn/2026-10/17/content_118737393.shtml

Eleições brasileiras de 2026 e a resistência democrática: mobilizações populares com a força das ruas e das redes

Elecciones brasileñas de 2026 y la resistencia democrática: movilizaciones populares con la fuerza de las calles y de las redes

The 2026 Brazilian elections and democratic resistance: grassroots mobilizations powered by the streets and social media

Marciglei Brito Morais

Resumo: As eleições brasileiras de 2026 foram apresentadas como um fenômeno político de relevância que ultrapassa o resultado eleitoral e adquire significado internacional diante do avanço da extrema direita, da crise do multilateralismo e do aumento das desigualdades sociais. O artigo destaca que a mobilização popular observada durante o processo eleitoral revelou a capacidade de organização da sociedade civil e seu potencial de resistência democrática. Um dos aspectos mais relevantes foi o encontro intergeracional que reuniu jovens, trabalhadores, idosos e crianças em manifestações e ações políticas, fortalecendo a participação cidadã e contribuindo para a formação de uma cultura democrática. A autora argumenta que a diversidade de gênero, raça, classe e geração não representa um obstáculo à unidade política, mas uma condição essencial para a construção de projetos coletivos capazes de articular interesses comuns sem apagar diferenças. A mobilização nas ruas e nas redes sociais, especialmente por meio do chamado "Exército do Lula", evidenciou novas formas de organização política digital e de disputa por visibilidade nos ambientes controlados pelas grandes plataformas tecnológicas. Além disso, a experiência brasileira passou a inspirar movimentos em outros países. Por fim, o texto relaciona a defesa da democracia aos desafios da saúde global, ressaltando a importância da participação social para fortalecer a proteção social, reduzir desigualdades e promover a solidariedade internacional frente ao avanço do autoritarismo.

Palavras-chave: Brasil; Democracia; Participa*ção* Política.

Resumen: *Las elecciones brasileñas de 2026 se presentaron como un fenómeno político de relevancia que trasciende el resultado electoral y adquiere un significado internacional ante el avance de la extrema derecha, la crisis del multilateralismo y el aumento de las desigualdades sociales. El artículo destaca que la movilización popular observada durante el proceso electoral reveló la capacidad de organización de la sociedad civil y su potencial de resistencia democrática. Uno de los aspectos más relevantes fue el encuentro intergeneracional que reunió a jóvenes, trabajadores, personas mayores y niños en manifestaciones y acciones políticas, fortaleciendo la participación ciudadana y contribuyendo a la formación de una cultura democrática. La autora argumenta que la diversidad de género, raza, clase y generación no representa un obstáculo para la unidad política, sino una condición esencial para la construcción de proyectos colectivos capaces de articular intereses comunes sin anular las diferencias. La movilización en las calles y en las redes sociales, especialmente a través del llamado «Ejército de Lula», puso de manifiesto nuevas formas de organización política digital y de disputa por la visibilidad en entornos controlados por las grandes plataformas tecnológicas. Además, la experiencia brasileña ha servido de inspiración para movimientos en otros países. Por último, el texto vincula la defensa de la democracia con los desafíos de la salud global, subrayando la importancia de la*

participación social para fortalecer la protección social, reducir las desigualdades y promover la solidaridad internacional frente al avance del autoritarismo.

Palabras clave: *Brasil; Democracia; Participación Política.*

Abstract: *The 2026 Brazilian elections are presented as a political phenomenon of significance that transcends the electoral outcome, taking on international importance in light of the rise of the far-right, the crisis of multilateralism, and growing social inequalities. The article highlights how the popular mobilization observed during the electoral process revealed the organizational capacity of civil society and its potential for democratic resistance. A particularly notable aspect was the intergenerational engagement that brought together young people, workers, the elderly, and children in demonstrations and political actions, thereby strengthening civic participation and contributing to the development of a democratic culture. The author argues that diversity—in terms of gender, race, class, and generation—does not pose an obstacle to political unity; rather, it is an essential condition for building collective projects capable of articulating common interests without erasing differences. Mobilization in the streets and on social media—most notably through what was termed "Lula's Army"—highlighted new forms of digital political organization and the struggle for visibility within environments controlled by major tech platforms. Furthermore, the Brazilian experience has come to inspire movements in other countries. Finally, the text links the defense of democracy to global health challenges, underscoring the importance of social participation in strengthening social protection, reducing inequalities, and fostering international solidarity in the face of rising authoritarianism.*

Keywords*: Brazil; Democracy; Political Participation.*

As eleições brasileiras de 2026 nos colocam diante de um acontecimento político cujo significado ultrapassa o resultado eleitoral e as fronteiras nacionais. Em um cenário internacional marcado pelo avanço da extrema direita, pela crise do multilateralismo e pelo aprofundamento das desigualdades sociais, a mobilização popular brasileira suscita reflexões sobre a capacidade de organização da sociedade civil e as possibilidades de resistência democrática. Interessa compreender não apenas o que se expressou nas urnas, mas o que esse processo revela sobre a força da ação coletiva e sua capacidade de intervir nas disputas pelos rumos da sociedade.

Há algo particularmente significativo no encontro intergeracional que acompanhamos, sobretudo nas semanas que antecederam o segundo turno das eleições. Jovens estudantes protagonizaram a ocupação das ruas e a mobilização das redes, trabalhadores engajaram-se pelo fim da escala 6x1, idosos participaram das manifestações e compareceram às urnas, crianças acompanharam suas famílias e se emocionaram com os gritos e palavras de ordem entoados coletivamente. A reeleição de um presidente aos 80 anos, em meio a essa diversidade geracional, carrega um simbolismo que merece atenção. Mais do que a presença de diferentes faixas etárias, observamos o encontro entre trajetórias históricas, memórias políticas e expectativas de futuro. As crianças que acompanharam essas manifestações, ainda que não compreendam plenamente a complexidade das disputas em curso, tiveram a oportunidade de vivenciar o sentido da participação coletiva e de construir suas primeiras referências sobre democracia e a vida política.

O que mais me mobiliza nesse cenário, entretanto, é a possibilidade de reconstruirmos pautas comuns em uma sociedade profundamente fragmentada. Temos organizado nossas lutas em torno de demandas legítimas e necessárias, mas nem sempre conseguimos articulá-las em um projeto coletivo mais amplo. A diversidade de gênero, raça, classe e geração não constitui

um obstáculo à unidade política. Ao contrário, é justamente dessa diversidade que pode emergir uma força social capaz de reconhecer interesses compartilhados, sem desconsiderar as desigualdades e especificidades que atravessam cada grupo. O desafio está em construir unidade sem apagar as diferenças.

A sociedade civil não é apenas o espaço onde os indivíduos manifestam suas opiniões ou reivindicam direitos, mas também o terreno em que se disputam concepções de mundo, se constroem consensos e se organizam forças capazes de exercer direção política e cultural. A mobilização que acompanhamos não pode ser compreendida somente pela quantidade de pessoas nas ruas ou pelo alcance das redes digitais. Sua relevância reside na possibilidade de articular diferentes interesses e demandas em torno de uma vontade coletiva, capaz de ultrapassar reivindicações imediatas e sustentar um projeto político compartilhado.

Essa reflexão exige reconhecer que nenhuma organização, liderança ou segmento social pode reivindicar isoladamente a responsabilidade pelo resultado eleitoral. A construção dessa força popular reuniu sujeitos de diferentes origens, condições sociais e formas de atuação política. Sua heterogeneidade expressa o caráter genuinamente popular da mobilização, construída pela convergência em torno de um objetivo político comum, sem exigir a perda de suas identidades e reivindicações própria. A unidade política não pressupõe homogeneidade, mas capacidade de articulação entre forças sociais distintas.

As ruas e as redes assumiram uma dimensão particularmente significativa nesse processo. A mobilização digital articulada pelo deputado André Janones, por meio do chamado "Exército do Lula", evidenciou possibilidades de organização política coletiva no ambiente das plataformas digitais. A coordenação de participantes em ações simultâneas de produção, compartilhamento e circulação de conteúdos demonstrou como a ação organizada pode disputar visibilidade e influenciar as dinâmicas de distribuição algorítmica, mesmo em espaços controlados por grandes empresas de tecnologia[1]. O caráter inovador dessa estratégia reside na transformação do engajamento individual em ação coletiva coordenada, aproximando a mobilização digital de formas de organização popular historicamente construídas nas ruas. Não se trata de afirmar que os algoritmos foram controlados ou que o poder das Big Techs foi superado, mas de reconhecer a capacidade de intervenção política em um ambiente marcado por profundas assimetrias de poder.

A repercussão dessa articulação já começa a ultrapassar nossas fronteiras[2]. Na França, na Espanha e em países da América Latina, a mobilização popular desperta interesse e inspira novas estratégias de organização política diante do avanço da extrema direita. A ideia do "exército digital" começa a circular internacionalmente, enquanto o gesto do "L" com as mãos[3,4], associado a Lula, ganha novos significados como símbolo de resistência democrática[5]. Mais do que a reprodução de estratégias e símbolos, essa circulação revela possibilidades de aproximação entre forças sociais de diferentes países, cujas iniciativas podem contribuir para as disputas políticas em curso no cenário internacional.

A dimensão internacional dessas mobilizações também nos leva a pensar sobre os desafios da saúde global. A defesa da democracia e a organização das forças populares estão diretamente relacionadas às disputas em torno da proteção social, do direito universal à saúde e do papel dos Estados na redução das desigualdades. Em um contexto de crise do multilateralismo, fortalecer a participação social significa também ampliar as possibilidades de incidência política sobre decisões que ultrapassam as fronteiras nacionais e condicionam as respostas aos problemas globais de saúde.

O desafio que se coloca após as eleições é transformar essa convergência em capacidade duradoura de organização e intervenção social. A vitória eleitoral não encerra as disputas pelos rumos da sociedade, mas abre novas possibilidades de articulação política. Que o aprendizado político construído nas ruas e nas redes fortaleça nossa capacidade de organização coletiva, amplie os horizontes da democracia brasileira e inspire à esperança e novas formas de solidariedade internacional diante do avanço do autoritarismo!

Referências

1. EL PAÍS. *Brasil y los dueños del algoritmo*. Madrid: El País, 27 out. 2026. Disponível em: <https://elpais.com/america/2026-10-27/brasil-y-los-duenos-del-algoritmo.html>.

2. EL PAÍS MÉXICO. *Publicação na plataforma X*. X, 21 out. 2026. Disponível em: <https://x.com/elpaismexico/status/2114774762480140678>.

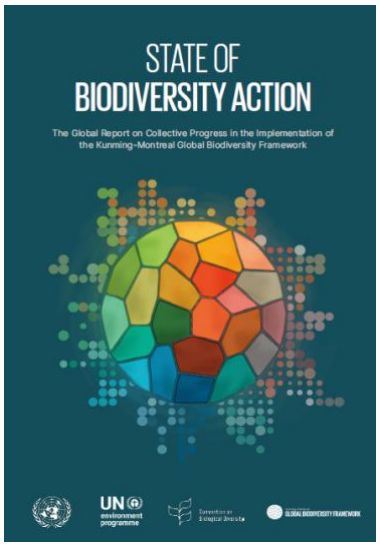
3. EL PAÍS MÉXICO. *Publicação no Instagram*. Instagram, [2026]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/De-IKcdkZdG/>.

4. FACEBOOK. *Reel publicado na plataforma Facebook*. Facebook, [2026]. Disponível em: <https://www.facebook.com/reel/2539757073176753>.

5. YOUTUBE. *Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=az1nLyc_b40*. YouTube, [2026]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=az1nLyc_b40>.

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



State of Biodiversity Action: *The Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*. CBD UN, 411 pp, 2026. O relatório global sobre o progresso coletivo na implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal apresenta o primeiro balanço mundial abrangente do progresso em direção às metas de 2030 e à visão de 2050 estabelecidas pelo Marco. Com base em relatórios nacionais, estratégias de biodiversidade atualizadas, avaliações científicas e diversas fontes de conhecimento, o documento analisa o progresso em relação a todas as 23 metas adotadas em 2022, identificando conquistas, lacunas na implementação e barreiras existentes. Aborda os principais vetores da perda de biodiversidade, incluindo mudanças no uso da terra e do mar, a exploração insustentável de espécies, as mudanças climáticas, a poluição e as espécies exóticas invasoras, além de tratar de atividades econômicas e financeiras que contribuem para a perda de biodiversidade. No ponto intermediário para o cumprimento das metas de 2030, o relatório aponta um engajamento generalizado com a Estrutura. Cerca de 90% das 196 Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica estabeleceram metas nacionais de biodiversidade; quase 60% desenvolveram estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade; e mais de 70% apresentaram relatórios nacionais. Povos indígenas e comunidades locais, governos subnacionais, empresas e organizações da sociedade civil registraram aproximadamente 5.000 compromissos. Contudo, esse engajamento ainda não se traduziu em progresso suficiente. Menos da metade das metas nacionais avaliadas pelas Partes está no caminho certo. O relatório reúne evidências provenientes de países e partes interessadas de todo o mundo para examinar onde o progresso está avançando e onde os esforços precisam ser acelerados. Destaca a necessidade de uma implementação mais robusta, de ações coordenadas e de uma maior ambição, a fim de transformar os compromissos globais em resultados tangíveis para a natureza. Como um insumo fundamental para a Revisão Global na COP 17, o relatório fornece uma base de evidências para orientar a tomada de decisões e auxiliar as Partes e as partes interessadas a acelerar as ações necessárias para deter e reverter a perda de biodiversidade. Pela importância de uma saudável biodiversidade para a saúde humana e planetária, os profissionais de saúde encontrarão suporte para seu trabalho que implica no conceito ampliado de saúde. Acesso: https://www.cbd.int/global-report/global-report-2026-full.pdf



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Amanda Ribeiro Lopes – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Mestre e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do LabÁsia e DataMundi.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Claudio Brandão – Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Inovação em Medicamentos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP). Diretor Executivo da Emerging Biopharmaceutical Manufacturers Network (EBPMN) e consultor independente do Korea Health Industry Development Institute (KHIDI).

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Julia Soares – Graduanda em Relações Internacionais pela UFRJ, pesquisadora do Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e da Escola de Guerra Naval

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Fernanda Császár – Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ, Pesquisadora no Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e no Núcleo de Avaliação da Conjuntura, com pesquisas sobre política ex***terna indiana, economia política internaciona e Indo-Pacífico.***

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz,*** localizados na **VPSGRI**, são:

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **25** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 4 de novembro – *Força de trabalho em saúde: Um desafio global*

Dia 18 de novembro – *Promoção da Saúde e a Carta de Ottawa (40 anos)*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (desde 2014)

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 19/2026
Período: 14 a 27 de outubro de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2026.
281pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos publicados nos *Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.